UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Gabriel Soares Predebon

O Brasil e o espelho português: Gilberto Freyre, Plínio Salgado e os usos políticos de Portugal no século XX

Juiz de Fora
2026

Gabriel Soares Predebon

O Brasil e o espelho português: Gilberto Freyre, Plínio Salgado e os usos políticos de Portugal no século XX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves

Juiz de Fora
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Soares Predebon, Gabriel.
O Brasil e o espelho português : Gilberto Freyre, Plínio Salgado e os usos políticos de Portugal no século XX / Gabriel Soares Predebon. -- 2026.
344 f.

Orientador: Leandro Pereira Gonçalves
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

1. Gilberto Freyre. 2. Plínio Salgado. 3. integralismo. 4. lusotropicalismo. 5. salazarismo. I. Pereira Gonçalves, Leandro, orient. II. Título.

Gabriel Soares Predebon

O Brasil e o espelho português: Gilberto Freyre, Plínio Salgado e os usos políticos de Portugal no século XX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 19/05/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP)

Prof. Dr. António Costa Pinto
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho
Universidade de São Paulo (USP)

Juiz de Fora, 20/05/2026.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Pereira Goncalves**, **Professor(a)**, em 20/05/2026, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Tatyana de Amaral Maia**, **Usuário Externo**, em 20/05/2026, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Luiz Schneider**, **Usuário Externo**, em 21/05/2026, às 02:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Carlos Palomanes Martinho**, **Usuário Externo**, em 21/05/2026, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Jorge Pais Costa Pinto**, **Usuário Externo**, em 16/07/2026, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Para Ricardo, Daysi e Rafaela.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese de doutorado representa o ponto culminante de uma jornada que se iniciou com a minha entrada no curso de graduação em História, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no já distante ano de 2012. Foram inúmeros os desafios enfrentados até a conclusão deste trabalho.

Primeiramente, vieram a passagem pelos estudos universitários e a descoberta de novos caminhos (pensar que eu tinha a ambição de seguir o caminho da História Medieval, hoje, me faz abrir um sorriso); as experiências como bolsista de iniciação científica, que me deram, pela primeira vez, o gosto pelo ofício do historiador; e as dificuldades da primeira experiência mais madura de pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso. Depois, veio a entrada no mundo da pós-graduação: a tensão da seleção para o mestrado, o salto intelectual proporcionado pelas disciplinas que cursei naquele período e os desafios de escrever uma dissertação. Por fim, veio o ingresso no doutorado, já na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que constituiu o principal desafio da minha trajetória acadêmica. A conclusão desse ciclo de estudos é algo muito gratificante e, sem sombra de dúvidas, não teria sido possível sem o apoio de muitas pessoas queridas.

Gostaria de agradecer ao meu professor orientador, dr. Leandro Pereira Gonçalves, que me acompanha desde a época da minha graduação. Seu apoio e gentileza constantes foram fundamentais para que eu tivesse ânimo para percorrer o tortuoso caminho da pós-graduação. Saber que podia contar com o seu apoio também me deu coragem para superar os momentos difíceis que, inevitavelmente, se apresentaram ao longo deste percurso. Para mim, é uma grande alegria e um grande privilégio ser orientando do professor Leandro.

À minha família, em especial aos meus pais, Ricardo e Daysi, à minha irmã, Rafaela, e ao meu cunhado, Tiago, pelo apoio incansável em todos esses anos. Tenho absoluta certeza de que, sem essa base tão sólida, não teria chegado até aqui. Amo vocês!

Aos meus familiares gaúchos, Nanda, Tia Vera e Enzo, além dos primos Giovanna e Guilherme, por terem sempre sido uma fonte de carinho e acolhimento durante o processo. Aos familiares paranaenses, Vó Silvira, Lilian, Leslie, Zé, Rafa, Cynthia, Manu, Elisa, Ivo e Otávio, que, mesmo distantes, permaneceram na torcida pelo meu sucesso.

Aos meus amigos, felizmente numerosos, por todo o apoio que recebi ao longo destes anos, por terem me alegrado nos momentos de tristeza e também por terem respeitado os momentos em que o distanciamento se fez necessário para o bom andamento deste trabalho. Em especial, agradeço à minha colega desde os tempos da seleção de

mestrado, Vitória Almeida Machado, por compartilhar comigo a vida de estudos, com todas as suas alegrias e dificuldades, e por fazer me sentir mais forte e seguro para prosseguir. Sofremos, mas conseguimos!

À CAPES, pela concessão da bolsa que possibilitou que eu passasse um período muito frutífero de estudos em Portugal, no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa. Em especial, ao professor António Costa Pinto, que me recebeu com toda a cortesia possível, me indicou caminhos relevantes de pesquisa e me fez sentir à vontade em uma cidade nova, em um país estrangeiro. Gostaria de agradecer também à professora Annarita Gori e ao professor Miguel Dantas da Cruz do ICS, que me acolheram de forma muito receptiva na instituição e possibilitaram que eu apresentasse meu trabalho nesse local de prestígio. Ainda no âmbito português, agradeço aos amigos portugueses e brasileiros que pude fazer, ou reencontrar, e que me ajudaram a mitigar as saudades de casa e da família.

Aos professores com quem tive aula na UFJF: os doutores Francisco Carlos Teixeira da Silva, Marcos Olender e Odilon Caldeira Neto, pela ampliação dos horizontes intelectuais, o que foi de grande valia para o desenrolar deste trabalho.

Igualmente, aos colegas da pós-graduação, em especial àqueles envolvidos com o Laboratório de História Política e Social. Mesmo que a distância, sempre soube, de forma sincera, que podia contar com o apoio e a amizade de vocês, com aquele tempero especial da hospitalidade mineira.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação: dra. Tatyana do Amaral Maia, que foi uma pessoa muito importante na minha formação como historiador, e dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho, a quem tive a grata oportunidade de conhecer em Lisboa, na companhia do professor Costa Pinto, e que ofereceu sugestões muito valiosas para esta pesquisa.

Por fim, agradeço a Deus, fonte de força e esperança durante o processo; e às instituições em que lecionei, o Colégio São Luís, especialmente ao diretor João Periz Neto, e à escola Ciclos+, na pessoa dos queridos Cristiano e Juliana, por me proporcionarem a experiência necessária como professor e por contribuírem, por diversas vias, para a minha formação enquanto pesquisador.

[...] Roseirais, Nova Granada de Espanha
Por você, eu, teu corsário preso
Vou partir a geleira azul da solidão
E buscar a mão do mar
Me arrastar até o mar,
Procurar o mar [...].[1]

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até o fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal![2]

[1] BOSCO, João; BLANC, Aldir. **Corsário.** 1981. Disponível em: https://www.letras.com.br/joao-bosco/corsario#google_vignette. Acesso em: 20 mar. 2026.
[2] PESSOA, Fernando. **Mensagem.** Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

RESUMO

O presente trabalho realiza uma análise comparativa de dois intelectuais brasileiros, Plínio Salgado e Gilberto Freyre, destacando como a presença constante de Portugal foi determinante ao longo de suas trajetórias intelectuais e políticas. Inicialmente, buscou-se traçar uma visão panorâmica de suas longas trajetórias, a fim de compreender como a presença portuguesa foi influente na consolidação de suas visões de mundo. Nesse sentido, procurou-se destacar a influência comum do intelectual e político monarquista português António Sardinha, líder do integralismo lusitano, cujas ideias iberistas, nacionalistas e municipalistas influenciaram os intelectuais brasileiros em um contexto de trocas intelectuais transnacionais. Passou-se, então, à análise da gênese da ideia da miscigenação nos dois intelectuais, elemento determinante para a carreira intelectual de Gilberto Freyre, principalmente a partir da publicação do clássico *Casa-grande & senzala*, em 1933; e para a trajetória política de Plínio Salgado com o lançamento da Ação Integralista Brasileira, em 1932, a qual constituiu a maior expressão política fascista fora da Europa. O envolvimento de Freyre com as perspectivas antropológicas culturalistas norte-americanas, por influência de Franz Boas, bem como a atuação de Salgado nas vertentes mais conservadoras do movimento modernista, configuram momentos fundamentais para a consolidação intelectual dos dois autores. Passou-se, então, à análise da relação que ambos os autores tiveram presencialmente em Portugal e em suas colônias. No caso de Plínio Salgado, considerou-se o seu exílio no contexto do Estado Novo brasileiro, entre 1939 e 1946, período em que encontrou no salazarismo português um modelo de sobrevivência política para o seu retorno ao Brasil e passou a identificar-se como um escritor luso-brasileiro. No caso de Gilberto Freyre, destacou-se a sua viagem às então *Províncias Ultramarinas*, entre 1951 e 1952, quando pôde observar presencialmente a ação colonizadora portuguesa e recolher subsídios para aplicar os pressupostos já explorados em *Casa-grande & senzala* em um âmbito mais vasto, conceitualizando o *lusotropicalismo*, segundo o qual a colonização lusa seria distinta das demais pela interpenetração de culturas e pelo caráter cristocêntrico. Em uma época de franca pressão pela descolonização, o lusotropicalismo freyreano passou a ser adotado pelo Estado Novo português nos fóruns de discussões internacionais, em especial nas Nações Unidas. Por fim, buscou-se analisar se os integralistas, ferrenhos defensores do colonialismo português, incorporaram em seu discurso elementos das ideias freyreanas. A tese contribui para o entendimento comparativo entre dois intelectuais relevantes no século XX e busca, ainda, complexificar o debate em torno da questão racial no integralismo e das trocas de ideias transnacionais no âmbito Brasil-Portugal.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Plínio Salgado; integralismo; lusotropicalismo; Portugal; salazarismo.

ABSTRACT

This study presents a comparative analysis of two Brazilian intellectuals, Plínio Salgado and Gilberto Freyre, focusing on how the persistent presence of Portugal shaped their intellectual and political trajectories. It begins by outlining a panoramic view of their long careers in order to understand how Portuguese influences contributed to the consolidation of their worldviews. In this regard, particular attention is given to the shared influence of the Portuguese monarchist intellectual and politician António Sardinha, leader of Lusitanian Integralism, whose Iberist, nationalist, and municipalist ideas influenced Brazilian thinkers within a context of transnational intellectual exchanges. The study then examines the genesis of the concept of miscegenation in both authors, a theme that proved decisive for Gilberto Freyre's intellectual career, especially following the publication of the classic *Casa-Grande & Senzala* in 1933; and for Plínio Salgado's political trajectory, marked by the founding of the Brazilian Integralist Action in 1932, the most significant fascist movement outside Europe. Freyre's engagement with North American culturalist anthropology, particularly through the influence of Franz Boas, and Salgado's involvement in the more conservative strands of the modernist movement are identified as key stages in their intellectual formation. The study further analyzes the direct experiences of both authors in Portugal and its colonies. In the case of Plínio Salgado, this includes his exile during the Brazilian Estado Novo (1939-1946), when he found in Portuguese Salazarism a model for political survival and began to identify himself as a Luso-Brazilian writer. In the case of Gilberto Freyre, special attention is given to his journey to the Portuguese Overseas Provinces between 1951 and 1952, during which he observed Portuguese colonial practices firsthand and gathered material to expand the ideas developed in *Casa-Grande & Senzala* into a broader framework, conceptualizing Lusotropicalism, the notion that Portuguese colonization differed from others due to cultural interpenetration and a Christ-centered orientation. At a time of increasing pressure for decolonization, Freyre's Lusotropicalism was adopted by the Portuguese Estado Novo in international forums, particularly at the United Nations. Finally, the study examines whether Brazilian integralists, staunch defenders of Portuguese colonialism, incorporated elements of Freyre's ideas into their discourse. This thesis contributes to a comparative understanding of two key twentieth-century intellectuals and seeks to further complicate debates on race within Brazilian integralism as well as transnational intellectual exchanges between Brazil and Portugal.

Keywords: Gilberto Freyre; Plínio Salgado; integralism; Lusotropicalism; Portugal; Salazarism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Cultura
ABL	Academia Brasileira de Letras
AIB	Ação Integralista Brasileira
AIPB	Ação Imperial Patrionovista Brasileira
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CADC	Centro Acadêmico da Democracia Cristã
CCTA	Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FNB	Frente Negra Brasileira
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SEP	Sociedade de Estudos Políticos
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCP	Universidade Católica Portuguesa
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 A GÊNESE DE UM DISCURSO RACIAL: TRADIÇÃO IBÉRICA, CATOLICISMO E RAÇA 23

2.1 GILBERTO FREYRE: VIDA E OBRA 29

2.2 PLÍNIO SALGADO: VIDA E OBRA 41

2.3 A INFLUÊNCIA DE ANTÓNIO SARDINHA E DO INTEGRALISMO LUSITANO SOBRE GILBERTO FREYRE E PLÍNIO SALGADO 57

2.3.1 António Sardinha: trajetória intelectual e conversão antiliberal 59

2.3.2 As principais ideias do integralismo lusitano 66

2.3.3 O hispanismo de António Sardinha 73

2.3.4 Sardinha e os intelectuais brasileiros: Gilberto Freyre e Plínio Salgado 82

3 A CONSTRUÇÃO DA MISCIGENAÇÃO COMO CATEGORIA DE INTERPRETAÇÃO DA NACIONALIDADE EM GILBERTO FREYRE E PLÍNIO SALGADO 93

3.1 BREVE HISTÓRICO DA IDEIA DE MISCIGENAÇÃO NO BRASIL 94

3.2 ANOS 1920: A FORMAÇÃO DE PLÍNIO SALGADO E GILBERTO FREYRE 108

3.2.1 Plínio Salgado: envolvimento com o Modernismo conservador 109

3.2.1.1 O romance O estrangeiro 116

3.2.2 Gilberto Freyre: formação internacional e movimento regionalista 124

3.3 ANOS 1930: CONSOLIDAÇÃO DA IDEIA DE MISCIGENAÇÃO EM PLÍNIO SALGADO E GILBERTO FREYRE 140

3.3.1 A formação da Ação Integralista Brasileira e a questão racial no integralismo 141

3.3.2 Gilberto Freyre: *Casa-grande & senzala* e a mudança de paradigma na ideia de miscigenação 156

3.4 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NO DEBATE SOBRE A MISCIGENAÇÃO 164

4 DO BRASIL A PORTUGAL – AS EXPERIÊNCIAS PORTUGUESAS DE GILBERTO FREYRE E PLÍNIO SALGADO: LUSOTROPICALISMO E ESPIRITUALISMO COMO CONSEQUÊNCIAS 175

4.1 AS IDEIAS CENTRAIS DE *CASA-GRANDE & SENZALA* E O POSTERIOR DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE LUSOTROPICALISMO 176

4.2 O MOMENTO PORTUGUÊS DE GILBERTO FREYRE: A VIAGEM ÀS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS E O LUSOTROPICALISMO 180
4.3 O MOMENTO PORTUGUÊS DE PLÍNIO SALGADO: SEU EXÍLIO E SUA APROXIMAÇÃO COM O SALAZARISMO (1939-1946) 215
4.4 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE O PENSAMENTO DE GILBERTO FREYRE E PLÍNIO SALGADO: LUSOTROPICALISMO E LUSO-BRASILEIRISMO 227
5 "UM IMENSO PORTUGAL?" – AS PRESSÕES PELA DESCOLONIZAÇÃO AFRICANA E A DEFESA DO COLONIALISMO EM PLÍNIO SALGADO E GILBERTO FREYRE 243
5.1 PORTUGAL E AS NAÇÕES UNIDAS: DEFESA DO COLONIALISMO E O ARGUMENTO LUSOTROPICAL 244
5.2 O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR: A NOVA ETAPA DO MOVIMENTO INTEGRALISTA 261
5.2.1 A formação e a trajetória política do Partido de Representação Popular 263
5.2.2 A imprensa do Partido de Representação Popular 272
5.3 DE "PLÍNIO SALAZAR" A "PLÍNIO LUSOTROPICAL"? UMA ANÁLISE DO INTEGRALISMO DO PÓS-GUERRA SEGUNDO O PERIÓDICO *A MARCHA* ... 277
5.3.1 A questão racial no Partido de Representação Popular e a comparação com a Ação Integralista Brasileira 277
5.3.2 As relações luso-brasileiras 283
5.3.3 O colonialismo segundo Salgado: um Plínio lusotropical? 317
6 CONCLUSÃO 324
REFERÊNCIAS 329
PERIÓDICOS 329
FONTES 331
GILBERTO FREYRE 332
Periódicos 332
Obras diversas 333
PLÍNIO SALGADO 334
Periódicos 334
Obras diversas 334
BIBLIOGRAFIA 335

1 INTRODUÇÃO

A presente tese resulta de uma investigação sobre o integralismo iniciada há onze anos, ainda durante a graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Naquele período, atuei[3] como bolsista no Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular (AIB/PRP) do Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da universidade.

À época, ao realizar uma leitura panorâmica do jornal *A Marcha*, órgão oficial do integralismo entre 1953 e 1965, deparei-me com a coluna cinematográfica de Ironides Rodrigues. Seus escritos chamaram a minha atenção tanto pela vasta erudição quanto pela orientação católica. Rapidamente, percebi que Rodrigues abordava temas como a denúncia do racismo em determinados filmes, bem como a valorização do artista negro no Brasil. Tal constatação causou-me grande surpresa, uma vez que não esperava encontrar esse tipo de abordagem em um periódico integralista.

A partir daí, a investigação sobre o integralismo passou a ter como foco a questão racial no movimento, resultando no trabalho de conclusão de curso *As colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para o jornal A Marcha (1956-1957)*[4] e, ampliando o escopo dessa primeira pesquisa, a dissertação de mestrado *A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para A Marcha (1954-1962)*.[5] Para o doutorado, cogitei, inicialmente, ampliar ainda mais escopo do estudo, de modo a investigar a questão racial no integralismo em sua totalidade, incluindo também a análise da participação de diversos intelectuais negros no movimento.

Com o avanço da pesquisa, contudo, a leitura e a análise do jornal *A Marcha* evidenciaram a centralidade crescente de Portugal e de suas questões coloniais no periódico. Mantendo o foco na conceitualização da questão racial, levantei a hipótese de que o integralismo poderia ter sido influenciado pelo lusotropicalismo de Gilberto Freyre, instrumentalizado pelo Estado Novo português, sob a liderança de António de Oliveira

---

[3] Optei por redigir a primeira parte desta seção em primeira pessoa, visto que trato de minha trajetória acadêmica e de vida, bem como de minhas próprias percepções.

[4] PREDEBON, Gabriel Soares. **As colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para o jornal *A Marcha* (1956-1957).** 2015. Monografia (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

[5] *Id*. **A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para *A Marcha* (1954-1962).** 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

Salazar, como argumento para a manutenção do Império Colonial em uma conjuntura favorável à descolonização.

Nesse contexto, a partir de uma bolsa concedida pela Capes para a realização de estágio no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, a permanência em Portugal revelou-se decisiva para o refinamento do objeto desta tese. Durante a pesquisa no Arquivo Oliveira Salazar, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tornou-se evidente que o lusotropicalismo foi, de fato, um elemento relevante nos debates diplomáticos internacionais, além de figurar como argumento recorrente perante a opinião pública portuguesa e estrangeira. Ainda assim, relatórios e missões de estudos confidenciais do próprio regime indicavam, reiteradamente, que o colonialismo português não se fundamentava apenas em um suposto espírito fraternal ou em uma missão civilizadora de matriz cristã.

Nesse percurso, a figura de Gilberto Freyre adquiriu maior centralidade na pesquisa. Sua notável viagem às Províncias Ultramarinas, entre 1951 e 1952, bem como sua associação ao regime, reforçaram a hipótese de que o integralismo, por intermédio de Portugal, também teria sido influenciado pelas ideias freyreanas. Ao mesmo tempo, a leitura de textos de Plínio Salgado evidenciou que o líder integralista – reconhecido defensor do Estado Novo português – também sustentava a valorização da miscigenação como elemento positivo na formação nacional brasileira, o que despertou a necessidade de investigar possíveis influências freyreanas em sua obra anterior.

Um episódio em particular impulsionou a formulação de uma abordagem comparativa entre esses dois intelectuais: o lançamento, na Universidade Católica Portuguesa[6], da obra *Tempo de exílio: correspondência de António Sardinha*, que reúne cartas trocadas entre António Sardinha e sua esposa, organizadas pela professora Ana Isabel Sardinha Desvignes.[7] O interesse por Sardinha decorria tanto de sua influência sobre Plínio Salgado, por meio do integralismo lusitano, quanto de sua relação com Gilberto Freyre, evidenciada pela correspondência mantida entre ambos e pelos vínculos de amizade que estabeleceram. Desse modo, delineou-se uma base consistente para a comparação entre o pensamento de Salgado e Freyre: as estreitas relações com Portugal, a influência de Sardinha e do iberismo, as aproximações com o Estado Novo, a defesa do

[6] Agradeço ao professor Nuno Estêvão Ferreira pelo convite para participar desse evento, que se revelou decisivo para o desenvolvimento desta pesquisa.

[7] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

colonialismo português e, por fim, a valorização da miscigenação – ainda que formulada por cada autor sob perspectivas e finalidades distintas.

A comparação entre o pensamento de Plínio Salgado e Gilberto Freyre ainda é pouco explorada na historiografia, constituindo, assim, uma das contribuições deste trabalho. Parte-se da percepção de que, embora largamente divergentes em diversos aspectos fundamentais de suas opiniões e visões de mundo, ambos os autores compartilham uma sensibilidade tradicionalista que os levou, em determinadas questões, à formulação de posições semelhantes. Nesse sentido, ao mobilizar o conceito de *cultura política*[8], entendido como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas que fornece uma leitura comum do passado e inspira projetos futuros, é possível situar ambos os autores no interior de uma cultura política conservadora, marcada por sensibilidades tradicionalistas.

Isso não implica considerá-los correligionários de projetos afins, mas reconhecer que compartilham críticas à modernidade e ao liberalismo, expressas, por exemplo, na defesa da vocação agrária brasileira; na crítica ao individualismo – por eles associado a sociedades protestantes e considerado inadequado ao caráter católico do Brasil –; na valorização da miscigenação; na defesa da tradição ibérica; e na interpretação da colonização portuguesa do Brasil como elemento benéfico para a formação nacional.

Portugal, nesse contexto, surge para ambos como uma instância de legitimação de seus projetos intelectuais. Para Salgado, especialmente durante o exílio, representa uma forma de reancoragem doutrinária, na qual busca legitimação política e espiritual para seu projeto político autoritário. Para Freyre, por sua vez, configura-se como espaço de legitimação internacional de sua interpretação da mestiçagem. Em diferentes registros, ambos procuram posicionar o Brasil – e, de modo mais amplo, o mundo luso-brasileiro – diante da conjuntura turbulenta do pós-guerra, marcada pela polarização entre o liberalismo norte-americano e o comunismo soviético, sistemas que os dois autores rechaçavam.

Após esta introdução, a segunda seção deste trabalho, "A gênese de um discurso racial: tradição ibérica, catolicismo e raça", dedica-se, inicialmente, à apresentação das trajetórias dos dois intelectuais – Plínio Salgado, apesar de sua notória trajetória política, é aqui abordado sob a categoria intelectual, sem prejuízo da análise dos desdobramentos

[8] BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In:* RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-364.

políticos de sua atuação. Ainda que não se trate de uma exposição exaustiva, a reconstrução de seus percursos justifica-se pela longa duração de suas intervenções no debate público brasileiro, que se estenderam por mais de meio século. Assim, busca-se evidenciar as inflexões de suas trajetórias, como no caso de Plínio Salgado, cujas formulações nos anos 1930 diferem significativamente daquelas elaboradas nas décadas posteriores (1950). Da mesma forma, no caso de Freyre, procura-se demonstrar que a gênese do lusotropicalismo não se deu de forma fortuita, e sim de um esforço investigativo que remonta a pelo menos duas décadas anteriores à sua conceitualização formal.

Na sequência, analisa-se a atuação e os engajamentos de António Sardinha, cuja vida, embora breve, foi marcada por intensa participação pública, intelectual e política, sobretudo no âmbito monarquista. A análise de seu pensamento, bem como das origens do integralismo lusitano, mostra-se relevante para a compreensão do surgimento do integralismo brasileiro, que, apesar de se reivindicar um movimento original – à semelhança de seu congênere lusitano –, recebeu influências diversas, como as da Action Française, de Charles Maurras, e da encíclica *Rerum Novarum*, marco inaugural da doutrina social da Igreja.

Além disso, notadamente em sua obra *A aliança peninsular*[9], o intelectual português, ao defender a então controversa aproximação com a Espanha, contribuiu para o fortalecimento do iberismo de Gilberto Freyre, que já dialogava com autores de referência sobre o assunto, como Miguel de Unamuno e Ángel Ganivet. Esse elemento constitui, aliás, um dos aspectos distintos e constantes do pensamento freyreano ao longo de sua trajetória. Também se analisa a influência de Sardinha sobre Jackson de Figueiredo e sobre os intelectuais católicos vinculados ao Centro Dom Vital, instituição fundada em 1922 que conclamava a atuação destacada dos católicos na vida nacional e exerceu influência sobre o integralismo brasileiro.

Nesse sentido, observa-se a contribuição da noção de intelectual proposta por Jean-François Sirinelli[10], que permite apreender essa categoria de forma dinâmica: ora como mediadores culturais em sentido amplo, ora a partir de uma perspectiva mais estreita, alicerçada no engajamento político. A essa noção somam-se as redes de sociabilidade,

---

[9] SARDINHA, António. **A aliança peninsular:** antecedentes e possibilidades. Porto: Livraria Civilização, 1930.

[10] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In:* RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

também propostas pelo historiador francês, que evidenciam a existência de uma ampla circularidade cultural no âmbito luso-brasileiro.

A terceira seção, "Desdobramentos, apreensões e usos políticos de um discurso: a miscigenação para Plínio Salgado e Gilberto Freyre", dedica-se a analisar a gênese da ideia de miscigenação em ambos os autores, com vistas a compará-la no que convergem e no que divergem. Tal procedimento é fundamental para evitar uma comparação artificial entre intelectuais tão distintos – uma das preocupações que atravessa o presente trabalho. Assim, ainda que se identifiquem aproximações em determinados momentos, ressalta-se que suas divergências são igualmente significativas.

A ideia de miscigenação constitui um desses eixos de análise. Para Plínio Salgado, representa uma etapa fundamental na construção do ideal integralista de uma raça brasileira, forte e unificada, livre de influências estrangeiras e orientada por um objetivo integracionista voltado à realização do Estado integral. Nesse caso, observa-se que a valorização do tema se apoia em uma leitura romântica da história nacional, na qual os indígenas teriam sido incorporados por meio do matrimônio cristão, enquanto a escravidão é relativizada, tendo seus horrores mencionados apenas de forma breve.

Já em Gilberto Freyre, a miscigenação aparece como um elemento explicativo da formação social brasileira, sem se vincular diretamente a um projeto político explícito. Amparado na ideia de equilíbrio de antagonismos, Freyre não nega a barbárie da escravidão, mas ressalta os processos de interpenetração de culturas, as relações de intimidade e as trocas culturais entre senhores e escravizados, concebendo a formação brasileira como um processo histórico ambivalente, mais do que um projeto político explícito, como ocorre em Salgado.

A formação de tais ideias é indissociável da trajetória intelectual desses autores, aspecto analisado com maior detalhamento nessa seção. Nesse sentido, Freyre empreende seu projeto acadêmico com base em uma sólida formação acadêmica internacional, iniciada na Universidade Baylor, no Texas, e posteriormente consolidada na prestigiada Universidade de Columbia, em Nova York. Sob a influência do antropólogo Franz Boas, responsável por estabelecer a distinção entre raça e cultura, o jovem Freyre pôde conduzir seus estudos afastando-se das premissas racistas e pessimistas acerca da formação e do futuro brasileiro, então em voga no início do século XX. Além disso, ao retornar ao Brasil e engajar-se no movimento regionalista, buscou no passado elementos para se posicionar no presente, em contraposição ao Modernismo de São Paulo, que, por sua vez, constituiu a "escola de formação" de Salgado.

Diferentemente de Freyre, Plínio Salgado não frequentou a universidade, tendo sido um autodidata influenciado pelo catolicismo materno e pelo nacionalismo de seu pai. Natural de São Bento do Sapucaí, no interior de São Paulo, sua chegada à capital e seu envolvimento com o Modernismo marcaram sua ascensão intelectual e política. Salgado chegou a ler em uma conferência na Semana de Arte Moderna de 1922, mas, embora tenha sido reconhecido por figuras centrais do movimento, como Mário e Oswald de Andrade, vinculou-se às suas vertentes mais conservadoras.

Ao lado de Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, integrou o Movimento Verde-Amarelo, ou Movimento Verde-Amarelismo, e sua vertente mais radical, a Escola da Anta, sendo um de seus redatores. A ideia de miscigenação já se fazia presente nesses círculos, sobretudo na valorização da herança indígena tupi como elemento de brasilidade comum a todos os brasileiros, independentemente de sua origem. Paralelamente, seu romance *O estrangeiro*[11], publicado em 1926, lhe conferiu destaque no cenário literário, antecipando temas caros ao integralismo, como o anticosmopolitismo e a tensões entre o sertão e o litoral, o imigrante e o homem da terra.

Para ambos os autores, a década de 1930 representou o momento de lançamento de seus projetos mais ambiciosos. No caso de Freyre, com a publicação de obras seminais como *Casa-grande & senzala*[12], em 1933, e *Sobrados e mucambos*[13], em 1936, que redefiniram profundamente o imaginário brasileiro no que concerne à miscigenação, apresentando-a como motivo de orgulho e algo a ser valorizado, em contraposição às teorias racistas que circulavam naquela conjuntura. Já para Salgado, esse período corresponde à fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, o movimento fascista de maior expressão fora da Europa, marcando sua transição do campo literário para a atuação política. Em seus textos de caráter político-teórico, como *A quarta humanidade*[14] e *Psicologia da revolução*[15], a miscigenação é tratada como formadora da sociedade brasileira de forma positiva, com preponderância do elemento tupi.

Dessa forma, nota-se que, ao final da década de 1930, as figuras de Plínio Salgado e Gilberto Freyre estavam consolidadas em suas respectivas esferas: Freyre como intelectual de referência no pensamento social brasileiro e Salgado como líder político do integralismo, expressão máxima do fascismo em território nacional. Os desdobramentos

---

[11] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926.
[12] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022.
[13] *Id*. **Sobrados e mucambos.** São Paulo: Global, 2013.
[14] SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934.
[15] *Id*. **Psicologia da revolução.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953.

das atuações de ambos os intelectuais, ao longo das décadas seguintes, são tributários dos acontecimentos desse período.

A partir da década de 1940, um elemento já presente na vida e obra dos dois autores ganha destaque: a relação com Portugal, tema central da quarta seção, intitulada "Do Brasil a Portugal – as experiências portuguesas de Gilberto Freyre e Plínio Salgado: lusotropicalismo e espiritualismo como consequências". Ambos os autores passaram por momentos definidores de suas trajetórias em Portugal. No caso de Plínio Salgado, durante o exílio, entre os anos de 1939 e 1946, após a fracassada tentativa de golpe contra Getúlio Vargas, em 1938; no caso de Freyre, durante sua viagem às Províncias Ultramarinas, entre 1951 e 1952, a convite do então ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues.

Para Salgado, os anos passados em Portugal foram fundamentais para uma reconfiguração do discurso integralista, baseado na acentuação do caráter espiritualista do movimento. Diante do desgaste político decorrente de sua tentativa de golpe e, posteriormente, da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1944, ao lado dos Aliados, o político Plínio Salgado buscou, em Portugal, se apresentar como escritor católico – esforço bem-sucedido. No país europeu, publicou uma de suas obras de maior repercussão, *Vida de Jesus*[16], que foi amplamente acolhida e estabeleceu vínculos com a intelectualidade católica e conservadora, o que contribuiu decisivamente para uma mudança de eixo, no qual as suas tendências fascistas passaram ao segundo plano.

Assim, manteve relações amistosas também com os membros remanescentes do integralismo lusitano de António Sardinha. Suas conferências de caráter religioso foram bem recebidas, inclusive pela figura máxima do catolicismo português, o cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira. O cardeal manteve estreita relação com o ditador Salazar, que foi seu colega na Universidade de Coimbra e com quem estabeleceu duradouros laços de amizade. No exílio, Salgado identificou no salazarismo um modelo de ação política a ser implementado no seu regresso ao Brasil, por ser compatível com seus ideais: um Estado forte, centralizado, católico e corporativista, sem a conotação explícita de fascismo.

Outro aspecto relevante do seu exílio foi a consolidação de sua identidade como luso-brasileiro. Portugal já desempenhava um papel preponderante nos textos históricos de Salgado, tendo em vista que, para ele, a história brasileira começou com a formação do reino português, ainda na Idade Média. A partir de sua inserção nos círculos intelectuais

[16] SALGADO, Plínio. **Vida de Jesus.** São Paulo: Ática, 1951.

portugueses, essa identificação passou a desempenhar papel central em sua atuação política posterior no Brasil, especialmente na defesa dos interesses portugueses no pós-guerra, quando a descolonização passou à ordem do dia e o regime era pressionado cada vez mais, eclodindo nas guerras coloniais, em 1961. Dessa forma, ao retornar ao Brasil em 1946, já havia reorientado os rumos do integralismo, com base na intensificação de seu aspecto cristão, na adoção do salazarismo como modelo político e no acentuado anticomunismo, presente desde a década de 1930.

Para Gilberto Freyre, embora suas relações com Portugal remontem à década de 1920, a viagem às Províncias Ultramarinas foi decisiva para a consolidação de sua ideia do lusotropicalismo, segundo o qual os portugueses teriam uma especial aptidão para a colonização de áreas tropicais, devido a sua aclimatabilidade, à miscibilidade (aspecto em que o caso brasileiro era eloquente) e ao cristocentrismo da colonização portuguesa. A viagem representou a oportunidade de "provar" *in loco* as suas intuições. Após visitar as colônias africanas e Goa, Freyre conceitualizou formalmente o lusotropicalismo e publicou uma série de obras, como: *Um brasileiro em terras portuguesas*[17] e *Aventura & rotina*[18], ambas de 1953; *Integração portuguesa nos trópicos*[19], de 1958, e *O luso e o trópico*[20], de 1961, em que o conceito foi trabalhado e expandido para uma formação de uma nova ciência interdisciplinar, com vistas a estudar as formas e os modos de vida nas áreas tropicais colonizadas por portugueses.

Seu trabalho não passou despercebido pelas autoridades portuguesas, que utilizaram do prestígio e da credibilidade internacional de Freyre para se defender das acusações que recebiam nos fóruns internacionais. Entretanto, como apontam autores como João Alberto da Costa Pinto[21] e Alberto Luiz Schneider[22], o lusotropicalismo de Freyre não significa uma espécie de retorno à primazia da metrópole, mas um projeto no qual o protagonismo caberia ao Brasil, que aspirava a posição central como laboratório dessas experiências.

---

[17] FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010.
[18] *Id.* **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953.
[19] *Id.* **Integração portuguesa nos trópicos.** Lisboa: Junta de. Investigações do Ultramar, 1958.
[20] *Id.* **O luso e o trópico.** Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
[21] PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, v. XI, n. 6, jun. 2009.
[22] SCHNEIDER, Alberto Luiz. A centralidade do Brasil no discurso luso-tropical de Gilberto Freyre na revista *O Cruzeiro* (1952-1961). **Varia Historia**, v. 41, p. 1-39, 2025.

A quarta seção busca, portanto, demonstrar como Portugal operou como instância de legitimação para ambos os autores em momentos distintos de suas trajetórias: para Salgado, na reconfiguração do integralismo no período democrático; para Freyre, na expansão de sua interpretação da formação brasileira para as demais áreas de colonização portuguesa, visando à liderança de um mundo hispano-tropical.

Na quinta seção, "'Um imenso Portugal?' – As pressões pela descolonização africana e a defesa do colonialismo em Plínio Salgado e Gilberto Freyre", analisa-se a hipótese de influência do lusotropicalismo freyreano sobre o integralismo no contexto das pressões pela descolonização. Inicialmente, procedeu-se à análise das tensões diplomáticas enfrentadas por Portugal nas décadas de 1950 e 1960. Essa seção visa contextualizar a conjuntura em que o lusotropicalismo foi adotado pela diplomacia portuguesa em seus embates nas Nações Unidas.

Do mesmo modo, contribui para a compreensão das dificuldades de sobrevivência da ditadura portuguesa no contexto do pós-guerra – a exemplo do que também ocorreu com a Espanha –, evidenciadas em episódios como a cessão dos Açores como base militar durante a Segunda Guerra Mundial, o financiamento por meio do Plano Marshall, a entrada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, por fim, na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1956. Os debates e as sanções da ONU foram fundamentais para a mobilização do regime em defesa de suas colônias, consideradas como espinha dorsal da nação portuguesa.

Após essa discussão, analisa-se a formação do Partido de Representação Popular (PRP), expressão do integralismo entre 1945 e 1965. Percebe-se como o integralismo foi reconfigurado nos moldes que Plínio Salgado orientou após o seu exílio, com a acentuação do anticomunismo e do espiritualismo como fiadores da sobrevivência partidária no período. Ademais, analisa-se a imprensa integralista no pós-guerra, pois trata-se de um suporte privilegiado para compreender a atuação integralista, e a questão racial no partido, buscando perceber rupturas ou continuidades em relação aos tempos da extinta AIB. A análise da questão racial é relevante porque propõe investigar se, com a intensificação das pressões sobre Portugal, o movimento integralista teria se mostrado mais sensível à questão.

Por fim, examina-se a posição integralista diante das questões mais explicitamente ligadas a Portugal, com vistas a compreender como se estruturava essa defesa e se, efetivamente, estava pautada no lusotropicalismo freyreano. Para tanto, analisa-se a presença do tema ao longo da existência do jornal integralista *A Marcha*, no qual

referências a Portugal aparecem desde seus primeiros números, publicados a partir de 1953. Concede-se, contudo, especial atenção ao ano de 1961, considerado como o *annus horribilis* do Estado Novo português, em razão da eclosão da Guerra Colonial em Angola, da intensificação das pressões internacionais e da incorporação do Estado Português da Índia pela União Indiana, sob Jawaharlal Nehru.

A análise evidencia que o argumento lusotropical esteve presente na defesa de Portugal por parte dos integralistas, embora não constituísse a sua principal estratégia, papel que coube ao virulento anticomunismo integralista. Desse modo, a hipótese de um "Plínio lusotropical" confirma-se apenas de forma parcial, ainda que em consonância com posições já sustentadas pelo líder integralista ao longo de sua trajetória.

Ademais, busca-se comparar como Gilberto Freyre tratou os temas mais palpitantes relacionados a Portugal naquele contexto, como por ocasião da visita do presidente português, general Craveiro Lopes, em 1957, e das crescentes pressões internacionais, em 1961. Observa-se que, neste último momento, Freyre já procurava enfatizar o papel do Brasil como liderança de um bloco internacional tropical, evitando uma defesa explícita da atuação portuguesa. Seu lusotropicalismo, nesse sentido, admitia a possibilidade de independência das colônias portuguesas, desde que estas alcançassem um grau de maturidade política e econômica que, à época, ainda não possuíam.

As fontes mobilizadas nesta pesquisa são variadas, abrangendo correspondências pessoais, ofícios diplomáticos, discursos oficiais, imprensa escrita e obras publicadas dos autores em questão. Destaca-se a pesquisa realizada em acervos portugueses, especialmente no Arquivo Oliveira Salazar, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; no Arquivo Histórico Ultramarino, cujos documentos foram fundamentais para a compreensão da viagem de Freyre às colônias portuguesas; no Arquivo RTP (Rádio e Televisão de Portugal), em que foi possível identificar passagens de Plínio Salgado pela imprensa portuguesa; e no Arquivo Histórico-Diplomático dos Negócios Estrangeiros, onde se identificaram fontes a respeito das relações entre Brasil e Portugal, revelando a atenção especial conferida ao Brasil por parte das autoridades portuguesas.

Ademais, foram consultados materiais na Biblioteca Nacional de Portugal, incluindo as obras e os espólios de José Osório de Oliveira e de António Sardinha, este último depositado na Universidade Católica Portuguesa. No Brasil, destacam-se o Acervo AIB/PRP do Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS, fundamental para o estudo da imprensa e das obras integralistas, assim como o Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, detentor do Fundo Plínio Salgado, e a Hemeroteca

Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional do Brasil, que possibilitou o acesso a inúmeras publicações periódicas. Além disso, foi de grande valia o acervo digital depositado no Laboratório de História Política e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (LAHPS/UFJF), que reúne uma série de fontes referentes ao integralismo e estão disponíveis para investigações.[23]

Em síntese, esta tese propõe uma leitura comparada entre Plínio Salgado e Gilberto Freyre, evidenciando não apenas suas divergências, amplamente reconhecidas, mas também as convergências que os aproximam no interior de uma cultura política conservadora, marcada por sensibilidades tradicionalistas. Busca-se, assim, oferecer um enfoque distinto sobre a questão racial no integralismo e sobre a circulação de ideias no âmbito luso-brasileiro. Ao deslocar o foco de análises isoladas para uma abordagem relacional, o trabalho ilumina a centralidade da miscigenação, da tradição ibérica e da experiência portuguesa como elementos estruturantes de seus projetos intelectuais.

Desse modo, ao enfatizar as conexões transnacionais entre Brasil e Portugal, bem como os usos políticos dessas ideias no contexto do século XX, a pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla das formas pelas quais se construíram interpretações sobre a nacionalidade brasileira e seus desdobramentos no campo político e intelectual. Nesse sentido, ao articular história intelectual, história política e circulação de ideias, a tese procura oferecer uma interpretação que complexifica o lugar desses autores no pensamento social brasileiro, ressaltando tanto suas especificidades quanto os pontos de contato que permitem situá-los em um mesmo horizonte de problemas e expectativas.

[23] O acervo é constituído por documentos de diversas procedências, resultantes das pesquisas do Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves, que, ao longo dos últimos vinte anos, reuniu materiais arquivísticos e os disponibiliza para consulta discente.

2 A GÊNESE DE UM DISCURSO RACIAL: TRADIÇÃO IBÉRICA, CATOLICISMO E RAÇA

Esta seção visa realizar uma genealogia dos discursos que levaram os escritores Plínio Salgado e Gilberto Freyre a formularem suas ideias sobre história, política e relações étnico-raciais. Os dois escritores, em que pese o impacto distinto de suas obras e envolvimentos políticos, raramente são analisados em conjunto. Pode-se pensar, à primeira vista, que sejam mesmo figuras antípodas. Entretanto, a análise de suas influências e de seus engajamentos revela momentos de convergência de certas ideias. Entre os pontos em comum compartilhados pelos dois, observa-se a influência de um pensamento de tradição iberista que tende a valorar positivamente o impacto da colonização portuguesa no Brasil e, consequentemente, da colonização espanhola sobre o restante da América Latina.

Embora Gilberto Freyre seja primordialmente lembrado como um sociólogo fundamental – e até mesmo polêmico – que revolucionou a forma como os brasileiros se percebem, também manteve, ao longo de toda a sua trajetória, um envolvimento constante com a vida política. Seus vínculos com o salazarismo, que serão analisados mais adiante neste trabalho, com a política institucional (foi deputado federal pela União Democrática Nacional entre 1946 e 1950) e a proximidade com a ditadura civil-militar de 1964 não podem ser menosprezados.

Em contrapartida, se costuma pensar em Plínio Salgado como sendo a face do integralismo brasileiro, do qual foi o líder máximo desde a fundação da AIB, em 1932, até a sua morte, em 1975. Salgado, entretanto, destacou-se também como intelectual em meios conservadores. Envolveu-se com o Modernismo na década de 1920, quando escreveu o notável romance *O estrangeiro*[24], cujo sucesso impulsionou sua carreira política inicial. Ao longo de toda a sua vida, escreveu romances e, além das narrativas longas, produziu diversos ensaios políticos, poemários e obras de cunho religioso.

A dupla dimensão – intelectual e política – dos personagens em questão requer uma abordagem metodológica que possibilite a análise de trajetórias individuais, da circularidade de ideias e das redes de sociabilidades. Dessa forma, as contribuições do historiador francês Jean-François Sirinelli[25] mostram-se bastante pertinentes ao objetivo deste trabalho, uma vez que sua noção de intelectual articula dois aspectos distintos: um

---

[24] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926.

[25] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In:* RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

mais tradicional e amplo, baseado na noção de "mediação cultural" exercida pelos intelectuais; e um mais estreito, focado em seus engajamentos políticos. Para Sirinelli[26], as duas noções (ambas de natureza sociocultural) não são excludentes e devem ser articuladas em conjunto. O historiador deve ter a cautela de agir, entretanto, com um "olhar fotográfico", ora privilegiando o primeiro aspecto, ora o segundo.

Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen[27], ao trabalharem com o conceito de intelectuais mediadores, destacam que estes podem produzir para diversos públicos, sem necessária perda do rigor de suas contribuições:

> Do mesmo modo, um autor de livros acadêmicos pode se dedicar a escrever livros de divulgação cultural ou livros escolares/didáticos, que não deixam a dever ao rigor de sua ciência, assumindo somente outros suportes e linguagens, por se dirigirem a outros leitores. Quer dizer, diferentes intenções e públicos produzem outros tipos de bem cultural. O que se quer sublinhar com tais exemplos é que um mesmo intelectual pode ser "criador" e "mediador"; pode ser só "criador" ou só "mediador"; ou pode ser "mediador" em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o qual dialoga. Essas opções não devem ser consideradas posições fixas, do mesmo modo que não há identidades profissionais ou pessoais fixas e imutáveis.

Este entendimento é oportuno neste trabalho, pois, como se verá, tanto Freyre quanto Salgado lidaram com públicos bastante diversos em suas trajetórias, possuindo notadamente uma larga contribuição à imprensa.

As redes de sociabilidade também constituem objeto de análise relevante para a compreensão da atuação dos intelectuais. Tais redes, que possuem caráter por vezes afetivo-político, podem auxiliar a preencher lacunas sobre determinados engajamentos tomados ao longo de suas trajetórias. Os casos de Freyre e Salgado não são exceção. Veremos, ainda nesta seção, como Freyre manteve colaboração intelectual e laços afetivos com António Sardinha, uma das lideranças do integralismo lusitano. Sardinha, por sua vez, contribuiu com os intelectuais católicos brasileiros ligados ao Centro Dom Vital e à revista *A Ordem*, em especial Jackson de Figueiredo.

---

[26] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In:* RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

[27] GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. *In:* GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores:** práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 22.

Sirinelli[28], aliás, destaca as revistas como importante cenário de florescimento das redes de sociabilidade. Plínio Salgado, que também foi influenciado pelo Centro Dom Vital, teve sua inserção na arena política favorecida pelos vínculos com poetas modernistas ligados ao Partido Republicano Paulista. Em seu exílio, na década de 1940, em Portugal, inseriu-se nos meios conservadores católicos portugueses com o auxílio de ex-membros do integralismo lusitano.

O enquadramento metodológico proposto permite, portanto, abordar de forma mais rigorosa os engajamentos, as afinidades e as influências intelectuais na trajetória de ambos os autores. Entre os pontos convergentes determinantes para seus projetos intelectuais posteriores, cabe destacar a relevância do integralismo lusitano e, em especial, a figura de António Sardinha. Embora com peso variável em relação aos dois autores analisados, ambos são tributários da influência de Sardinha e de sua visão, que reivindicava uma lente hispanista de interpretação histórica. Observam-se, nesse sentido, relações de proximidade pessoal com Freyre e de afinidade intelectual com Salgado, além da circularidade de ideias entre o português e os intelectuais do Centro Dom Vital.

Com base no exposto, objetiva-se apontar como a matriz "hispanista" produziu desdobramentos distintos nas trajetórias de Gilberto Freyre e Plínio Salgado. Entretanto, ressalta-se que essas trajetórias não são totalmente tributárias apenas do hispanismo: Freyre articulou as influências hispanistas em seu projeto sociológico inovador, associado à influência decisiva de seus estudos com Franz Boas, nos Estados Unidos. Salgado, por sua vez, não frequentou a universidade e amadureceu intelectualmente sob o impacto do Modernismo nacionalista da década de 1920.

Outra categoria operativa nesta pesquisa, para poder proceder com a comparação entre ambos os intelectuais em questão, é a cultura política. Aqui se destaca a conceitualização francesa de cultura política, como trabalhadas por Bernstein[29] e Cefaï[30]. São abordagens distintas, mas que podem se complementar, oferecendo uma possibilidade analítica mais complexa na abordagem de trajetórias tão distintas.

Para Bernstein, o estudo da cultura política é fundamental para responder à complexa questão envolvendo os motivos que levam à ação política. Nesse sentido, o

---

[28] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In:* RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

[29] BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. Vingtième Siècle. **Revue d'Histoire Année**, 1992.

[30] CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. *In:* CEFAÏ, Daniel (dir.). **Cultures politiques.** Paris: PUF, 2001.

conceito coloca-se no cruzamento da história cultural com a história política, tendo o conceito de cultura particular relevância para a compreensão da categoria. O historiador francês aponta que, de modo geral, os historiadores lançam mão de uma abordagem antropológica do conceito de cultura, segundo o qual seria o conjunto de comportamentos coletivos, de representações e de valores de uma dada sociedade.

Dessa forma, Bernstein[31] define a categoria como elementos da cultura que se aplicam ao político:

> Quanto à cultura política, ela seria o conjunto de componentes dessa cultura que se aplicam ao político, o que implica que sua extensão pode variar de um período a outro da história e de um sistema político a outro. Em outros termos, os elementos como estruturas de sociabilidade, as regras éticas, os cânones da estética, as práticas da vida privada, podem ou não, em função dessas variáveis, fazer parte da cultura política. É também reconhecer que, a solidariedade sendo profunda entre os diversos parâmetros que constituem uma cultura, a cultura política se encontra mais ou menos diretamente colorida por outros elementos constitutivos da cultura global.

Para o historiador, a cultura política é primordialmente um sistema de representações:

> Em outros termos, a cultura política, tal como se apresenta ao historiador, é um sistema de representações fundado sobre uma determinada visão de mundo, sobre uma leitura significante, senão exata, do passado histórico, sobre a escolha de um sistema institucional e de uma sociedade ideal, conformes aos modelos adotados, e que se expressa por meio de um discurso codificado, de símbolos e de ritos que a evocam sem que seja necessária qualquer outra mediação. Mas esse sistema é portador de normas e de valores positivos para aquele que adere a essa

[31] No original: "Quant à la culture politique, elle serait l'ensemble des composantes de cette culture s'appliquant au politique, ce qui implique que son extension peut varier d'une période à l'autre de l'histoire et d'un système politique à un autre. En d'autres termes, des éléments comme les structures de sociabilité, les règles éthiques, les canons de l'esthétique, les pratiques de la vie privée, peuvent ou non, en fonction de ces variables, faire partie de la culture politique. C'est aussi reconnaître que, la solidarité étant profonde entre les divers paramètres qui constituent une culture, la culture politique se trouve plus ou moins directement colorée par les autres éléments constitutifs de la culture globale" (BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. Vingtième Siècle. **Revue d'Histoire Année**, 1992. p. 68).

> cultura e constitui, assim, a medida pela qual ele avalia a validade de toda ação e de toda posição política.[32]

Para Berstein[33], a legitimidade da cultura política provém de ser uma categoria que é individual, resultante de experiências vividas e elemento decisivo para a ação futura, porém constitui também um fenômeno coletivo, pois é partilhada por um grupo mais amplo.

Já Daniel Cefaï[34] apresenta uma definição do conceito em uma perspectiva mais interacionista entre indivíduos, consistindo em atividades de enquadramento (*framing activities*). É concebida como uma práxis coletiva, na interação entre indivíduos, entre redes e organizações, que recorrem a repertórios de identificação, de narração e argumentação, de reservas de saberes ou a registros (*gisements*) de experiências:

> De um ponto de vista estritamente político, a cultura política designa operações de alinhamento de maneiras de perceber, de agir e de julgar heterogêneas, de articulação de modalidades da vida comum nas representações da coletividade, de justificação ou de denúncia das intervenções no espaço público, de legitimação ou de crítica de regras e usos do direito, de mudança de argumentos sobre o sentido dos acontecimentos, de decisões ou de ações, de confecção de bens comuns e de bens públicos. As culturas políticas aparecem indissociáveis de seus usos pragmáticos e estratégicos. Os autores se orientam e se movem nas arquiteturas semânticas que condicionam as formas de ação individual e coletiva.[35]

---

[32] No original: "En d'autres termes, la culture politique telle qu'elle apparaît à l'historien est un système de représentations fondé sur une certaine vision du monde, sur une lecture signifiante, sinon exacte, du passé historique, sur le choix d'un système institutionnel et d'une société idéale, conformes aux modèles retenus, et qui s'exprime par un discours codé, des symboles, des rites qui l'évoquent sans qu'une autre médiation soit nécessaire. Mais ce système est porteur de normes et de valeurs positives pour celui qui adhère à cette culture, et constitue ainsi l'aune à laquelle il mesure la validité de toute action et de toute position politique" (BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. Vingtième Siècle. **Revue d'Histoire Année**, 1992. p. 71).

[33] *Id.* A cultura política. *In:* RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

[34] CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. *In:* CEFAÏ, Daniel (dir.). **Cultures politiques.** Paris: PUF, 2001.

[35] No original: "D'un point de vue plus directement politique, la culture politique désigne des opérations d'alignement des manières de percevoir, d'agir et de juger hétérogènes, d'articulation des modalités du vivre-ensemble dans des représentations de la collectivité, de justification ou de dénonciation des interventions dans l'espace public, de légitimation ou de critique de règles et d'usages de droit, d'échange d'arguments sur le sens d'événements, de décisions ou d'actions, de confection de biens communs et de biens publics. Les cultures politiques apparaissent indissociables de leurs usages pragmatiques et stratégiques. Des acteurs s'orientent et se meuvent dans les architectures sémantiques qui contraignent les formes de l'action individuelle et collective" (*Ibid.*, p. 99).

Para ambos os autores, a cultura política não é algo estanque, sendo permeável pela influência das contingências e conjunturas, sofrendo influências de outras culturas políticas, ainda que mantendo um núcleo definido, sob a pena de perder a sua força e credibilidade:

> A cultura política assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflete as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades.[36]

Destacando a sua perspectiva mais alinhada às interações, Cefaï[37] aborda a mobilidade das culturas políticas da seguinte forma:

> As culturas políticas não são dadas de uma vez por todas: elas estão em perpétua transformação, por meio de sua apropriação e aplicação pelos atores em seus contextos, por meio da invenção de novas maneiras de sentir, dizer e fazer em resposta a situações inéditas, e por meio da reformulação de experiências conflituosas ou heterogêneas em novas sínteses.

Em relação aos objetivos deste trabalho, busca-se posicionar Freyre e Salgado como inseridos em uma cultura política conservadora ampla. Apesar de trajetórias, projetos intelectuais e posicionamentos políticos muito distintos, ambos mobilizavam um repertório comum de referências históricas, sensibilidades tradicionais, imagens da herança portuguesa, concepções de autoridade e interpretações da ordem social.

Salgado, de forma explícita, pode ser vinculado ao fascismo e ao reacionarismo, mantendo-se no campo conservador de maneira firme ao longo de toda a sua trajetória. Freyre, que sempre valorizou sua posição de intelectual e sua independência (ainda que suas escolhas políticas fossem conhecidas, não se vinculou "umbilicalmente" a projetos

---

[36] BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In:* RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998. p. 357.

[37] No original: "Les cultures politiques ne sont pas données une fois por toutes: elle sont en perpétuelle transformations, à travers leur appropriation et leur applications par des acteurs dans leurs contextes, à travers l'invention de nouvelles manières de sentir, de dire et de faire en réponse à des situations inédites, à travers la reformulation d'expériences conflictuelles ou hétérogènes dans de nouvelles synthèses" (CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. *In:* CEFAÏ, Daniel (dir.). **Cultures politiques.** Paris: PUF, 2001. p. 113).

políticos) parece apropriar-se de elementos oriundos de tradições diversas para colocá-los a serviço de uma reflexão sobre a nação brasileira e seus caminhos de modernização. Por isso, frequentemente ele se aproxima de determinadas culturas políticas sem se confundir integralmente com nenhuma delas, embora possa ser inserido em uma cultura política conservadora mais ampla.

2.1 GILBERTO FREYRE: VIDA E OBRA

Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) foi um dos mais importantes cientistas sociais do século XX, cuja obra articulou sociologia, história e literatura em um projeto que ofereceu uma interpretação singular da formação social brasileira. Antes de se proceder à análise de sua trajetória, cabe destacar que a fortuna crítica dedicada à sua vida e obra é ampla e diversificada, refletindo as múltiplas leituras e apropriações de seu pensamento ao longo de décadas.

Entre os principais estudos interpretativos, se destacam os trabalhos de Ricardo Benzaquen de Araújo[38], com *Guerra e paz*: *Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Essa obra procurou contestar a ideia de que Freyre teria elaborado uma visão puramente harmoniosa do passado, evidenciando como o sociólogo construiu uma perspectiva fundada no equilíbrio de antagonismos. Cabe ainda pontuar que o autor também se debruçou sobre Plínio Salgado e o integralismo, como se verá adiante.

Outro trabalho relevante sobre a obra de Freyre é o de Maria Lúcia Pallares-Burke[39], *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*, que analisa a formação internacional do sociólogo e sua inserção em circuitos intelectuais internacionais. A autora destaca, em especial, a influência da cultura britânica sobre Freyre, que se reconhecia como um "anglófilo" e mobilizou referências europeias e norte-americanas para propor uma interpretação inovadora da formação brasileira. Com Peter Burke[40], Maria Lúcia escreveu a obra *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*, obra que não se configura propriamente como uma biografia, mas, sim, como um estudo que busca

---

[38] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra e paz:** *Casa-grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

[39] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

[40] BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Repensando os trópicos:** um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

equilibrar as forças e as limitações intelectuais de Freyre, consolidando a imagem de um pensador profundamente multifacetado.

Há também a biografia intelectual de Vamireh Chacon.[41] Por ter sido próximo de Freyre, torna-se uma fonte de grande valia no tocante à sua trajetória e será bastante referenciado neste trabalho. Outro autor que se dedica à obra de Freyre é Mário Hélio Gomes de Lima[42], professor na Universidade de Salamanca e ex-diretor da Fundação Joaquim Nabuco, localizada no Recife. Élide Rugai Bastos[43] também se debruça sobre a obra de Freyre, problematizando a formação intelectual do autor e destacando suas ambivalências teóricas.

Em *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*, Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci[44] analisam a trajetória intelectual de Freyre a partir de suas experiências formativas e de sua inserção em circuitos culturais transnacionais. Os autores destacam o caráter híbrido de sua obra, que articula influências norte-americanas e ibéricas, bem como a combinação entre erudição acadêmica e escrita literária. Já os trabalhos do historiador Alberto Schneider[45] sobre Gilberto Freyre destacam as influências ibéricas em sua formação e a centralidade dessas matrizes na elaboração do lusotropicalismo. Ao analisar diferentes momentos de sua trajetória, Schneider evidencia as continuidades e ambiguidades do pensamento freyreano, contribuindo para situá-lo em um contexto transnacional.

A obra coletiva *O imperador das ideias: Gilberto Freyre em questão*, organizada por Joaquim Falcão e Maria Barboza de Araújo[46] também merece destaque. Baseada em

---

[41] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993.

[42] LIMA, Mário Hélio Gomes de. **A história íntima de Gilberto Freyre.** Recife: CEPE, 2022; *Id.* **Gilberto Freyre.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010.

[43] BASTOS, Élide Rugai. O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre. **Pró-Posições**, v. 17, n. 3 (51), p. 37-55, 2006.

[44] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 469.

[45] SCHNEIDER, Alberto Luís. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. **História da Historiografia**, n. 10, dez. 2012; *Id.* A centralidade do Brasil no discurso luso-tropical de Gilberto Freyre na revista *O Cruzeiro* (1952-1961). **Varia Historia**, v. 41, p. 1-39, 2025; *Id.* Gilberto Freyre na Imprensa: a coluna "Pessoas, coisas e animais" na revista *O Cruzeiro* (1948-1967). **Revista de História**, v. 1, p. 1-30, 2023; *Id.* Herança ibérica, preservacionismo e regionalidade como crítica à modernidade burguesa em Nordeste (1937), de Gilberto Freyre. **Anos 90**, v. 29, 2022. Doi: https://doi.org/10.22456/1983-201X.112035; *Id.* Iberismo, tradição e mestiçagem: a defesa do Nordeste brasileiro antigo no primeiro Gilberto Freyre (1920-1940). **Revista de Estudios Brasileños**, v. 7, p. 169-185, 2020.

[46] FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Maria Barboza de (org.). **O imperador das ideias:** Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

um seminário de comemoração do centenário de Freyre, a obra traz contribuições de numerosos estudiosos, como Maria Lúcia G. Pallares-Burke, Peter Burke, Evaldo Cabral de Melo, Carlos Guilherme Mota, Gabriel Cohn, entre outros.

Além disso, Gilberto Freyre[47] legou uma obra memorialística considerável, que contribui para a compreensão de sua trajetória intelectual e de suas redes de sociabilidade. Não se trata, especificamente, de autobiografias em sentido estrito, mas de textos que permitem observar Freyre como intérprete de si mesmo, revelando temas que atravessam seu projeto sociológico, como a colonização portuguesa, a mestiçagem, o catolicismo e a crítica à modernização apressada.

Vale ainda frisar que, ao longo de sua vida, Freyre exerceu ampla atuação jornalística, proferiu conferências e escreveu prefácios que constituem também fontes relevantes para a compreensão de sua obra e trajetória. Por vezes, aspectos de sua biografia são um tanto confusos:

> O próprio Freyre pode ser descrito como cúmplice nesse processo de simplificação. A invenção de Freyre inclui sua autoinvenção. Por exemplo, ele também se apresentava como um seguidor de Boas desde seus tempos de estudante. Ele gostava de espalhar boatos sobre si mesmo, como a história corrente no início dos anos 30 de que ele estava prestes a se casar com a filha de um americano milionário e iria comprar uma ilha, uma usina de açúcar e um grande jornal no Recife. Nos anos 40, ele foi criticado em um jornal pelo prazer "exibicionista" com o qual aparecia em público e posava para fotografias.[48]

Em vista da diversidade de fontes disponíveis para descrever a trajetória de Freyre[49], a pesquisa propõe, a seguir, uma breve análise de sua vida e obra para contextualizar as suas influências e suas tomadas de posição, muitas vezes ambivalentes.

Gilberto Freyre nasceu no Recife, em uma família de antigos senhores de engenho, cujos antepassados figuravam entre personagens de relevo da sociedade pernambucana

---

[47] FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** São Paulo: Global, 2012; FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953.

[48] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 29.

[49] Os subsídios biográficos apresentados nesta seção são oriundos da biobibliografia de Gilberto Freyre apresentada por Edson Nery da Fonseca em: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. E também em: CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.

desde período colonial. Como aponta Chacon[50], "Gilberto Freyre, Gilberto de Mello Freyre, também era Cavalcanti, Albuquerque e Wanderley de velhas estirpes pernambucanas por consanguinidade ou colateralidades ancestrais". Seu pai foi Alfredo Freyre, juiz e catedrático de Economia da Faculdade de Direito do Recife. Maçom e liberal, manteve, entretanto, reverência ao catolicismo, religião ao qual se reconciliou no ocaso da vida. Sua mãe foi Francisca de Mello Freyre, também oriunda de família abastada e descrita por Chacon[51] como uma senhora "prudente".

O cultivado ambiente familiar lhe proporcionou, desde cedo, acesso privilegiado à cultura. Consta que teve dificuldades em aprender a escrever, tendo propensão para o desenho. Teve aulas particulares com o pintor Telles Júnior e aprendeu a ler e a escrever em inglês com E. O. Williams, que fora contratado como seu preceptor.[52] O contato precoce com a língua inglesa foi um prenúncio da anglofilia que cultivaria ao longo de toda sua vida. Na infância, passou uma temporada no engenho São Severino de Ramos, que pertencia à sua família materna. Suas vivências no ambiente senhorial nordestino lhe forneceram, além de memórias de infância, subsídios simbólicos e sociológicos relevantes para sua posterior interpretação da formação da sociedade brasileira.

Na adolescência, formou-se como bacharel em Ciências e Letras no Colégio Americano Gilreath, destacando-se como orador de sua turma, cujo paraninfo foi o historiador e diplomata Oliveira Lima, com quem estabeleceu laços de amizade. Para a decepção de sua família, converteu-se ao protestantismo batista. Embora tenha posteriormente retornado ao catolicismo, Freyre jamais escondeu sua conversão. O dinamismo social dos protestantes à época, próximos à população mais vulnerável do Recife, foi um dos fatores que o levaram a adotar a nova fé. Com uma bolsa da Igreja, partiu em 1918 para os Estados Unidos, para estudar na Universidade de Baylor, em Waco, no Texas, permanecendo até o ano de 1920.

A percepção das diferenças entre a atuação dos batistas no Recife e nos Estados Unidos levou-o a se distanciar pouco a pouco do protestantismo. O golpe decisivo em sua fé foi o conhecimento dos linchamentos de negros promovidos pela Ku Klux Klan naquele período, sobretudo ao constatar, com horror, a adesão de alguns pastores batistas à organização. Outra vivência relevante durante sua passagem por Baylor foi a descoberta

---

[50] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993. p. 27.
[51] *Ibid*.
[52] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.

da sua própria "ibero-americanidade", favorecida pela proximidade geográfica e cultural do Texas com o México. As viagens às cidades fronteiriças, como San Antonio, foram marcantes para sua percepção das afinidades entre a cultura mexicana e a brasileira.[53]

Sua grande influência em Baylor foi o professor Andrew Joseph Armstrong, diretor do English Department, que foi seu interlocutor e amigo, além de grande incentivador dos seus projetos. Em grande medida, o mestre foi responsável por despertar em Freyre o apreço pela literatura inglesa. Ademais, o método pedagógico de Armstrong – dinâmico e voltado a questões que transcendiam os textos em si – exerceu impacto significativo sobre o jovem Freyre:

> Além da amplitude de interesses que Armstrong trazia para a sala de aula, seu modo de abordar a literatura também era pouco convencional. Não se restringindo aos aspectos formais ou propriamente literários, ensinava literatura como uma espécie de história cultural, interessando-se por questões relacionadas aos locais referidos nos textos, à cultura material associada a eles e até mesmo à sua recepção em outras culturas.[54]

Consta que Freyre se entusiasmou especialmente pelo gênero ensaístico, tendo, nos cursos de Armstrong, entrado em contato com os grandes ensaístas britânicos. Estilisticamente, é digno de nota que sua predileção pelo ensaio – uma forma menos rígida e hermética do que uma tese acadêmica – tenha sido tão marcante:

> Tendo tomado contato com os ensaístas britânicos numa época em que esse gênero ainda não fora associado ao trivial, superficial, subjetivo, anedótico e inconsistente, Freyre iria considerá-lo um gênero literário respeitável – um "gênero tão nobre", como disse – e extremamente apropriado para expressar a complexidade de tudo o que é humano.[55]

Ainda em Baylor, por intermédio do professor Armstrong, Freyre teve a oportunidade de conhecer figuras notáveis, como o poeta irlandês William Butler Yeats, futuro laureado com o Prêmio Nobel de Literatura. Consta que ficou profundamente impressionado com o escritor, com quem chegou a debater sobre reminiscências célticas na América Latina.

---

[53] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993.

[54] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 66.

[55] BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Repensando os trópicos:** um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 64-65.

Após graduar-se, partiu para Nova York, cidade cuja atmosfera cosmopolita e intensa vida cultural lhe causaram forte impressão. Matriculou-se no mestrado na Universidade de Colúmbia, em 1920. Obteve o título de Master of Arts com a tese *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*. Confessadamente, sua maior influência intelectual nesse período foi a do antropólogo alemão de origem judaica Franz Boas, que se tornou célebre por efetuar a distinção entre raça e cultura. No prefácio de *Casa-grande & senzala*, Freyre[56] afirma como foi decisivo seu encontro com esse mestre:

> Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio.

Entretanto, Burke e Pallares-Burke[57] ponderam que a absorção das ideias do antropólogo não ocorreu de imediato:

> Os textos que publicou nos anos 20, bem depois de ter retornado ao Recife, revelam que o poderoso paradigma racista ainda informava muito do pensamento e da observação de Freyre, e que só ocasionalmente ele era capaz de vislumbrar a importância da crítica de Boas sobre a ideia de que cada raça possuía uma natureza essencial.[58]

Castelo[59] também aponta que outra influência relevante no período foi a do antigo paraninfo Oliveira Lima, então professor na Universidade Católica de Washington, a quem Freyre visitava com frequência. O acesso à vasta biblioteca de Oliveira Lima despertou seu interesse por questões que viriam a orientar sua primeira tese na Universidade de Colúmbia. Sintetizando a influência dos mestres, Chacon[60] afirma: "Dinâmico contrapeso à influência de Boas era, para Gilberto, a de Oliveira Lima. Da pendulação entre os dois

---

[56] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 32.
[57] BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Repensando os trópicos:** um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
[58] *Ibid.*, p. 61.
[59] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.
[60] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993. p. 119.

polos foi que surgiu *Casa-grande & senzala*, a partir da tese de mestrado sobre temas e fontes propostos por um e por outro".

Freyre não deu continuidade ao doutorado após concluir o mestrado, em razão de dificuldades financeiras. Como não demonstrava especial preocupação com títulos acadêmicos, parece não ter se incomodado com essa circunstância. Ainda assim, sua família pôde financiar uma viagem de alguns meses à Europa, atendendo a um antigo desejo do autor: "Se Freyre não se incomodava em não fazer um doutorado, a possibilidade de não ir à Europa o preocupava bastante. Para alguém como ele, tão consciente da importância de seus anos de formação, uma viagem ao Velho Mundo era essencial".[61] Na Europa, permaneceu de agosto de 1922 até março de 1923, passando um período em Oxford, na Inglaterra. Com sólida formação anglófila desde a infância, sentiu-se particularmente à vontade entre os ingleses:

> Ao chegar a Oxford, um lugar no qual se sentiu imediatamente "em casa" e onde viveu uma "época paradisíaca" de sua vida, como afirmou posteriormente, Freyre participou como convidado de muitos aspectos da vida universitária, frequentando palestras, seminários, eventos esportivos e até fazendo uma conferência no Oxford Spanish Club.[62]

Em Oxford, estabeleceu amizades intensas e viveu, inclusive, uma experiência efêmera, mas significativa, com outro rapaz. Pallares-Burke[63] observa que, longe de tratar esse episódio como algo meramente anedótico ou embaraçoso, sobre o qual um estudioso deveria silenciar, o próprio Freyre jamais se furtou a mencioná-lo, apesar dos frequentes conselhos em sentido contrário, incluindo de seu editor, José Olympio. Essa postura contribuiu para uma abertura mais franca em sua obra à análise da sexualidade e do homoerotismo no Brasil colonial.

No ano de 1922, visitou a França, a Alemanha e Portugal. Na Alemanha, entrou em contato com vanguardas artísticas, como o Expressionismo. Já na França, conheceu Charles Maurras, o fundador da Action Française, movimento que exerceu influência tanto sobre o integralismo lusitano quanto sobre o brasileiro. Aproximou-se dos círculos tradicionalistas em torno de Maurras, a quem admirava a inteligência, qualificando-o como

---

[61] BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Repensando os trópicos:** um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 46.
[62] *Ibid.*, p. 52.
[63] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

"muito latino, mas pouco hispânico". Entretanto, não compartilhava de seu fervor monárquico.

Paralelamente, também frequentou ambientes ligados à "esquerda", principalmente no âmbito do anarcossindicalismo associado a Georges Sorel. Embora tenha elogiado o entusiasmo de seus militantes, comparou-os desfavoravelmente aos seguidores de Maurras no que diz respeito à "lucidez crítica".[64] Pallares-Burke[65] observa que o interesse de Freyre pela Action Française se relacionava, sobretudo, à defesa, por parte dos maurrasianos, de um tradicionalismo de cunho monárquico:

> O breve flerte que Freyre e outros seus contemporâneos, como seu amigo Anísio Teixeira, tiveram com Charles Maurras no início dos anos 1920 tinha, sem dúvida, um certo quê de nostálgico, pois o fundador da Action Française acreditava que não era na democracia ou na ciência que a civilização ocidental encontraria soluções para a sua crise, mas, sim, na volta às tradicionais instituições monárquicas.[66]

Em Portugal, travou contato com intelectuais de diversas tendências, incluindo monarquistas, colaboradores da revista *Seara Nova*, de orientação laica e republicana, e integrantes do integralismo lusitano. Castelo[67] destaca que o encontro com António Sardinha foi o que mais o impressionou. Tornaram-se amigos e se corresponderam até a morte precoce de Sardinha, em 1925. Essa relação será analisada com maior detalhamento adiante, uma vez que o integralismo lusitano e a obra de António Sardinha também desempenharam papel relevante no desenvolvimento intelectual de Plínio Salgado, além de se mostrarem influentes no surgimento da própria AIB.

O peninsularismo constituiu um ponto de convergência entre Sardinha e Freyre, exercendo também influência sobre Plínio Salgado. Segundo Chacon[68], o iberismo de Freyre manteve-se, ao longo de sua trajetória, afinado com a perspectiva defendida por Sardinha: "[...] o iberismo gilbertiano melhor se poderia chamar peninsularismo no sentido telúrico tradicionalista por António Sardinha de *A aliança peninsular*, quase um manifesto datado do Porto, 1924, anos de formação gilbertiana".

---

[64] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993.
[65] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
[66] *Ibid*., p. 180.
[67] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.
[68] CHACON, *op. cit.*, p. 160.

Entre outros contatos, destacam-se João Lúcio de Azevedo e o Conde de Sabugosa, figuras influentes do campo conservador português, de tradição erudita e distantes do integralismo lusitano. É relevante notar que o trânsito de Freyre por campos políticos e intelectuais bastante distintos constituiu uma marca constante de sua trajetória. Posteriormente, essa ampla circulação seria mobilizada pelo autor em sua defesa diante de críticas que o vincularam ao regime de Salazar e à ditadura civil-militar brasileira.

Freyre retornou ao Recife em 1924, estabelecendo relações com escritores como José Lins do Rego e José Américo de Almeida, que se tornariam expoentes da literatura brasileira nos anos seguintes. Ao lado de Odilon Nestor, fundou o Centro Regionalista do Nordeste e realizou excursões pelo interior do estado e por outras regiões nordestinas. Em 1926, promoveu no Recife o Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo. Em 1927, passou a ser chefe de gabinete do governador Estácio Coimbra e lecionou Sociologia na Escola Normal do Estado de Pernambuco.

A Revolução de 1930, que depôs Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder, afastou parte das oligarquias tradicionais do cenário político. Ligado ao grupo derrotado, Freyre partiu para o exílio em Portugal, acompanhado de Estácio Coimbra. Em Lisboa, começou os estudos que resultariam em sua obra seminal, *Casa-grande & senzala*.[69] Em 1931, foi convidado a atuar como professor extraordinário na Universidade de Stanford, na Califórnia. Durante esse período, percorreu o sul dos Estados Unidos, região que lhe pareceu apresentar semelhanças com o seu Pernambuco natal, como o predomínio do latifúndio e da monocultura. Entretanto, as diferenças nas relações raciais levaram-no a refletir mais profundamente sobre a questão da identidade nacional brasileira.

Em 1932, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde deu continuidade aos estudos que culminariam em *Casa-grande & senzala*.[70] Concluída no Recife, a obra foi publicada em dezembro de 1933 e se consolidou como um marco fundamental na reavaliação do passado colonial brasileiro e da miscigenação, até então frequentemente considerada deletéria ao caráter nacional por parte significativa dos intelectuais brasileiros. A partir de Freyre, essa perspectiva passa a ser ressignificada, tornando-se positiva. Outro aspecto fundamental da obra é a ênfase na suposta predisposição do português para a colonização

[69] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022.
[70] *Ibid*.

de áreas tropicais, elemento que viria a constituir um dos alicerces principais do lusotropicalismo.

Em 1934, organizou, no Recife, o Primeiro Congresso de Estudos Afro-Brasileiros. Seu prestígio cresceu rapidamente e, em 1935, foi convidado por Anísio Teixeira para dirigir, na Universidade do Distrito Federal, o primeiro curso de Antropologia Social e Cultural da América Latina. Em 1936, publicou *Sobrados e mucambos*[71], uma continuação de *Casa-grande & senzala*, na qual estendeu sua interpretação histórica para o século XIX.

Em 1937, proferiu conferências no King's College, de Londres, e nas universidades de Coimbra, Lisboa e Porto. Em 1938, foi nomeado membro da Academia Portuguesa de História, com aprovação de Salazar. Em 1940, apresentou a conferência "Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira" e publicou, em Lisboa, a obra *O mundo que o português criou*[72], prefaciada por António Sérgio[73], intelectual ligado à Seara Nova e ativo opositor do salazarismo. Trata-se de um trabalho fundamental para o desenvolvimento da noção de lusotropicalismo, sistematizada na década seguinte, no qual Freyre amplia para o conjunto do mundo luso os elementos que identificara na colonização portuguesa no Brasil.[74] António Sérgio também assinou o prefácio da edição portuguesa *Interpretação do Brasil*[75], obra derivada de conferência proferida em 1944 na Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, e na qual Freyre expõe com maior clareza suas ideias de matriz hispanista.[76]

Em 1942, foi preso no Recife após denunciar atividades de caráter racista e simpatizantes do nazismo no Brasil, sendo libertado no dia seguinte graças à intervenção de seu pai, que pediu sua liberação a Góes Monteiro, de quem era amigo pessoal.[77] Findo o Estado Novo, envolveu-se na campanha presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes e foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional. Apesar de seu envolvimento com a política institucional, Freyre procurou não se vincular demasiadamente a um grupo

---

[71] FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** São Paulo: Global, 2013.
[72] *Id*. **O mundo que o português criou.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.
[73] SÉRGIO, António. Prefácio. *In:* FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.
[74] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.
[75] FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil:** aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1947.
[76] BASTOS, Élide Rugai. O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre. **Pró-Posições**, v. 17, n. 3 (51), p. 37-55, 2006.
[77] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022.

político em sentido estrito. Na compilação de seus discursos parlamentares, esclareceu sua posição:

> Se hoje sou deputado por Pernambuco, com alta honra para mim, e se fui constituinte na Assembleia Nacional de 1946 – outra honra insigne de que guardarei sempre a recordação – sabem os pernambucanos, embora o fato seja ignorado fora de Pernambuco, que fui candidato, no derradeiro dia de inscrição, não de mim mesmo nem de facção nem de partido algum – pois não era então político nem o sou hoje senão excepcionalmente –, mas da mocidade pernambucana independente, à qual a União Democrática Nacional oferecera uma de suas cadeiras [...].[78]

Seu nome foi indicado pela Comissão e Cultura da Câmara dos Deputados ao Prêmio Nobel de Literatura. Participou, ainda, de uma série de eventos internacionais voltados à cultura. Em 1950, não conseguiu a reeleição.

O ano de 1951 foi decisivo no desenvolvimento do conceito de lusotropicalismo, quando Freyre realizou, a convite do ministro do Ultramar português, Sarmento Rodrigues, uma extensa viagem pelas colônias portuguesas na África e na Ásia. Iniciada em agosto daquele ano e concluída apenas em fevereiro de 1952, essa experiência deu origem a dois livros: *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, publicados em 1953.

Nesta última obra, composta por discursos e conferências, Freyre formulou pela primeira vez, de modo explícito, o conceito de lusotropicalismo, legitimando a política colonial salazarista. O conceito aparece na conferência intitulada *Em torno de um novo conceito de tropicalismo*, proferida na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra. Ao buscar uma expressão que caracterizasse a empresa colonial portuguesa como racialmente ecumênica, encontrou:

> Essa expressão – lusotropical – parece corresponder ao fato de vir a expansão lusitana na África, na Ásia, na América, manifestando evidente pendor, da parte do português, pela aclimação como que voluptuosa e não apenas interessada em áreas tropicais ou em terras quentes. Donde não se pode falar em tropicalismo moderno sem se destacar a ação do português como pioneiro de modernas civilizações tropicais: aquelas em que a valores e sangues tropicais juntam-se, em novas combinações, valores e sangues europeus.[79]

---

[78] FREYRE, Gilberto. **Quase política.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966. p. 129.
[79] *Id.* **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010. p. 172.

Foi convidado pelas Nações Unidas para elaborar um estudo sobre a tensão racial na União Sul-Africana, publicado em 1954 sob o título *Elimination des conflits et tensions entre les races*, no qual invoca, mais uma vez, o exemplo da colonização portuguesa como provedora de harmonia racial. Em 1958, publicou o livro *Integração portuguesa nos trópicos*[80], e, em 1961, *O luso e o trópico*[81], obras nas quais aprofunda sua concepção de lusotropicalismo e propõe a criação de um campo científico multidisciplinar voltado à análise da formação de sociedades tropicais.

Com a intensificação da Guerra Colonial em Angola, a partir de 1962, passou a se distanciar da posição do Estado Novo português, pontuando o caráter sociológico, e não estritamente político, de seu conceito de lusotropicalismo, o qual admitia a possibilidade de independência de regiões sob influência portuguesa.[82]

Após o Golpe Civil-Militar de 1964, o sociólogo aproximou-se do regime, embora tenha recusado receber cargos formais. Foi membro do Conselho Federal de Cultura, criado pelo regime, em 1966, com a função de orientar políticas culturais do governo, além de promover uma divulgação cultural mais coesa com os objetivos dos militares. Freyre conferiu ao grupo a alcunha de "cardeais da cultura nacional".[83] Nesse contexto, argumentou que a democracia racial e social seria mais relevante que a democracia política – ideia presente em *Casa-grande & senzala*, na qual defende que o brasileiro teria tendência a preferir governos fortes e autoritários.[84]

Nos anos seguintes, manteve intensa produção intelectual e jornalística, tendo sido agraciado com prêmios e comendas internacionais. Suas obras foram traduzidas para diversas línguas ainda em vida – desde o espanhol até o húngaro –, e recebeu títulos de doutor *honoris causa* de inúmeras universidades, entre as quais a Universidade Federal de Pernambuco, em 1971, e a Universidade Clássica de Lisboa, em 1986. Em março de 1987, já em avançada idade e enfrentando problemas cardíacos, Gilberto Freyre recebeu, em Recife, a visita do presidente português Mário Soares. Faleceu em 18 de julho do mesmo ano, no Hospital Português de sua cidade natal.

---

[80] FREYRE, Gilberto. **Integração portuguesa nos trópicos.** Lisboa: Junta de. Investigações do Ultramar, 1958.

[81] *Id.* **O luso e o trópico.** Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

[82] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.

[83] MAIA, Tatyana do Amaral. **Os cardeais da cultura nacional:** o Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar. São Paulo: Iluminuras, 2012.

[84] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022.

2.2 PLÍNIO SALGADO: VIDA E OBRA

Plínio Salgado (1895-1975) é uma figura incontornável em qualquer estudo sobre o integralismo. Líder central do movimento, atuou como escritor, jornalista e político, sendo o fundador da AIB (1932-1937). A bibliografia dedicada à sua trajetória é significativamente menos volumosa do que aquela referente a Gilberto Freyre. Em grande medida, isso se deve ao fato de que sua trajetória é indissociável do movimento integralista, de modo que as obras historiográficas e das ciências sociais voltadas ao movimento acabam, inevitavelmente, por tratar também de sua figura.

Nesse sentido, cabe pontuar que no meio acadêmico brasileiro, coube às ciências sociais o protagonismo de elevar o integralismo a objeto de estudo, sobretudo a partir da década de 1970. Na historiografia, esse período foi marcado pelo relativo descrédito da história política em favor da história social e econômica. Assim, a primeira obra de fôlego que tratou do tema foi a tese do cientista político Hélgio Trindade[85], defendida na França sob a orientação de Jean Touchard e publicada no Brasil, em 1974, com o título *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*.

Em 1977, José Chasin[86] defendeu a tese *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*, na qual contrapõe a ideia de que o integralismo seria uma forma de fascismo, argumentando que este só poderia emergir plenamente em países desenvolvidos. No mesmo ano, Gilberto Vasconcellos[87] apresentou *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*, em que examina o movimento com base na ligação de Plínio Salgado com o movimento modernista. Por fim, Marilena Chauí[88], em 1978, escreveu o capítulo "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", no livro *Ideologia e mobilização popular*, no qual, apoiada no marxismo, faz uma análise crítica do integralismo centrada no conceito de classe. Tais obras, em conjunto, inserem-se no âmbito da Sociologia e da Ciência Política.

---

[85] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

[86] CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado:** forma de regressividade no capitalismo hipertardio. 2. ed. Belo Horizonte: Una, 1999.

[87] VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

[88] CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. *In:* CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

Apenas a partir dos anos 1980 o integralismo passou a ser objeto de pesquisa na historiografia brasileira, ainda que de forma tímida. Um marco nesse processo é a obra *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*, de 1988, de Ricardo Benzaquen de Araújo[89] – historiador que produziu um sólido trabalho a respeito da obra de Freyre. Nessa obra, Araújo analisou a matriz filosófica e política do pensamento integralista em relação aos fascismos europeus, ao catolicismo contrarrevolucionário e ao nacionalismo brasileiro, além de oferecer relevantes informações biográficas sobre Plínio Salgado.

Com a reavaliação da história política, os estudos sobre o integralismo começaram a surgir com mais força, principalmente após os anos 2000.[90] Em relação à trajetória de Salgado, dois trabalhos merecem especial atenção. O primeiro é a tese de Leandro Pereira Gonçalves[91], *Entre Brasil e Portugal*: *trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*, que examina a relação do exílio de Salgado com a política e a cultura portuguesas, desde seus primeiros contatos com militantes do integralismo lusitano, passando pelo exílio no contexto do Estado Novo brasileiro, até o estabelecimento de vínculos com o salazarismo português. A pesquisa, desenvolvida com base em acervos portugueses, não constitui uma biografia em sentido estrito, mas oferece uma análise extensa e minuciosa da trajetória do líder integralista, principalmente no período em que esteve exilado em Lisboa. O trabalho foi posteriormente publicado em formato de livro, tanto em Portugal[92] quanto no Brasil.[93]

A outra obra é a *Plínio Salgado: biografia política (1895-1975)*, de João Fábio Bertonha[94], originalmente apresentada como tese de livre-docência e posteriormente publicada em livro. Nesse trabalho, o historiador demonstra como as ambições desmedidas de Salgado acabaram frustradas pela força dos acontecimentos históricos, resultando em uma influência menor do que aquela almejada pelo líder integralista.

---

[89] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e revolução:** o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

[90] BERTONHA, João Fábio. **Bibliografia orientativa sobre o integralismo:** 1932-2007. Jaboticabal: Funep, 2010.

[91] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

[92] *Id.* **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

[93] *Id.* **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

[94] BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado:** biografia política (1895-1975). 2013. Tese (Livre-Docência em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Cabe destacar, ainda, a biografia escrita pela filha do líder integralista, *Plínio Salgado, meu pai*[95], publicada pela editora GRD.[96] A obra, de caráter memorialístico, apresenta reflexões sobre a trajetória do líder integralista, com ênfase em aspectos de sua vida privada, incluindo sua relação com a esposa Carmela.

Nascido em São Bento do Sapucaí, interior de São Paulo, Salgado provinha de uma família católica e tradicional: o pai, coronel e farmacêutico, e a mãe, professora. De acordo com Leandro Pereira Gonçalves[97], as raízes do nacionalismo autoritário que marcaram o integralismo já estavam presentes na formação de Salgado, especialmente pela forte admiração que nutria pelo pai, falecido quando ele tinha apenas 16 anos. A religiosidade profunda, por sua vez, herdada da mãe, contribuiu para moldar dois elementos fundamentais da doutrina integralista: o nacionalismo e o espiritualismo.

Aos 21 anos, iniciou sua trajetória no jornalismo com a criação do *Correio de São Bento*, no qual também publicou seus primeiros textos literários. Aos 23, participou da fundação do Partido Municipalista, em oposição ao dominante Partido Republicano Paulista. Sua adesão à ideia municipalista, que permaneceria presente ao longo de sua trajetória, pode ser associada à influência dos escritos de António Sardinha, como será examinado mais detalhadamente a seguir. Nesse mesmo período, casou-se com Maria Amélia Pereira, que faleceu em 1919, logo após o nascimento da filha do casal.

Segundo Gonçalves[98], houve um momento na juventude de Plínio Salgado em que ele se aproximou de uma visão materialista do mundo. No entanto, após a morte precoce de sua esposa, mergulhou de forma definitiva na doutrina espiritualista, que passaria a nortear sua vida e seu pensamento. Em 1920, após ser preso durante um comício do Partido Municipalista, mudou-se para São Paulo, onde passou a trabalhar como revisor no *Correio Paulistano*, principal jornal do Partido Republicano Paulista.

Apesar de não compartilhar plenamente os ideais do partido, aproveitou essa oportunidade para se inserir no meio intelectual da capital, conquistando gradualmente

---

[95] LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Plínio Salgado:** meu pai. São Paulo: GRD, 2001.

[96] A editora GRD pertenceu a Gumercindo Rocha Dórea, editor e militante integralista desde a infância. Na década de 1950, Dórea tornou-se editor do jornal *A Marcha*, o periódico oficial do Partido de Representação Popular (PRP), encarnação do movimento integralista no pós-guerra. Além da vinculação integralista, se notabilizou por ter sido um dos pioneiros na divulgação da ficção científica como gênero literário no Brasil, publicando em sua editora diversos autores brasileiros e internacionais que escreveram sobre a temática.

[97] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

[98] *Ibid*.

reconhecimento. Entre seus vínculos mais próximos estavam nomes de destaque, como Menotti del Picchia, então chefe de redação do jornal, e Cassiano Ricardo. Em 1922, engajou-se intensamente na Semana de Arte Moderna, movido por um forte sentimento nacionalista.

Hélgio Trindade[99] destaca a ambivalência da atuação de Salgado nesse período: ainda que estivesse ligado a um partido conservador e oligárquico, Salgado participou ativamente da renovação estética promovida pelo Modernismo. Gonçalves[100] sugere que o Modernismo de Plínio Salgado possuía um caráter mais reformista do que modernista, sendo sua atuação mobilizada também com fins políticos. Ainda assim, seu envolvimento com o movimento constitui um elemento marcante em sua trajetória:

> O ano de 1922 pode ser identificado como um momento de extrema importância. A partir desse momento, deixou de ser um mero interiorano, assessor de redação do *Correio Paulistano* e escritor de pequenos contos e entrou de fato na organização política através de uma ótica cultural sobre o país com a defesa dos valores nacionalistas expressos na literatura sociopolítica.[101]

Plínio Salgado aproximou-se das correntes mais conservadoras do Modernismo, ao lado de Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, com quem atuou no Movimento Verde-Amarelo e no grupo Anta. Em 1926, publicou *O estrangeiro*[102], romance que talvez represente o ponto alto de sua produção literária. A obra antecipa temas que, mais tarde, se tornariam centrais na formulação da AIB, como a miscigenação, a presença dos imigrantes, o nacionalismo e sua rejeição tanto ao comunismo quanto ao liberalismo. O sucesso do livro impulsionou sua carreira política, levando-o a ser eleito deputado estadual entre 1928 e 1930, ao lado de Menotti del Picchia. Como destaca Bertonha[103]:

> O Plínio que publicava romances de sucesso nos anos 1920 já não era o modesto, em termos intelectuais e financeiros, jovem que havia chegado do interior em 1918, mas alguém com ideias e perspectivas já bastante sedimentadas e ansioso por colocá-las em prática, na atividade política

---

[99] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

[100] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

[101] *Ibid*., p. 114.

[102] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926.

[103] BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado:** biografia política (1895-1975). 2013. Tese (Livre-Docência em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 50.

> que ele e seus colegas consideravam como seu direito e dever enquanto intelectuais.

A atuação parlamentar de Salgado foi modesta. Com cinco projetos de lei, em sua maioria relacionados às questões agrícolas de São Paulo, em dois anos de mandato, Bertonha[104] afirma que ele foi um deputado de segundo escalão dentro do PRP. Tal limitação, entretanto, não impediu que Salgado utilizasse a tribuna como espaço privilegiado de intervenção política, para tecer suas críticas ao cosmopolitismo e ao liberalismo. A Assembleia Estadual de São Paulo, cujos debates ressoavam quase instantaneamente entre as elites econômicas e políticas do estado, tornou-se uma espécie de amplificador potente para a atuação de Salgado, notadamente no plano discursivo.

Em 1930, Plínio Salgado embarcou para a Europa como acompanhante de Calu, cunhado do banqueiro Alfredo Egydio de Souza Aranha, seu amigo pessoal e admirador.[105] Durante a viagem, teve contato direto com o regime fascista italiano, que o fascinou profundamente. Ele afirmaria mais tarde ter participado de uma longa conversa com Benito Mussolini, embora, segundo o historiador Leandro Pereira Gonçalves[106], o encontro tenha se resumido a uma breve audiência formal.[107]

Trindade[108] aponta que, durante esse período, Salgado incorporou o nacionalismo à sua experiência modernista, meditando sobre a situação política brasileira à luz do que vinha acontecendo na Europa, tendo o fascismo italiano como uma influência mais explícita em seus horizontes políticos. De volta ao Brasil, já sob os ventos da Revolução de 1930, Salgado, inicialmente refratário ao acontecimento, passou a se identificar com as ideias antiliberais defendidas pelos tenentes do Clube Três de Outubro.[109] Um dos momentos mais relevantes de sua trajetória nesse período foi sua atuação como editor do

---

[104] BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado:** biografia política (1895-1975). 2013. Tese (Livre-Docência em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

[105] GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes:** do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

[106] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

[107] BERTONHA, *op. cit*.

[108] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

[109] MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. **"Guerra às 'carpideiras' da finada República":** o Clube 3 de Outubro no Governo Provisório de Getúlio Vargas. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

jornal *A Razão*.[110] Por meio da coluna diária "Nota Política", começou a esboçar os princípios doutrinários que viriam a fundamentar o integralismo. Na chefia do jornal, dividia espaço com San Tiago Dantas, que também teria papel importante no desenvolvimento do movimento.

Em fevereiro de 1932, Salgado fundou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), iniciativa voltada à articulação de intelectuais conservadores espalhados pelo país. Sua atuação, no entanto, não se limitava aos círculos letrados: ele estabeleceu vínculos com diversas lideranças de movimentos direitistas regionais, como a Legião Cearense do Trabalho, criada em 1931 pelo tenente Severino Sombra, de forte atuação no Ceará; o Partido Nacional Sindicalista mineiro, liderado por Olbiano de Melo; e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), uma organização católica e monarquista comandada por Arlindo Veiga dos Santos, intelectual negro de destaque e um dos líderes da Frente Negra Brasileira (FNB).

Em abril de 1932, Salgado redigiu o *Manifesto da Ação Integralista Brasileira*, texto que serviria como marco fundacional do novo movimento. No entanto, o lançamento oficial foi adiado devido à instabilidade gerada pela Revolução Constitucionalista. Apenas em 17 de outubro daquele ano, com uma cerimônia no Teatro Municipal de São Paulo, o movimento foi lançado publicamente com a leitura do manifesto, que ficaria conhecido como *Manifesto de Outubro*, selando a criação da AIB. Esse documento apresenta os princípios norteadores de sua ação política:

> No Manifesto de outubro de 1932, Plínio Salgado expôs seus propósitos para o Brasil. O autor e político deixou explícita no manifesto sua proposta política para o Brasil: a defesa de um nacionalismo baseado no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social, a aversão ao cosmopolitismo para uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista.[111]

Na AIB, era saudado como chefe nacional. Permanecendo legalizada até a sua extinção, com o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, a AIB é considerada o primeiro movimento de massa do Brasil e a maior expressão fascista fora

---

[110] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

[111] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 87.

da Europa.[112] Fortemente influenciada pelo fascismo, teve uma série de aspectos simbólicos que facilitavam a sua distinção perante outras organizações políticas: a indumentária consistia no uso da camisa verde; fazia-se a saudação romana junto da palavra *Anauê*, de origem tupi e que significa "você é meu amigo"; a divisa "Deus, Pátria e Família" e o uso da letra grega Sigma como símbolo do movimento. A estrutura era extremamente hierarquizada, com uma série de instâncias decisórias que culminavam na vontade do chefe.

Como ressalta Vasconcellos[113], seus dois principais aspectos foram o nacionalismo e a visão espiritualista em detrimento de uma leitura materialista da realidade. O nacionalismo integralista não foi monolítico, embora compartilhasse aspectos principais convergentes. Para Trindade[114], é seguro afirmar que continha um fator anticosmopolita, principalmente na defesa dos interesses econômicos brasileiros diante do capitalismo internacional.

Gustavo Barroso e Miguel Reale, duas lideranças integralistas que também se destacavam, tinham características próprias. Antissemita, Barroso[115] atribuía aos judeus as mazelas do Brasil, tendo escrito obras de cunho histórico nesse sentido, como *Brasil, colônia de banqueiros*.[116] Já Miguel Reale, oriundo do marxismo, possuía uma visão mais puramente econômica, baseada no corporativismo.[117]

Salgado, com sua experiência do Modernismo conservador da década de 1920, apresentava um nacionalismo mais lírico e romântico, exaltando a terra, o passado e uma nova raça em formação. Esses aspectos estão presentes de forma mais contundente em sua obra *Geografia sentimental*.[118] O espiritualismo, por sua vez, configura a base de uma sociedade harmoniosa almejada pelos integralistas, cujas raízes se encontram numa visão

---

[112] PINTO, António Costa. **Os camisas azuis:** ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
[113] VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
[114] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.
[115] BARROSO, Gustavo. **Brasil, colônia de banqueiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
[116] MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky:** o pensamento antissemita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
[117] TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **A síntese integral:** a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
[118] SALGADO, Plínio. **Geografia sentimental.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1937.

idealizada do período medieval. Gonçalves[119] destaca que essa visão é tributária da encíclica *Rerum Novarum*, lançada pelo Papa Leão XIII – que inaugurou a doutrina social da Igreja, buscando um modelo de sociedade que não seguisse as normas nem do liberalismo nem do socialismo. A encíclica também foi uma influência decisiva sobre a Action Française, de Charles Maurras, e sobre o integralismo lusitano.

A AIB arregimentou um número significativo de militantes, chegando a centenas de milhares. Nesse período, Salgado, para além de sua atuação como líder político, dedicou-se a escrever obras políticas destinadas à doutrinação de militantes e à explanação de sua visão de mundo, sempre calcada em um valor espiritualista. Entre essas obras, *A quarta humanidade*[120], publicada em 1934, é reveladora da interpretação histórica de Salgado. Para ele, a primeira humanidade seria politeísta; a segunda, monoteísta; a terceira, materialista; e, por fim, a quarta humanidade – no porvir – seria integralista.

Nesse texto, percebe-se a valorização da colonização hispano-portuguesa na América Latina e a apropriação da ideia de *raça cósmica*, conceitualizada pelo escritor mexicano José Vasconcelos, a qual apregoa que a miscigenação ocorrida no continente americano seria o gérmen para a criação do homem do futuro:

> Para o integralismo, baseado neste conceito, a raça brasileira e a raça sul-americana em geral, teriam um sentido cósmico, originado em suas fontes étnicas, e o Brasil seria o espaço privilegiado para a criação de uma raça harmoniosa. O modelo proposto por José Vasconcelos refletia o poderoso projeto panamericano de consolidação do "Estado Integral" na América Latina. Para este fim, era vital estabelecer em um diálogo com as nações vizinhas e estender sobre elas uma influência decisiva.[121]

Em 1937, antes do golpe do Estado Novo, Salgado manteve comunicação com Getúlio Vargas, que teria prometido ao líder integralista o eventual Ministério da Educação

---

[119] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

[120] SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934.

[121] No original: "For integralism, based on that concept, the Brazilian race, and the South American race in general, would have a cosmic meaning, originating in its ethnic sources, and Brazil would be the privileged place for the creation of a harmonious race. The model envisioned by José Vasconcelos reflected the powerful Pan-American project to consolidate the 'Integral State' in Latin America. To this end, it was vital to engage in a dialogue with neighbouring nations and to exert a pivotal influence on them" (GONÇALVES, Leandro Pereira. Brazilian Integralist Action and Latin America: Fascist Projects and Transnational Circularitie. *In:* ARIÑO Toni Moranti; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (org.). **The Right and the Nation:** Transnational Perspectives. New York: Routledge, 2024. p. 45-46).

em um novo governo. Como Vargas compartilhava algumas das ideias da AIB, como a defesa do corporativismo e a manutenção de um Estado forte, Salgado acreditou que essa seria uma forma de implementar alguns dos ideais integralistas. Com a instauração do novo regime e a extinção dos partidos políticos, Salgado protestou publicamente, embora mantivesse conversas privadas com Vargas, buscando a nomeação, ao menos até fevereiro de 1938.[122] Com a extinção da AIB, foi criada a Associação Brasileira de Cultura (ABC) para congregar os integralistas, contudo, teve existência efêmera, sendo dissolvida poucos meses depois.

A insatisfação crescente dos militantes levou à perseguição de integralistas por todo o Brasil. O descontentamento e a tensão atingiram o ápice em maio de 1938, num episódio que ficou conhecido como o *putsch* integralista: uma tentativa frustrada de golpe contra Vargas. Mal planejada, a tentativa de golpe foi repelida com facilidade pelos guardas do Palácio do Catete. Apesar da participação efetiva de militantes integralistas, Calil[123] ressalta que não foram estes os únicos a participar do levante. A chefia da operação coube ao general Castro Júnior, de orientação liberal, que pretendia restaurar a Constituição de 1934. A perseguição aos integralistas, então, tornou-se muito mais intensa.

Mudando constantemente de endereço, Salgado acabou preso em janeiro de 1939, em São Paulo. Liberado após três dias, foi preso mais uma vez no mês de maio. Após sua nova liberação, foi preso na Fortaleza de Santa Cruz e, em seguida, após uma série de articulações políticas, partiu para o exílio em Portugal, em junho de 1939, onde permaneceu até 1946. Os sete anos na Europa foram fundamentais para o *rebranding* de Salgado, de líder político fascista para escritor conservador de cunho religioso. Essa mudança foi muito importante na sobrevivência política de Salgado e, por conseguinte, do projeto integralista, por mais duas décadas após o retorno à democracia no Brasil.

Em Portugal, Salgado se aproximou de elementos ligados ao Eixo – já no contexto da Segunda Guerra Mundial –, visando encontrar meios para dar continuidade à sua ação política. Em especial, Gonçalves[124] destaca a atuação do agente alemão Erich Emil Schröder, oficial vinculado à legação da polícia alemã em Portugal, que permaneceu no

---

[122] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

[123] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

[124] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

país de 1941 até 1945 com autorização do governo. Sua missão consistia em controlar os interesses do Reich no país, no contexto de guerra. Tal atuação não passou despercebida por Salgado, que manteve contatos com o agente alemão, vislumbrando, com isso, a possibilidade de obter apoio do partido nazista ao movimento integralista em caso de vitória do Eixo na guerra. Ao mesmo tempo, também tentou dialogar com o governo Vargas, sempre pensando na possibilidade de retornar à terra natal:

> Plínio Salgado não negava contatos em busca de um possível poder, e em finais de 1941, o nazismo, através de Erich Schröder, pareceu ser uma dessas possibilidades, sendo necessária uma atuação extremamente discreta, pois associar-se ao nazismo seria lutar contra a pátria brasileira.[125]

No ano seguinte, em virtude das crescentes hostilidades entre o Brasil e o Eixo, além do risco de exposição, Salgado buscou orientar a sua atuação e a sua imagem para a de um escritor religioso, como se verá a seguir. Ademais, buscou contato com figuras influentes do campo reacionário português, como, por exemplo, Francisco Rolão Preto, antigo militante do integralismo lusitano, com quem partilhava diversas afinidades ideológicas.[126] Rolão Preto também foi o fundador do Nacional-Sindicalismo, movimento de caráter fascista criado em 1932, após a dissolução do integralismo lusitano.

Suas tentativas de retorno ao Brasil fracassaram, e, em 1942, Salgado efetivamente desistiu de tentar voltar ao país enquanto Vargas estivesse na Presidência. Nesse mesmo ano, publicou *A vida de Jesus*[127], obra religiosa que lhe possibilitou o trânsito nos círculos conservadores e católicos portugueses. Entre os intelectuais portugueses com quem estabeleceu sociabilidade e trocas intelectuais, estão os ex-membros do integralismo lusitano: Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga e Pequito Rebelo, entre outros.

Sua obra religiosa também foi percebida pelo cardeal-patriarca Gonçalves Cerejeira, figura religiosa muito próxima a Salazar e influente no Portugal fortemente católico do século XX. Sobre a recepção de sua obra entre o clero português e brasileiro, afirma Gonçalves[128]:

---

[125] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 158.
[126] *Ibid.*
[127] SALGADO, Plínio. **Vida de Jesus.** São Paulo: Ática, 1951.
[128] GONÇALVES, *op. cit.*, p. 188.

> Havia uma nítida divergência em comparação com o clero português em relação à obra. Ao contrário do Brasil, elementos e disputas políticas não estavam presentes no contexto da obra e do autor, vê-se que tinha um único objetivo, atingir os grupos conservadores que o viam como uma imagem religiosa e, dessa forma, crescer politicamente.

O regime político português, liderado por António de Oliveira Salazar, causou indelével impressão em Salgado: um governo de orientação católica, tradicionalista, republicana, hierárquica e corporativista, mas, sobretudo, não fascista. Ao salazarismo faltava um líder carismático (Salazar não pode ser considerado como tal), além da inexistência de um partido mobilizador de massas (a União Nacional, partido único do regime, foi caracterizada como sendo um "antipartido") e o expansionismo territorial resultante de ações belicosas. A proximidade com a Igreja Católica também contribuiu para a não fascistização do regime português. Assim, Salgado encontrou no salazarismo um modelo de ação política a ser implantado em seu retorno ao Brasil.

Ainda no âmbito católico, e na interseção entre política e religião, que se tornou tão presente na ação de Plínio Salgado, há que se destacar a conferência proferida por ele no Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC), em dezembro de 1944. O CADC era vinculado à Universidade de Coimbra e tinha por base a Doutrina Social da Igreja, inaugurada em 1891 por meio da encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII. Esse documento esclareceu a posição da Igreja Católica perante a questão social de seu tempo, ao buscar uma terceira via entre o socialismo materialista e o liberalismo capitalista. A encíclica buscava a harmonia entre as classes e não condenava a propriedade privada, embora fosse crítica aos patrões que maltratavam seus empregados. Esse documento teve enorme influência em movimentos de direita ao redor do mundo, sendo relevante para a compreensão das ideias da Action Française e do integralismo lusitano.

Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira, cardeal-patriarca de Lisboa, amigo próximo do ditador e figura máxima do catolicismo português durante o Estado Novo, foram atuantes no CADC. As ideias do centro eram favoráveis ao corporativismo, ao respeito à hierarquia religiosa e ao apartidarismo com viés nacionalista, convergindo com aquelas defendidas por Salgado. A conferência foi publicada em livro no ano seguinte, *O conceito cristão da democracia*[129], tanto no Brasil como em Portugal. Essa publicação indicava os rumos políticos que o brasileiro tomaria, principalmente tendo em vista que, no ano de

[129] SALGADO, Plínio. **O conceito cristão da democracia.** Coimbra: Edições Estudos, 1945.

1944, o avanço dos Aliados se consolidava e a derrota das potências fascistas do Eixo era iminente.

A conferência baseou-se na dicotomia que estava presente desde a fundação da AIB em 1932, ou seja, espiritualismo *x* materialismo. Segundo Salgado, aquele momento era fundamental para que se fizesse uma escolha:

> Temos chegado a uma crise suprema da qual só poderemos sair pela escolha definitiva de um dos dois conceitos – o materialista ou o espiritualista. De um como de outro decorrem todas as consequências de ordem social, econômica e política, seja no ambiente nacional, seja no internacional.[130]

Ao favorecer a opção pelo espiritualismo, nota-se um pensamento pautado por grandes abstrações que, como é comum em seu estilo literário, aparecem assinaladas com letra maiúscula:

> Ou adotamos uma concepção segura do Universo e das leis a que está subordinado, assim como do Homem e do seu papel no mundo da matéria e no mundo do Espírito, ou então nada faremos de definitivo como construção de ordem e de paz.[131]

A opção pela democracia cristã aparecia como um caminho alternativo ao comunismo soviético e ao liberalismo capitalista norte-americano. A ideia de democracia cristã teve também o apoio do Papa Pio XII, que, em sua mensagem natalina de 1944, favoreceu esse caminho político, tendo sido influenciado pelas ideias do filósofo católico francês, e ex-membro da Action Française, Jacques Maritain.

Entretanto, *O conceito cristão da democracia*, de Plínio Salgado, pouco tinha a ver, de fato, com a democracia. Como destaca Calil, o uso de expressões como "democracia" e a insistência na dimensão espiritualista do integralismo eram mobilizados desde a década de 1930 para defender fundamentos pretensamente democráticos:

> A defesa de princípios "espiritualistas" era apresentada como garantia maior do alegado "caráter democrático" do integralismo, embora suas postulações "espiritualistas" dos anos 30 não conduzissem à defesa de posições democráticas nem implicassem na rejeição do fascismo. O livro *O conceito cristão da democracia* sistematizou esta tese, propondo um

---

[130] SALGADO, Plínio. **O conceito cristão da democracia.** Coimbra: Edições Estudos, 1945. p. 17.

[131] *Ibid*., p. 19.

> nexo indissolúvel entre "democracia" e "espiritualismo", por um lado, e entre "materialismo" e "totalitarismo", por outro.[132]

José Barreto[133], ao analisar a resistência de setores católicos e comunistas ao Estado Novo português, pondera que a maleabilidade da doutrina social da Igreja (expressa notadamente na encíclica *Rerum Novarum*) possibilitou que uma série de movimentos políticos distintos a utilizassem como parte de sua doutrina. Nesse sentido, o próprio conceito de *democracia cristã* foi apropriado de diferentes formas, com variáveis inclinações políticas.

Na tensa primeira metade da década de 1940, havia muitas razões pelas quais Salgado buscou se dissociar do fascismo ao qual era tão intimamente ligado no Brasil. A principal delas, sem dúvidas, foi a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, ao lado dos Aliados e contra as potências fascistas do Eixo. Com o destacamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na campanha da Itália, em 1944, o rechaço ao integralismo atingiu níveis inéditos, conseguindo a proeza de aglutinar liberais e socialistas em fervor patriótico contra o ressurgimento dos camisas-verdes.[134]

Com a queda de Vargas em 1945, Salgado passou a arregimentar os antigos militantes da AIB, com o objetivo de preparar seu retorno ao Brasil e restabelecer o integralismo como força política. A partir de suas instruções, foi fundado, naquele mesmo ano, o Partido de Representação Popular, que representou a nova face institucional do integralismo. O chamado *Manifesto-diretiva* constituiu o documento basilar para a formação do partido, no qual se observa a acentuação do anticomunismo e o reforço de seu caráter espiritualista. Nesse contexto, a antiga dicotomia integralista, que equiparava *comunismo* e *liberalismo* como ideologias de base materialista deletérias à nação brasileira, foi substituída pela oposição entre *comunismo* e *nazismo*, mobilizada sob o mesmo pretexto.

Inicialmente, temendo a reação amplamente desfavorável ao seu retorno à vida política, o partido não se assumiu francamente integralista. Registrado logo antes das eleições presidenciais de 1945, o partido apoiou o general Eurico Gaspar Dutra, que havia

---

[132] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005. p. 200.

[133] BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. **Análise Social**, v. 29, n. 125-126, p. 287-317, 1994. Doi: https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994125.11

[134] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

sido ministro da Guerra de Vargas, algoz dos integralistas. Do mesmo modo, não fez oposição forte à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato opositor.

Esse traço elucida como ocorreu a ação política integralista até a extinção do PRP, em 1965: marcada pelo fisiologismo, os integralistas apoiaram sucessivos governos (incluindo, em um primeiro momento, o governo de João Goulart) até a instauração da ditadura civil-militar, à qual também ofereceram apoio. Tal postura contrasta fortemente com a posição antipartidária que caracterizava a antiga AIB. Plínio Salgado retornou ao Brasil em agosto de 1946 e não teve mais a preponderância política que atingira na década de 1930. Como afirma Gonçalves[135]:

> Em memórias expressa a lembrança que trouxe do exílio foi de trabalho, amizades e principalmente reflexões cristãs. Voltou ao Brasil, no entanto, nunca mais foi o mesmo. O retorno foi de um homem marcado pelo sofrimento e pela angústia. O integralista fora uma liderança de um momento auge da década de 30. Após esse período de euforia nacionalista baseada no fascismo, o chefe não atingiu mais nenhum esplendor, transformando-se num simples político e muitas vezes solitário e esquecido pela sociedade.

Logo, Plínio Salgado assumiu a presidência do PRP, cargo que ocupou até a extinção do partido. Inicialmente, o registro eleitoral do partido foi contestado com base na mesma lei que havia colocado o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na ilegalidade, sob o argumento de ausência de compromisso democrático. A contestação, conduzida pelo senador Villas Boas, da União Democrática Nacional (UDN) de Mato Grosso, foi indeferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 1947, garantindo a sobrevivência do projeto integralista.

Como observa Gilberto Calil[136], a atuação dos integralistas no pós-guerra foi tolerada pelo sistema político sobretudo em razão do virulento anticomunismo que os integralistas professavam, o qual se tornou o principal traço da atuação do PRP na vida política nacional. O aspecto espiritualista do partido também foi reforçado, em parte como estratégia para evitar acusações de fascismo. Os símbolos que remetessem ao passado de inspiração fascista, como a camisa verde, a saudação "*Anauê*" e o uso do sigma, foram abandonados.

---

[135] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 291.

[136] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

Na década de 1950, o PRP, sob a liderança de Plínio Salgado, obteve resultados eleitorais modestos, embora por vezes reveladores da força de seu grupo político. Dois episódios são ilustrativos. O primeiro refere-se à candidatura de Salgado às eleições presidenciais de 1955, quando terminou o pleito em terceiro lugar, tendo recebido 8,28% dos votos. Seu apoio a Juscelino Kubitschek no segundo turno é apontado como um fator relevante para a eleição do mineiro, o que resultou em cargos de segundo escalão para os integralistas no governo, como a presidência do Instituto Brasileiro do Café.

O segundo episódio diz respeito às eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, quando a campanha do "esquerdista" Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), contou com o apoio do integralista Guido Mondin ao senado. Apesar da aparente "falta de coerência" com sua ideologia, o acordo político foi bem-sucedido, resultando na eleição de ambos os candidatos.[137]

Ainda em 1958, Salgado passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, representando o estado do Paraná. Na Câmara Federal, tornou-se o líder do PRP, encampando a ação anticomunista do partido. Também deu voz de forma intransigente aos interesses do regime de Salazar, que, durante a década de 1950, foi alvo de pressão internacional em favor da descolonização dos territórios africanos e asiáticos, o que culminou na eclosão das guerras coloniais, em 1961. Além disso, atuou na Comissão de Educação, uma de suas preocupações desde os tempos da AIB.

Por fim, é oportuno esclarecer que Salgado, no pós-guerra, não abdicou de sua produção intelectual como escritor. Ele continuou escrevendo romances e poemas, contudo, seu público tornou-se mais restrito, circunscrito, principalmente, aos simpatizantes da causa integralista. Assim, sua projeção literária diminuiu significativamente, sobretudo se comparado com o seu auspicioso início de carreira literária, na década de 1920, com o romance *O estrangeiro*.

O golpe de 1964 foi bem recebido pelos integralistas. No ano seguinte, o PRP foi extinto por meio do Ato Institucional n. 2, que instituiu o bipartidarismo. Salgado, acompanhado pela maioria dos militantes integralistas, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pela qual exerceu mandatos na Câmara Federal até sua morte, em 1975. Durante a ditadura civil-militar, manteve sua verve anticomunista e católica, além de defender de forma ferrenha os interesses portugueses.

---

[137] CARDOSO, Claudira. **Processos eleitorais no Rio Grande do Sul:** o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

Outro aspecto relevante da atuação dos integralistas no pós-guerra, salientado por Rogério Lustosa Victor[138], refere-se à constante batalha pela memória da década de 1930. Os integralistas empenharam-se em reescrever o passado por meio de uma operação de desvinculação do fascismo. Nesse sentido, a publicação da *Enciclopédia do integralismo*, ambicioso projeto editorial lançado na efeméride dos 25 anos da leitura do *Manifesto de Outubro*, em 1957, configurou-se como um lugar de memória importante para os integralistas.[139] Nota-se que, na obra, diversos textos originalmente produzidos na década de 1930 foram editados de modo a atenuar as comparações mais explícitas com o fascismo.

No plano institucional, Salgado teve atuação relevante na Comissão de Educação, sendo um dos artífices da criação da disciplina de Educação Moral e Cívica, posteriormente aprovada e tornada obrigatória para os estudantes da educação básica brasileira. Salgado faleceu em 1975, aos 80 anos, no exercício de seu mandato parlamentar. Sua morte representou um golpe para os integralistas, visto que a figura do *chefe nacional* era insubstituível. A disputa por seu legado, então, passou a ser travada pelos neointegralistas, ainda existentes, mas cuja relevância, se comparada à da AIB e à do PRP, é significativamente reduzida.

Em contraste com Gilberto Freyre, cuja trajetória intelectual foi marcada pela ampla circulação entre distintos setores políticos e pela recusa de enquadramentos rígidos (não obstante as acusações que sofreu ao longo de suas últimas décadas), Plínio Salgado se aproximou, notadamente no pós-guerra, de um discurso e de uma produção intelectual cada vez mais normativa e voltada para um grupo minoritário e pouco expressivo politicamente. Seu anticomunismo militante ajudou a reduzir ainda mais o público leitor de suas obras e estreitou o alcance do seu pensamento.

Enquanto Freyre faleceu amplamente reconhecido, agraciado com honrarias e com uma obra que continua a ser lida e estudada, Salgado encerrou sua trajetória intelectual "pregando para convertidos". Seus ensaios políticos e romances hoje são lidos apenas por aqueles que se dedicam a estudar momentos turbulentos da política e da cultura do século XX.

---

[138] VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista:** o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

[139] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A enciclopédia do integralismo:** lugar de memória e reinvenção do passado (1957-1961). 2010. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

2.3 A INFLUÊNCIA DE ANTÓNIO SARDINHA E DO INTEGRALISMO LUSITANO SOBRE GILBERTO FREYRE E PLÍNIO SALGADO

Entre os contatos formadores do percurso intelectual de Gilberto Freyre, destacam-se a relação de amizade e a influência mútua estabelecida com António Sardinha, um dos principais nomes do integralismo lusitano. Apesar de sua morte precoce, em 1925, há registros de correspondência entre ambos, bem como indícios de influência do intelectual português sobre o pensamento de Freyre, especialmente no que concerne à sua ideia de iberismo. Para além dessa interlocução, cumpre salientar que as obras de Sardinha, assim como o próprio ideário do integralismo lusitano, foram essenciais para Plínio Salgado, particularmente no que toca ao desenvolvimento das ideias que culminaram na fundação da AIB, em 1932:

> O pensamento de Plínio Salgado nasceu da influência do integralismo lusitano, que é oriundo do maurrasismo, da doutrina social da Igreja, bem como de alguns aspectos da doutrina e prática do fascismo italiano, regime do qual adotou o modelo do partido único e o corporativismo de Estado. Dentro destas concepções, aliadas ao autodidatismo nacionalista-cristão, além da influência familiar e da necessidade de um discurso de vanguarda, nasceu a AIB.[140]

Conforme observa Gonçalves[141], durante seu exílio em Portugal, o intelectual brasileiro manteve estreitas relações de sociabilidade com ex-membros do integralismo lusitano, o que facilitou sua inserção nos círculos intelectuais portugueses. Anos depois, Salgado rememoraria seus antigos companheiros integralistas em textos que escreveu para *A Marcha*, periódico oficial do integralismo no pós-guerra.

Considerando a influência exercida por António Sardinha tanto sobre Freyre quanto sobre Plínio Salgado, mostra-se relevante examinar o trajeto intelectual de Sardinha, as ideias mestras do integralismo lusitano e a correspondência que manteve com Freyre. Convém ainda uma breve digressão sobre o conceito de iberismo e seus derivados, como o *hispanismo* e o *peninsularismo*, relevantes para o objetivo deste trabalho e para a trajetória de António Sardinha.

---

[140] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 75.

[141] *Ibid.*

De acordo com Paulo Bruno Rodrigues Ferreira[142], o *iberismo* foi concebido como uma proposta de maior integração das nações peninsulares em um espaço territorial, político e econômico mais abrangente. Essa conotação de sentido do iberismo era encampada por monárquicos e republicanos federalistas. Com o passar dos anos, principalmente após as crises coloniais que atingiram Portugal – como o *Ultimatum* britânico de 1890 – e a Espanha – notadamente o Desastre de 1898, que implicou a perda das possessões coloniais das Filipinas e de Cuba –, o conceito passou a ser ressignificado por autores como Miguel de Unamuno, Ángel Ganivet e António Sardinha.

Nessa nova formulação, a aproximação cultural e a cooperação político-econômica não significavam uma *união ibérica*, mas, sim, a preservação da independência dos dois países. Essa visão mais cultural do iberismo é, segundo Ferreira[143], tributária da obra do português Oliveira Martins, em especial de *História da civilização ibérica*, de 1879. Dessa corrente provêm os termos "hispanismo" e "peninsularismo", que serão caros a autores como Sardinha:

> [...] este é um conceito [o iberismo] que, tendo começado a ser discutido desde meados do século XIX, foi evoluindo e encontrando ramificações consoante as alterações político-econômicas. Do iberismo nasceram vocábulos que assentavam em novos pressupostos, tais como *hispanismo*, *peninsularismo* ou *hispano-americanismo*. Partia-se de um conceito desatualizado de iberismo para relançar novas propostas de aproximação peninsular cuja finalidade era manter viva a ilusão ou a esperança de fazer renascer a Península.[144]

A bibliografia sobre o integralismo lusitano – para além das obras legadas por seus próprios integrantes – é relativamente concentrada, mas passa a constituir um *corpus* significativo, principalmente, a partir da década de 1980. Nesse sentido, cabe destacar os artigos de António Costa Pinto[145], Manuel Braga da Cruz[146], Cecília Barreira[147] e Miguel

---

[142] FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues. **Iberismo, hispanismo e os seus contrários:** Portugal e Espanha (1908-1931). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

[143] *Ibid.*

[144] *Ibid.*, p. 12.

[145] PINTO, António Costa. A formação do integralismo lusitano (1907-1917). **Análise Social**, Lisboa, n. 70, p. 1.409-1.419, 1983.

[146] CRUZ, Manuel Braga da. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. **Análise Social**, v. 18, n. 70, p. 137-182, 1982.

[147] BARREIRA, Cecília. Sindicalismo e integralismo, o jornal "A Revolução" (1922-1923). **Análise Social**, n. 67-68, p. 827-838, 1981; BARREIRA, Cecília. Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas de "Nação Portuguesa", 1914-1926). **Análise Social**, n. 72-74, p. 1.421-1.429, 1982.

Esteves Cardoso[148], publicados na revista *Análise Social*, ligada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. António Costa Pinto[149] também se dedicou ao estudo do Nacional-Sindicalismo, movimento de caráter fascista fundado após a dissolução do integralismo lusitano, em sua obra *Os camisas azuis e Salazar: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*, publicada pela primeira vez em 1994, em Portugal, e em 2016, no Brasil.

Nesse contexto, destacam-se os trabalhos de José Manuel Quintas[150], intitulado *Filhos de Ramires: no advento do integralismo lusitano (1913-1916)*, e de Ana Isabel Sardinha Desvignes[151], *António Sardinha: um intelectual no século (1887-1925)*. Sardinha Desvignes[152] também coligiu e organizou a correspondência de Sardinha com sua esposa durante o exílio espanhol. Por fim, cumpre mencionar a tese de George Gomes[153], *António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925)*, defendida na Universidade de Paris.

2.3.1 António Sardinha: trajetória intelectual e conversão antiliberal

António Manuel de Sousa Sardinha nasceu em Monforte, Alentejo, em 1887, no seio de uma família da burguesia provinciana.[154] Ainda adolescente, mostrou pendor para a poesia e manteve correspondência com intelectuais de envergadura provincial e nacional, como o futuro presidente da República Teófilo Braga. Nesse período, interessou-se pelo estudo de genealogias, tanto de sua própria família quanto de personalidades portuguesas de destaque. De acordo com Gomes[155], tal interesse já evidenciava uma visão de mundo na qual o indivíduo não pode ser compreendido sem referência aos seus antepassados, o

---

[148] CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano. **Análise Social**, n. 72-74, p. 1.399-1.408, 1982.

[149] PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis:** Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Recife: Edupe; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

[150] QUINTAS, José Manuel. **Filhos de Ramires:** no advento do integralismo lusitano (1913-1916). Edição própria, 2001.

[151] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **António Sardinha:** um intelectual no século (1887-1925). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

[152] *Id*. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

[153] GOMES, George. **António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Paris sciences et lettres, 2019.

[154] SARDICA, José Miguel. Prefácio. *In:* DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

[155] GOMES, *op. cit*.

que converge com a tônica antiliberal e tradicionalista que marcaria sua trajetória intelectual.

Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1906. Durante seus anos de formação, entre 1906 e 1911, Portugal vivia os últimos anos do regime monárquico, contexto no qual Sardinha manteve tendências republicanas. Ainda que afastado do catolicismo e politicamente alinhado à República, já se observavam tendências tradicionalistas em seu pensamento, expressas no culto ao sangue, à terra e aos mortos. Na universidade, conheceu Alberto de Monsaraz, estudante de origem alentejana e aristocrática, que se tornaria um dos principais nomes do integralismo lusitano e, posteriormente, se aproximaria de Plínio Salgado durante o exílio deste em Portugal.

Ainda nesse período, Sardinha elogiou o regicídio de D. Carlos e criticou intensamente o seu sucessor, D. Manuel II, cujo curto reinado (1908-1910) teve fim com a abolição da monarquia. Saudou, efusivamente, a instauração do regime republicano. Após concluir o curso de Direito, foi funcionário cartorial em Elvas, experiência que lhe trouxe frustração, em razão das limitadas possibilidades de aplicação prática de sua formação jurídica. Aproximou-se, então, do mundo rural alentejano e logo se desencantou com os rumos políticos da República portuguesa, que não soube responder aos anseios por reformas profundas e acabou por estimular mais a divisão social do que a união.

Conforme assinala Sardica[156], entre os anos de 1912 e 1914, Sardinha passou por uma conversão mental, que depois também acometeria outros desencantados com o regime republicano. Por julgar que a República preconizava uma sociedade "de cima para baixo", em nome de um ideal abstrato, Sardinha passou a denunciar o esquecimento das raízes históricas, antropológicas e religiosas do país. Nesse processo, redescobriu o catolicismo e aderiu "[...] a uma ideia sebastiânica e mística de 'nação-raça' portuguesa, depositada num ideal de organização política tradicional, municipalista, corporativista, com um rei, líder natural dessa *respublica* cívica devolvida à terra e à devoção patriótica de antanho".[157]

Sua adesão juvenil ao republicanismo não passou despercebida pelos seus críticos, levando-o a revisitar esse posicionamento em diversos momentos de sua obra. Segundo

---

[156] SARDICA, José Miguel. Prefácio. *In:* DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

[157] *Ibid*., p. 12.

Gomes[158], os Sardinha possuíam uma tradição familiar de apoio ao constitucionalismo, incluindo antepassados que sofreram repressão por suas opiniões liberais. Entretanto, o principal motivo da adesão republicana de Sardinha foi a sua crença de que esse regime era o mais indicado para a manutenção de uma sociedade portuguesa tradicional.

Nesse aspecto, destaca-se também a influência de Teófilo Braga, crítico da centralização política da monarquia e favorável a um "municipalismo republicano", mais convergente com as forças vivas da nacionalidade portuguesa. Nota-se que o municipalismo foi outra bandeira defendida por Plínio Salgado, que teve seu primeiro engajamento político com a fundação do Partido Municipalista. Embora a experiência tenha sido efêmera, o integralista brasileiro sempre defendeu tal posição. Como sintetiza Gomes[159]:

> Em suma, Sardinha foi por um tempo seduzido pela importância dada por Teófilo Braga ao municipalismo na história de Portugal, e na sua teorização do republicanismo português. Autoproclamando-se "municipalista por natureza", Sardinha justificou através de Braga a sua adesão ao republicanismo como um período de aprendizagem política e intelectual que era, entretanto, já dominado por sua sensibilidade tradicionalista de sempre [...].[160]

No ano de 1914, ao lado de Hipólito Raposo, Alberto de Monsaraz, Luís de Almeida Braga e outros, Sardinha lançou a revista de filosofia política chamada *Nação Portuguesa*, que advogava em favor de uma monarquia tradicional, orgânica e antiparlamentar, tendo como objetivo agregar intelectuais católicos e monárquicos. No mesmo ano, foi fundado o clube político chamado integralismo lusitano, cuja principal referência ideológica externa residia na Action Française, liderada por Charles Maurras.[161]

Segundo Olivier Dard[162], o coração da doutrina da Action Française assentava-se no *nacionalismo integral* formulado por Charles Maurras. Inspirada por pensadores

---

[158] GOMES, George. **António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Paris sciences et lettres, 2019.

[159] *Ibid*., p. 28.

[160] No original: "En somme, Sardinha fut un temps séduit par l'importance donnée par Teófilo Braga au municipalisme dans l'histoire du Portugal, et dans da théorisation du républicanisme portugais. Se proclamant 'municipaliste par nature', Sardinha justifiat donc à travers Braga son adhésion au républicanisme comme une période d'apprentissage politique et intellectuel qui était, néanmoins, déjà dominée par sa sensibilité traditionaliste de toujours [...]".

[161] PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis:** Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Recife: Edupe; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

[162] DARD, Olivier. *L'Action Française:* une matrice européenne et transatlantique des droites radicales? **Studia Historica**, n. 30, p. 27-46, 2012.

reacionários do século XIX e por Auguste Comte, a doutrina da Action Française se apresenta contra o iluminismo e o romantismo, constituindo primeiramente uma reação radical contra o individualismo. O movimento rejeitava a Terceira República Francesa, considerando-a dominada pelos quatro "confederados": judeus, maçons, protestantes e estrangeiros. Eram a favor de uma monarquia católica descentralizada.

A relação entre o integralismo lusitano e a Action Française revela-se complexa. Trata-se, indubitavelmente, de uma referência incontornável para os integralistas, especialmente para José Pequito Rebelo. De família ligada ao latifúndio alentejano, Rebelo viveu em Paris, onde teve contato direto com os escritos do grupo francês. Entre os integralistas, foi o maior defensor dos seguidores de Maurras. Não obstante, à semelhança do que ocorreria posteriormente no integralismo brasileiro, a questão da originalidade de um pensamento nacionalista esteve sempre muito presente. Luís de Almeida Braga, outro membro importante dos integralistas, instou Sardinha a ocupar o lugar de teórico do pensamento contrarrevolucionário luso, assegurando, assim, a construção de uma matriz doutrinária de origem nacional.

Sardinha exerceu, de fato, um papel de liderança entre os integralistas: "Membro fundador, Sardinha foi, até a sua morte doze anos mais tarde, a pluma prolífica por excelência corrente política portuguesa, que viria a constituir, ao mesmo tempo, a grande aventura intelectual de sua existência".[163] A revista *Nação Portuguesa* consolidou-se como um importante espaço de crítica ao republicanismo, orientando-se pela proposta de "reaportuguesamento" do país, ancorada no ruralismo, no nacionalismo e no catolicismo romano:

> O integralismo lusitano fundou uma corrente intelectual baseada em numerosos estudos históricos sobre a identidade nacional portuguesa, reinventando a "tradição" de uma sociedade orgânica e corporativa de que Portugal medieval teria sido paradigma e que o liberalismo do século XIX, produto de "importação", veio destruir. Para tal apoiaram-se nos esquecidos teóricos do pensamento contrarrevolucionário português do século XIX, ligados à corrente legitimista de D. Miguel.[164]

---

[163] No original: "Membre fondateur, Sardinha fut jusqu'à sa mort, douze années plus tard, la plume prolifique par excellence de cette mouvance politique portugaise, qui allait, par la même occasion, rester la grande aventure intellectuelle de son existence" (GOMES, George. **António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Paris sciences et lettres, 2019. p. 32).

[164] PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis:** Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Recife: Edupe; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 18.

Os integralistas lusitanos iniciaram sua atuação de doutrinação pública em 1915, ao promoverem um ciclo de conferências na Liga Naval Portuguesa, dedicado à questão ibérica. O iberismo ganhava novo impulso na época, principalmente na Espanha. Para os integralistas, contudo, impunha-se uma postura cautelosa em relação ao país vizinho, cujos anseios anexionistas se intensificavam perante a instabilidade da jovem República portuguesa.

Embora Gomes[165] afirme que o iberismo jamais tenha logrado consolidar-se como movimento popular de base orgânica, suas ideias floresceram a partir da segunda metade do século XIX, principalmente em uma vertente federalista. Figuras influentes da intelectualidade espanhola manifestaram apoio à anexação de Portugal, entre elas o próprio rei Afonso XIII. A argumentação iberista apoiava-se na história compartilhada entre os dois países – desde a reconquista na Idade Média, passando pelas grandes navegações e pelas invasões napoleônicas –, bem como em supostas semelhanças geográficas e étnicas.

As conferências realizadas na Liga Naval, em maio de 1915, não transcorreram de forma pacífica. A forte oposição de estudantes republicanos desencadeou conflitos que resultaram em militantes feridos, levando ao encerramento prematuro do evento. Em razão disso, foram apresentadas apenas: *O território e a raça*, de Sardinha; *A língua e a arte*, de Hipólito Raposo; *Questões político-militares*, de Vasco de Castro e *Música e instrumentos*, do compositor Luís de Freitas Branco. No ano seguinte, foi publicada *A questão ibérica*, que reuniu tanto as conferências efetivamente proferidas quanto aquelas que não chegaram a ser apresentadas.

A conferência de Sardinha constitui uma defesa radical da especificidade portuguesa em face da Espanha, enfatizando a necessidade de preservação da independência de seu país. Para tanto, lançava mão de argumentos históricos, ao afirmar que não houve mestiçagem entre árabes e europeus no contexto da Reconquista, e traçava paralelos à maneira portuguesa e espanhola de levar a cabo o empreendimento colonizador. Segundo Sardinha, a forma mais pacífica de colonização portuguesa teve como legado o Brasil, enquanto a América espanhola fraturou-se em numerosas repúblicas. Esse aspecto de análise da colonização portuguesa permaneceu como um traço recorrente nas demais obras do escritor.

---

[165] GOMES, George. **António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Paris sciences et lettres, 2019.

Ferreira[166] ainda observa que Sardinha mobilizou o conceito de lirismo como elemento constituinte do espírito português, em oposição ao caráter espanhol, caracterizado pela epopeia:

> Castela era epopeia e Portugal poema de amor. O quixotismo interpretava o conceito imperialista da existência, enquanto o lirismo servia a Portugal de "boca expansiva, sobretudo através da religião instintiva da Esperança, de que o mito do Encoberto é a revelação máxima". Castela não conhecia o lirismo, a linguagem branda do coração, o apego à terra e à agricultura, antes vibrava e se desfazia em alucinações sangrentas da epopeia, "género guerreiro" apenas verificável em "raças ocupadoras".[167]

Além disso, Sardinha buscou na geografia elementos adicionais que pudessem contrapor Portugal à Espanha. Se, por um lado, reconhecia que os rios portugueses nasciam no país vizinho, por outro rejeitava a ideia de que a fronteira entre os dois países fosse artificial ou fruto de uma mera conjuntura política. Para Sardinha, Portugal, localizado na depressão atlântica, se mostrava um país cuja geografia favorecia a emergência de um povo aberto e criador. Em contraste, a Espanha (aqui refere-se a Castela), situada na aridez de um largo planalto, teria propiciado um caráter mais fechado. Nessa perspectiva, "o meio físico promovia um dualismo psicológico que correspondia a um antagonismo de raça".[168]

Em 1916, foi instituída a Junta Central do Integralismo Lusitano e, em 1917, foi lançado o seu jornal, *A Monarquia*. Os integralistas apoiaram o golpe de Sidónio Pais, por entenderem que ele poderia representar um avanço na constituição de um corporativismo orgânico mais condizente com a vida portuguesa. Em 1918, Sardinha foi eleito para o Parlamento, onde se alinhou à minoria monárquica. Após o assassinato de Sidónio Pais, Sardinha participou da tentativa de restauração monárquica liderada por Paiva Couceiro, episódio que ficou conhecido como a Monarquia do Norte, ocorrido em janeiro e fevereiro de 1919.

Diante da recusa de D. Manuel II em retornar do exílio em Londres, o movimento fracassou, desencadeando a perseguição aos monarquistas. Na correspondência destinada

---

[166] FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues. **Iberismo, hispanismo e os seus contrários:** Portugal e Espanha (1908-1931). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
[167] *Ibid*., p. 224-225.
[168] *Ibid*., p. 225.

à sua esposa, Sardinha expressou desilusão em relação à sua participação na tentativa de golpe conduzida por Paiva Couceiro:

> [...] Porque, minha querida Amiga, tirando a gente nova que se sacrificou brilhante e nobremente, tudo isto, com raras exceções, não passa duma canalha do ponto de vista individual. Acredito que, se debaixo do ponto de vista individual a derrota foi uma desgraça, dum modo geral eu aceito-a como o melhor bem que nos poderia suceder. Com a *capacidade governativa* de quem nos dirigia, caíamos imediatamente, e com maior vergonha.[169]

A própria causa monárquica, para além do integralismo lusitano, fragmentou-se: de um lado, os defensores de uma vertente constitucional alinharam-se a D. Manuel II; de outro, os legitimistas – entre os quais se incluíam os membros do integralismo lusitano – defendiam D. Duarte Nuno de Bragança como herdeiro legítimo do trono português. Este último era neto de D. Miguel I, baluarte do absolutismo no século XIX.

Nesse contexto, Sardinha optou pelo exílio na Espanha, onde permaneceu entre 1919 e 1921 – tempo suficiente para mudar sua perspectiva em relação ao iberismo. De regresso a Portugal, passou a se dedicar à sua obra intelectual, tendo dirigido uma nova série da *Nação Portuguesa*. Sua última obra, e possivelmente uma de suas mais influentes, foi *A aliança peninsular*, publicada no Porto em 1924. Traduzida para o espanhol com prólogo do político e escritor conservador Ramiro de Maeztu, essa obra influenciou adeptos do hispanismo dos dois lados do Atlântico.

Sardinha faleceu precocemente aos 37 anos, de septicemia, em janeiro de 1925. Como observa Sardica[170], deixou o "integralismo lusitano órfão da sua grande figura tutelar, do seu grande pensador", cuja missão não era somente restaurar a monarquia e a religião em Portugal, mas restaurar Portugal por meio da monarquia e da religião.

Nos anos seguintes, o integralismo perdeu gradualmente sua força. Alguns de seus membros, como Francisco Rolão Preto, considerado o "primeiro fascista" entre os fundadores do integralismo lusitano, aderiram ao Nacional-Sindicalismo, de tendência modernizadora e fascizante:

---

[169] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022. p. 23. [Grifos do original.]

[170] SARDICA, José Miguel. Prefácio. *In:* DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022. p. 14.

> O Nacional-Sindicalismo representou, em termos de ideologia e programa político, um processo de fascização do integralismo lusitano, pelo que o magma cultural onde repescou os elementos essenciais da sua ideologia estava no fundamental definido nas vésperas da Primeira Guerra Mundial.[171]

Outros integralistas aderiram à União Nacional, partido único do salazarismo, que defendia um discurso igualmente católico e em favor da ordem social. A morte de D. Manuel II, ocorrida em 1932, durante seu exílio londrino, contribuiu para a dissolução da Junta Central do Integralismo Lusitano. Sardica[172] afirma que, embora muitos integralistas tenham se integrado ao Estado Novo, os mais "puros" criticaram o regime, como, por exemplo, Hipólito Raposo, que cunhou o termo "salazarquia".

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos ex-integralistas se aproximaram da resistência republicana antissalazarista, como na campanha do general Humberto Delgado à Presidência em 1958, além de outras iniciativas da oposição que culminaram na queda do regime, em 1974. Entre aqueles que participaram ativamente do Estado Novo, cabe destacar: Pedro Teothónio Pereira, que foi ministro e embaixador no Rio de Janeiro, em Washington e em Londres, e Marcello Caetano, sucessor de Salazar, que permaneceu na Presidência do Conselho de Ministros até a Revolução dos Cravos.[173]

2.3.2 As principais ideias do integralismo lusitano

Se a subseção anterior buscou reconstruir o percurso intelectual e político de António Sardinha, torna-se agora pertinente delinear os principais eixos doutrinários do movimento, que são indissociáveis da trajetória do seu principal formulador. De acordo com a cronologia proposta por António Costa Pinto[174], pode-se dividir a trajetória do integralismo lusitano em três fases distintas.

A primeira, que se estende de sua fundação, em 1914, até a ditadura de Sidónio Pais, em 1918, caracteriza-se por seu caráter predominantemente ideológico. Trata-se do momento de maior elaboração doutrinária do movimento e de sua inserção no debate

---

[171] PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis:** Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Recife: Edupe; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 116.
[172] SARDICA, José Miguel. Prefácio. *In:* DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.
[173] LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenentes de Salazar.** Lisboa: Aletheia, 2015.
[174] PINTO, *op. cit.*

público de seu tempo, por meio de revistas, jornais e ciclos de conferências. Além da revista *Nação Portuguesa*, principal órgão de difusão das ideias integralistas, houve também outros lugares de sociabilidade intelectual e política, como o citado ciclo de conferências na Liga Naval, no qual se discutiram temas como a questão ibérica, a identidade nacional e os rumos da jovem República.

Em 1917, foi fundado *A Monarquia*, periódico oficial do movimento, que ampliou o esforço de inserção dos integralistas e se constituiu em um polo de crítica sistemática ao regime republicano, ao parlamentarismo e ao anticlericalismo. A atuação integralista nesse período apresentou um forte acento elitista, voltado prioritariamente à formação de quadros intelectuais e à disputa simbólica em torno da interpretação da história portuguesa, em detrimento de uma participação ativa na política ou de estratégias de mobilização de massas. Essa primeira fase corresponde, portanto, ao momento de maior consolidação ideológica do movimento, marcado pela mobilização da literatura miguelista e pela influência doutrinária da Action Française, na intenção de organizar uma teoria contrarrevolucionária. De acordo com Gonçalves[175], "Os movimentos francês e português são próximos no sentido de criação e formação política, possuindo na necessidade de criação intelectual um meio de força e centralidade".

Embora fornecesse sólido repertório doutrinário – antiliberal, nacionalista, antiparlamentar e monárquico –, havia a incômoda questão de uma ausência de originalidade do movimento português. No seio do próprio integralismo lusitano, travaram-se debates intensos sobre o quão tributários os integralistas seriam das ideias do grupo de Maurras. Pequito Rebelo, por exemplo, que vivera em Paris no início da década de 1910 e teve contato direto com os membros da Action Française, reconhecia de forma explícita essa influência. Outros foram mais refratários a esse respeito, como Hipólito Raposo, que afirmou que, embora a influência maurrasiana fosse inescapável, o integralismo lusitano se ancorava nas especificidades históricas e sociais de Portugal. Luís de Almeida Braga e António Sardinha também foram outras lideranças que insistiram no caráter essencialmente nacional do integralismo lusitano.[176]

---

[175] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 180.

[176] GOMES, George. **António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Paris sciences et lettres, 2019.

Para Francisco Martinho[177], a busca de um fundamento para a consolidação de um nacionalismo português no integralismo lusitano foi profundamente marcada pela experiência da Action Française. Os integralistas buscaram no passado medieval e nas tradições portuguesas uma justificação para o combate ao liberalismo, alienígena às tradições nacionais:

> Assiste-se aqui uma tradição inventada, no sentido de que o passado era resgatado a fim de que se pudesse construir um presente dotado de organicidade e respaldo popular. Note-se que, no caso específico, a memória restaurada, "reinventada", era a do Estado e de seu chefe, o monarca absoluto.[178]

A segunda fase, que se estende até 1922, corresponde ao momento em que o movimento buscou desenvolver uma ação política organizada. A eleição de Sardinha para o Parlamento, em 1918, constitui um marco nesse processo, no sentido de levar à política institucionalizada as ideias integralistas, apesar do flagrante desacordo doutrinário integralista em relação à organização parlamentar republicana. A fragmentação da causa monárquica foi um dos fatores que delimitaram os limites dessa participação e dificultaram uma ação política mais coordenada. Os integralistas suspenderam as suas atividades em 1922 por não concordarem com o *Pacto de Paris*, que reconhecia D. Manuel II, de tendências constitucionalistas, como monarca em eventual Restauração, em detrimento de D. Duarte Nuno de Bragança, o pretendente legitimista e descendente do absolutista D. Miguel I:

> Assinado em 17 de abril de 1922 entre os dois ramos da Casa de Bragança, o Pacto de Paris convidava os monárquicos das diversas fações a reconhecerem D. Manuel II como rei, sem, no entanto, designar D. Duarte Nuno como seu sucessor já que, estipulava o referido Pacto, na falta de herdeiro direto o sucessor seria indicado pelas *Cortes Gerais* da nação portuguesa. Confrontada com estas diretivas, que desagradam, mas que não entende publicamente contestar para não debilitar as forças monárquicas, a Junta Central do Integralismo, logo em maio de 1922, suspenderia a sua atividade, bem como a publicação do jornal *A Monarquia*.[179]

---

[177] MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Marcello Caetano e o sentido do antiliberalismo no pensamento político português. *In:* MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; LIMONCIC, Flávio (org.). **Os intelectuais do antiliberalismo:** projetos e políticas para outras modernidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

[178] *Ibid*., p. 206.

[179] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, p. 75-104, 2016. Doi: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.21821. p. 81.

Conforme ressalta Sardica[180], o rompimento dos integralistas com os monárquicos partidários de D. Manuel II foi motivo de alegria para Sardinha, então em exílio. A partir desse momento, os integralistas aproximaram-se dos legitimistas, que apoiaram um eventual reinado de D. Duarte Nuno de Bragança, à época ainda adolescente. Sardinha mostrou-se um defensor implacável do jovem pretendente, depositando nele uma expectativa de natureza quase messiânica, expressa em carta dirigida à sua esposa, na qual afirma nutrir "uma espécie de sebastianismo que me faz ver nessa criança uma criança de milagre" (carta de 25/10/1919). A relação entre o integralismo lusitano e o sebastianismo foi analisada por Cardoso[181]:

> Tomando o sebastianismo duma mesma maneira activa, possivelmente tão contrária ao seu significado (de espera apática e resignação) como a forma com que encararam a saudade (de lembrança, desinteressada no presente e com desconfiança do futuro), eles viram no sebastianismo uma possível fonte rácica de grandes energias construtivas. Se a saudade fornecia o fim, o sebastianismo fornecia o meio. A primeira inspirava, o segundo mobilizava.

A terceira fase compreende os anos de 1922 a 1932, data da morte de D. Manuel II, que coincide com a dissolução da Junta Central do Integralismo Lusitano. Trata-se de um período marcado por uma atuação difusa e descentralizada devido à morte de António Sardinha, em 1925 – evento que, naturalmente, constituiu um grande baque para o movimento –, e às disputas internas entre os monárquicos.

Dentre os aspectos mais marcantes da afirmação ideológica do integralismo lusitano, destaca-se o nacionalismo tradicionalista, que identificava na organização social do Portugal medieval o tempo de maior esplendor da história lusa. Para os seus formuladores, esse período teria sido caracterizado por uma elevada coesão entre as esferas política, social e religiosa, anterior às rupturas associadas à Revolução francesa e ao liberalismo oitocentista. O municipalismo medieval, descentralizado, era interpretado como expressão orgânica da nacionalidade, contrastando com a centralização estatal moderna, percebida como artificial e estrangeira.

---

[180] SARDICA, José Miguel. Prefácio. *In:* DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

[181] CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano. **Análise Social**, n. 72-74, p. 1.399-1.408, 1982. p. 1.408.

Essa leitura histórica articulava-se a um ruralismo idealizado, no qual o campo aparecia como espaço privilegiado de manutenção e preservação das virtudes nacionais, enquanto a cidade moderna e industrial era vista como local de cosmopolitismo, dissolução moral e de propensão ao conflito social. Percebe-se, assim, uma recorrente dicotomia integralista entre um localismo sadio, enraizado na terra e na tradição, e um estrangeirismo visto como ameaça à continuidade histórica da nação. Como observa Costa Pinto[182]:

> Muito embora sofrendo alterações fascizantes no pós-guerra, a ideologia dos fundadores do IL [integralismo lusitano] permaneceu imbuída de um antiliberalismo tradicionalista, de um nacionalismo de matriz "histórica" e de um ruralismo de reação à industrialização. O socialismo e o comunismo eram para eles uma variante do liberalismo e da democracia e não lhes mereceram nunca grande atenção ideológica. A maçonaria e o republicanismo jacobino e anticlerical foram os seus grandes inimigos.

Conforme Pinto[183], dentre os pensadores do movimento, Sardinha[184] foi o mais místico, chegando a defender um nacionalismo étnico em sua obra *O valor da raça*, de 1915:

> Os municípios exprimiam as tendências ingênitas da raça. Não caímos em erro se os classificarmos entre nós como formações absolutamente naturais. Por um *processus* associativo, frequentíssimo no meio biológico, umas células pegaram a juntar-se às outras. E por força das circunstâncias do Meio e da Etnia, Portugal se constituiu como soma normal de tantas parcelas pequenas, em tudo idênticas e concordes. Até o nome lhe adveio de um castro a cavaleiro do Douro, para que em nada padecesse dúvida a sua genealogia de terra livre.

Outra característica fundamental do movimento reside na defesa de uma nação organizada e hierarquizada conforme a tradição. Os integralistas defendiam um corporativismo orgânico que preconizava a representação corporativa da sociedade. Essa representação seria encarnada na criação de uma Assembleia Nacional, cujo caráter seria técnico e consultivo, em oposição a um modelo propriamente legislativo. A esse corporativismo articulava-se a defesa da descentralização do poder, com o fortalecimento dos concelhos, em consonância com a vocação agrícola do país. Em contraposição, o

---

[182] PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis:** Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Recife: Edupe; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 25.
[183] *Ibid.*
[184] SARDINHA, António. **O valor da raça.** Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa, 1915. p. 10.

liberalismo era criticado por promover um projeto de industrialização que, na leitura integralista, não encontrava correspondência efetiva na realidade.

Hipólito Raposo[185], em seu texto *Natureza da representação*, publicado em 1914 na revista *Nação Portuguesa*, sintetiza:

> Como facilmente se depreende desta ligeira e incompleta exposição, pretendemos substituir a representação política, saída da inconsciência tumultuária das urnas em que os incompetentes escolhem os presumidos competentes, pela delegação das classes e dos interesses, por elementos técnicos e aptos ao bom desempenho do encargo. Dentro de cada classe, os associados são aptos a eleger e os eleitores, em nome do seu próprio interesse, coagidos a escolher o melhor que possam e a fiscalizar a ação dos delegados a quem se confiaram. Nestas condições, as entidades que se julgassem mal representadas, só à sua imprevidência ou precipitação poderiam atribuir a responsabilidade de tal erro.

O corporativismo também seria a base pela qual haveria a restauração monárquica. Na figura do rei, repousava o autoritarismo repressor dos instrumentos democráticos e garantidor da ordem social – aspecto que merece uma análise à parte. O monarca, no ideário integralista, não era concebido como um governante constitucional limitado por instituições representativas, mas como símbolo da unidade nacional e árbitro da ordem social. Colocado acima das facções políticas, era responsável por garantir a harmonia social e reprimir os conflitos que prejudicassem a coesão nacional.

Contrário à ideia de poder absoluto por direito divino, Gomes[186] observa que Sardinha considerava um bom rei aquele que respeitasse um tácito pacto transgeracional da dinastia no poder com o povo português. A este último caberiam a lealdade e a deferência ao monarca, ao passo que caberia ao soberano garantir ao povo o respeito das leis fundamentais do humanismo cristão. Sardinha sustentava, ademais, que o principal desafio integralista era fazer uma revisão da historiografia de seu tempo, produzida majoritariamente por elites liberais que interpretavam o antigo regime sob lentes hostis. Nesse sentido, era necessária uma visão renovada do poder real que não o vinculasse, quase que de forma intercambiável, à noção de tirania.

---

[185] RAPOSO, Hipólito. Natureza da representação. **Nação Portuguesa**, Lisboa, n. 5, p. 133-137, nov. 1914. p. 136.

[186] GOMES, George. **António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Paris sciences et lettres, 2019.

Desvignes[187] destaca que a utopia monárquica dos integralistas – e de Sardinha em especial – não estaria isenta de complexidades. Na transcrição do elogio fúnebre redigido pelo escritor e político republicano espanhol Luis Araquistáin[188], encontram-se sintetizados alguns dos limites inerentes a essa idealização monárquica:

> Razão tinha Sardinha em pensar que uma democracia parlamentar contradiz e destrói a natureza íntima e primitiva de uma monarquia. Contudo, para uma democracia monárquica, como era em substância a que ele defendia, onde encontrar a dinastia perfeita, que reinasse e governasse, sem ceder à tentação de converter a pátria num património? Muito a procuraram, Sardinha e os seus amigos, os integralistas lusitanos, entre os vários membros da dinastia derrocada; mas sem êxito, porque o que queriam, mais do que um homem de carne e osso, era um ideal humanizado, e isso, desde Cristo, raras vezes se encontra. Dessa maneira o integralismo lusitano, de que Sardinha foi a alma, transformou-se num partido monárquico sem rei nem pretendente, isto é, numa insolúvel contradição entre a ideia pura da monarquia e a realidade psicológica das suas encarnações, em suma, numa impossibilidade política.

Apesar da vasta gama de inimigos políticos e da apologia à violência regeneradora que consta em seu programa político, além da defesa de uma figura ditatorial responsável pela defesa da ordem social, a intervenção integralista não foi caracterizada pela violência política ou pelo incentivo à ação direta das massas. Diferentemente da Action Française, que contou com o grupo miliciano Camelots du Roi, notável pela violência política e pelos diversos conflitos com a ordem estabelecida francesa, o integralismo lusitano manteve-se focado em uma ação intelectual com viés elitista.

Seu espaço de intervenção circunscreveu-se, sobretudo, aos debates intelectuais em revistas, jornais e círculos acadêmicos, bem como à disputa simbólica com liberais e republicanos. O espaço universitário e os círculos da fidalguia provincial constituíram os cenários privilegiados de atuação do movimento, reforçando o seu ideal de vanguarda conservadora em detrimento de uma perspectiva mobilizadora de massas.

---

[187] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, p. 75-104, 2016. Doi: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.21821.

[188] ARAQUISTÁIN *apud* DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, p. 75-104, 2016. Doi: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.21821. p. 101.

2.3.3 O hispanismo de António Sardinha

Há um dito popular português que diz: "Da Espanha, nem bom vento nem casamento". Com um território muito mais extenso que o português, a vizinha Espanha foi vista durante muito tempo com desconfiança por parte dos portugueses. Ferreira[189] explica que, especificamente, após o Regicídio de 1908 e a implantação da República, em 1910, os projetos de uma aproximação cultural e espiritual com a Espanha cresceram, assim como a reação anti-iberista. Temia-se que, com a debilidade do novo regime republicano no país, o rei espanhol Afonso XIII levasse adiante os seus sonhos de unificar politicamente a Península.

> As incursões monárquicas reacenderam em Portugal a crença de que não existia espanhol que não desejasse ver a República cair. A Primeira Guerra Mundial não só agudizou a debilidade portuguesa como despertou o medo de uma invasão espanhola com o auxílio alemão. Campanhas iberistas como as de tradicionalistas como Nido y Segalerva e Vicente Gay (1915) ou a "Harmonia Ibérica" (1917), alimentada por Félix Lorenzo, contribuíram para que não se deixasse de falar de um "perigo espanhol".[190]

Os integralistas lusitanos não se furtaram a tomar posição nessa disputa. Na obra coletiva *A questão ibérica*, de 1916, encontram-se artigos escritos pelos mais destacados membros do movimento defendendo uma abordagem nacionalista sobre a língua, a arte, a música, o direito e os assuntos militares. Para esses autores, a defesa contra aquilo que qualificavam como a "natural ambição imperialista de Castela"[191] não poderia limitar-se à mera exaltação da cultura portuguesa, que constituía um lugar-comum de combustível apenas literário. Antes, tratava-se de demonstrar a distinção de tais elementos em relação aos espanhóis:

> Aqui, temos a louvável pretensão de demonstrar que, em face dos chamados elementos clássicos de nação, Portugal tem tanta individualidade como Castela. Só esse intuito nos conduziu. Estas palavras que a Espanha culta as aceite como a proclamação de um direito que até hoje ninguém se incomodou a afirmar na discussão escrita, com

---

[189] FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues. **Iberismo, hispanismo e os seus contrários:** Portugal e Espanha (1908-1931). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
[190] *Ibid.*, p. 18.
[191] *Ibid.*, p. 15.

> a certeza e o desassombro com que aqui o fazemos, sem que às nossas palavras a mais leve intenção agressiva seja lícito atribuir.[192]

Logo no início de sua conferência, *O território e a raça*, Sardinha apresentou seu descontentamento perante o receio que muitos portugueses sentiam em relação à Espanha:

> Só vivem os povos que sabem viver. E saber viver não é arrastar uma existência subalterna de país tolerado, sem mais direito a dirigir-se e ter-se em conta de autônomo que a condescendência um tanto duvidosa dos vizinhos. É essa hoje, infelizmente, a nossa desgraçada situação.[193]

Com forte acento antiliberal, a conferência responsabiliza os liberais da Revolução de 1820 pela entrada do espírito protestante e das ideias revolucionárias francesas em Portugal. Além disso, ressoando as ideias de Maurras contra os inimigos da nacionalidade, aponta contra a maçonaria (a mais destacada força por detrás das ideias de federação entre Portugal e Espanha), os judeus, os jesuítas e o liberalismo (por enfraquecer a disciplina católica) como fatores desagregadores da nação portuguesa.

Entretanto, os eventos futuros levaram a uma consideração completamente distinta da poderosa vizinha. Conforme observa Sardica[194], após o fracasso da tentativa de golpe monárquico liderada por Paiva Couceiro, em 1919, os defensores da causa passaram a ser perseguidos. Sardinha tomou o caminho do exílio e se estabeleceu em Madri, onde residiu até o seu retorno a Portugal, em 1921. Apesar de inicialmente apresentar ressalvas em relação à cidade e ao país, com o tempo passou a se tornar um contundente hispanófilo:

> Imerso em Espanha, ali descobrindo que espanhóis e portugueses eram, afinal, comum e profundamente hispânicos – na história, na raça-sangue, na grei imperial, na religião católica, na vanguarda da civilização cristã ocidental contra os paganismos comunista ou fascista –, Sardinha trocou a sua hispanofobia por uma entusiástica hispanofilia.[195]

---

[192] A QUESTÃO Ibérica. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1915. p. 16.
[193] SARDINHA, António. **O valor da raça.** Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa, 1915. p. 1.
[194] SARDICA, José Miguel. Prefácio. *In:* DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.
[195] *Ibid.*, p. 18.

Desvignes[196] assinala que foi durante seu exílio na Espanha que Sardinha pôde redobrar a sua fé católica, por meio de visitas a catedrais e monastérios e do convívio com religiosos, o que lhe deu alento diante da saudade da esposa e do país, além de lhe fornecer ânimo para enfrentar as recorrentes dificuldades financeiras. Sardinha também transitou entre a direita conservadora espanhola, colaborando em seus jornais. Em carta à sua esposa, já ciente de sua anistia, prestou uma homenagem ao país vizinho:

> Vai comigo, com a lição amarga de tanta pena, o carinho deste vizinho admirável que eu irei ver todas as tardes da terra da minha Pátria porque não posso nem quero ser ingrato ao país que me acolheu e em que a minha inteligência adquiriu a sua plena maturação. E agora à minha obra, aos meus livros, e à certeza de que teremos ainda um filho![197]

É nesse contexto de conversão intelectual e espiritual que Sardinha sistematizou suas reflexões sobre o hispanismo, culminando na obra *A aliança peninsular*, publicada em Portugal em 1924 e última lançada em vida. A concepção da obra remonta ao período de seu exílio na Espanha, quando, a partir das viagens que realizou pelo país, identificou afinidades culturais e históricas com seu Portugal natal:

> [Na cidade de Alcalá] Lá fui encontrar no mais lindo salão que os meus olhos têm visto – salão moçárabe com os seus oiros tão vivos, como se fossem de agora –, as nossas queridas armas de Portugal. Castela está cheia do brasão das Quinas. Só esse aspeto da passagem da nossa Raça por esta Espanha tão caluniada – só esse aspeto me daria a mim um livro curiosíssimo![198]

Nesse trabalho de fôlego, Sardinha defende que, embora sejam claras as diferenças entre Portugal e Espanha, em matéria geográfica e étnica, nem por isso deveriam ser criados obstáculos na defesa de interesses comuns as essas nações. Em face da possibilidade de uma União Ibérica a que rechaçava, defendia uma aliança peninsular entre os dois países.

Sardinha tece longas considerações históricas, inclusive sobre períodos incômodos para os nacionalistas portugueses, como o da União Ibérica (1580-1640), em que Portugal

---

[196] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

[197] Carta 93, de 14 de abril de 1921 *apud* DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

[198] Carta 85, de 3 de novembro de 1920 *apud ibid*.

fora anexado pela Espanha: "À distância, com as tintas melodramáticas do nosso ultrarromantismo, é que se forjou uma 'lenda negra' de cativeiro e opressão, que os documentos pulverizam rapidamente".[199] Ao rei Felipe II, vilipendiado frequentemente por nacionalistas, propõe uma nova avaliação:

> Sabemos agora como, destruída em Alcácer a nossa melhor esperança, Filipe personificava o seu apelo lógico, reunindo debaixo do seu cetro as metades livres do mesmo império. De que acusá-lo, portanto? O carinho com que nos tratou, o escrúpulo que pôs em se acomodar a quanto lhe exigimos, mostra-nos que, no filho de Isabel de Portugal, a herança transmitida pelo sangue se afervorara com a educação recebida por êle dos cuidados da grave e cultíssima D. Isabel de Mascarenhas, a nossa "Vitória Colona".[200]

O aspecto histórico, embora fundamental para a elaboração de sua tese, não contempla o escopo do seu projeto, que vê também, em um futuro compartilhado, melhores oportunidades de relevância internacional para os países peninsulares. Nesse sentido, Sardinha argumenta que a Espanha também precisa de Portugal, e não apenas o contrário. Nota-se que a argumentação de Sardinha, ao frisar a questão da politização dos nacionalismos regionais no país vizinho, afasta a ideia de uma anexação violenta:

> A Espanha moderna, nas várias tendências centrífugas que lhe ameaçam a unidade, possui já bastantes agentes dissociativos para que haja de lhes multiplicar a força, metendo-se numa aventura que lhe seria inteiramente fatal. Não! O que à Espanha convém, o que à Espanha se impõe como exigência impreterível para recuperar a sua perdida supremacia, é o acercamento, é o abraço fraternal connosco.[201]

De acordo com Sardinha[202], o hispanismo configurava-se como a defesa de um tipo de civilização superior, responsável por impedir o avanço muçulmano sobre o restante do continente europeu, no âmbito de uma "missão sagrada" de preservação da "ordem europeia". Nessa perspectiva, a posição geográfica da península teria desempenhado papel decisivo na defesa impetuosa do cristianismo perante "os inimigos da fé". Como esse sentido fronteiriço não esteve presente nos países da Europa Central, ali surgiram ideias desagregadoras que puderam prescindir da defesa do ideal cristão – evidenciando uma

---

[199] SARDINHA, António. **A aliança peninsular:** antecedentes e possibilidades. Porto: Livraria Civilização, 1930. p. 33.
[200] SARDINHA, *loc. cit.*
[201] *Ibid.*, p. 43.
[202] *Ibid.*

crítica ao pensamento liberal. Assim, para Sardinha, caberia aos povos hispânicos a missão histórica de defesa da fé católica:

> Pela espontânea e natural aliança do gênio hispânico com o Cristianismo, portugueses e castelhanos fizeram sempre seus inimigos os inimigos adicionais da fé cristã. Eis porque o seu labor, ou no campo das batalhas, ou nas amuradas das naus das Descobertas, foi inalteravelmente um labor de puro "europeísmo". Enquanto a sua vocação nacional, caracterizada pela tendência universalista, se dirige ao "humano", ao "estável", ao que adiciona, e não ao que subtrai, as outras nações continentais, quebrada a regra moral e política da Cristandade mediévica, só realizam obra de particularismo, de decomposição, de dissidência, numa palavra.[203]

Dessa forma, mais do que uma unidade geográfica ou física, o que unia os dois povos era uma unidade espiritual, baseada em uma questão histórica tecida pelo catolicismo.[204] No sentido de hispanismo proposto por Sardinha, a extensão dessa união espiritual englobava também a América Hispânica, configurando uma espécie de *supernacionalismo* que se apresentava como elemento fundamental para assegurar a relevância dos povos ibéricos na conjuntura de sua época:

> Caminha-se, pois, para o natural agrupamento de povos, ou raças, de igual formação e diretriz – para blocos determinados por afinidades de civilização, em que o elemento moral antecederá o elemento político, originando a aproximação e o vínculo que o consolidará. Tal o imenso, o incomensurável valor do *Hispanismo*, alcançando para lá da bordadura marítima da Península as nacionalidades que, além do Oceano, são gloriosamente as nossas continuadoras.[205]

É oportuno observar a preferência de Sardinha pelo termo "América Hispânica" em detrimento de "América Latina". Trata-se de uma questão bastante complexa, conforme assinala Carlos Altamirano[206]:

> O tema do nome, sua origem e seu sentido não foi nem é um assunto neutro, um tema tão somente historiográfico, intelectualmente sossegado. Ao contrário: a questão não só alimentou uma vasta

[203] SARDINHA, António. **A aliança peninsular:** antecedentes e possibilidades. Porto: Livraria Civilização, 1930. p. 28.
[204] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, p. 75-104, 2016. Doi: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.21821.
[205] SARDINHA, *op. cit.*, p. 38.
[206] ALTAMIRANO, Carlos. **A invenção de nossa América:** obsessões, narrativas e debates sobre a identidade da América Latina. São Paulo: Edusp, 2023. p. 36.

> literatura, mas em torno dela girou, e ainda gira, uma parte significativa do debate sobre a identidade da América situada ao sul dos Estados Unidos da América do Norte.

Segundo Sardinha[207], os defensores desse último termo seriam pessoas de tendências liberais-universalistas, enquanto os que defendem a ideia de América Hispânica reconhecem a força do gênio criador peninsular, formador de civilização e cultura. Nesse sentido, observa-se uma frontal crítica à França e à ideia de latinismo:

> A França só possui um universalismo, o da Revolução. E se se rebuça nas dalmáticas sumptuosas de madre da Latinidade, é para disfarçar num suspeito e artificial latinismo a sua incapacidade de adquirir, por títulos legítimos, o predomínio mundial que não merece, especialmente, o predomínio sôbre a América que nós, os da Península, arrancamos à selva e incorporamos na civilização ocidental.[208]

O futuro desse bloco hispano-americano dependia, entretanto, do exemplo político, social e religioso que a Península deveria oferecer. Tal modelo encontrava-se no passado peninsular e se refletia nas próprias ideias do integralismo lusitano: o catolicismo tradicional como elemento de coesão religiosa e social e o corporativismo baseado nos municípios – herança medieval – como forma de garantir as liberdades regionais pautadas pelas relações familiares e profissionais, em contraposição à ingerência do Estado e ao individualismo liberal, percebido como exógeno à realidade peninsular.[209] Nesse sentido, Gilberto Freyre[210], em *Casa-grande & senzala*, menciona Sardinha ao tratar da característica *hispânica* da América:

> É ponto que nos sentimos na necessidade de salientar porque explica nossa insistência em considerar hispânica a formação social e cultural da América colonizada por espanhóis e portugueses. Hispânica e não latina. Católica, tingida de misticismo e de cultura maometana, e não resultado da Revolução Francesa ou da Renascença Italiana. Neste ponto, colocamo-nos com António Sardinha e contra F. García Calderón.

---

[207] SARDINHA, António. **A aliança peninsular:** antecedentes e possibilidades. Porto: Livraria Civilização, 1930.
[208] *Ibid*., p. 67-68.
[209] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, p. 75-104, 2016. Doi: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.21821.
[210] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 322.

Tomando como fundamento a divisão operada pelos pensadores neotomistas franceses, em especial Réginald Garrigou-Lagrange, que distingue "indivíduo" e "pessoa", Sardinha aponta para o aspecto universalista da ação colonizadora hispânica. Tendo o indivíduo, segundo tal concepção, um aspecto egoísta e materialista, a noção de pessoa proviria da alma e se abriria com mais facilidade ao mundo espiritual. O catolicismo hispânico, segundo essa interpretação, teria sido capaz de interpretar essa diferença, desempenhando papel fundamental na conformação de uma ação colonizadora orientada por um curioso nacionalismo universalista.

Desvignes[211] aponta esse aspecto do pensamento de Sardinha como particularmente influente nas concepções que viriam a ser desenvolvidas por Gilberto Freyre:

> A prova deste "universalismo" estaria na própria ação colonizadora peninsular que Sardinha apresentava sob risonhos contornos, anunciadores de Gilberto Freyre e das amenidades lusotropicalistas que o sociólogo brasileiro atribuiria ao modo português de "estar e colonizar".

Sardinha[212] sintetiza de forma eloquente a distinção entre "indivíduo" e "pessoa", bem como de universalismo, elementos que, posteriormente, ressoariam na obra de Freyre:

> Contrariamente, os hispanos, não tendo do "homem" uma idéia de "indivíduo", mas de "pessoa", a sua expansão determina-se por um irreprimível instinto universalizador, porque a "pessôa" se lhe manifesta em inteira coincidência com a humanidade. A "sede insensata de Absoluto", de que nos fala Moniz Barreto, impelia-nos assim a incorporar no próprio ideal de civilização as raças inferiores com quem tomávamos contacto, ao passo que o extermínio do indígena constituía o único método empregado por povos que, enfaticamente, se decoram com as honras excelsas de "colonizadores".

Esse "prenúncio" lusotropical em Sardinha manifesta-se de forma particularmente clara na última parte de *Aliança peninsular*, intitulada "*Mare Nostrum*". Nesta, o autor descreve como as nações hispano-americanas deveriam ser continuadoras do projeto

---

[211] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, p. 75-104, 2016. Doi: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.21821. p. 87.

[212] SARDINHA, António. **A aliança peninsular:** antecedentes e possibilidades. Porto: Livraria Civilização, 1930. p. 29.

peninsular, ao mesmo tempo em que valoriza o papel colonizador português no caso do Brasil:

> Nunca o Brasil deve esquecer os aplausos que a colonização portuguesa arrancou a Eduardo Prado – colonização católica, criadora de povos, tal como a espanhola –, e não simples ocupadora de territórios, onde a caça ao indígena se tornava processo sumário de domínio, tal como a Inglaterra.[213]

Sardinha deu especial atenção ao Brasil em seus escritos hispanistas. Não colocou em causa a independência do país, considerada, antes, um fato inevitável da história brasileira, e passou a se debruçar sobre o estudo da contribuição portuguesa à construção da nação brasileira, apoiado em intelectuais como Sílvio Romero, sobretudo em sua conferência intitulada *O elemento português no Brasil*, de 1902.[214]

A valorização do Brasil não é percebida apenas no âmbito histórico, mas também como elemento estratégico de manutenção da prosperidade econômica dos países peninsulares. O país tinha um papel contemporâneo a cumprir e, para que Portugal e Espanha pudessem gozar dessa relação de mútuo benefício com o país sul-americano, era necessário também que estivessem em comunhão no presente:

> A Espanha quer a nossa aliança, porque necessita dum entendimento connosco para viver internacionalmente livre e desafrontada. O Brasil aliar-se-à com Portugal no dia em que Portugal lhe ofereça vantagens, que só da nossa aliança com a Espanha derivarão, porque só assim nos valorizaremos externamente, de modo a facilitar essa política do Atlântico, tão belamente entrevista por D. João IV. Ora a nossa posição geográfica, se não afecta sensivelmente o poderio e a expansão do Brasil, interessa, e de maneira decisiva, à expansão e à hegemonia da Espanha. Sem a nossa amizade, a Espanha está continuamente sujeita a uma agressão pelas costas, e dificilmente poderá comunicar as duas fracções da sua esquadra. A nossa posição geográfica, se não nos valoriza por si só perante o Brasil, valoriza-nos imediatamente perante a Espanha. E a aliança com a Espanha é um braço estendido ao encontro da América, e, consequentemente, do Brasil.[215]

---

[213] SARDINHA, António. **A aliança peninsular:** antecedentes e possibilidades. Porto: Livraria Civilização, 1930. p. 448.

[214] ROMERO, Sílvio. **O elemento portuguez no Brasil:** conferência. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902.

[215] SARDINHA, *op. cit.*, p. 42.

As relações luso-brasileiras, para Sardinha[216], devem orientar-se no sentido da busca de uma consciência hispânica, da mesma forma que as relações hispano-americanas. Com isso, não se pretende recolonizar o continente americano, e sim constituir esse *supernacionalismo* que conforma a civilização hispânica:

> O que pode e há de aproximar o Brasil de Portugal é o que pode e há de aproximar da Espanha as nacionalidades hispano-americanas: a guarda e o prestígio dum tipo de civilização que a todos os hispanos igualmente pertencem e que, sendo a base fundamental da sua razão de ser como pátrias livres [...] a afirmação dum natural e irresistível *supernacionalismo*![217]

A partir de 1923, Sardinha iniciou um diálogo com intelectuais brasileiros de destaque, como Gilberto Freyre e Jackson de Figueiredo, nome fundamental do Centro D. Vital, que congregava intelectuais católicos com o objetivo de retomar o catolicismo como elemento protagonista da vida nacional.

Ao analisar a trajetória de Sardinha, percebe-se tratar-se de um homem que se permitiu mudar de ideias: de jovem republicano que comemorou o regicídio do rei D. Carlos a monárquico tradicionalista convicto; de hispanófobo contundente a admirador sincero da vizinha Espanha. Cumpre notar, entretanto, que a adesão de Sardinha às ideias de fundo hispanista não foi mera inflexão episódica de sua trajetória, mas, sim, o amadurecimento do seu tradicionalismo católico, da sua leitura singular e original da história peninsular e da sua sempre aguda crítica à modernidade liberal.

Não por acaso, suas ideias foram influentes para além dos limites da sua pátria, tendo sido lido e admirado na Espanha, na América Latina (ou melhor, hispânica) e no Brasil, especialmente quando a jovem nação, recém-chegada ao centenário de sua independência, debatia com vigor problemas de identidade nacional, tradição e modernidade. É nesse contexto que, na próxima subseção, será analisada a circularidade de ideias do autor português e suas relações com intelectuais brasileiros.

---

[216] SARDINHA, António. **A aliança peninsular:** antecedentes e possibilidades. Porto: Livraria Civilização, 1930.
[217] *Ibid*., p. 451.

2.3.4 Sardinha e os intelectuais brasileiros: Gilberto Freyre e Plínio Salgado

Vamireh Chacon[218] observa que, durante sua estada na Universidade de Oxford, no início da década de 1920, Gilberto Freyre voltou-se à leitura dos clássicos espanhóis, como San Juan de la Cruz e Santa Teresa d'Ávila. Nessa ocasião, ao proferir uma conferência no Oxford Spanish Club, revelou: "Vejo-me, nesse clube, entre dois dos meus maiores amores: o amor à Inglaterra e o amor à Espanha".[219] Em relação à "Espanha", trata-se aqui de um conceito mais alargado – o de "hispânia" –, que também englobaria Portugal. Para Chacon[220], "[...] o iberismo gilbertiano melhor se poderia chamar de peninsularismo, no sentido telúrico tradicionalista por António Sardinha de *A aliança peninsular*, quase um manifesto datado do Porto, 1924, anos de formação gilbertiana".

Chacon[221] aponta o ano de 1923 como aquele em que se deu o encontro entre Freyre e Sardinha, a quem o biógrafo do brasileiro caracteriza como alguém de personalidade forte no tradicionalismo de sua época. Logo tornaram-se bons amigos e passaram a se corresponder. Castelo[222] informa que teriam ficado "deslumbrados" um pelo outro. Freyre foi tratado sempre com carinho por Sardinha, que o convidou para visitar Elvas, no Alentejo – cidade fronteiriça em que vivia –, porém a morte precoce de Sardinha impediu esse encontro.

Freyre[223] escreveu um elogio fúnebre para o amigo, afirmando que "não se empenhava Sardinha por um regresso dos portugueses a um passado impossível de ser recuperado. E sim para que à base de uma reintegração necessária se processasse um mais saudável, um mais sadio, um mais vigoroso desenvolvimento português". Anos mais tarde, em 1951, Freyre visitou Elvas, conheceu a viúva de Sardinha, Ana Júlia, a quinta onde viveu e o escritório onde trabalhou. Suas impressões desse encontro, assim como suas memórias do escritor, a quem reconhece como alguém que compartilhava de suas intuições, publicadas em *Aventura e rotina*, merecem ser evocadas:

> Vou, em Elvas, à quinta em que morou meu amigo Antônio Sardinha. Visito a viúva. Tão portuguesa no seu modo um tanto triste, mas discreto

[218] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993.
[219] FREYRE *apud ibid.*, p. 159.
[220] *Ibid.*, p. 159-160.
[221] *Ibid.*
[222] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.
[223] FREYRE *apud* CHACON, *op. cit.*, p. 163.

> – discretamente triste – de ser viúva. Recebe-me com encantadora simplicidade. Mostra-me a quinta: é pequena e, na sua técnica de exploração da terra, arcaica. [...] Nele aconteceu o transbordamento em homem de letras de uma personalidade marcada pelo fervor combativo ou pela maneira pessoal de reagir contra convenções a seu ver desnacionalizantes ou deshispanizantes do português; e a favor de tradições, no seu entender, essenciais à conservação do espírito nacional e do espírito hispânico, na gente portuguesa. Pecou, talvez, por excesso não só de sectarismo político mas – o que me parece grave – de occidentalismo cultural. [...] Vem-me a lembrança as suas expansões de amigo talvez compreensivo, como nenhum, dentro os que tenho tido, em Portugal, do meu modo, no seu tempo, ainda vago, de considerar o português não apenas um europeu, mas o criador de um sistema extra-europeu de vida e de cultura.[224]

No Espólio António Sardinha, depositado na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa (UCP), se encontram algumas cartas enviadas por Freyre a Sardinha. Em carta datada de 4 de janeiro de 1924[225], Freyre o felicita pela publicação de *A aliança peninsular* e *No princípio era o verbo* (obra esta de ensaios históricos). Esclarece que acompanham a carta dois recortes de jornal nos quais resenhou os escritos. Freyre tece vários elogios à primeira obra, traçando seu interesse *hispanista* à sua formação norte-americana:

> Recebi há pouco o livro sobre o peninsularismo: já o li. Excelente. Páginas fortes e agudas, nas quais muito me clarifiquei sobre o assunto que há anos me apaixona. De fato, minha primeira educação nos Estados Unidos fez de mim um hispanista. No seu livro encontrei o máximo de clarificação. É um livro fecundante. É um fortíssimo livro.

Sobre a outra obra, pede desculpas, mas faz algumas reservas. Como à carta se anexava apenas o recorte referente a esse trabalho, torna-se relevante observar que, apesar da admiração que nutria por Sardinha, não se sentia constrangido em criticar seu estilo, mesmo em termos incisivos:

> Abuso de maiúsculas que muito acinzenta suas páginas de doutrinação e, mais ainda, as de crítica histórica. Prejudica-lhes a claridade e a precisão. [...] Mas com todos os defeitos de mística verbal que lhe ouriça as páginas, germanicamente, de maiúsculas e é, ainda, responsável por muita ênfase deselegante de expressão – o livro do Sr. Sardinha é um

---

[224] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 85-87.

[225] Talvez possa ter havido algum lapso por parte de Freyre em relação ao ano da carta, pois, apesar de datá-la de janeiro de 1924, começa o texto desejando ao amigo um feliz 1925 (o que não se realizou, dado o falecimento inesperado do seu correspondente no mesmo mês de janeiro daquele ano).

> desses que fazem pensar, forçando quase o leitor a atitudes novas, movendo-lhe juízos por ventura estagnados.

Na mesma carta, pede desculpas por não ter escrito o artigo sobre o escritor católico G. K. Chesterton para a *Nação Portuguesa*, revista editada por Sardinha, e solicita o envio de um artigo sobre o "Brasil hispânico" para o livro de comemoração do centenário do *Diário de Pernambuco*, que seria organizado por Freyre e havia sido mencionado na correspondência anterior. Dessa forma, percebe-se que, para além da relação amistosa entre os dois, também foram colaboradores intelectuais, promovendo a circulação de ideias entre Portugal e o Brasil.

Schneider[226] e Bastos[227] defendem, entretanto, que o hispanismo de Gilberto Freyre não provém somente das ideias de Sardinha, mas também da influência de intelectuais espanhóis da chamada Geração de 98, como Miguel de Unamuno, Ángel Ganivet e Ramiro de Maeztu. O ano de 1898 foi marcante para esses intelectuais, visto que a Espanha entrou na guerra que resultaria na independência de Cuba, à qual se seguiram as perdas de Porto Rico e das Filipinas, pondo fim ao império colonial espanhol nas Américas e na Ásia.

Preocupados com a percepção geral da decadência dos povos ibéricos e a inevitabilidade da modernização encampada pelos Estados Unidos e pela Europa Ocidental, tais intelectuais buscaram uma revalorização das tradições como forma de posicionar o mundo hispânico diante da modernidade:

> O debate entre o hispanismo (ou iberismo) e o europeísmo – nos termos que os espanhóis empregavam – ou entre tradição e modernidade – como preferiram os latinos – é anterior a *Casa-grande & senzala*. Como Miguel de Unamuno o fez na Espanha, Freyre desde muito cedo se colocou na defesa da tradição, vendo na modernidade uma imposição alienígena, destruidora de ricas e antigas culturas. Em *Livro do nordeste*, de 1925, organizado para comemorar o centenário do *Diário de Pernambuco*, Gilberto Freyre já expressava uma sensibilidade crítica à modernidade.[228]

---

[226] SCHNEIDER, Alberto Luís. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. **História da Historiografia**, n. 10, dez. 2012.

[227] BASTOS, Élide Rugai. O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre. **Pró-Posições**, v. 17, n. 3 (51), p. 37-55, 2006.

[228] SCHNEIDER, *op. cit.*, p. 78.

Nesse sentido, é digno de nota que Ramiro de Maeztu[229] tenha escrito o prólogo à edição espanhola de *A aliança peninsular*, ressaltando a defesa de Sardinha de uma proposta tradicionalista para o futuro de Portugal:

> A originalidade de Sardinha foi compreender que Portugal necessitava de uma doutrina, uma finalidade, uma razão de ser. Cada país tem que buscar em seu passado sua ideia norteadora, e o que a história de Portugal e Espanha ensinou é que os nossos dois povos são monarquias católicas que prosperaram e floresceram enquanto o mundo concebia o homem como pessoa, isto é, na família, na corporação, no município, na nação.

Há, entretanto, uma divergência relevante no que concerne à leitura do passado português entre Freyre e Sardinha. Enquanto o primeiro defendia a intensa troca cultural e a miscigenação entre os povos ibéricos e os mouros que ocuparam a península, destacando aí o fascínio do homem português pela mulher moura, o segundo negava a miscigenação entre árabes e portugueses.

De acordo com Gomes[230], Sardinha defendia uma vinculação direta entre os antigos lusitanos e os portugueses, excluindo aí a possibilidade de mestiçagem com os mouros. Para o historiador, aqueles que defendiam a miscigenação estavam impregnados de uma visão universalista-liberal:

> A frequente valorização dessa mestiçagem para explicar a identidade do povo português decorria, sobretudo, segundo Sardinha, das divagações de intelectuais liberais imbuídos do universalismo maçônico, sempre dispostos a negar aquilo que ele chamava, seguindo os passos de seu "grande mestre que foi Fustel de Coulanges", da unidade dos povos e a favorecer os fermentos da divisão. Ao contrário, ainda de acordo com Sardinha, o mestiçamento luso-árabe não teria de fato qualquer fundamento em um país como Portugal, onde: "A raça, desde as verdes colinas do Minho e do Lima até os confins ensolarados do Algarve, era

---

[229] No original: "La originalidad de Sardiña fué comprender que Portugal necesitaba una doctrina, una finalidad, una razón de ser. Cada país ha de buscar en su pasado su idea directriz, y lo que la historia de Portugal y España le ha enseñado es que nuestros dos pueblos son monarquías católicas que prosperaron y florecieron en tanto que el mundo concebía al hombre como persona, es decir, en la familia, en el gremio, en el municipio, en la nación" (MAEZTU, Ramiro de. Prólogo. *In:* SARDINHA, António. **La alianza peninsular.** Madrid: S. Hermanos, 1930. p. 18).

[230] GOMES, George. **António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Paris sciences et lettres, 2019.

> a mesma em toda parte, falando inclusive a mesma língua. Ela é descendente do antigo habitante lusitano".[231]

A correspondência com Jackson de Figueiredo, contemporânea à de Freyre, também é esclarecedora para a análise de uma relação de influências mútuas luso-brasileiras, especialmente no que toca à influência do integralismo lusitano sobre o seu congênere brasileiro. Desde o trabalho clássico de Hélgio Trindade[232], lançado em 1974, Jackson de Figueiredo é apontado como um dos precursores do integralismo brasileiro. Fundador do Centro D. Vital e da revista *A Ordem*, no ano de 1922, defendia o catolicismo, a ordem, a contrarrevolução e o nacionalismo. Vasconcellos[233] também afirma ser inegável a influência de Figueiredo sobre o integralismo, defendendo pautas como o elitismo, a idolatria da autoridade, o ódio moralista ao corpo, o ascetismo heroico de tipo fascista e o corporativismo, além das supracitadas.

O vereador integralista do Distrito Federal, Jayme Ferreira da Silva[234], em discurso na Câmara, ligou o integralismo à obra de Jackson de Figueiredo, responsabilizando-o pela introdução do pensamento de António Sardinha no Brasil: "considerado com razão, como precursor do Integralismo, citando que foi Jackson, quem trouxe ao conhecimento dos brasileiros obra de António Sardinha".

Leandro Gonçalves[235] afirma que a defesa do municipalismo, uma das principais bandeiras do integralismo brasileiro, foi fruto da concepção desenvolvida por parte dos integralistas lusitanos, com os quais Plínio Salgado teve contato por intermédio de um de

---

[231] No original: "La mise en avant fréquente de ce métissage pour expliquer l'identité du peuple portugais relevait surtout, selon Sardinha, des divagations d'intellectuels libéraux imbus de l'universalisme maçonnique toujours prêt à nier ce qu'il appelait, dans le sillage de son 'très grand maître que fut Fustel de Coulanges'1259, l'unité des peuples et à favoriser les ferments de la division. Au contraire, toujours d'après Sardinha, le métissage luso-arabe n'aurait bel et bien aucun fondement dans un pays comme le Portugal où: 'La race, depuis les vertes collines du Minho et du Lima jusqu'aux confins ensoleillés de l'Algarve, était la même partout, parlant même la même langue. Elle est la descendante de l'ancien habitant lusitanien'" (GOMES, George. **António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Paris sciences et lettres, 2019. p. 232).

[232] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

[233] VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

[234] SILVA, Jayme Ferreira da. **A verdade sobre o integralismo:** discurso pronunciado na Câmara do Distrito Federal na Sessão de 9 de julho de 1947. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 7.

[235] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

seus "mestres", Jackson de Figueiredo. Além disso, afirma que foi em Figueiredo que Salgado encontrou bases de sustentação para a elaboração de um pensamento cristão voltado para o desenvolvimento nacional. Em matéria publicada no jornal *A Marcha*, de 8 de janeiro de 1954, assinada por José B. Chiaradia, Figueiredo é saudado como "O João Batista do integralismo", defensor de um forte nacionalismo, do culto à família e às tradições, do anticosmopolitismo e de uma educação "para a Pátria, e não para o indivíduo".[236]

António Sardinha[237], por sua vez, nutria elevada consideração pelo pensador católico brasileiro, citando-o em *A aliança peninsular*, apesar de algumas divergências, como destacado representante da filosofia no Brasil:

> [...] a filosofia que o Brasil já possui nas belas campanhas de Jackson de Figueiredo, meu irmão na mesma dupla fé religiosa e tradicionalista. Mas, ai de nós! Jackson de Figueiredo participa um tanto da lusofobia dos nativistas, como, com mágoa, concluo da leitura do seu opúsculo *Do nacionalismo na hora presente*.

Tais divergências, embora se fizessem notar, não embaçam o vínculo que existia entre os dois intelectuais. Em carta a Sardinha, datada de 10 de julho de 1923, Figueiredo reforça que a fé católica de ambos está acima dos desentendimentos: "Porque se, de fato, na maneira de resolver os tristes problemas contemporâneos, divergimos às vezes, a verdade é que ambos sabemos, de ciência certa, que a salvação está na lição do passado, aos pés mesmos da cruz eterna [...]".

À semelhança do intercâmbio mantido com Freyre, Figueiredo enviava livros e revistas e declarava-se vivamente instigado pela leitura de *Nação portuguesa*. Solicita a Sardinha o envio de suas obras "de prosador, ou de pensador, o que é afinal o que mais me interessa, pois só me interessa verdadeiramente o que interessa ao Brasil e à Europa". A correspondência dos dois, que contabiliza quatro cartas, é pautada por elogios que Figueiredo faz aos trabalhos de Sardinha, assim como pelas remessas de obras a Portugal. Isso evidencia a circularidade cultural que havia entre as direitas luso-brasileiras do período, que se influenciavam mutuamente.

---

[236] CHIARADIA, José B. Jackson de Figueiredo. O João Batista do integralismo. **A Marcha**, 8 jan. 1954.

[237] SARDINHA, António. **A aliança peninsular:** antecedentes e possibilidades. Porto: Livraria Civilização, 1930. p. 449.

Em relação a Plínio Salgado, não houve correspondência direta com Sardinha, embora seu pensamento tenha sido muito influente na sua formação intelectual. Hélgio Trindade[238], ao entrevistar o líder integralista em fins da década de 1960, o indagou acerca do integralismo lusitano:

> Plínio Salgado (P.S.): O único movimento que eu achava interessante era o do integralismo lusitano, do Sardinha, muito mais orientado.
> Hélgio Trindade (H.T.): O que lhe impressionava no integralismo lusitano?
> P.S.: Era justamente o sistema de representação que nós queríamos aqui também; tradicionalidade; a história como fundamento, era isto o que interessava.
> H.T.: E o Salazar, depois do Sardinha, lhe pareceu polarizador de algumas ideias do integralismo lusitano?
> P.S.: Ele aproveitou muitas, apesar de que grande parte dos integralistas ficaram à margem.

Gonçalves[239] destaca o papel preponderante que Plínio deu à intelectualidade como forma de se chegar à política para a realização de um projeto corporativista de sociedade. Esse traço seria partilhado pelos dois integralismos. Apesar da falta de originalidade intelectual que permeou tanto o integralismo lusitano quanto o brasileiro, o rechaço à influência estrangeira também aparece como característica compartilhada. A democracia liberal (exógena aos processos formadores e às realidades experienciadas por Portugal e Brasil) deveria ser substituída por um Estado corporativo. A representação política não se daria por meio do sufrágio universal, mas, sim, por "classes produtoras" e sindicatos. Conforme Salgado assinala no *Manifesto de Outubro*:

> [...] o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro. Por isso, a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Essas classes elegem, cada uma de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Gerais.[240]

---

[238] TRINDADE, Hélgio. **A tentação fascista no Brasil:** imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 158.

[239] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

[240] SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro.** 1932. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1932_-_pl%C3%ADnio_salgado_-_manifesto_de_7_de_outubro_de_1932.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026. p. 10.

Como influência direta do integralismo lusitano, particularmente da obra de Sardinha, destaca-se o municipalismo de cariz corporativista defendido por Salgado, baseado na concepção lusitana inspirada na organização social medieval e ruralizante portuguesa. A respeito da origem do pensamento de Plínio Salgado, afirma Gonçalves[241]:

> O pensamento de Plínio Salgado nasceu da influência do IL, que é oriundo do maurrasismo, da doutrina social da Igreja, bem como de alguns aspectos da doutrina e prática do fascismo italiano, regime do qual adotou o modelo do partido único e o corporativismo de Estado. Dentro destas concepções, aliadas ao autodidatismo nacionalista-cristão, além da influência familiar e da necessidade de um discurso de vanguarda, nasceu a AIB.

Entre outras características associadas ao integralismo lusitano relevantes para o pensamento de Salgado, ressalta-se a ideia de que, a exemplo do período medieval em Portugal, os brasileiros deveriam considerar o período colonial como aquele de verdadeira independência e nacionalismo. Salgado argumenta que a distância entre os dois países era tão grande que aqueles que ficaram na colônia viviam praticamente de forma independente, em um modo de vida autêntico e espontâneo, posteriormente degradado pelo cosmopolitismo e pelas ideias liberais que ganharam força com a monarquia e ao longo do período republicano.

Embora Salgado tenha se apresentado como pioneiro defensor do municipalismo, Gonçalves[242] demonstra que tais ideias já eram sustentadas pelos integralistas lusitanos, especialmente por Sardinha, antes da atuação política do integralista brasileiro. A concepção municipalista dos portugueses baseava-se na visão corporativista e na idealização medieval de uma sociedade descentralizada, considerada propícia à preservação dos valores nacionais.

Em *A teoria do município*, de 1924, Sardinha[243] propõe dez teses sobre a questão. A primeira afirma que a existência do município precede a do Estado, sendo preciso definilo como natural e histórico. A quarta tese sustenta que o município não deveria ser

---

[241] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 75.

[242] *Id*. Brazilian Integralist Action and Latin America: Fascist Projects and Transnational Circularitie. *In:* ARIÑO Toni Moranti; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (org.). **The Right and the Nation:** Transnational Perspectives. New York: Routledge, 2024. p. 37-53.

[243] SARDINHA, António. **A teoria do município.** 1924. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/1924antsardmunicipio.html. Acesso em: 20 mar. 2026.

entendido apenas como uma "[...] função administrativa, mas como um centro de vida própria, espécie de unidade orgânica, abrangendo todas as relações e interesses dos seus convisinhos, desde o ponto de vista familiar e econômico até ao ponto de vista cultural e espiritual".[244] Essa visão converge com a de Salgado, que via no município uma "reunião de famílias", que, por sua origem, teria característica sagrada e intangível no que concerne aos seus interesses interiores, com elevado grau de autonomia.[245]

A busca pela disciplina constituía outro elemento de convergência entre Sardinha e Salgado:

> No pensamento do IL, sobretudo no do principal intelectual – António Sardinha –, havia a prática da disciplina, elemento associado ao governo de força e autoridade. Em *O valor da raça*, o líder lusitano afirmava, por exemplo, que "O culto da disciplina cativa a juventude" [...]. De forma semelhante, Plínio Salgado pregava a disciplina no Brasil, tendo como objetivo a restauração da autoridade nacionalista contra o avanço democrático brasileiro no decorrer do século XX.[246]

O apreço pelo princípio da autoridade também se faz presente no *Manifesto de Outubro*. Segundo Salgado, existe a necessidade de um líder que sirva a todas as classes e grupos, sem predileções ou interesses escusos. Para que esse líder seja estimado e respeitado, torna-se necessário inculcar na população os valores de ordem, hierarquia e disciplina:

> Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. [...] Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o de que precisamos no Brasil.[247]

---

[244] SARDINHA, António. **A teoria do município.** 1924. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/1924antsardmunicipio.html. Acesso em: 20 mar. 2026.

[245] GONÇALVES, Leandro Pereira. Brazilian Integralist Action and Latin America: Fascist Projects and Transnational Circularitie. *In:* ARIÑO Toni Moranti; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (org.). **The Right and the Nation:** Transnational Perspectives. New York: Routledge, 2024. p. 111.

[246] *Ibid.*, p. 110.

[247] SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro.** 1932. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1932_-_pl%C3%ADnio_salgado_-_manifesto_de_7_de_outubro_de_1932.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026. p. 2.

Nota-se a estreita convivência que Plínio Salgado teve com ex-integrantes do integralismo lusitano durante seu exílio em Portugal (1939-1946), o que lhe facilitou a entrada na intelectualidade portuguesa. Em artigo escrito anos depois no semanário *A Marcha*, órgão oficial do integralismo no pós-guerra, Plínio discorre sobre a história portuguesa e presta tributo a Sardinha e aos demais integralistas:

> Quando ali cheguei já não era vivo António Sardinha, aquele que se impôs, pelo alto valor da sua personalidade de doutrinador, historiador, sociólogo, poeta, jornalista, à chefia do integralismo lusitano. Convivi com seus companheiros, nos quais admirei não somente a cultura e a produtividade intelectual, mas acima de tudo a estirpe de paladinos.[248]

Em conjunto, as relações de António Sardinha com intelectuais brasileiros não revelam apenas a difusão de um ideário católico de matriz tradicionalista, mas também um espaço intelectual luso-brasileiro marcado por trocas intensas (nem sempre harmônicas ou isentas de críticas). Se em Gilberto Freyre as suas ideias contribuíram para a constituição de um projeto sociológico próprio e inovador, principalmente por meio do hispanismo, observa-se que as questões que o aproximavam de Jackson de Figueiredo eram mais convergentes com a fé católica professada por ambos, ainda que as questões nacionais estivessem presentes e eventualmente causassem ruídos.

No caso de Plínio Salgado, a ausência de contato direto não acarretou uma influência passageira ou restrita à juventude. Muitas das bandeiras defendidas pelo integralista brasileiro ao longo de sua trajetória, como o municipalismo, por exemplo, já haviam sido formuladas e teorizadas pelo integralista lusitano. Tal diversidade de recepções atesta o lugar destacado que Sardinha ocupou como mediador cultural no período entreguerras.

Ao percorrer o itinerário intelectual de António Sardinha e do integralismo lusitano, evidenciou-se que suas formulações não permaneceram circunscritas às fronteiras de Portugal nem ao debate monárquico e tradicionalista do início do século XX. Seu ideário encontrou interlocutores atentos no Brasil, que nele buscaram argumentos para interpretar problemas locais e projetar meios de ação política. A circularidade transnacional dessas ideias revela um campo amplo de circulação de conceitos, valores e linguagens políticas, que serão consideradas e interpretadas de maneiras distintas nos dois lados do Atlântico.

---

[248] SALGADO, Plínio. Portugal de 1910 a 1957. **A Marcha**, n. 209, 14 jun. 1957.

Este estudo pretende avançar na análise da construção da identidade nacional e da "raça" brasileira, procurando compreender de que maneira essas ideias foram reinterpretadas no Brasil. A próxima seção, portanto, examina as apreensões e os usos políticos do discurso da miscigenação no pensamento integralista brasileiro e na obra de Gilberto Freyre, com o intuito de evidenciar tanto convergências quanto pontos de tensão na maneira como essas ideias aqui apresentadas foram mobilizadas.

3 A CONSTRUÇÃO DA MISCIGENAÇÃO COMO CATEGORIA DE INTERPRETAÇÃO DA NACIONALIDADE EM GILBERTO FREYRE E PLÍNIO SALGADO

Esta seção dedica-se a analisar a gênese da ideia de miscigenação no pensamento de Plínio Salgado e Gilberto Freyre, tendo como referência suas experiências intelectuais de juventude e dos contextos nos quais se inseriram. Parte-se da hipótese de que, embora oriundos de trajetórias distintas, ambos se inscrevem em um mesmo movimento de reconfiguração do problema racial no Brasil, no qual a miscigenação deixa de ser concebida como obstáculo e passa a ocupar lugar central na interpretação da nacionalidade.

No caso de Plínio Salgado, destaca-se seu envolvimento com as vertentes conservadoras do Modernismo paulista, ao lado de nomes como Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, no âmbito dos movimentos Verde-Amarelo e da Anta, em contraposição ao Modernismo de autores como Mário e Oswald de Andrade. Quanto a Gilberto Freyre, sobressai sua formação intelectual internacional, particularmente na Universidade de Columbia, bem como suas trocas com o diplomata Manuel de Oliveira Lima, além de seu posterior engajamento no movimento regionalista, do qual se tornaria figura central.

Com base nessas formações, busca-se examinar os momentos decisivos de consolidação de suas interpretações nos anos 1930. Para Salgado, tal processo se expressa na fundação da AIB e na formulação de uma concepção específica da questão racial no interior do integralismo. Para Freyre, o marco fundamental é a publicação de *Casa-grande & senzala*, cuja influência sobre a intelectualidade brasileira foi profunda e duradoura.

Nesse sentido, desenvolve-se uma análise comparativa das interpretações da miscigenação em Plínio Salgado e Gilberto Freyre, com o objetivo de explicitar não apenas suas convergências, mas, sobretudo, as divergências estruturais que informam seus distintos projetos de interpretação da nacionalidade brasileira.

Sustenta-se que a análise dessas trajetórias é fundamental para compreender os desdobramentos posteriores do pensamento desses intelectuais, especialmente no que se refere às suas relações com Portugal e com o regime de António de Oliveira Salazar, apoiado por ambos, ainda que sob perspectivas distintas. Antes disso, contudo, apresenta-se uma breve contextualização do modo como a miscigenação e a questão racial foram tratadas no pensamento brasileiro até a emergência intelectual dos autores aqui analisados.

3.1 BREVE HISTÓRICO DA IDEIA DE MISCIGENAÇÃO NO BRASIL

Antes de analisar as formulações de Plínio Salgado e Gilberto Freyre, é necessário situar o lugar ocupado pela miscigenação no pensamento social brasileiro anterior à década de 1930. Desde o final do século XIX, a questão racial constituiu um dos principais eixos de interpretação da formação nacional, sendo frequentemente associada aos dilemas do atraso, da modernização e da própria viabilidade do Brasil como nação. Nesse contexto, a miscigenação foi, em grande medida, concebida como problema, marcada pela influência de teorias racialistas e evolucionistas oriundas do pensamento europeu, que associavam a mistura de raças à degeneração física e moral.

Para Schwarcz[249], a adoção de modelos científicos que viam o brasileiro como um "tipo híbrido" e "deficiente" gerou um paradoxo para as elites. Ao entenderem o sujeito como um mero "resultado de seu grupo raciocultural", e não como um indivíduo autônomo, essas teorias negavam a vontade individual em favor do determinismo biológico. Dessa forma, o debate sobre a cidadania foi substituído por uma interpretação racial da formação da nação, o que desqualificou o princípio universal da igualdade herdado da Revolução Francesa.

Entre os intelectuais da chamada geração de 1870, como Tobias Barreto (1839-1889), Sílvio Romero (1841-1914) e Joaquim Nabuco (1849-1910), observa-se a incorporação, ainda que desigual, desse repertório teórico, articulado a uma preocupação central com a construção da nacionalidade. Ao ampliar a ideia de Modernismo para além dos parâmetros normalmente aceitos como movimento que emergiu na década de 1920, Velloso[250] observa que a ideia de modernidade já estava presente nesses autores, pois entende a noção de modernidade como uma mudança de sensibilidades e percepções que opõe o velho ao novo. Se, por um lado, esses pensadores reconheciam a especificidade da formação brasileira, marcada pela presença indígena, africana e europeia, por outro, tendiam a interpretar tal composição a partir de hierarquias raciais que colocavam o elemento europeu como referência de civilização.

---

[249] SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo da miscigenação. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**, v. 17, p. 15-23, 1994.

[250] VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

Joaquim Nabuco, apesar de ter sido um dos mais notáveis abolicionistas brasileiros, tinha ciência das teorias racistas científicas que circulavam internacionalmente e possuía uma visão negativa da miscigenação:

> O que pensavam os abolicionistas a respeito da questão da raça, à parte a escravidão? Era inevitável que tivessem ciência das teorias racistas que vinham da América do Norte e da Europa, conquanto suas plenas implicações ainda não fossem percebidas. Nabuco, por exemplo, não escondia que seu objetivo era um Brasil mais branco. Era bastante honesto para dizer que se vivesse no século XVI, teria se oposto à introdução de escravos negros no país [...].[251]

Nabuco lamentava que os holandeses não tivessem permanecido no Brasil, valendo-se de argumentos econômicos e liberais, cujas implicações étnicas permaneciam implícitas. Skidmore[252] aponta que, embora se reconhecesse o problema que a questão racial representava no Brasil, não se percebia, contudo, a existência de preconceito entre as distintas raças. Nesse contexto, a miscigenação aparecia, frequentemente, como um obstáculo a ser superado, seja por meio de políticas de branqueamento, seja pela expectativa de que o tempo e a imigração europeia promoveriam uma transformação progressiva da população.

Joaquim Nabuco, por exemplo, estimulava a imigração europeia e o branqueamento gradual da população, principalmente quando confrontado com a proposta de introdução de trabalhadores chineses no Brasil – circunstância que, segundo Skidmore[253], levou muitos intelectuais a explicitar com maior clareza suas posições em termos raciais.

Marcados por uma ideia baseada no darwinismo social, no qual há uma distância entre sociedades superiores e inferiores, sendo o Brasil considerado uma sociedade inferior, os intelectuais do período esforçaram-se, a partir do paradigma científico, para modificar tal situação. A nacionalidade passou a ser uma espécie de matéria-prima a ser trabalhada. Nesse sentido, Velloso[254] argumenta que, entre 1879 e 1914, preparou-se o terreno para a modernização conservadora ocorrida na década de 1930.

---

[251] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 60.

[252] *Ibid.*

[253] *Ibid.*

[254] VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

Os intelectuais da geração de 1870 percebiam o Brasil como uma nação mestiça, fruto do cruzamento do indígena, do africano e do europeu. Esse reconhecimento se dava de forma um tanto envergonhada, visto que havia também a percepção da superioridade do elemento europeu sobre os demais. Autores como Sílvio Romero e Nina Rodrigues (1862-1906) foram importantes nesse reconhecimento dos elementos extraeuropeus na formação da sociedade brasileira.

Para Schneider[255], Sílvio Romero buscou conciliar o cientificismo racialista europeu com um forte nacionalismo, defendendo a mestiçagem como um processo histórico inevitável e civilizatório para a nação. Embora acreditasse na superioridade branca, Romero via no cruzamento das raças uma forma de integrar elementos diversos em uma identidade brasileira única e ocidentalizada. A mestiçagem não aparecia como um bem em si mesmo, mas, sim, como uma realidade histórica brasileira. Sua posição diante da miscigenação permanece ambígua: ora vista como fator problemático, ora como destino inevitável da formação nacional, refletindo as oscilações do próprio pensamento científico de sua época.

O intelectual se opôs à imigração alemã, considerada inassimilável, em favor do reforço do elemento português, a fim de preservar a unidade linguística e cultural. Assim, a obra de Romero é apresentada como um sistema complexo que tentava equilibrar o progresso moderno com a manutenção das raízes luso-brasileiras. Tal ambivalência ilustra, de modo exemplar, as tensões que marcaram o debate racial no Brasil do final do século XIX, no qual a miscigenação era simultaneamente reconhecida como fato constitutivo e questionada quanto aos seus efeitos sobre o futuro da nação.

Já Nina Rodrigues, mestiço e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, foi o primeiro a apresentar um estudo etnográfico sério sobre os afro-brasileiros. Catalogou origens precisas dos africanos que vieram ao país, estudou grupos linguísticos e reuniu objetos e fotografias de origem africana. Entretanto, foi o mais notável doutrinador racista brasileiro de sua época, para quem a inferioridade africana era um dado inquestionável. Além disso, defendeu um determinismo climático segundo o qual o clima tropical era inóspito para a raça branca, sendo essa a garantia de florescimento da civilização nos Estados Unidos.[256]

---

[255] SCHNEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX. **Projeto História**, v. 42, p. 163-183, 2011.

[256] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, essa visão não desapareceu, passando por inflexões importantes. Intelectuais como Euclides da Cunha (1866-1909), embora ainda vinculados a paradigmas racialistas, introduziram elementos de maior complexidade na análise da sociedade brasileira, reconhecendo a centralidade da mestiçagem como fato histórico incontornável.

Euclides da Cunha, por exemplo, identificou no sertanismo do movimento de Canudos concepções de raça e geografia que compõem um quadro singular da cultura brasileira. Em sua obra máxima, *Os sertões*, os capítulos iniciais examinam dois fatores que, com frequência, os deterministas apontavam como as grandes desvantagens do Brasil: a raça e o clima. Preocupado com o elevado grau de mestiçagem, o escritor buscou explicar o comportamento dos sertanejos com base em suas origens raciais, reiterando teses comuns à sua geração. Acreditava num equilíbrio étnico a ser alcançado apenas após um número indeterminado de gerações, sustentando que a mistura entre indígenas e brancos seria positiva, ao passo que a entre brancos e africanos não o seria – posição que se desdobrava em uma avaliação depreciativa do mulato.[257]

A influência da obra de Euclides da Cunha foi vasta, e Plínio Salgado e Gilberto Freyre não passaram incólumes pela obra do intelectual. Freyre[258], que foi um leitor atento de Euclides, afirma em *Casa-grande & senzala* que o autor de *Os sertões* não foi justo em sua visão sobre a miscigenação nacional: "Muito do que Euclides exaltou como valor da raça indígena, ou da sub-raça formada pela união do branco com o índio, são virtudes provindas antes da mistura das três raças que da do índio com o branco; ou tanto do negro quanto do índio ou do português". Para Freyre, concordando com a retificação feita pelo antropólogo Edgar Roquette-Pinto, faltou rigor científico a Euclides em algumas das suas generalizações.[259]

Nicolazzi[260] salienta, entretanto, que Freyre não se afastou de projetos envolvendo o escritor, tendo coordenado, na Editora José Olympio, a caderneta da expedição de Euclides ao sertão baiano, publicada em 1939. Ademais, escreveu *Perfil de Euclides e outros perfis*[261], em 1944, além de ser um dos autores dos textos apresentados nas obras

---

[257] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
[258] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 107-108.
[259] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
[260] NICOLAZZI, Fernando. À sombra de um mestre: Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha. **História**, v. 29, p. 254-277, 2010.
[261] FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis.** Rio de Janeiro: Record, 1987.

completas[262] do escritor, organizadas por Afrânio Coutinho e publicadas em 1966. Freyre[263], ao contemporizar a perspectiva racial de Euclides, o coloca à parte em relação a outros intelectuais do início do século XX, como Nina Rodrigues:

> Nem é fácil de conceber que um homem como Euclides da Cunha, animado do culto da personalidade humana tanto quanto do entusiasmo pelos planos arrojados de socialização dos grupos regionais ou nacionais, pudesse ser hoje o etnocentrista desdobrado em totalitarista que entreveem nele alguns críticos de belas-letras, para quem a caracterização psicológica dos indivíduos e dos povos é um jogo fácil, ao sabor de caprichos de momento ou de entusiasmos doutrinários de ocasião.

Rodríguez Larreta e Giucci[264] sintetizam: "[...] Gilberto Freyre compartilhou, com algumas reservas, a perspectiva geral de *Os sertões* como um violento choque de culturas entre o litoral modernizador, urbano e predominantemente europeu e o mundo pastoril, arcaico e de certa forma imóvel do sertão".

Salgado, por sua vez, foi um grande admirador do autor de *Os sertões*, sendo esta leitura especialmente relevante no que concerne à sua ideia da nacionalidade, sobretudo na sua oposição entre o sertão e o litoral, que transmutou de uma análise sociogeográfica para um imperativo ético e político. Em entrevista a Hélgio Trindade[265], Salgado reforçou esse aspecto: "Também o Euclides da Cunha demonstrou esse desequilíbrio que havia entre o litoral e o sertão, que era já um desequilíbrio que me preocupava desde mocinho, quando fundei o Partido Municipalista. Antes de ter lido Euclides".

Enquanto Euclides descrevia o sertanejo como "antes de tudo um forte" que resistia a um meio hostil e a um Estado criminoso, Salgado romantizou essa figura, elevando o sertão ao *status* de repositório da inocência e das esperanças futuras da pátria, em oposição a um litoral contaminado por ideias exóticas e pela corrupção da moral. Em *Nosso Brasil*, obra publicada em 1937 com vistas à catequização sobre a história nacional, Salgado[266] não poupa elogios a Euclides:

---

[262] CUNHA, Euclides. **Obra completa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966.
[263] FREYRE, Gilberto. Perfil de Euclides da Cunha. **Revista Brasileira**, ano VIII, n. 30, p. 29-36, jan.-fev.-mar. 2002. p. 30.
[264] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 469.
[265] TRINDADE, Hélgio. **A tentação fascista no Brasil:** imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 181.
[266] SALGADO, Plínio. **Nosso Brasil.** São Paulo: Voz do Oeste, 1981. p. 66.

> Como Euclides da Cunha amava a sua Pátria! Seu grande livro, chamado "Os sertões", exalta a grandeza da nossa terra e da nossa gente. [...] Euclides descreve o caboclo do Brasil, em pinceladas impressionantes, mostrando o seu valor. O sertanejo descrito por Euclides da Cunha é uma figura extraordinária: na aparência, dá a impressão de um fraco, mas na hora da luta, é um verdadeiro gigante.

Alexandre Batista[267] afirma que a apropriação de Euclides da Cunha por Plínio Salgado ultrapassou os limites da sua obra, tendo também reverência pela biografia do romancista, que se aventurou pelo sertão baiano para escrever sua obra-prima. Por seu debate das questões nacionais e pelo seu entusiasmo pela terra, Salgado comparou favoravelmente Euclides a Machado de Assis, que se mantinha alheio a debates filosóficos e questões políticas.

Na revista integralista *Panorama*, voltada à intelectualidade integralista, há um texto intitulado "Euclides da Cunha: os três elementos da nossa raça"[268], publicado na seção "Mentores da Nacionalidade" em abril-maio de 1936. Embora não esteja assinado, o texto apresenta reflexões sobre a formação étnica brasileira e aponta as correntes de pensamento em voga. Em relação aos defensores do branqueamento, afirma que desconsideram as influências do meio físico, já evidenciadas por Euclides; quanto aos que defendem o predomínio do indígena, lança notas de ironia: "[...] arquitetam fantasias que caem no mais breve choque da crítica, devaneios a que nem faltam a metrificação e as rimas, porque invadem a ciência na vibração rítmica dos versos de Gonçalves Dias".[269]

Essa observação é particularmente relevante, pois, no que concerne à questão racial, o próprio Plínio Salgado conferia ao indígena (em especial, o elemento tupi) a maior influência na miscigenação.

Em seguida, há um trecho que, dado o contexto da época, pode ser lido como uma crítica indireta a Gilberto Freyre: "Outros vão à terra de mais. Exageram a influência do africano, capaz, com efeito, de reagir em muitos pontos contra a absorção da raça superior. Surge o mulato. Proclamam-no o mais característico tipo da nossa subcategoria étnica".[270] A conclusão do texto é que a unidade de raça no Brasil é algo que, provavelmente, não será atingido. Embora a heterogeneidade étnica persista, o referido escrito afirma que isso

---

[267] BATISTA, Alexandre Blankl. **"Mentores da nacionalidade":** a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

[268] EUCLIDES da Cunha: os três elementos da nossa raça. **Panorama**, n. 4-5, abr.-maio 1936.

[269] *Ibid.*

[270] *Ibid.*

não impede a formação de uma raça nacional: "Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desapareceremos".[271]

Em 1953, Salgado proferiu uma conferência sobre Euclides da Cunha na Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo, publicada posteriormente pela Livraria Clássica Brasileira (de propriedade de Salgado) com o título *Euclides da Cunha*.[272] À conferência de Salgado seguiu-se um texto de autoria de Tasso da Silveira, poeta católico ligado ao integralismo desde a década de 1930. Essa obra era parte da Coleção Águia Branca, destinada à juventude do Partido de Representação Popular – encarnação do integralismo no período pós-guerra.[273]

Quanto ao autor, classifica-o como um "homem de ciência"[274], embora ressalte que não se tratava de um cientista profissional. A apreciação da obra de Euclides é tamanha que Salgado afirma haver um Brasil antes e outro depois de Euclides, atribuindo-lhe o surgimento de uma sociologia nacional:

> Por isso, em Euclides colaboraram o naturalista, o geógrafo e o historiador, produzindo o ecólogo e este dando nascimento no Brasil à sociologia. Na verdade (continua Plínio Salgado) existe uma sociologia brasileira depois de Euclides. A nossa própria História divide-se em dois períodos: antes e depois de Euclides. Porque ele estabeleceu as relações entre o Homem e a Terra, numa reciprocidade de influências até então ainda não observada.[275]

Salgado também aponta uma convergência entre as ideias de Euclides e o ideário integralista, chegando a afirmar que o autor seria um perfeito integralista: "Mas a terceira qualidade de Euclides é a sua visão de conjunto da história, da geografia, da sociologia, da política. É o perfeito integralista, isto é, o pensador que não se conforma com a consideração isolada dos fenômenos [...]".[276]

---

[271] EUCLIDES da Cunha: os três elementos da nossa raça. **Panorama**, n. 4-5, abr.-maio 1936.
[272] SALGADO, Plínio; SILVEIRA, Tasso da. **Euclides da Cunha.** São Paulo: Livraria Clássica Brasileira, 1954.
[273] GOMES, Milene do Carmo. Juventude integralista à luz da imprensa partidária: considerações sobre a seção "Ergue-te mocidade!" **Temporalidades**, v. 17, n. 1, p. 1-23, 2025.
[274] SALGADO, Plínio; SILVEIRA, Tasso da. **Euclides da Cunha.** São Paulo: Livraria Clássica Brasileira, 1954. p. 9.
[275] *Ibid*., p. 10.
[276] *Ibid*., p. 12.

Thomas Skidmore[277] destaca que a questão racial no Brasil desse período oscila entre a percepção da miscigenação como sinal de degeneração e sua aceitação como dado constitutivo da nacionalidade, ainda que isso implicasse uma valorização efetiva da mistura racial.

Entre as personalidades que, ainda nas primeiras décadas do século XX, introduziram inflexões importantes no pensamento racial brasileiro, destaca-se o político e intelectual Alberto Torres (1865-1917). Com trajetória pública relevante – tendo sido ministro da Justiça, governador do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal –, Torres articulou uma crítica consistente às interpretações racialistas predominantes, aproximando-se, ainda que de forma não sistemática, de correntes culturalistas então em ascensão, como aquelas associadas a Franz Boas.

Gilberto Freyre[278] destacou Torres como um intelectual do início do século que não havia sido impregnado pelos ditames do racismo científico: "Só uma exceção se impõe de modo absoluto: a de Alberto Torres, o primeiro, entre nós, a citar o professor Franz Boas e suas pesquisas sobre raças transplantadas". Como observa Skidmore[279], Torres[280] via o Brasil como um "museu vivo" que desmentia as teorias da superioridade ariana, uma vez que diferentes grupos étnicos demonstravam capacidades semelhantes de adaptação às condições locais. Para Torres, o fator decisivo na formação social não era a raça, e sim o meio ambiente, sendo os problemas do país decorrentes menos de sua composição racial do que de uma inadequada adaptação às condições históricas e geográficas específicas do Brasil.

Entretanto, a posição de Alberto Torres não se desvincula completamente dos limites do pensamento de sua época. Skidmore[281] explica que, apesar de sua crítica ao determinismo racial, o autor ainda admite a possibilidade de que a miscigenação pudesse ser nociva, revelando a persistência de certos pressupostos do racismo científico. Sua reflexão articula-se, assim, a um projeto mais amplo de reorganização nacional, marcado por um forte nacionalismo – definido por ele como a necessidade de soluções brasileiras

---

[277] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

[278] FREYRE, Gilberto. Perfil de Euclides da Cunha. Revista Brasileira, ano VIII, n. 30, p. 29-36, jan.-fev.-mar. 2002. p. 30.

[279] SKIDMORE, *loc. cit.*

[280] TORRES, Alberto. **A organização nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914; *Id.* **O problema nacional brasileiro:** introdução a um programa de organização nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

[281] SKIDMORE, *loc. cit.*

para problemas brasileiros – e por uma crítica contundente ao imperialismo e à influência estrangeira.

Nesse contexto, Torres defende um modelo de sociedade agrária, avesso à industrialização e à urbanização, bem como a centralização do poder político como condição para a construção de uma ordem nacional coesa. Esses aspectos políticos do pensamento de Alberto Torres tiveram muita influência sobre intelectuais como Oliveira Vianna e Plínio Salgado, que o consideravam um grande mentor intelectual.

Alexandre Batista[282] ressalta a relevância da obra de Alberto Torres para Plínio Salgado, principalmente durante a década de 1920, no contexto da crise do liberalismo, na ascensão do fascismo e na consolidação da Revolução Russa. Devido ao seu aspecto ruralizante – à semelhança de *Os sertões*, de Euclides da Cunha –, a obra de Torres foi decisiva para a distinção que Salgado estabelece entre o litoral (cosmopolita, liberal, de influências estrangeiras) e o sertão (mestiço, autêntica fonte da nacionalidade).

Crítico do liberalismo, mas também propositor de soluções para contorná-lo, tornou-se um dos autores favoritos de Salgado[283], que o citou em diversas obras, como *A quarta humanidade*. Nessa obra, ao refletir sobre sua passagem de homem de letras para a atuação política, Salgado[284] afirma:

> A revolução literária determinou a revolução política. De Alberto Torres, excluíamos os prejuízos do tempo e servíamo-nos do seu processo de observação. De Euclides da Cunha, rejeitávamos o que havia de exibicionismo científico, e tomávamos a formidável expressão da Terra e do Homem onde residem "as grandes reservas nacionais", na expressão de Oliveira Vianna.

Dessa forma, Euclides e Alberto Torres passam a figurar entre os autores canônicos para o líder integralista antes mesmo da formação da AIB, em 1932. Entre os pontos convergentes com o intelectual fluminense, destacam-se a valorização de uma perspectiva voltada para o interior do Brasil em contraposição ao litoral; a defesa de um nacionalismo prático, orientado à resolução dos problemas sociais e econômicos do país, em contraste com o nacionalismo ufanista, limitado à exaltação suas belezas; e a valorização de um Estado forte e centralizado.

---

[282] BATISTA, Alexandre Blankl. **"Mentores da nacionalidade":** a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
[283] SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934.
[284] *Ibid*., p. 162.

Ao comentar uma passagem de Alberto Torres em que este distingue os regimes políticos existentes dos anseios da nacionalidade, cuja conciliação caberia à política, Salgado[285] defendeu que, assim como ocorrera com Euclides da Cunha, Torres também seria integralista, se estivesse vivo: "Essas palavras de Alberto Torres são tão claras que não temos dúvida em afirmar que o grande pensador político se hoje vivesse seria integralista". Na obra *Nosso Brasil*, Salgado[286] destaca ainda a singularidade de Torres em sua época, marcada pelo racismo científico:

> Mas, o que torna Alberto Torres digno da gratidão de todos os seus patrícios é a atitude que ele assumiu de reação contra certas teorias, que os inimigos do Brasil faziam circular, de que o nosso povo era inferior aos outros. Grande parte de intelectuais brasileiros criminosamente adotaram essas teorias, escravizando-se aos preconceitos raciais dos que nos amesquinhavam.

A influência de Alberto Torres sobre Gilberto Freyre deve ser relativizada. Embora os dois intelectuais convergissem em pontos como o rechaço ao racismo e a importância do meio na formação de um povo, Freyre não era partidário do modelo centralizador de Torres, que acabava por oprimir as realidades regionais das quais Freyre era um notável defensor, principalmente a partir de 1924, quando foi um dos mobilizadores do regionalismo. Na visão centralizadora de Torres, o regionalismo seria um entrave à consolidação da unidade nacional após a Proclamação da República, sendo responsável pela inviabilidade de um projeto liberal no país:

> Adicionalmente, desse mesmo campo simbólico de representação derivou outro argumento, correlacionado ao primeiro, afirmativo que o regionalismo da Primeira República estimulava a ocorrência de conflitos entre grupos de interesses antagônicos, de natureza territorial, comercial ou classista e com distribuição no âmbito local e regional da vida política.[287]

Entretanto, o nome do pensador é citado algumas vezes em *Casa-grande & senzala*, em referências às suas duas obras principais supramencionadas. No corpo do

---

[285] SALGADO, Plínio. **Psicologia da revolução.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953. p. 70.

[286] *Id*. **Nosso Brasil.** São Paulo: Voz do Oeste, 1981. p. 121.

[287] MESQUITA, Gustavo Rodrigues. **O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo:** da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. p. 27-28.

texto, Gilberto Freyre retoma a observação de Torres sobre o afã do brasileiro em povoar todo o território nacional e proceder com a abertura de empreendimentos capitalistas, tendência que, segundo o autor, deveria ser contrabalançada pela conservação da natureza e reparação de regiões em decadência. O pensador também o menciona em linha semelhante àquela apresentada em *Perfil de Euclides da Cunha*, destacando o protagonismo de Torres em incorporar as ideias de Franz Boas. Não deixa, contudo, de registrar uma ressalva: "[...] falta a alguma de suas afirmações rigoroso espírito científico, prejudicado pela facilidade e ênfase nas convicções".[288]

Outro intelectual de relevo no debate racial do início do século XX, cuja relevância se acentuou a partir da década de 1920, foi Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), jurista, sociólogo e historiador nascido em Saquarema, no estado do Rio de Janeiro. Sua obra também não passou despercebida por Gilberto Freyre e por Plínio Salgado, embora suas apreciações sejam bastante distintas. Como apontam Rodríguez Larreta e Giucci[289], a obra de Oliveira Vianna teve grande influência política, em função de seu engajamento com o Estado Novo. Detentor de uma escrita fluida e com tom científico, dava ênfase a uma evolução autoritária guiada pelo Estado, o que contribuiu para o seu prestígio intelectual:

> Seus livros são um índice da situação do debate racial, revelando até que ponto certas ideias de hierarquia social estavam difundidas e eram compartilhadas por boa parte da intelectualidade do país. Hierarquia racial, ciência objetiva e Estado formam os alicerces da construção teórica de Oliveira Vianna.[290]

Skidmore[291] observa que Oliveira Vianna era percebido por seus contemporâneos como um mulato, o que em parte explicaria seu interesse pela questão racial. Membro do círculo formado em torno da figura de Alberto Torres, foi um ferrenho defensor da política de branqueamento, conforme exposto na sua introdução ao censo de 1920, que posteriormente foi publicada com o título *Evolução do povo brasileiro*.[292]

---

[288] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 491.
[289] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
[290] *Ibid*., p. 473.
[291] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
[292] VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

Nessa obra, observou indícios que corroboravam a opção pelo branqueamento, em virtude da suposta baixa fecundidade das populações de origem africana. A utilização de um repertório de vocábulos arcaicos, baseado em pensadores racistas do século XIX que o autor admirava – como Gobineau e Lapouge –, fez com que a recepção de sua obra fosse controversa, satisfazendo mais a elite que apoiava as suas conclusões, sem se preocupar com a terminologia empregada em seu trabalho:

> Oliveira Vianna tinha feito uma exposição bastante otimista do ideal do branqueamento, ainda mais significativa pelo fato de ter sido desenvolvida na introdução ao relatório oficial do censo de 1920. Mesmo sem nenhum endosso do governo, sua exposição teórica resumia a opinião da elite expressa no permanente debate público sobre o futuro étnico do Brasil.[293]

Gilberto Freyre foi um dos intelectuais mais críticos em relação à obra de Oliveira Vianna, pondo em xeque as bases da obra do intelectual, sobretudo por sua terminologia ancorada no racismo científico. Seu nome é citado diversas vezes em *Casa-grande & senzala*, quase sempre de forma crítica e irônica. Conforme Rodríguez Larreta e Giucci[294], Oliveira Vianna devolvera a edição que recebeu da obra de Freyre e nunca a comentou: "Dois tipos de intelectual enfrentavam-se: o teorizador a serviço de um projeto estatal e o escritor independente interessado na vida cotidiana e na cultura popular".[295]

Comparando-o a Nina Rodrigues, no que se refere à abordagem da colonização africana nas Américas, Freyre tece o seguinte comentário sobre o intelectual fluminense: "De passagem observamos que o professor Oliveira Vianna, *o maior místico do arianismo que ainda surgiu entre nós*, menos coerente que o cientista maranhense [...]".[296] Em outro momento, o compara desfavoravelmente a autores paulistas mais rigorosos cientificamente, segundo Freyre. Nota-se, em seu comentário, o tom irônico do sociólogo pernambucano:

> As generalizações do professor Oliveira Vianna, que nos pintou com tão bonitas cores uma população paulista de grandes proprietários e opulentos fidalgos rústicos, têm sido retificadas naqueles seus falsos dourados e azuis, por investigadores mais realistas e melhor

---

[293] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 279.
[294] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
[295] *Ibid*., p. 474.
[296] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 387. [Grifo nosso.]

> documentados que o ilustre sociólogo das *Populações Meridionais do Brasil*: Afonso de E. Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Paulo Prado, e Alcântara Machado.[297]

De acordo com Rodríguez Larreta e Giucci[298], as teses raciais de Oliveira Vianna passaram a figurar em segundo plano após a publicação de *Casa-grande & senzala*, e o autor passou a concentrar-se em outros temas. Em *Sobrados e mucambos*, Freyre[299] também ataca a visão de Oliveira Vianna com um tom de pouca *urbanidade*: "Se é certo que a 'arianização' – como diria um discípulo mais retardado do sociólogo Oliveira Vianna [...]". Entretanto, na mesma obra, segundo a versão aqui consultada – editada após a morte de Oliveira Vianna –, Freyre atenua seu julgamento a respeito do intelectual fluminense, reconhecendo sua importância e destacando o fato de que suas preocupações com a questão étnica se amenizaram ao longo dos anos:

> O "arianismo" do sociólogo Oliveira Vianna parece ter sofrido modificações sob a influência da expansão de suas leituras e estudos, nos seus últimos anos. É assim que, em vez do seu anunciado "Os Arianos no Brasil", publicou, pouco antes da sua morte, excelente estudo, o já referido *Instituições políticas brasileiras*, em dois volumes, em que se nota seu contato com o culturalismo e o funcionalismo, de sentido contrário a qualquer arianismo ou etnocentrismo sectário.[300]

Por sua vez, Plínio Salgado e os integralistas reconhecem Oliveira Vianna como um dos intelectuais que se propuseram a pensar os problemas nacionais. Ao lado de Alberto Torres, Euclides da Cunha, Jackson de Figueiredo e Farias Brito, figurava entre os principais referenciais na formação de Plínio Salgado[301], como aludido em trecho de *A quarta humanidade*, anteriormente citado neste trabalho.

Em relação à publicação do romance *O estrangeiro*, Gonçalves[302] observa que Oliveira Vianna elogiou a obra. Conforme destaca Batista[303], o intelectual manteve

---

[297] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 106.
[298] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
[299] FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** São Paulo: Global, 2013. p. 643.
[300] *Ibid*., p. 692.
[301] SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934.
[302] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
[303] BATISTA, Alexandre Blankl. **"Mentores da nacionalidade":** a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

proximidade com os integralistas na década de 1930, tendo seu nome figurado diversas vezes em um dos periódicos oficiais do movimento, o *Monitor Integralista*, entre 1934 e 1937. Há ainda registros de sua vinculação ao Departamento de Estudos da AIB no estado do Rio de Janeiro, bem como de sua participação prevista no primeiro congresso integralista em Vitória, Espírito Santo:

> [...] ele foi um dos pensadores brasileiros mais citados pelos integralistas, talvez o intelectual "vivo" mais citado, representando uma simpatia mútua, que determinava uma cumplicidade de ambos os lados. Tanto isso é patente que os textos de Vianna eram publicados em periódicos da AIB e, nos mesmos, por vezes, apareciam elogios do intelectual à produção material dos camisas-verdes.[304]

Para Batista[305], a obra de Alberto Torres – um dos mentores de Oliveira Vianna e que exerceu grande influência sobre Plínio Salgado – pode ter servido como um elo entre os integralistas e os demais interessados na produção de Oliveira Vianna. Pacheco[306], em seu estudo sobre a revista integralista *Panorama*, voltada às camadas intelectuais do integralismo, aponta a relação entre o movimento e o intelectual. Nas suas páginas, por vezes, constava o elogio de Vianna à publicação, como na edição 4-5, de abril e maio de 1936: "Bela revista, que consegue conter tanta coisa em tão pequeno volume".[307] Consta ainda que o autor contribuiu com dois textos no periódico, entre eles "Os regionalismos e a unidade nacional"[308], presente em seu oitavo volume, em que, louvando o esforço de consolidação nacional durante o período monárquico, critica a desordem e a descentralização advindas da implantação do regime republicano e da Constituição de 1891.

Apesar de ser um discípulo de Alberto Torres, observa-se que os dois intelectuais possuíam divergências entre si, em especial no que concerne à questão racial. Como visto, Oliveira Vianna foi um dos mais notórios defensores do branqueamento e da distinção de raças, o que não ocorria com Torres, que defendia o potencial e a capacidade de uma raça

---

[304] BATISTA, Alexandre Blankl. **"Mentores da nacionalidade":** a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 84.

[305] *Ibid.*

[306] PACHECO, Gabriela Santi Ramos. **Panorama e o projeto integralista:** uma análise da revista intelectual. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2021.

[307] Panorama, n. 8, 1936, p. 43.

[308] VIANNA, Oliveira. Os regionalismos e a unidade nacional. **Panorama**, n. 8, 1936, p. 15.

miscigenada brasileira. Nesse sentido, por valorizar o meio e a raça, Salgado posicionou-se a favor de Torres e se distanciou, nesse aspecto, do pensamento de Oliveira Vianna.[309]

É nesse cenário de ambivalência que se abrem as condições para as transformações intelectuais das décadas seguintes. Como sugere Roberto DaMatta[310], a ideia de uma formação nacional baseada na combinação de três matrizes – indígena, africana e europeia – viria a constituir uma poderosa narrativa explicativa da identidade brasileira. Ao mesmo tempo, como observa Mônica Pimenta Velloso[311], o movimento modernista, especialmente a partir da década de 1920, desempenha papel decisivo na revalorização dos elementos considerados "autóctones", contribuindo para deslocar o olhar sobre a miscigenação de um problema a ser resolvido para um traço distintivo da cultura nacional.

Para Velloso[312], é muito relevante a contribuição e a influência desses autores do século XIX para os modernistas paulistas da década de 1920. Ao recensear a cultura brasileira, Sílvio Romero ofereceu perspectivas metodológicas para que Mário de Andrade pudesse desenvolver suas pesquisas no âmbito da música e de outras tradições culturais. Graça Aranha, autor consagrado que apoiou os modernistas de 1922, influenciou escritores como Oswald de Andrade e Euclides da Cunha com sua visão científica e geográfica, impactando autores ligados às vertentes conservadoras do Modernismo, entre os quais se encontra Plínio Salgado. É nesse processo de reconfiguração que se inserem, de maneiras distintas, as formulações de Plínio Salgado e Gilberto Freyre.

3.2 ANOS 1920: A FORMAÇÃO DE PLÍNIO SALGADO E GILBERTO FREYRE

A partir da década de 1920, esse quadro passou a se transformar de maneira mais decisiva, acompanhando mudanças mais amplas no campo cultural e intelectual brasileiro. Se, até então, a questão racial fora predominantemente tratada sob o signo do determinismo biológico e das hierarquias raciais, emergiram, nesse período, novas formas

---

[309] BATISTA, Alexandre Blankl. **"Mentores da nacionalidade":** a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

[310] DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

[311] VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

[312] *Ibid.*

de pensar a nacionalidade, nas quais cultura, história e experiência social passaram a ocupar posição central.

Nesse contexto, o movimento modernista desempenhou um papel fundamental ao promover a revalorização dos elementos considerados próprios da formação brasileira, em oposição ao mimetismo de modelos europeus. Mais do que um movimento estético, o Modernismo constituiu um esforço de redefinição da identidade nacional, no qual a miscigenação começou a ser, progressivamente, reinterpretada não apenas como problema, mas como traço distintivo da cultura brasileira.

Paralelamente, desenvolveram-se experiências intelectuais que, embora não possam ser identificadas diretamente com o Modernismo paulista, dialogam com esse mesmo impulso de redescoberta do país, como é o caso do movimento regionalista, no qual se insere Gilberto Freyre. Ainda que tais iniciativas apresentem orientações distintas – ora mais experimentais, ora mais conservadoras, ora voltadas à valorização das particularidades regionais –, foi nesse ambiente de reconfiguração intelectual que se formaram as sensibilidades que marcaram, de maneiras diversas, as obras de Plínio Salgado e Gilberto Freyre.

3.2.1 Plínio Salgado: envolvimento com o Modernismo conservador

No que tange à emergência do Modernismo em São Paulo, na década de 1910, nota-se que as noções de inferioridade cultural e étnica já não possuíam a força que outrora tiveram. A Europa, imersa na barbárie das trincheiras da Primeira Guerra Mundial, deixou de ser o único referencial cultural para os brasileiros, que passaram a se interessar pelas formas de cultura locais, como expressões do "novo". Europeus também foram atraídos pela cultura brasileira, incluindo intelectuais de destaque, como Paul Claudel e o músico Darius Milhaud, além do escritor Blaise Cendras, que viajou pelo interior do país e se tornou um elo entre os modernistas brasileiros e as vanguardas que despontavam na Europa.[313] A questão de um simples mimetismo das vanguardas era uma questão a ser combatida, e, nesse sentido, os intelectuais paulistas foram bastante heterogêneos nas formas de recriar o que era importado e dar sentido nacional.

---

[313] VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

De acordo com Skidmore[314], após um período inicial em que a questão da neutralidade brasileira na guerra ocupava os debates intelectuais, sucedeu-se uma onda de nacionalismo. Segundo o autor, ficou evidente que havia um descompasso entre a realidade nacional e os modelos estrangeiros que vinham sendo utilizados para analisá-la. O tom empírico passou a prevalecer:

> O corolário dessa constatação, além de óbvio, era reforçado pela reação desses intelectuais à guerra na Europa: a nação brasileira tinha uma identidade e um destino que podia e devia ser controlado por brasileiros. Pela primeira vez, a corrente de pensamento dominante aprendeu como rebelar-se contra a camisa de força imposta ao país pelas ideias europeias e, mais importante ainda, a rejeitar o determinismo próprio do pensamento racista.[315]

Para Hélgio Trindade[316], no que se refere à emergência do Modernismo, o ano de 1916 assume relevância especial, com a publicação da *Revista do Brasil*, de espírito nacionalista, e do estudo linguístico *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral. Tais iniciativas já antecipam preocupações que estariam na ordem do dia do movimento modernista.

No ano seguinte, a aproximação entre Oswald e Mário de Andrade e a publicação do poema *Juca mulato*, de Menotti del Picchia, são apontados como acontecimentos literários relevantes para a eclosão do evento-chave do Modernismo paulista: a Semana de Arte Moderna de 1922. No ano anterior, as diretrizes do movimento encontravam-se em grande medida consolidadas: o rompimento com o passado e com as concepções românticas, parnasianas e realistas; a afirmação da independência do pensamento brasileiro, em recusa aos modelos estrangeiros; a busca de uma nova técnica literária, baseada na recriação da realidade no plano artístico; e, por fim, o combate ao *status quo* literário da época.

Até 1924, o que se impunha era uma questão de atualização estética da literatura nacional, fundada, porém, numa ideia de brasilidade ainda a ser pesquisada e descoberta. A questão sobre essa atualização era ponto pacífico entre os intelectuais, embora divergissem quanto à forma de buscar essa brasilidade e inseri-la num contexto de modernidade. Visões diferentes da nacionalidade passaram a surgir e a entrar em disputa.

---

[314] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

[315] *Ibid.*, p. 212-213.

[316] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

Embora reconheça a experimentação estética dos modernistas nesse período inicial, Vasconcellos[317] defende que, desde o seu início, o Modernismo é um movimento fundamentalmente político, destacando aí as sementes que, posteriormente, germinariam no movimento integralista:

> Desde 1924, ano da publicação do primeiro manifesto modernista, *Pau-Brasil*, de Oswald, já se observa – embora não de forma escancarada – o caráter político da produção literária do movimento de 1922. A chamada fase heroica, portanto, é já uma fase essencialmente política, em cuja programação literária encontra-se o ideário de sua ala direita e determinados traços ideológicos que iriam informar a doutrina integralista.

Segundo Velloso[318], essas diferenças de percepção política no Modernismo marcaram os principais acontecimentos do período, como a Revolução de 1930, a revolução constitucionalista de 1932, o movimento comunista de 1935, a instauração do Estado Novo (1937-1945) e a redemocratização a partir de 1945.

A vertente conservadora do Modernismo é composta pelo chamado grupo verde-amarelo, liderado por intelectuais como Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado. Conforme ressalta Gonçalves[319], o ano de 1922 foi fundamental para Salgado, pois deixou de atuar apenas como redator do *Correio Paulistano* e passou a integrar, ainda que sem protagonismo inicial, um importante movimento literário no qual pôde desenvolver suas ideias estéticas e políticas. Para o historiador, a atuação de Salgado no movimento teve caráter predominantemente reformista, evitando os extremos da experimentação estética. Nesse contexto, destaca-se a publicação do seu poema *O eco*, na revista *Klaxon*, editada entre 1922 e 1923 e considerada a primeira publicação de sustentação do movimento modernista. O poema, contudo, ainda apresentava ressonâncias de escolas literárias anteriores e foi o único de sua autoria publicado na influente revista.

---

[317] VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 83.

[318] VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

[319] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

Sua influência revelou-se mais significativa nos círculos nacionalistas do Modernismo brasileiro. Como observa Gonçalves[320], Salgado, ao contrário de muitos outros membros envolvidos no movimento, não havia frequentado a universidade, sendo, pois, autodidata, encontrou naquele ambiente uma oportunidade de se lançar intelectualmente. Suas principais influências advinham da perspectiva cristã herdada de sua mãe e do ufanismo transmitido por seu pai.

Nesse contexto, Salgado participou ativamente do Verde-Amarelismo, vertente nacionalista do Modernismo fundada em 1926 e que teve seu ponto alto com a divulgação do *Manifesto Nhenguaçu Verde-Amarelo*, publicado em 17 de maio de 1929 no jornal *Correio Paulistano*, periódico no qual começou sua carreira jornalística. O manifesto, assinado por Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Cândido Motta Filho, caracteriza-se por um nacionalismo ufanista e de caráter primitivista em contraposição ao *Manifesto Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade e publicado em 1924, considerado precursor do Movimento Antropofágico, associado às vertentes da "esquerda" do Modernismo.

Os verde-amarelos contrapunham-se ao que compreendiam como "nacionalismo afrancesado" de Oswald, que defendia a pluralidade cultural e uma revisão crítica do passado, tendo como símbolos elementos do cotidiano e da formação étnica, como o carnaval, a culinária e as riquezas minerais e vegetais. De acordo com Aquino e Lotti[321], o *Pau-Brasil* foi escrito em uma linguagem poética, com frases curtas, cuja tese central reside na afirmação de que "a poesia existe nos fatos". Já o *Verde-Amarelo* defende um ufanismo primitivo e sentimental, adotando como símbolos o indígena tupi e a anta, animal que representaria a capacidade de abrir caminhos.

No *Manifesto Verde-Amarelo*, o tupi é apresentado como elemento símbolo da nação em contraposição ao tapuia, que simboliza o indígena que se esconde e perece, perdido, no meio do sertão. A dicotomia é relevante, pois o tupi aceita a socialização, e a sua marca no espírito nacional se mostra indelével, como elemento fundamental da nacionalidade brasileira:

---

[320] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

[321] AQUINO, Zilda Gaspar de Oliveira; LOTTI, Ana Luiza Feiteiro Cavalari. A argumentação nos manifestos: "Nhengaçu Verde-Amarelo" e "Poesia Pau-Brasil". **Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura**, v. 18, p. 128-140, 2016.

> Toda a história desta raça corresponde (desde o reinol Martim Afonso, ao nacionalista "verdamarelo", José Bonifácio) a um lento desaparecer de formas objetivas e a um crescente aparecimento de forças subjetivas nacionais. O tupi significa a ausência de preconceitos. O tapuia é o próprio preconceito em fuga para o sertão. O jesuíta pensou que havia conquistado o tupi, e o tupi é que havia conquistado para si a religião do jesuíta. O português julgou que o tupi deixaria de existir; e o português transformou-se, e ergueu-se com fisionomia de nação nova contra metrópole: porque o tupi venceu dentro da alma e do sangue do português. O tapuia isolou-se na selva, para viver; e foi morto pelos arcabuzes e pelas flechas inimigas. O tupi socializou-se sem temor da morte; e ficou eternizado no sangue da nossa raça. O tapuia é morto, o tupi é vivo.[322]

Percebe-se no excerto acima uma visão da miscigenação que se distancia bastante daquela dos principais intelectuais do início do século XX. Entretanto, nota-se também como o ideal da integração nacional, na formação de um tipo humano brasileiro, representa a diluição das identidades que não se conformam com esse projeto: o tupi continua presente na alma brasileira, embora exterminado ao longo dos séculos:

> A Nação é uma resultante de agentes históricos. O índio, o negro, o espadachim, o jesuíta, o tropeiro, o poeta, o fazendeiro, o político, o holandês, o português, o índio, o francês, os rios, as montanhas, a mineração, a pecuária, a agricultura, o sol, as léguas imensas, o Cruzeiro do Sul, o café, a literatura francesa, as políticas inglesa e americana, os oito milhões de quilômetros quadrados... Temos de aceitar todos esses fatores, ou destruir a Nacionalidade, pelo estabelecimento de distinções, pelo desmembramento nuclear da ideia que dela formamos. Como aceitar todos esses fatores? Não concedendo predominância a nenhum.[323]

O ideal de nação integradora presente no *Manifesto Verde-Amarelo*, que busca compreender todas as raças para a formação de uma autêntica brasilidade, foi defendido por Plínio Salgado ao longo de sua trajetória. Seja no seu trabalho como escritor ou como político, essa visão aparece de forma constante, com o privilégio da herança tupi sobre as demais influências étnicas. Para Aquino e Lotti[324], a preponderância conferida ao elemento

---

[322] SALGADO, Plínio *et al*. Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo. *In:* TELES, Gilberto Mendonça (org.). **Vanguarda europeia & Modernismo brasileiro:** apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 21. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2022. p. 301.

[323] *Ibid*., p. 303.

[324] AQUINO, Zilda Gaspar de Oliveira; LOTTI, Ana Luiza Feiteiro Cavalari. A argumentação nos manifestos: "Nhengaçu Verde-Amarelo" e "Poesia Pau-Brasil". **Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura**, v. 18, p. 128-140, 2016.

tupi no manifesto tem como objetivo reforçar, de modo persuasivo, um aspecto passível de assimilação por todos:

> Acreditamos que os elementos linguísticos foram utilizados de maneira estratégica para indicar conhecimento da língua, da cultura e da história do povo Tupi, e, muito mais, serviram como argumento que trazia à lembrança o que era genuína e incontestavelmente nacional. Por meio desse recurso utilizado estrategicamente, fundamentava-se o discurso em termos de argumentação necessária à persuasão, criando-se um símbolo nacional incontestável a ser adotado.[325]

Eduardo Jardim de Moraes[326], ao analisar a questão da brasilidade no movimento modernista, pontua que o indianismo constituiu um elemento compartilhado pelas diversas correntes do movimento. Nesse contexto, destaca-se a valorização do movimento romântico brasileiro, que levou Mário de Andrade a ver em José de Alencar um irmão. Entretanto, existem profundas diferenças na forma como esse tema foi abordado. Moraes[327] afirma que, no âmbito do Modernismo conservador do qual fazia parte Plínio Salgado, a *faculdade da intuição* é preponderante sobre a análise racional:

> Os dados que compõem a unidade da nação podem ser diversos do ponto de vista geográfico, histórico ou social. No entanto, se os analisarmos de um ponto de vista que vá além das aparentes dessemelhanças, pela via da intuição, podemos perceber a grande unidade sentimental que garante a coerência da totalidade da nação.

Nesse sentido, o grupo de Plínio Salgado acabou por adotar uma via anticientífica, em que, dada a natureza da intuição, apenas ela seria capaz de apreender a totalidade da nação. Tal perspectiva contrasta com a visão de Mário de Andrade, que sabidamente buscou fundamentar sua produção em bases analíticas e investigativas. A questão da integração também estaria presente nos textos de Oswald de Andrade, embora sob uma perspectiva bastante distinta.

A integração, segundo Plínio Salgado, é obtida, predominantemente, de forma pacífica, simbolizada pela *anta*, entendida como o maior animal pacífico da América do Sul. Assim como, em rituais indígenas, o sangue da anta era incorporado pelos guerreiros

---

[325] AQUINO, Zilda Gaspar de Oliveira; LOTTI, Ana Luiza Feiteiro Cavalari. A argumentação nos manifestos: "Nhengaçu Verde-Amarelo" e "Poesia Pau-Brasil". **Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura**, v. 18, p. 128-140, 2016. p. 135.

[326] MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista:** sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

[327] *Ibid*., p. 130.

para o fortalecimento de suas virtudes, o elemento tupi seria integrado objetivamente à "raça conquistadora", permanecendo, contudo, de modo subjetivo. Já para Oswald, o processo de integração assume caráter violento: é por meio da *deglutição* do português que o indígena sobrevive como elemento formador da raça brasileira.

No manifesto também está presente a ideia de uma *raça cósmica*, defendida pelo sociólogo mexicano José Vasconcelos, segundo a qual seria precisamente na América Latina que emergiria, por meio da miscigenação, uma nova raça, mais bem preparada para os tempos futuros. A obra de Vasconcelos[328] também exerceu influência sobre Plínio Salgado, que citou o intelectual mexicano em *A quarta humanidade*: "Em seu livro *Raça cósmica*, o sociólogo mexicano José Vasconcelos estabelece, para a 'quarta humanidade', para a civilização do futuro, o trecho da América compreendido entre as bacias do Amazonas e do Prata".[329] Salgado continuou a reivindicar a obra do intelectual mexicano em discursos parlamentares dos fins da década de 1950:

> Somos um país de imigração e continuaremos a ser refúgio da humanidade por motivos geográficos e econômicos demasiadamente sabidos. Segundo os de Reclus, cabem no Brasil 300 milhões de habitantes. Na opinião bem fundamentada do sociólogo mexicano Vasconcelos, é de entre as bacias do Amazonas e do Prata que sairá a "quinta raça", a "raça cósmica", que realizará a concórdia universal, porque será filha das dores e das esperanças de toda a humanidade. Temos de construir essa grande nação, integrando na Pátria Comum todas as nossas expressões históricas, étnicas, sociais, religiosas e políticas. Pela força centrípeta do elemento tupi.[330]

No manifesto também está presente a ideia de que não haveria preconceito de raças no Brasil – posição adotada pelos intelectuais do século XIX, como Joaquim Nabuco: "Não há entre nós preconceitos de raças. Quando foi o 13 de Maio, havia negros ocupando já altas posições no país. E antes, como depois disso, os filhos de estrangeiros de todas as procedências nunca viram os seus passos tolhidos".[331]

---

[328] GONÇALVES, Leandro Pereira. Brazilian Integralist Action and Latin America: Fascist Projects and Transnational Circularitie. *In:* ARIÑO Toni Moranti; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (org.). **The Right and the Nation:** Transnational Perspectives. New York: Routledge, 2024.

[329] SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934. p. 73.

[330] SALGADO, Plínio *et al*. Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo. *In:* TELES, Gilberto Mendonça (org.). **Vanguarda europeia & Modernismo brasileiro:** apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 21. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2022. p. 304-305.

[331] *Ibid*., p. 304.

O *Manifesto Verde-Amarelo* apresenta algumas das principais reivindicações do grupo modernista ligado ao conservadorismo. Embora tenha sido publicado apenas em 1929, o grupo foi fundado em 1926, período em que seus integrantes já desenvolviam significativa produção literária. É o caso de Cassiano Ricardo[332], autor de *Martim Cererê*, poema de fundo indianista voltado à tematização da formação da nacionalidade. No caso de Plínio Salgado[333], destaca-se a publicação do romance *O estrangeiro*, em 1926, no qual se antecipam muitos dos temas posteriormente retomados no âmbito da AIB.

3.2.1.1 O romance *O estrangeiro*

O romance *O estrangeiro* foi publicado em 1926, e seu sucesso editorial é creditado como um dos fatores responsáveis pela entrada de Plínio Salgado na arena política, pois acabou eleito deputado estadual por São Paulo nas eleições de 1928. Nesse romance estão presentes muitos dos temas que seriam desenvolvidos politicamente na AIB, como o anticosmopolitismo, a oposição entre o sertão e o litoral, o sentido profundamente nacionalista, a identidade excludente e a gênese do anticomunismo.[334] Antes de começar o romance, há uma espécie de prólogo chamado "Palavras quase inúteis", em que o autor explica a temática do livro e seus múltiplos enredos:

> Este livro procura fixar aspectos da vida paulista nos últimos dez anos. Vida rural, vida provinciana e vida na grande urbe. Ciclo ascendente do colono (os Mandolfis); ciclo descendente das raças antigas (os Pantojos). Marcha do caboclo para o sertão e novo bandeirismo (Zé Candinho); deslocamento do imigrante nas suas pegadas e novo período agrícola (Humberto); regresso dos antigos fazendeiros para a Capital e novos elementos para o funcionalismo público e classes liberais (ainda os Pantojos).[335]

Percebe-se que Salgado busca realizar uma crônica da época tempestuosa em que vivia, marcada por grandes transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. Ivan, um imigrante russo, é o "personagem-síntese" do livro, cujas ações, a princípio norteadas por uma boa dose de idealismo, são anuladas por "ceticismos cruéis, em face do

---

[332] RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê, o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heroes.** São Paulo: Helios, 1928.
[333] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926.
[334] OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A produção literária modernista de Plínio Salgado e suas influências no integralismo. **Historiæ**, v. 6, n. 1, p. 323-346, 2015.
[335] SALGADO, *op. cit.*, p. 7.

utilitarismo ambiente e do preconceito esmagador. Pletora de personalidades contrastantes e incapazes".[336] O romance é dividido em três partes – "A terra do Saci", "O Boitatá" e "A cabeça da mula sem cabeça" –, intituladas a partir de figuras do folclore brasileiro. Esses elementos denotam a influência do movimento modernista e a busca por temas considerados autenticamente brasileiros, ainda que, nesse caso, sejam usados como metáfora para as diversas histórias cruzadas presentes na obra.

A epígrafe da primeira parte, "A terra do Saci", é ilustrativa do que se desenrolará a seguir: "Eu creio que o Saci, na sua puerilidade, sabe enfrentar todas as formas do imperialismo pacífico…".[337] A frase se refere às tensões vividas entre os habitantes originais da terra (sejam eles de diversas procedências étnicas) e os imigrantes, em especial os italianos em ascensão, que buscavam se impor econômica e culturalmente sobre os brasileiros. Nesse sentido, a epígrafe permite antever que, por mais que haja tentativas de mudança cultural, no fim, o espírito autóctone, representado pelo Saci defensor das matas, prevalecerá e assegurará o predomínio de uma cultura nacional sobre a estrangeira.

Ivan, um dos protagonistas do romance, é um imigrante russo e refugiado político que chega no Brasil em busca de prosperidade e da possibilidade de reescrever sua história em terra estrangeira, embora permaneça impregnado pela ideologia do seu país. Nesse sentido, o personagem defende os princípios liberais e argumenta que a Revolução Russa deixará um rastro de destruição que encontrará seu desfecho na América, onde um novo mundo viria a surgir:

> As instituições americanas repousam na rocha viva dos direitos do Homem. Quando desabar o dilúvio russo, as suas últimas ondas virão morrer aqui, de encontro a estas paredes da Imigração, onde há um dístico, à maneira de sentença, a encimar um arco de triunfo. E a América, então, reconstruirá o que estiver destruído no mundo.[338]

Outro personagem de fundamental importância no desenrolar do romance é o professor Juvêncio, uma espécie de *alter ego* de Plínio Salgado. O mestre-escola foi uma espécie de mentor para o recém-chegado Ivan, descortinando para este os aspectos mais relevantes da nacionalidade brasileira, que serão retomados com frequência ao longo da obra. No primeiro encontro, explica-se que, na escola em que Juvêncio lecionava, havia muitos estudantes filhos de imigrantes – italianos, espanhóis, libaneses, japoneses etc. –,

---

[336] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926. p. 8.
[337] *Ibid.*, p. 13.
[338] *Ibid.*, p. 19.

mas que, mesmo assim, era possível incutir-lhes o espírito nacional brasileiro por meio das suas lições, descritas sempre em tom bastante romântico e idealizado, similar ao adotado por Plínio Salgado em obras como *Geometria sentimental*, de 1936.

Logo de início, observa-se o elogio ao colonizador português, que se afastou das costas africanas e rumou ao Ocidente, onde encontrou exuberância natural e diversidade de tipos humanos, circunstâncias que rapidamente o conduziram à miscigenação: "Corpo de moça! Como interessa o espírito caprino das raças procriadoras! Foi o aroma afrodisíaco de Atlântida que acordou o instinto pagão dos velhos povos desvirginadores, adormecido nos séculos claustrais do Misticismo…".[339]

A valorização da história brasileira aparece com fortes tintas românticas, comum às obras de cunho histórico de Plínio Salgado. No excerto a seguir, percebe-se o dilema em relação ao habitante "original" da terra, o caboclo – ou ele se adéqua aos novos tempos, ou seu destino já está traçado:

> Cataclisma de raças; sedimentação de caracteres civilizadores: sobre o rastro do selvagem, o rastro do mameluco; depois, sobre a terra desvirginada e domada, o colono estrangeiro estabilizando a agricultura… Os buritis fixam nas asas abertas a volada inicial da fuga vertiginosa. E os braços do caboclo são como as asas dos buritis agitadas pelo vento. Abriu-se um dilema: ou caminhar, ou ser absorvido. Ir de encontro ao Mistério, ou desaparecer.[340]

Nesse sentido, aparece a figura de Nhô Indalécio, personagem que encarna o caboclo original, mas que perece devido a sua incapacidade de adaptação aos novos tempos. Em contraposição, há o personagem Zé Candinho, que encarna o caboclo autêntico, que não se deixa arrastar pelas circunstâncias desfavoráveis: "Zé Candinho era um Apolo de ferro enferrujado. Vermelho-pardo, feições bonitas".[341]

Outra característica do romance é a inserção de certos trechos explicativos fora da narrativa principal, com vistas a guiar e contextualizar o leitor no decurso dos acontecimentos. Salgado, dessa forma, sintetiza processos históricos, como o da escravidão, em que a luta de Palmares e a atuação de Luís Gama são invocados, mas cujo protagonismo final cabe à Princesa Isabel:

---

[339] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926. p. 28.
[340] *Ibid.*, p. 29-30.
[341] *Ibid.*, p. 45.

> Cotegipe e Rio Branco brigaram. E houve um mulato que se chama Luís Gama e estudou debaixo dos lampiões.
> Tiroteavam espingardas no Jabaquara e os Palmares eram a História da Liberdade escrita com tinta preta.
> Mas a Princesa Isabel assinou o nome com uma caneta de ouro que lhe deu José do Patrocínio. Então disseram:
> – É a redentora.[342]

No capítulo VI, "Édipo e a esfinge", observa-se, mais uma vez, um diálogo entre Juvêncio e Ivan. O professor encontrava-se preocupado pelo progresso econômico dos imigrantes italianos, visto que estes fundavam escolas próprias, no caso a Dante Alighieri, em que os valores da nacionalidade brasileira são preteridos em favor da concepção italiana de mundo. Para Ivan, havia a percepção de que o Brasil, uma jovem nação, ainda estava aberta a uma formação e consolidação que já havia ocorrido na sua Rússia natal, faltando ao Brasil "a íntima comunhão de homens, de que resulta a consciência criadora das formas definitivas"[343], ou seja, era necessário que os brasileiros se reconhecessem como tais, sem grupos estrangeiros e de imigrantes buscando uma outra concepção de mundo.

Essa centralização social foi defendida por Plínio Salgado na AIB. O personagem Ivan compara seu país natal ao Brasil, destacando que, apesar da miscigenação ocorrida lá, surgiu um tipo clássico, em que pese a heterogeneidade étnica. Esse aspecto mostra-se relevante, pois Gilberto Freyre, por diversas vezes, compartilhou uma visão positiva da então União Soviética, na qual, comparável apenas ao Brasil, teria sido alcançado um grau relevante de harmonia social, prescindindo de classificações sociais estritas.[344] Ivan afirma que:

> Depois de tantos séculos, a Rússia atingiu um tipo clássico de povo, centralizado numa pequena porção do vasto território. Heterogênea, como o Brasil, é, entretanto, uma expressão linear, um conjunto de desenhos nítidos de raças definidas. Mas, aqui, o país é uma túnica de cigano sarapintada de borrões e manchas. Sobre o esforço malogrado dos primeiros mestiçamentos, desenham-se contornos instáveis de imagens efêmeras. Tudo é indistinto e mutável.[345]

---

[342] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926. p. 38.
[343] *Ibid.*, p. 50.
[344] SCHNEIDER, Alberto Luiz. Gilberto Freyre na Imprensa: a coluna "Pessoas, coisas e animais" na revista *O Cruzeiro* (1948-1967). **Revista de História**, v. 1, p. 1-30, 2023.
[345] SALGADO, *op. cit.*, p. 50.

Outro aspecto presente na obra – e que se tornaria uma constante no pensamento e na ação de Plínio Salgado ao longo de sua trajetória – é o sentimento anticosmopolita e de valorização do mundo rural, sobretudo na oposição que estabelece entre os sertões, concebido como local de onde emerge a autenticidade da Nação, e o litoral, região das grandes cidades permeáveis pelas influências estrangeiras. No diálogo com o personagem Ivan, o professor Juvêncio explica a sua preferência pelo interior: "As grandes cidades, dizia, não possuem traços diferenciais. Que dessemelhança existe entre São Paulo, Nova York, Paris ou Londres? Mas uma aldeia da França é profundamente diversa da vila brasileira, da póvoa lusitana, dos lugarejos perdidos nos recessos de outros países".[346]

Na década de 1920, principalmente a partir do seu engajamento com o regionalismo, Gilberto Freyre também foi um crítico das transformações urbanas daquele período. Essa crítica, como argumenta Schneider[347], está calcada na sua visão problematizadora da modernidade, traço que o aproxima de Plínio Salgado:

> A crítica aos valores modernos e ocidentais ajudou Freyre a construir um olhar simpático à preservação da arquitetura colonial e dos traçados urbanos não geométricos das velhas cidades então ameaçadas pela modernização, como a realizada pelo prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro do início do século XX.

A segunda parte do romance se intitula "O Boitatá" e também apresenta como epígrafe uma síntese explicativa do que ocorrerá a seguir: "...e, apesar de todas as luzes de uma civilização cosmopolita, o Boitatá acende o seu fogo no sertão...".[348] Nessa parte do romance, o eixo se desloca do mundo rural para o mundo urbano, no caso a cidade de São Paulo, que crescia desenfreadamente, impulsionada por correntes imigratórias e pelo estímulo à industrialização.

Ivan, o imigrante russo, parte para São Paulo e torna-se um industrial rico. No ambiente urbano, nota-se a crítica ao liberalismo e ao cosmopolitismo, em que o ambiente urbano é responsável pela decadência moral do indivíduo. Também aparecem outras etnias, como o judeu, que Salgado descreve com uma alta dose de preconceito: "Travou

---

[346] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926. p. 52.

[347] SCHNEIDER, Alberto Luiz. Herança ibérica, preservacionismo e regionalidade como crítica à modernidade burguesa em Nordeste (1937), de Gilberto Freyre. **Anos 90**, v. 29, 2022. p. 8. Doi: https://doi.org/10.22456/1983-201X.112035.

[348] SALGADO, *op. cit.*, p. 89.

conhecimento com diversos judeus que se diziam russos e alemães e emborcavam chopps no Spanier. Tinham garras de vampiros e olhar vulturino".[349]

O professor Juvêncio, que permaneceu no interior, continuou a sua batalha nacionalista contra os avanços da comunidade italiana. Como *alter ego* de Salgado, há um trecho em que o personagem defende a "pátria integral". Também se percebe o papel preponderante que Salgado conferia à educação da juventude.[350] Nota-se que o romance foi publicado em 1926, portanto, seis anos antes da fundação da AIB:

> Banindo do espírito as veleidades literárias, mergulhando na vida prosaica do Interior, ateou um novo fogo no seu coração. Ouviu o apelo do seu sangue e a voz da sua terra. Imaginou trabalhar – modesto mestre escola –, pela criação da Pátria integral, com sua consciência própria, sua aspiração, seu tipo definido. No burburinho de raças, que torvelinhava à superfície da terra, a escola podia bem ser um centro de gravidade.[351]

A crítica ao liberalismo e ao modo de vida cosmopolita das capitais é constante no livro, em especial na segunda parte. As influências estrangeiras do homem urbano são um fator preponderante de dissolução moral, em contraposição aos costumes simples do homem do campo. Em sua análise do pensamento de Salgado, Ricardo Benzaquen de Araújo[352] sintetiza o aspecto moral e econômico da crítica do autor ao liberalismo, associado ao mundo urbano:

> Obcecados pelos prazeres da matéria, da carne, os homens começam a competir pela sua conquista. E essa competição, obviamente, vai beneficiar os mais poderosos em detrimento dos mais fracos. Desse modo, o liberalismo associa uma ampla defesa das liberdades individuais à promoção da mais extrema desigualdade, dando origem a uma sociedade dividida entre grupos opostos, de burgueses e operários [...] Os burgueses não demonstram nenhuma generosidade no seu triunfo. Controlados pelos instintos, preocupam-se apenas com a satisfação dos seus "apetites" corporais, ignorando totalmente a fraternidade e a compaixão.

---

[349] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926. p. 96.

[350] Ao longo de sua trajetória, Salgado foi muito cioso do papel da educação como formação nacionalista e doutrinária. Isso se percebe na sua atuação na AIB, quando havia uma secretaria especial dedicada à juventude. No período integralista do pós-guerra, houve a criação dos Centros Culturais da Juventude no âmbito do PRP. Por fim, como deputado federal, já no contexto da ditadura militar, Salgado atuou na comissão de educação, tendo sido um dos criadores da disciplina de Educação Moral e Cívica, vigente durante o regime.

[351] SALGADO, *op. cit.*, p. 98.

[352] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e revolução:** o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 42.

O personagem Martiniano, por exemplo, ascende socialmente e passa a frequentar a sociedade paulistana. Salgado faz questão de listar os divertimentos mundanos aproveitados pelo personagem, grifando em negrito nomes estrangeiros: "O crepúsculo Martini-seco com azeitonas e amendoins, preludia a noite *cocktail* gizada de diagramas de *jazz* e relampagueada de visões róseas de espáduas brancas das aparições noturnas dos *cabarets*".[353] A cidade é apresentada como palco privilegiado para o desmantelamento familiar e subsequente degeneração moral. A elite também é vista como homogeneizante e destruidora de personalidades, como acontece com o alpinista social Lulu: "Lulu abdicava, um a um, os caracteres da sua personalidade. Encartava-se na uniformidade inexpressiva da elite".[354]

Pablo González-Velasco[355], em sua tese sobre Gilberto Freyre e suas relações com o mundo hispânico, relata uma visita do autor ao Hispanic Society Museum, de Nova York, e um posterior relato de 1926 (mesmo ano da publicação de *O estrangeiro*) sobre essa visita. O sociólogo pernambucano, ao valorizar o modo de vida hispânico, distante da agitada vida levada nas capitalistas metrópoles anglo-saxãs, clama por resistência a esse ritmo urbano acelerado. Nesse sentido, observa-se em Freyre uma postura de desconfiança em relação aos benefícios da industrialização e da modernização, que ameaçam a espiritualidade, o bem-fazer das coisas e as individualidades.

A terceira parte do romance se intitula "A cabeça da mula sem cabeça" e também contém uma epígrafe explicativa: "...e, assim, a simbólica Mula, que, por trazer muitas cabeças, é como se nenhuma tivesse, será apenas, uma trágica lembrança, no dia em que o Anhanguera volver à Cidade requintada de onde o expulsaram".[356] Nessa última parte, denota-se como a influência estrangeira e o cosmopolitismo, simbolizados pela figura folclórica da mula sem cabeça, serão vencidos quando Anhanguera – alcunha pela qual ficou conhecido o bandeirante dos séculos XVII e XVIII Bartolomeu Bueno da Silva – retornar ao lugar de onde o expulsaram. Percebe-se um certo messianismo nessa promessa de retorno por parte de Salgado, uma imagem de uma figura mítica que terá, por fim, a tarefa de redimir a nação.

Ao se unirem as três epígrafes, obtém-se o seguinte texto:

---

[353] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926. p. 148. [Grifos do original.]
[354] *Ibid*., p. 172.
[355] GONZÁLEZ-VELASCO, Pablo. **Gilberto Freyre y España:** la constante iberista en su vida y obra. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2021.
[356] SALGADO, *op. cit.*, p. 185.

> Eu creio que o Saci, na sua puerilidade, sabe enfrentar todas as formas do imperialismo pacífico e, apesar de todas as luzes de uma civilização cosmopolita, o Boitatá acende o seu fogo no sertão e, assim, a simbólica Mula, que, por trazer muitas cabeças, é como se nenhuma tivesse, será apenas, uma trágica lembrança, no dia em que o Anhanguera volver à Cidade requintada de onde o expulsaram.

Esse excerto configura uma espécie de resumo da narrativa, marcada pela ação de figuras lendárias do folclore nacional, como o saci, o boitatá e a mula sem cabeça, que culmina na redenção da nação por meio de uma figura histórica dotada, contudo, de contornos míticos: o bandeirante Anhanguera. A partir desse texto, torna-se evidente que a figura destinada a salvar o Brasil é aquela que, tendo conhecido os vastos sertões do país e adquirido o valor da nacionalidade autêntica, retornará ao litoral cosmopolita para implementar a sua nova ordem nacionalista. Embora o texto seja anterior à fundação da AIB, nota-se que o próprio Plínio Salgado acabou por se incumbir dessa tarefa hercúlea de salvar o Brasil por meio do seu movimento de "regeneração" nacional, posteriormente materializada no integralismo.

No fim do livro, descobre-se que toda a história contada até então é uma criação do professor Juvêncio, que se encontra doente de malária no sertão. O autor não deixa claro se o professor sucumbe à doença. No penúltimo capítulo, "Apoteose ao Anhanguera", descobre-se que o Anhanguera das epígrafes é nada menos que o professor: "Juvêncio deve andar fugido pelo sertão. Ele era o Anhanguera palrador e iluminado. Como o Avanhandava, que estourava ali perto da sua maleita e do seu esquecimento – a vigilante força obscura...".[357]

Por fim, no último capítulo, destaca-se a frase: "E, também – ai da nossa Terra! – o criador de Ivan pode muito bem ter sido uma mera criação...".[358] Com esse final breve, abre-se a possibilidade de ver em Juvêncio, como mencionado anteriormente, um *alter ego* de Plínio Salgado. O próprio nome escolhido para o personagem remete à juventude e à vitalidade, tendo sido um nome comum na Roma antiga. Tratava-se de um personagem que tinha por objetivo inculcar nos outros o valor da nacionalidade, tarefa a que Salgado também se propunha, ao defender sempre o papel de magistério cultural exercido pelo integralismo.

---

[357] SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926. p. 289.
[358] *Ibid.*, p. 290.

3.2.2 Gilberto Freyre: formação internacional e movimento regionalista

Diferentemente de Plínio Salgado, cuja formação intelectual se deu no interior do Modernismo paulista, Gilberto Freyre construiu sua trajetória a partir de uma sólida formação acadêmica internacional, que se revelou decisiva para a elaboração de suas interpretações sobre a sociedade brasileira.

Como aludido anteriormente, Freyre converteu-se ao protestantismo batista na adolescência e cursou sua graduação na Universidade Baylor, em Waco, Texas, chegando aos Estados Unidos em 1918. Nessa universidade, ligada à Igreja Batista, o jovem Freyre foi influenciado, principalmente, pelo professor A. J. Armstrong, que lhe transmitiu uma profunda admiração pelos escritores de língua inglesa, especialmente pelo ensaio, o que muito contribuiu para a consolidação do estilo literário freyreano. Armstrong também incentivou Freyre a se tornar um escritor de língua inglesa. Em razão disso, chegou a desestimular um *affair* que Freyre teve com uma aluna italiana e recomendar ao aluno que encontrasse uma jovem anglo-saxã, para poder se aprofundar no estudo da língua inglesa.[359]

No Texas, deu-se conta de uma influência hispano-americana muito presente, em vista da proximidade do estado norte-americano com o México. Assim, expandiram-se suas reflexões para esse mundo hispano-americano, visto ter notado características comuns com seu Brasil natal. Além disso, pôde presenciar os extremos das tensões raciais daquele país, tendo ficado horrorizado com o linchamento de negros pela Ku Klux Klan, entidade supremacista branca que se encontrava muito ativa naquele período.

Graduado como bacharel em Artes, Freyre se inscreveu no mestrado em Ciências Políticas e Sociais na prestigiosa Universidade de Columbia, em Nova York, em 1921. Conforme revelam Rodríguez Larreta e Giucci[360], Freyre passou a atuar como jornalista, ainda que de forma semiprofissional, e a contribuir com o *Diário de Pernambuco* (tendo escrito 46 artigos no período). Também foi editor associado da publicação mensal *El Estudiante Latinoamericano*, com remuneração que o auxiliou a sobreviver na cidade norte-americana. Segundo os autores, Nova York mudou sua visão acerca do Brasil e da América Latina:

---

[359] GOMES, Renato Pereira. **Gilberto Freyre antes de *Casa-grande & senzala*:** a formação político-intelectual do escritor (1918-1930). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

[360] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

> Nova York ampliou sua visão do Brasil em muitos sentidos. A inevitável comparação com uma tradição cultural diferente renovou-lhe a curiosidade pelo próprio país, acentuando seus traços singulares. Ao mesmo tempo, o Brasil reinscreveu-se no vasto horizonte da América Latina e do mundo hispânico. Estudantes chilenos, equatorianos, argentinos, mexicanos e brasileiros aparecem como integrantes de um amplo conjunto chamado América Latina.[361]

Esse período foi fundamental para a consolidação intelectual do jovem Freyre, muito em função do seu aprendizado com o antropólogo alemão de origem judaica Franz Boas, cuja crítica ao determinismo racial e ênfase no relativismo cultural exerceram influência decisiva sobre sua obra. A partir desse contato, o jovem intelectual passou a conceber as diferenças entre os povos não como resultado de hierarquias biológicas, mas como produto de processos históricos e culturais, abrindo caminho para uma reinterpretação da formação brasileira, que se afastava das leituras racialistas predominantes até então.

Em seu diário, *Tempo morto e outros tempos*, Freyre[362] cita Boas. Após dizer que pretende prosseguir nos cursos de mestrado e doutorado (este não chegou a cursar), Freyre destacou o papel preponderante da Antropologia e a importância de Franz Boas: "O estudo básico para qualquer especialização científica ou filosófica em matéria social é o da Antropologia, que tem hoje um dos seus centros mais 'criadores', como aqui se diz – 'creative', é a boa palavra inglesa – na Universidade Columbia, com Boas".[363]

Metodologicamente, Freyre herdou de Boas o que Darcy Ribeiro[364] chama de "propensão etnográfica" e um certo "ateoricismo", que prioriza a descrição sistemática, exaustiva e criteriosa dos espécimes culturais em detrimento de generalizações teóricas rígidas. Essa abordagem permitiu que Freyre analisasse o cotidiano da sociedade patriarcal brasileira – focando em detalhes como alimentação, vestuário e relações domésticas – sob uma lente científica que antes era reservada apenas a grandes eventos políticos ou econômicos. O impacto dessa orientação é evidente em *Casa-grande & senzala*, obra em que Freyre confessa ter tido Boas presente como o mestre que lhe forneceu o embasamento científico para contestar a crença em hierarquias raciais.

---

[361] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 112.
[362] FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** São Paulo: Global, 2012.
[363] *Ibid*., p. 81.
[364] RIBEIRO, Darcy. **Gentidades.** Porto Alegre: L&PM, 2011.

A compreensão do impacto de Franz Boas na trajetória intelectual de Gilberto Freyre exige uma análise que vá além da simples cronologia acadêmica, situando-se no cerne de uma transição de paradigmas científicos no início do século XX. Freyre já conhecia a obra do antropólogo quando passou a frequentar seu curso de Antropologia na Universidade de Columbia, entre o final de 1921 e a primavera de 1922. Entretanto, a assimilação de seus pressupostos não se deu de forma imediata. Como aponta Pallares-Burke[365]:

> Assim, o fato de nem o nome de Boas nem suas ideias sobre a relevância dos efeitos culturais e ambientais sobre os traços raciais estarem presentes quer em sua tese de maio de 1922 quer em seu texto de 1925 acima analisados, parece indicar que o atrativo original de Columbia para Freyre não foi a presença do combativo Franz Boas e que, conforme já assinalamos, o impacto desse antropólogo na sua trajetória intelectual demorou a se fazer sentir.

De início, Freyre encontrava-se em um ambiente intelectual onde prevalecia a ideia de racismo científico e da eugenia, o que o levou a admirar a obra de autores como Madison Grant e Lothrop Stoddard, que defendiam a superioridade dos povos nórdicos e se opunham à miscigenação como causa de degeneração. Nesse contexto, a figura de Boas, destoante dos formais acadêmicos norte-americanos, foi descrita por Freyre[366] como a de um "velhote boêmio. Boas parece mais um músico que um antropólogo", tinha uma voz dissidente, que desafiava o determinismo biológico imperante na época.

A lição fundamental que Freyre eventualmente extraiu de Boas foi a distinção científica entre raça e cultura, permitindo-lhe separar os efeitos genéticos das influências sociais, do meio e da herança cultural. Essa virada epistemológica foi crucial para que Freyre pudesse reinterpretar o Brasil: se os males do país não eram fruto de uma inferioridade biológica incurável da raça mestiça, mas, sim, de condições sociais e históricas (especificamente o legado da escravidão e da má nutrição), então o país não estava irremediavelmente condenado.[367]

A internalização definitiva desse paradigma foi fomentada por interlocutores que ajudaram Freyre a aplicar essas abstrações antropológicas à realidade brasileira. Entre eles, destaca-se o antropólogo brasileiro Edgar Roquette-Pinto, que forneceu a Freyre a base

---

[365] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 269.
[366] FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** São Paulo: Global, 2012. p. 105.
[367] PALLARES-BURKE, *op. cit.*

científica para entender que o mestiço brasileiro era, em muitos casos, um indivíduo doente, e não degenerado, reforçando a primazia do social sobre o biológico. Simultaneamente, o convívio com o alemão Rüdiger Bilden, seu colega de Columbia, foi mutuamente determinante. De acordo com Pallares-Burke[368]:

> O encontro de Bilden com Freyre em Nova York, cumpre apontar, fora também determinante na própria trajetória intelectual do jovem historiador alemão: seu interesse geral pela questão da escravidão nos Estados Unidos e pela história da América Latina se desviara para o Brasil a partir do contato com Freyre em Columbia.

A pesquisa de Bilden centrava-se no "método de produção" econômica da escravidão brasileira, relacionando-a às esferas sociais, culturais e políticas. Ofereceu pistas ao jovem Freyre que seriam desenvolvidas em *Casa-grande & senzala*, como a distinção entre o colonizador português e o anglo-saxão e a importância social da escravidão doméstica e sua influência na sociedade colonial, preocupações que estavam ainda ausentes no pensamento de Freyre.

Dessa forma, o impacto de Franz Boas no jovem Freyre culminou na publicação de *Casa-grande & senzala*, obra que marcou um novo paradigma em relação à visão que os brasileiros passaram a ter da própria identidade, em termos de orgulho e não mais de vergonha. Ao utilizar as ferramentas mentais fornecidas por Boas, Freyre foi capaz de desbiologizar a interpretação da formação nacional, ao elevar a potencialidade da cultura brasileira justamente para o equilíbrio de seus antagonismos raciais e culturais. Assim, Boas não foi apenas um professor, mas o arquiteto do alicerce teórico que permitiu a Freyre transmutar o pessimismo racial em uma celebração da hibridez tropical.

Igualmente importante é a sua relação com o eminente diplomata pernambucano Manuel de Oliveira Lima, que havia deixado suas funções diplomáticas para assumir um cargo de professor na Universidade Católica da América, em Washington. Freyre já o conhecia, por ter sido paraninfo de sua formatura no Colégio Americano Gilreath. Por diversas vezes, visitou Oliveira Lima, cuja vasta erudição e interesse pela história e cultura luso-brasileira contribuíram para direcionar as investigações de Freyre para objetos até então pouco valorizados, como o cotidiano, as práticas culturais e as formas de sociabilidade.

---

[368] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 344.

Freyre também sempre reconheceu a sua dívida para com o seu conterrâneo, tendo escrito em diversas ocasiões sobre a influência do intelectual em sua trajetória. Em especial, dedicou uma obra ao mestre, *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*[369], em que reuniu conferências proferidas em função do seu centenário, no ano de 1967. Esclareceu que se tratava mais de uma obra apologética do que analítica, com destaque para algumas das correspondências que recebeu do diplomata. Referiu-se a ele da seguinte forma:

> Ao mesmo tempo, foi Oliveira Lima, como poucos brasileiros da sua geração, plural. Homem orquestra. Diplomata, escritor, jornalista, historiador – historiador de fato: pesquisador de fontes – sociólogo, professor universitário [...]. Plural pelas suas ideias nem sempre as mesmas no decorrer da sua vida: republicano na mocidade, monarquista na idade madura, indiferente a regimes políticos no seu outono. Católico prático na infância e na adolescência, "Católico histórico" – segundo sua própria expressão – depois de adulto. Tão plural, portanto, como singular.[370]

No campo estritamente acadêmico, Oliveira Lima foi o orientador informal da tese de mestrado de Freyre, *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century*, publicada no mesmo ano na revista *The Hispanic American Historical Review*.[371] Ele sugeriu diversos temas de pesquisa, desde a evolução constitucional sul-americana até o problema do elemento servil no Brasil. O impacto dessa orientação é visível no fato de Oliveira Lima ser o autor brasileiro mais citado na referida tese.[372] A obra, publicada no Brasil com o título *Vida social no Brasil em meados do século XIX*[373], apresenta seu primeiro esforço de interpretação da sociedade brasileira baseado na interpenetração de culturas e na centralidade das relações cotidianas.

Conforme esclarecem Rodríguez Larreta e Giucci[374], a vocação de Freyre para a história comparada e a situação do Brasil no contexto internacional é tributária em grande parte pela influência do diplomata Oliveira Lima. Capaz de articular o transnacional, o

---

[369] FREYRE, Gilberto. **Oliveira Lima, Don Quixote Gordo.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1968.
[370] *Ibid*., p. 38.
[371] *Id*. Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century. **The Hispanic American Historical Review**, v. 5, n. 4, p. 597-630, 1922. Doi: https://doi.org/10.2307/2506062.
[372] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993.
[373] FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil em meados do século XIX.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1985.
[374] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

nacional e o regional, o mestre de Freyre aproveitava em seu trabalho fontes de origens diversas, de relatórios diplomáticos a periódicos, pesquisando em arquivos brasileiros e internacionais. Entretanto, os autores apontam que o escopo da história praticado por Freyre ultrapassou os limites do trabalho historiográfico sóbrio e majoritariamente político de Oliveira Lima.

É relevante notar, entretanto, que Oliveira Lima possuía uma visão racista e favorável ao branqueamento, no que divergia de Freyre. Em obra de 1899 intitulada *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*[375], o então diplomata debruçou-se sobre a questão racial, comparando o caso norte-americano ao brasileiro. Defendeu a ideia de que os negros melhorariam num ambiente de brancos, advogando pela imigração europeia ao buscar um equilíbrio racial da população. A imigração corrigiria os problemas advindos da mestiçagem imposta pelo colonizador português. Considerava os anglo-saxões colonizadores mais eficientes do que os latinos, embora reconhecesse os extremos de violência por parte dos habitantes do Sul dos Estados Unidos em relação aos negros. Entretanto, acreditava que o branqueamento por meio da imigração poderia ser uma solução para a questão racial no Brasil:

> De modo geral, o tom era de otimismo, dando a entender que o caráter nacional mais flexível do Brasil possibilitava uma solução harmônica de branqueamento para o "problema do negro" – um caminho provavelmente vedado ao americano devido a seus rígidos preconceitos raciais. O Brasil jamais poderia proibir casamentos mistos porque "a indulgência das nossas opiniões e desmazelo dos nossos costumes impedem-nos de hostilizar o negro em qualquer terreno, mesmo no da mistura de raças".[376]

Para Lima, a imigração europeia era vista como a solução ideal para o Brasil, embora ponderasse, com certa hesitação, se o espetáculo da "fusão" não seria preferível ao da "exclusão", demonstrando que, apesar de preso a paradigmas racistas, buscava uma compreensão para a singularidade brasileira. Essa visão, no entanto, ainda estava ancorada em uma hierarquização racial que Freyre passaria a contestar sistematicamente.[377] Em sua obra sobre o mestre, Freyre relativizou as posições racistas de Oliveira Lima, destacando

---

[375] LIMA, Oliveira. **Nos Estados Unidos:** impressões políticas e sociais. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

[376] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 120-121.

[377] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993.

que este se referia a Franz Boas como "um dos maiores sábios do nosso tempo"[378], tendo ficado bastante entusiasmado quando soube que o jovem discípulo cursava sua disciplina. Segundo Freyre, o contato com as ideias de Boas teria levado Oliveira Lima a rever e, em certa medida, abandonar o racismo de seus trabalhos de juventude:

> Talvez se possa dizer do possível "racismo" que se surpreende em trabalhos de mocidade de Oliveira Lima, que desapareceu de suas sínteses sociológicas sobre mistura de raças, por influência de Boas, distanciando-o, por isto, neste particular, de Euclides da Cunha, de Sílvio Romero, de Eduardo Prado, de Paulo Prado e de Alberto Rangel, todos tocados, tanto quanto Nina Rodrigues, senão sempre, por vezes, de certo secreto ou ostensivo terror das consequências da presença negra na formação étnica da gente brasileira.[379]

Freyre destaca que Oliveira Lima se deixou influenciar por pensadores que percebiam a questão de outra forma, como Alberto Torres (segundo ele, o primeiro a receber a influência de Boas no Brasil), Roquette Pinto e Pontes de Miranda. Por fim, afirma que o contato de Oliveira Lima com Boas contribuiu para a moderação de suas posições, ainda que de modo cauteloso:

> Note-se em Oliveira Lima que a certo desdém pelo mulato, nos seus primeiros trabalhos, sucedeu-se, senão a apologia dele, o reconhecimento da possível vantagem para o Brasil de uma como política racial diferente da dos Estados Unidos, nas conferências que proferiu em Williamstown, em 1922: precisamente a época em que, cursando eu a Universidade de Columbia, fui discípulo do grande sábio, acerca de quem mais de uma vez conversamos, Oliveira Lima e eu. Atitude – a de reconhecimento daquela possível vantagem – a que Oliveira Lima chegou através de hesitações e cautelas.[380]

Após a conclusão de seu mestrado, Freyre partiu para a Europa, onde teve contato com as vanguardas artísticas europeias, além de ter frequentado, em Paris, os círculos ligados à Action Française de Charles Maurras e o anarcossindicalismo de Georges Sorel. Sua estadia na Universidade de Oxford também é apontada como um passo relevante da sua trajetória, pois pôde aprofundar sua anglofilia e fazer parte de clubes acadêmicos.

---

[378] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993. p. 40.

[379] FREYRE, Gilberto. **Oliveira Lima, Don Quixote Gordo.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1968. p. 41.

[380] *Ibid.*, p. 41.

Em Portugal, Freyre teve contato com a intelectualidade portuguesa, assim como com António Sardinha. Convém recordar que tanto a Action Française de Maurras quanto o integralismo lusitano de Sardinha constituíram referências fundamentais no pensamento de Plínio Salgado, que, aliados à influência da encíclica *Rerum Novarum* (também fundamental para os dois movimentos), foram inspirações para que Salgado entrasse na política e fundasse a AIB.[381]

A viagem de Gilberto Freyre à Europa, realizada entre agosto de 1922 e março de 1923, constituiu um estágio fundamental de sua formação, caracterizado por um deslocamento do rigor puramente acadêmico em favor da observação direta e da vivência cultural. Inspirando-se no conceito de *scholar gipsy* de Matthew Arnold, Freyre buscou deliberadamente o contato com pontos de vista mais diversos – desde os estudantes católicos da Action Française até senhoras tolstoyanas –, visando compreender a complexidade das mentalidades europeias do pós-guerra.[382] Conforme anotou:

> A Europa é para um brasileiro verdadeiramente outro mundo: o "Velho Mundo" da frase feita, em contraste com o modo de o Brasil ser novo: parte nem sempre nova do chamado Novo Mundo. [...] O chamado "Velho Mundo" e o Centro – como é decerto, hoje, o norte dos Estados Unidos – do Novo Mundo são mundos diferentes do sul-americano. Particularmente – penso eu – do brasileiro.[383]

Na França, Freyre foi cativado pela harmonia estética de Paris, que lhe trouxe reminiscências familiares: "Olho com olhos já de homem esta Paris maravilhosa que lamento não ter conhecido menino: com olhos ainda de menino. Era o desejo de minha Mãe: que eu viesse estudar ainda adolescente em Paris".[384] Frequentou conferências na Sorbonne que lhe causaram certo desapontamento, embora tenha feito a ressalva de que uma instituição daquele porte "não perde a sua força da noite pro dia".[385] Na cidade-luz, presenciou conferências de Charles Maurras, que:

> [...] são, com efeito, verdadeira introdução ao estudo de Ciência Política ou de Direito Público considerados em algumas de suas relações mais

---

[381] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

[382] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

[383] FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** São Paulo: Global, 2012. p. 130.

[384] *Ibid.*, p. 129.

[385] *Ibid.*, p. 134.

> significativas com a sociologia. É claro que introdução a esse estudo do ponto de vista de um monarquista absoluto como é Maurras.[386]

Além disso, frequentou os círculos de Georges Sorel, caracterizando-os como muito entusiasmados. Em sua estada em Paris já é possível perceber a visão crítica que possuía acerca da democracia liberal, um aspecto presente ao longo de sua trajetória:

> Sobre o fracasso da democracia liberal, demasiadamente ligada ao *laissez-faire* econômico, não creio que possa haver mais dúvida. O problema é o reajustamento da convivência democrática a novas formas de governo, isto é, de poder político, que o tornem capaz de intervir decisivamente na vida econômica sem oprimir ou prejudicar as atividades intelectuais, estéticas, espirituais, dos homens. Esse ponto é delicadíssimo.[387]

Na Alemanha, Freyre ficou impressionado com os museus etnológicos e etnográficos, que visitou com entusiasmo sob a sugestão de seu mestre Franz Boas. Lamentou que tais museus ainda não existissem no Brasil, desejando participar da eventual fundação de instituição dedicada ao tema, pautada pela orientação de Boas, "em grande parte, alemã".[388] Além de Berlim, visitou Munique, cujos museus o impressionaram, sobretudo no que concerne às exposições de vanguardas artísticas; e Nuremberg, cidade que o encantou e na qual sentiu viva a presença do pintor renascentista Albrecht Dürer.

O ápice intelectual e emocional da viagem ocorreu na Inglaterra, especificamente em Oxford, onde Freyre chegou em outubro de 1922, após breve passagem por Londres. Lá, afirmou ter se sentido "em casa" pela primeira vez desde que deixara o Brasil. Segundo Pallares-Burke[389]: "As expectativas, portanto, eram grandes, mas a crer em suas confissões, o país em geral, e Oxford em particular, se lhe revelaram acima do esperado". A experiência oxfordiana foi marcada por uma intensa imersão cultural, artística e social no meio acadêmico, refletida, entre outros aspectos, na participação em clubes como o Oxford Spanish Club.

Sobre a experiência, afirmou: "Vejo-me, nesse clube, entre dois dos meus maiores amores: o amor à Inglaterra e o amor à Espanha".[390] Percebeu entre os ingleses grande admiração pela cultura espanhola, em especial em relação ao teatro. Notou, entretanto, que

---

[386] FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** São Paulo: Global, 2012. p. 134.
[387] *Ibid*., p. 137.
[388] *Ibid*., p. 139.
[389] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 101.
[390] FREYRE, *op. cit*., p. 164.

o mesmo entusiasmo não se verificava em relação a Portugal, cuja literatura presente em Oxford consistia em traduções de Camões:

> Tenho em Oxford e em Paris a impressão de me encontrar entre as raízes da literatura de análise a que deve o melhor da minha formação. Mas não devo esquecer-me dos místicos espanhóis e dos escritores portugueses. Dos portugueses nada se sabe aqui em Oxford. Mas os místicos espanhóis são valorizadíssimos pela gente inglesa de Oxford, e vejo que entre ela só dá grande relevo a la Cruz.[391]

Como aludido anteriormente, em Oxford Freyre vivenciou uma experiência homossexual que lhe foi marcante. No ambiente universitário britânico, observou diversas formas de sociabilidade entre estudantes que lhe causaram forte impressão: "Continuo sob a impressão de que nos *parties* de vinho do Porto aqui em Oxford, que mais de uma vez tenho visto terminarem em danças de rapazes uns com os outros, há alguma coisa de grego, de helênico, de sublimação de amizade em amor [...]".[392]

Por fim, a viagem encerrou-se com uma passagem por Portugal, em que Freyre visitou Lisboa e Coimbra. Na velha cidade universitária, afirmou ter entrado menos sob a influência de Eça de Queiróz do que de autores ingleses que lhe permitiram ver Portugal com grande lucidez. No país, teve contato com os intelectuais de destaque de diversas orientações políticas, entre eles o grupo da revista *Seara Nova*, "os monarquistas do *Correio da Manhã* e do grupo do admirável António Sardinha. Tornei-me colaborador do *Correio da Manhã*".[393] De acordo com Larreta e Giucci[394], o integralismo lusitano foi o movimento que mais influenciou Freyre na primeira metade da década de 1920, tendo, entretanto, diminuído ao final da década.

Sobre Sardinha, quando de sua morte, afirmou que se tratava do mais renovador espírito da intelectualidade portuguesa, que buscava pela via da tradição e pela natureza hispânica do português uma perspectiva futura. Observa González-Velasco[395] que o contato com a obra de Sardinha representou para Freyre a primeira incorporação de um iberismo metodológico:

---

[391] FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** São Paulo: Global, 2012. p. 164.
[392] *Ibid*., p. 153.
[393] *Ibid*., p. 181.
[394] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
[395] GONZÁLEZ-VELASCO, Pablo. **Gilberto Freyre y España:** la constante iberista en su vida y obra. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2021. p. 296.

> Gilberto Freyre, por meio de Sardinha, reafirmou muitas de suas intuições hispanófilas e sua prévia consciência pan-ibérica, assim como identificou os traços ibéricos compartilhados entre Espanha e Portugal. Isso terá um reflexo claro em sua obra posterior, incluindo a perspectiva histórica implícita em sua obra magna: *Casa-grande & senzala*.[396]

As influências do integralismo lusitano e de Maurras acentuaram as desconfianças de Freyre em relação à modernização: "A incorporação da tradição no desenvolvimento moderno e sua indiferença para com o parlamentarismo liberal são motivos políticos fortes na ideologia de Gilberto Freyre durante toda sua vida".[397] Também influenciado por Charles Maurras e pelo integralismo lusitano, Plínio Salgado compartilhou das mesmas suspeitas em relação à modernização e à democracia liberal.

Conforme ressalta Schneider[398], a desconfiança de Freyre deve-se ao aspecto anglo-saxão e protestante associado à modernidade liberal, distinta da "democracia social" favorecida pelos povos ibéricos. Nesse sentido, até mesmo o sufrágio universal é uma questão que não seria fundamental para o autor.

Ainda que com outra interpretação, menos culturalista, porém igualmente receosa do liberalismo, Ricardo Benzaquen de Araújo[399] detalha as críticas de Salgado ao liberalismo e ao sufrágio universal:

> [...] o sufrágio universal obriga indivíduos diferentes, com interesses específicos completamente incompatíveis, a votar em candidatos que sustentam somente uma bandeira, a defesa de valores universais [...]. A soberania nacional, em decorrência disso, transforma-se numa ilusão, e o Estado liberal, construído a partir da representação de interesses inexistentes, termina por perder toda a eficácia e legitimidade.

Retornando a Freyre[400], é em Lisboa que ele toma contato com os modernistas paulistas, apresentando certa desconfiança:

---

[396] No original: "Gilberto Freyre, a través de Sardinha, reafirmó muchas intuiciones hispanófilas y su conciencia panibérica previa, así como identificó los trazos ibéricos compartidos entre España y Portugal. Esto tendrá un reflejo claro en la obra posterior, incluyendo la perspectiva histórica implícita en la obra magna: Casa-Grande & Senzala".

[397] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 210.

[398] SCHNEIDER, Alberto Luiz. Herança ibérica, preservacionismo e regionalidade como crítica à modernidade burguesa em Nordeste (1937), de Gilberto Freyre. **Anos 90**, v. 29, 2022. Doi: https://doi.org/10.22456/1983-201X.112035.

[399] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e revolução:** o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 41.

[400] FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** São Paulo: Global, 2012. p. 183.

> Tomo maior contato do que em Paris com os "modernistas" brasileiros de São Paulo. Em Paris, estive muito com Vicente do Rego Monteiro, Tarsila do Amaral, Brecheret, todos em fase de assimilar vanguardismos europeus para os transferir ao Brasil. Aqui leio alguma literatura "modernista" já aparecida no Brasil. [...] Mas só nos pode fazer bem nos libertarmos de excessos rococó, que parecem surgir de forma troncha nos próprios "modernistas" de agora. Em alguns deles, deve-se dizer. [...] E, segundo suponho, ainda sem equivalente em arquitetura ou em literatura, embora em música já comece a haver uma no Brasil, segundo suponho, de vanguarda.

Em suma, essa jornada europeia funcionou como um rito de passagem, no qual Freyre consolidou seu ecletismo intelectual e sua anglofilia, ferramentas que seriam cruciais para que, ao retornar ao Recife, ele pudesse reconstruir simbolicamente o Brasil sob a ótica do equilíbrio de antagonismos e da valorização das tradições regionais.[401]

Ao retornar ao Brasil, Freyre passou a articular essas influências no âmbito do movimento regionalista, cuja formulação mais acabada se expressa no manifesto de 1926. Como destaca Manoel Correia de Andrade[402], Freyre retorna ao Recife e passa a dedicar-se à pesquisa e ao jornalismo, defrontando-se assim com a influência do Modernismo paulista e também com:

> [...] o chamamento para o processo de regionalização que procurava fazer sepultar o unitarismo monárquico, substituindo-o pelo estadualismo republicano, chamando a atenção para uma análise dialética e caracterizando que entre o País, o Estado nacional, e as antigas províncias, agora chamadas de estados, havia as regiões.

Em contraposição às vertentes do Modernismo paulista, o regionalismo freyreano propõe uma valorização das especificidades históricas e culturais das diferentes regiões do país, com particular atenção ao Nordeste. Buscava aceitar as inovações modernistas moderadamente e as tradições regionais, procurando aprofundar as raízes africanas e indígenas do Nordeste, sem, no entanto, desprezar a herança ibérica que lhe era muito cara. Nas manifestações culturais nordestinas, interpenetravam-se catolicismo ibérico com tradições africanas e indígenas.[403] Mais do que uma simples oposição entre passado e

---

[401] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

[402] ANDRADE, Manoel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste. *In:* FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** São Paulo: Global, 2013. p. 10.

[403] *Ibid.*

futuro, trata-se de um esforço de reinterpretar a formação nacional a partir de suas experiências concretas, no qual a miscigenação começa a ser percebida não apenas como um dado biológico, mas também como um processo histórico e cultural que estrutura a vida social brasileira.

O regionalismo do Nordeste, conforme articulado por Gilberto Freyre na década de 1920, encontrou nos chamados "vitorianos rebeldes" – figuras como John Ruskin, William Morris, Dante Gabriel Rossetti e o grupo dos pré-rafaelitas – não apenas uma inspiração estética, mas uma literatura de ação que forneceu as bases ideológicas para o seu projeto de renovação cultural brasileira.[404] Já na sua viagem à Inglaterra, em 1922, Freyre menciona alguns desses intelectuais-artistas, ressaltando que, além de seus talentos como pintores, eram também grandes escritores: "É interessante observar-se, a este propósito, o muito que a pintura, a arquitetura, a arte na Inglaterra devem à literatura. Seus grandes críticos têm sido grandes escritores, como Ruskin, Morris, Pater, Thackeray".[405]

Esses intelectuais britânicos, marcados por um descontentamento profundo com o industrialismo moderno e com a "democracia estúpida" do século XIX, ofereceram alternativas concretas para enfrentar a desumanização trazida pelo capitalismo comercial e pela padronização cosmopolita por meio do movimento Arts & Crafts, liderado por Morris, que propunha um retorno aos ofícios artesanais. Quanto a William Morris, que se notabilizou também por ser um artesão cuidadoso no respeito à confecção de livros, não esconde sua admiração, contrapondo as suas edições às edições brasileiras:

> Aos seus leitores do *Diário de Pernambuco* não escondeu sua admiração pelo artista, artesão, poeta, crítico e socialista inglês que conseguira o feito de salvar o livro da desvairada industrialização. Era Morris, sem dúvida, um modelo a imitar no Brasil, um país do "livro feio" e malfeito, argumentou Freyre.[406]

Para Freyre, a lição central desses autores era a de que a retomada das raízes locais e do passado não constituía um escapismo saudosista, mas, sim, uma ressurgência necessária para nutrir a energia criadora do presente e projetar um futuro autêntico para a nação.[407]

---

[404] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
[405] FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** São Paulo: Global, 2012. p. 146.
[406] PALLARES-BURKE, *op. cit.*, p. 203.
[407] *Ibid.*

Neroaldo Pontes de Azevedo[408] revela que, desde a sua estadia na Europa, Freyre vinha estabelecendo contato com o seu Pernambuco natal, por meio de uma série de artigos escritos para o *Diário de Pernambuco*. Desse modo, demonstrava sua afinidade pelas tradições, defendendo a manutenção do aspecto do Recife antigo e a existência de uma culinária autenticamente brasileira, ao contrário, por exemplo, da dramaturgia, vista como uma cópia dos modelos europeus. Ao retornar a Recife, depois de seis anos no exterior, ficou desapontado com as mudanças urbanas ocorridas na cidade, defendendo o retorno à "tradição de bom senso", a que contrapunha a "mania desenfreada do Modernismo".

Conforme assinalam Rodríguez Larreta e Giucci[409], apesar da imensa saudade da terra natal, o Freyre educado nos Estados Unidos e conhecedor da Europa percebeu com certa tristeza a sua cidade natal, que vinha num processo de decadência econômica que abrangia também a região Nordeste como um todo:

> Uma época de pessimismo político e de desânimo com a parte moderna da cidade, postiça e descaracterizada. Decepção com o culto da modernização e busca do que o Brasil "tem de mais brasileiro", que muitos consideraram uma expressão saudosista de alguém incapaz de compreender a necessidade de mudanças.[410]

Nos seus artigos publicados entre 1923 e 1925, defende esse tradicionalismo ao propor o retorno dos velhos nomes de ruas, praças e parques, muitas vezes "nomes deliciosamente pitorescos", além de se colocar contra a derrubada de árvores então em voga na cidade. Citou William Morris ao defender "o gosto pela antiguidade. No gosto do nosso passado. Da nossa tradição".[411] Nesse sentido, sua atuação no regionalismo foi marcada pela afirmação das tradições e pela diversidade:

> Para Gilberto Freyre, o respeito às diversidades regionais é que constituiria o Brasil regionalista, livre da "tirania de um Rio de Janeiro" que levas as energias locais à "esterilidade e para o rastacuerismo". Assim, o regionalismo é visto "como um esforço no sentido de facilitar e dignificar certa atividade criadora local".[412]

---

[408] AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo:** os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
[409] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
[410] *Ibid*., p. 228.
[411] AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo:** os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984. p. 136.
[412] *Ibid*., p. 136.

A oposição de Gilberto Freyre ao Modernismo paulista, no contexto de sua militância regionalista iniciada na década de 1920, fundamentou-se em uma divergência filosófica sobre o conceito de modernidade e sua relação com o passado nacional. Enquanto o Modernismo de São Paulo era frequentemente visto por Freyre como um delírio modernista ou uma volúpia da novidade que flertava com o furor imitativo e o cosmopolitismo barato, seu regionalismo do Nordeste propunha uma ressurgência que utilizava o passado como uma fonte de vida para o presente. Para Freyre, o movimento paulista, ao qual ele muitas vezes rotulava pejorativamente de "futurismo", pecava por desprezar rituais e tradições como se fossem "velharias", em uma atitude de "macaqueação" do estrangeiro que descaracterizava a alma brasileira.[413]

Para o intelectual, muitas das tendências seguidas pelos modernistas eram transposições de tendências europeias sem um senso crítico. Ele via o eixo Rio-São Paulo como um polo de centralização que ameaçava dissolver as identidades regionais autênticas em favor de uma padronização cosmopolita despida de raízes. Em contraste com a insurgência disruptiva paulista, Freyre advogava por um "conservadorismo revolucionário", em que a inovação não deveria aniquilar a tradição, e sim reatar os fios de uma energia criadora interrompida, como ele via no espírito colonial.

O Modernismo paulista era visto como uma transposição de "estrangeirismos parisienses", captados em ateliês por figuras como Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, para serem mecanicamente transferidos ao Brasil. Em contrapartida, o regionalismo de 1926 propunha uma síntese original, que Chacon[414] define como: "Na sua circunstância açucarocrática nordestina, o regionalismo de 1926 tinha de ser ao mesmo tempo tradicionalista e modernista, fiel às raízes, porém sintonizado com os ventos do mundo sempre soprando no porto oceânico do Recife, quase Hansa Tropical". O objetivo não era o isolamento ou o reacionarismo, mas a valorização simultânea da região, da tradição e da modernidade, fundamentando o que Freyre chamava de "unidade na multiplicidade" brasileira. Assim sintetiza Anco Vieira[415]:

---

[413] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

[414] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993. p. 193.

[415] VIEIRA, Anco Márcio Tenório. Enganos e controvérsias a propósito de um conceito: regionalismo. *In:* MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionilda (org.). **Memória do saber:** Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 50.

> Logo, em Freyre, *tradição, região* e *modernidade* são conceitos que não convivem separadamente, um precisa do outro para cumprir o destino que o futuro reservava ao Brasil: o de ser a primeira grande civilização tropical moderna no século que começava a nascer. Só assim, acreditava, estariam estabelecidas, através da conciliação entre o regional e o humano, a tradição e a experimentação, os fundamentos para uma arte brasileira que aspirasse à universalidade.

Intelectualmente, a disputa se manifestava inclusive dentro do cenário recifense. De um lado, o grupo liderado por Freyre no *Diário de Pernambuco* buscava desenvolver um sentimento de unidade nordestina em defesa da identidade regional nos planos político, cultural e artístico. Do outro, o grupo do *Jornal do Commercio*, sob a influência de Joaquim Inojosa, tinha como diretriz a imitação do modelo de São Paulo e a urgência na "destruição do passado", posição que Freyre combatia arduamente.[416] O regionalismo freyreano, portanto, apresentava-se como um federalismo centrípeto, uma confederação de regiões autônomas que resistia à imposição de uma cultura uniforme e monótona ditada por um centro regulador.

Apesar do antagonismo, Gilberto Freyre reconhecia certas convergências ou coincidências entre os dois movimentos, especificamente quanto à utilização de "técnicas experimentais" e à necessária reação contra as convenções rígidas do classicismo acadêmico e do purismo literário da época. Contudo, a divergência fundamental permanecia na fonte de inspiração: enquanto o grupo paulista era criticado por sua dependência "imperialista" de modelos europeus, o grupo de Recife buscava legitimar o Brasil "autêntico" por meio de uma estética da miscigenação e da valorização do cotidiano patriarcal.[417] Azevedo[418] aponta um episódio anedótico a esse respeito ao citar uma carta de Mário de Andrade a Ascenso Ferreira, datada de 7 de fevereiro de 1927:

> Mário de Andrade escreve: "Se eu falei 'não sei se valerá a pena conhecer Gilberto Freyre' é porque me parece que ele não tem muita afinidade comigo e parece que me desdenha. Não posso forçar ninguém a me querer bem, quanto a admirá-lo isto é outra coisa: admiro e estimo apesar dos beliscões que vive dando na gente e que não tem a mínima importância porque não parece maldade, são de diferença de opinião e isso é perfeitamente lícito".

---

[416] AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo:** os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
[417] CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993.
[418] AZEVEDO, *op. cit.*, p. 138-139.

Conta Azevedo[419] que, no ano seguinte, Gilberto Freyre ofereceu um passeio de lancha no Rio Capibaribe a Mário de Andrade e Manuel Bandeira. Rodríguez Larreta e Giucci[420] afirmam que o passeio não transcorreu como um idílico momento de lazer: embora os detalhes sejam desconhecidos, houve acalorada discussão entre Freyre e Mário de Andrade a respeito do regionalismo.

3.3 ANOS 1930: CONSOLIDAÇÃO DA IDEIA DE MISCIGENAÇÃO EM PLÍNIO SALGADO E GILBERTO FREYRE

A década de 1930 constitui um momento decisivo de inflexão nas trajetórias de Plínio Salgado e Gilberto Freyre, no qual as formulações esboçadas ao longo dos anos 1920 atingiram um grau mais elevado de maturidade e sistematização. Inseridos em um contexto de intensas transformações políticas e culturais, marcado pela crise do liberalismo, pela ascensão de projetos nacionalistas e pela redefinição do papel do Estado, ambos os autores passaram a elaborar interpretações mais abrangentes sobre a formação da sociedade brasileira. Foi nesse período que a questão da miscigenação deixou de ocupar um lugar secundário ou implícito em suas reflexões e passou a ser assumida como elemento central na explicação da nacionalidade.

No caso de Gilberto Freyre[421], essa consolidação ocorreu, sobretudo, no plano intelectual, com a publicação de *Casa-grande & senzala*, obra que inaugurou uma nova forma de pensar a formação social brasileira, ao deslocar o problema racial do campo da degeneração para o da constituição histórica e cultural da sociedade. Já em Plínio Salgado, a década de 1930 marcou a articulação entre elaboração intelectual e ação política, particularmente com o lançamento da AIB, na qual suas concepções sobre nacionalidade, cultura e questão racial passaram a ser mobilizadas no interior de um projeto político de caráter orgânico e fascista. Assim, embora por caminhos distintos, esses intelectuais contribuíram para uma reconfiguração do significado da miscigenação no pensamento brasileiro, conferindo-lhe novos sentidos no interior de seus respectivos projetos de interpretação do país.

---

[419] AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo:** os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

[420] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[421] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022.

3.3.1 A formação da Ação Integralista Brasileira e a questão racial no integralismo

Após o sucesso editorial de seu romance *O estrangeiro*, Plínio Salgado (ao lado de seu companheiro no Modernismo, Menotti del Picchia) foi eleito para a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo pelo Partido de Representação Popular, ocupando uma cadeira de deputado estadual no período entre 1928 e 1930. Como aludido anteriormente, sua atuação parlamentar, embora relativamente modesta, lhe deu a possibilidade de ampliar a audiência de suas ideias em formação, num processo que culminaria com a fundação da AIB em outubro de 1932. A sua reação à Revolução de 1930, sua viagem à Europa e sua audiência com Benito Mussolini, sua atuação no jornal *A Razão*, entre 1931 e 1932, e a fundação da SEP, em 1932, são considerados aspectos fundamentais para o lançamento do movimento fascista no Brasil.

De acordo com Marilena Chauí[422], as principais preocupações da *intelligentsia* brasileira nas décadas de 1920 e 1930 seriam: a "descoberta" de um Brasil legal e irreal, que passaram a combater; o nacionalismo como afirmação de um Brasil real; a valorização da ciência como instrumento para a análise das realidades brasileiras; a necessidade de criar uma elite dirigente para "salvar ou mesmo para criar a Nação por meio do Estado"; e, finalmente, uma preocupação com a modernização econômica e social do Brasil, seja por intermédio da industrialização ou do agrarismo.

Havia a necessidade nacionalista de rejeitar modelos de análise importados para descrever e interpretar a realidade brasileira, e os intelectuais eram os agentes de destaque para o despertar da consciência nacional. Nesses dois aspectos, Salgado se fez notar, ora por rechaçar as influências estrangeiras presentes no integralismo, ora por efetuar a passagem do campo literário ao campo político, que foi um caminho comum a vários líderes das direitas daquele contexto. Por mais que os matizes ideológicos variassem, Chauí[423] afirma que o ponto comum era a necessidade de buscar uma concepção *orgânica* da sociedade, que dependeria da instauração de um Estado centralizado, ainda que com os custos do autoritarismo.

---

[422] CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. *In:* MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (org.). **Inteligência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 27.

[423] CHAUÍ, *loc. cit.*

Como ressalta Trindade[424], a virada da década de 1920 para 1930 constitui um momento em que a literatura antiliberal ganhou corpo no Brasil, em função da ascensão do fascismo na Itália e do Estado Novo português. Salgado não era indiferente à circulação dessa literatura, e em sua viagem à Europa, quando visitou uma série de países, pôde presenciar as turbulências políticas pelas quais passava o continente. Em *Despertemos a Nação*, obra lançada pela primeira vez em 1935, Salgado[425] relata:

> Vira a renovação política da Turquia, o fascismo na Itália, lera uma vasta literatura comunista que circulava em Paris, estudara a social-democracia alemã, examinara a pequenina Bélgica, meditara no Egito, sobre o imperialismo inglês, observara a anarquia dos espíritos na Espanha e a nova ordem em Portugal, e tudo me mostrava a morte de uma civilização, o advento de uma nova etapa humana.

Trindade[426] contribui ao afirmar que a influência do fascismo foi especialmente marcante em Salgado nesse período. Confessou em cartas a seus correligionários que o Brasil necessitava de um movimento similar, para promover a ordem que foi perdida com a desagregação nacional advinda do regime republicano vigente. Era necessário, entretanto, que houvesse um movimento de ideias que precedesse a ação política. Nesse sentido, Gonçalves[427] ressalta que a passagem da literatura à política não era de modo algum estranha no contexto conservador da década de 1920, notadamente no caso do integralismo lusitano, que começou como um grêmio literário antes da atuação propriamente política.

Seu retorno ao Brasil, em outubro de 1930, já no contexto da Revolução de 1930, postergou o lançamento de seu movimento político, pois o momento não era propício para tal. Inicialmente, Salgado ficou desapontado com o acontecimento, em função de uma interpretação liberal que conferiu à revolução. Entretanto, logo o caráter centralizador e antiliberal ganhou corpo, então passou a vê-la com bons olhos, embora a indefinição ideológica do Governo Provisório tenha levado grupos políticos a se organizarem com vistas a influenciar o novo governo. Nesse sentido, Salgado aderiu às teses antiliberais

---

[424] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

[425] SALGADO, Plínio. Despertemos a nação. *In:* SALGADO, Plínio. **Obras completas.** São Paulo: Editora das Américas, 1955. v. X. p. 20.

[426] TRINDADE, *op. cit*.

[427] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

propostas pelo Clube 3 de Outubro, composto pelas correntes dominantes do tenentismo da década anterior.

Sua atuação como editorialista do jornal *A Razão*, entre 1931 e 1932, em que expôs com mais clareza suas ideias por meio da sua "Nota Política", foi fundamental para a consolidação das ideias que dariam origem ao integralismo. Como explica Trindade[428]: "O próprio Salgado reconhece o papel instrumental do jornal. Por meio dele os artigos chamam a atenção dos intelectuais e dos dirigentes de movimentos que rejeitavam o retorno ao liberalismo da Constituição de 1891". A esse esforço soma-se a fundação da SEP, em fevereiro de 1932, por meio da qual buscou a cooptação de intelectuais de tendências conservadoras.

Conforme destaca Gonçalves[429]: "A criação objetivava a organização de um novo movimento político, tendo como princípio um forte nacionalismo conservador e revolucionário, seguindo assim a proposta de Mussolini". Por meio da SEP, Salgado aproximou-se de movimentos como a Legião Cearense do Trabalho, liderada pelo tenente Severino Sombra e fortemente influenciada pelo Centro D. Vital, de Jackson de Figueiredo, de orientação católica e conservadora. Entre suas lideranças, encontra-se D. Helder Câmara, que, posteriormente, aderiu ao integralismo e depois se destacou na defesa dos direitos humanos.

Do mesmo modo, aproximou-se de Olbiano de Mello, que pretendia lançar o chamado Partido Sindicalista Brasileiro – projeto que não chegou a ser fundado – e que defendia a organização da sociedade em moldes corporativistas; bem como da AIPB, de orientação monarquista e católica, liderada por Arlindo Veiga dos Santos. Sobre esse último movimento, Gonçalves[430] afirma que foi fundamental para o desenvolvimento da estrutura do integralismo brasileiro, uma vez que seus integrantes contribuíram para a introdução, no país, de ideais ancorados no discurso católico e monárquico do integralismo lusitano: "A criação objetivava a organização de um novo movimento político, tendo como princípio um forte nacionalismo conservador e revolucionário, seguindo assim a proposta de Mussolini".

Reunidas as condições necessárias, a AIB foi lançada com a leitura de um manifesto, no dia 7 de outubro de 1932. De caráter profundamente nacionalista,

---

[428] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016. p. 152.

[429] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 87.

[430] GONÇALVES, *loc. cit.*

espiritualista, antiliberal e anticomunista, sua primeira frase é elucidativa das principais ideias defendidas pelo movimento: "Deus dirige os destinos dos Povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, em favor da Família, da Pátria e da Sociedade".[431] Ademais, se mostrava a favor da harmonia social entre os diversos grupos, evitando a ideia da luta de classes presente na encíclica *Rerum Novarum*, que constituiu uma influência fundamental não apenas para a AIB, como também para boa parte dos movimentos de direita daquele contexto, como o próprio integralismo lusitano e a Action Française.

No entanto, cabe ressaltar que, no documento, esse pensamento é tratado como "profundamente brasileiro", sendo tributário das raízes cristãs da história nacional. Em *A quarta humanidade*, Plínio Salgado[432] faz questão de ressaltar a originalidade do movimento integralista brasileiro, salientando suas diferenças com os movimentos supramencionados, além de citar o nazismo alemão e o fascismo italiano. Para o líder político, o integralismo constitui uma síntese genuinamente brasileira, com uma filosofia e sentido próprios:

> O integralismo, pois, no Brasil, é bem diverso do integralismo francês de Charles Maurras, porque esse não passa de um "nacionalismo integral", com a preocupação de restaurar tradições; diverso é, também, do integralismo lusitano, que transplantou o sentido tradicionalista da corrente gaulesa, com a tendência de reatar o processo social moderno ao espírito medievalista; e diferente é, por outro lado, não só do "racismo" alemão, cuja tese da superioridade étnica exprime um prejuízo de cultura, como, ainda, do "fascismo" italiano, ao qual somente nos ligamos no concernente à nova atitude do Estado, em face da luta social.[433]

No manifesto está exposta ainda a ideia corporativista, também compartilhada pelo integralismo lusitano, de divisão da sociedade em classes que elegem seus representantes nas esferas federal, estadual e municipal, em que o princípio de autoridade se mostra fundamental para garantir a hierarquia e a ordem social. Outro aspecto relevante do manifesto é a defesa de um nacionalismo anticosmopolita, defendido por Salgado desde os tempos do Modernismo e, em especial, no romance *O estrangeiro*. O documento

---

[431] SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro.** 1932. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1932_-_pl%C3%ADnio_salgado_-_manifesto_de_7_de_outubro_de_1932.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026. p. 1.

[432] *Id*. **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934.

[433] *Ibid*., p. 88-89.

advoga por um modo de vida genuinamente brasileiro, opondo-se com veemência às influências estrangeiras que são ligadas, sobretudo, à vida urbana. Também aparecem elementos que concernem à questão racial, quando denuncia os preconceitos de raças:

> Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismo, as nossas palestras, o nosso modo de encarar a vida, não são mais brasileiros. Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. Envergonham-se também do caboclo e do negro da nossa terra. Adquiriram hábitos cosmopolitas. [...] [O povo brasileiro] Vivem a cobri-lo de baldões e de ironias, a amesquinhar as raças de que proviemos. [...] Criaram preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar.[434]

Um dos aspectos mais presentes no pensamento de Salgado acerca da realidade nacional é a oposição entre o sertão e o litoral. O primeiro representa o Brasil autêntico, fator de unidade de preservação da nação, enquanto o litoral representa a desagregação social advinda do cosmopolitismo liberal que tomou as grandes cidades litorâneas do país. Para Chauí[435], isso significa que o Brasil deveria reconhecer-se como um país agrário, condição que deveria ser preservada para a consolidação de uma nação socialmente harmônica e consolidada. O objetivo do integralismo era congregar todos os brasileiros, "do Oiapoque ao Chuí", das mais diversas origens, em "um só espírito", numa proposta integradora.

A aversão aos partidos políticos advém dessa ideia integradora, que busca criar um país homogêneo e genuinamente brasileiro, cujas diferenças seriam progressivamente apagadas pela ação do integralismo. Nesse pensamento, a existência de partidos políticos se mostra desagregadora da nação, por apresentar ideias em contraste. Cabe ao Estado integral, portanto, supervisionar a construção nacional, abarcando as individualidades e as realidades sociais e políticas. Tal aversão aos partidos políticos manifesta-se também na oposição ao Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922 e caracterizado pelo integralismo como um "cancro":

---

[434] SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro.** 1932. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1932_-_pl%C3%ADnio_salgado_-_manifesto_de_7_de_outubro_de_1932.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026. p. 3-4.

[435] CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. *In:* MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (org.). **Inteligência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

> A nossa Pátria não pode continuar a ser retalhada pelos governadores de Estados, pelos partidos, pelas classes em luta, pelos caudilhos. A nossa Pátria precisa de estar unida e forte, solidamente construída, de modo a escapar ao domínio estrangeiro, que a ameaça dia a dia, e salvar-se do comunismo internacionalista que está entrando no seu corpo, como um cancro.[436]

O anticomunismo está bastante presente no documento, aparecendo em formulações como "O comunismo destrói a personalidade humana para melhor escravizar o homem à coletividade, destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos [...]"[437]; assim como o antiliberalismo. Entretanto, o direito à propriedade privada aparece como fundamental, sendo vilipendiado pelo individualismo do sistema econômico liberal. Sua oposição tanto ao comunismo quanto ao liberalismo, buscando uma terceira via de harmonia social, pode também ser associada à influência da *Rerum Novarum*, que defendia a propriedade privada, porém condenava as más condições de trabalho dos operários em moldes humanistas cristãos.

A solução dessas mazelas passa pela fiscalização do Estado integralista sobre todas as atividades econômicas, organizadas à maneira corporativa. A liberdade como pensada pela civilização contemporânea em moldes liberais descamba para o caos, a desordem, a dissolução das famílias. Nesse sentido, o integralismo age contra essa ideia de liberdade, defendendo que ela só é possível sob um comando autoritário e com disciplina. O espiritualismo é uma das chaves para se chegar a esse ideal: "Quando prevalece a concepção espiritualista, a religião estimula valores espirituais e morais de solidariedade entre os homens, fortalece a família e o sentimento pátrio, eliminando desordens e conflitos".[438]

Nessa perspectiva, a família aparece como célula-mãe da sociedade, garantidora do caráter humano em face do individualismo e da transmissão de valores espirituais. Para os integralistas, a família precede o Estado. Em escala ampliada, o manifesto sustenta que o próprio Estado constitui, em última instância, uma grande família, da qual deriva sua

---

[436] SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro.** 1932. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1932_-_pl%C3%ADnio_salgado_-_manifesto_de_7_de_outubro_de_1932.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026. p. 5.

[437] *Ibid*., p. 7.

[438] CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. *In:* MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (org.). **Inteligência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 38.

autoridade em traçar os rumos da nação. Em escala reduzida, é no município, sede das famílias e das classes, que a vida social se desenrola.

Nesse sentido, o municipalismo configura-se como um valor central para os integralistas, podendo ser observado desde o início da trajetória de Plínio Salgado, cuja primeira atuação propriamente política se deu no Partido Municipalista. Trata-se, ademais, de uma ideia cara aos integralistas lusitanos, especialmente a António Sardinha, que exerceu influência decisiva sobre Salgado nesse aspecto.

Por fim, no manifesto encontra-se a ideia integralista sobre o papel do Estado, que deve ser uno, centralizado, totalitário, *integralista*. É também nessa seção que a ideia básica dos integralistas a respeito da questão racial aparece novamente: uma noção integradora com o objetivo de fundar uma "nova civilização", que haveria de se afirmar não apenas no território nacional, mas também o continente e o mundo inteiro:

> Pretendemos criar com todos os elementos raciais, segundo os imperativos mesológicos e econômicos, a Nação Brasileira, salvando-a dos erros da civilização capitalista e dos erros da barbárie comunista. Criar numa única expressão o Estado Econômico, o Estado Financeiro, o Estado Representativo e o Estado Cultural. Pretendemos levantar as populações brasileiras, numa união sem precedentes, numa força jamais atingida, numa esperança jamais imaginada.[439]

É nessa proposta de orientação fascista e totalitária que Plínio Salgado desenvolveu sua atuação política na AIB, da qual nunca se desvinculou, ainda que tenha sido levado, em determinados momentos, a relativizar muitas das suas posições em busca de sobrevivência política.

O racismo no interior da AIB tem sido estudado sobretudo a partir do antissemitismo, notadamente por autores como Maio[440] e Cytrynowicz[441]. Gustavo Barroso, um dos principais ideólogos integralistas e o segundo nome em importância no movimento depois de Plínio Salgado, foi um conhecido antissemita. Como escritor, produziu obras de cunho histórico que responsabilizavam os judeus pelo atraso do país;

---

[439] SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro.** 1932. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1932_-_pl%C3%ADnio_salgado_-_manifesto_de_7_de_outubro_de_1932.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026. p. 12.

[440] MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky:** o pensamento antissemita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

[441] CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930.** 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

como tradutor, verteu para o português *Os protocolos dos sábios de Sião*, obra de caráter fraudulento que denunciava um complô judaico internacional e que teve ampla circulação na Europa nos anos 1920 e 1930.

Entretanto, a intensidade do antissemitismo de Barroso não era compartilhada por outros membros do movimento, embora Trindade[442] ressalte a existência de uma dimensão antissemita entre os militantes da AIB. O próprio Salgado chegou a publicar, em 1934, um texto na revista integralista de debates *Panorama*, no qual confrontava as posições antissemitas de Barroso. Embora condenasse a perseguição aos judeus como contrária ao cristianismo, sua posição fundamentava-se na defesa de sua assimilação por meio de casamentos com cristãos. Essa postura assimilacionista, baseada em um humanismo difuso, constitui um traço característico do integralismo no que concerne à questão racial, sendo posteriormente mantida no Partido de Representação Popular. Como afirma Natália Cruz[443]:

> O integralismo retirou a discussão sobre a questão racial do campo das ciências e da razão, e a transportou para o campo da moral e dos valores, dando-lhe um aspecto humanista. Essa operação ideológica possibilitou ao movimento combinar a defesa de princípios racistas e excludentes com a negação do racismo enquanto parte integrante de seu ideário. A negação do racismo foi, inclusive, utilizada como marco divisório entre o integralismo e o nazismo alemão, possibilitando às lideranças integralistas a elaboração de um discurso crítico ao nazismo e ao seu "imperialismo racista".

Como observa Trindade[444], o *Manifesto de Outubro* expressava a intenção integralista de unificar os brasileiros em torno de um espírito comum, com vistas à consolidação de uma nação organizada, indivisível e una, voltada à criação de uma cultura e civilização próprias. Nesse contexto, o expressivo contingente da população negra não poderia ser ignorado, o que impedia que o integralismo se assumisse de forma explícita como racista. O antissemitismo de Barroso não chegava a romper com o ideal integracionista do integralismo, sendo justificado a partir da "fábula das três raças", na medida em que, para ele, os judeus promoveriam uma "autoexclusão" ao preservarem uma identidade dissociada dos demais brasileiros.

---

[442] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

[443] CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial:** a intolerância como princípio. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004. p. 97.

[444] TRINDADE, *op. cit*.

Natália Cruz[445] destaca que a defesa da miscigenação por parte dos integralistas tem como objetivo o branqueamento da população, visto que o movimento tinha por objetivo formar uma nação cultural e racialmente homogênea. Em função disso, os integralistas eram contrários às comunidades imigrantes e defendiam a nacionalização delas a partir de um ideal unificador. Para atingir esse objetivo, Salgado lançou mão do simbolismo do elemento tupi como fator étnico comum aos brasileiros. Em entrevista a Trindade[446], o líder integralista desenvolveu essa ideia:

> Então dizem "desapareceu a raça tupi"; a raça tapuia não desapareceu, ela está no sangue da raça, como fundamento desta miscigenação de todos os povos da terra. Daí a razão pela qual o sociólogo mexicano José Vasconcellos dizer que vai existir uma raça cósmica, e localiza-a no Brasil. E a base é a capacidade brasileira de assimilar, assimilar pelo temperamento. O índio era bom, Pero Vaz de Caminha descreve que ele era muito bom, se alguns se tornavam ruins foi por culpa dos brancos, mas ele era bom, esse temperamento afável e acolhedor. O nosso folclore, nossas lendas, as nossas comidas, a culinária tem uma importância enorme na integração da nacionalidade. E tudo isso significava que ele era o denominador comum das raças, e ainda é.

Cruz[447] afirma que os integralistas possuíam uma imagem idealizada do indígena brasileiro. Este teria mais predisposição a se miscigenar com o branco, e sua narrativa da história brasileira idealiza os primeiros contatos entre o nativo e o colonizador, desconsiderando as trágicas consequências desse choque de culturas para os povos indígenas. Essa visão "adocicada" da história brasileira também pode ser ligada à visão (também idealizada) da ação colonizadora portuguesa no Brasil. Em seus artigos para *A Marcha*, mais de uma vez Plínio Salgado apresentou sua concepção da história nacional brasileira como intrinsecamente ligada à história portuguesa. Em relação ao elemento tupi:

> [...] enquanto "naturalmente" dotado da capacidade de se fundir com o branco, devido à sua alma cordial e benevolente, desapareceu enquanto raça, mas deixou a benevolência e a cordialidade na alma e na subjetividade das demais raças que se misturaram ao sangue tupi. Assim, a história aparece como fator explicativo da tradição brasileira de amálgama racial: o evento histórico do "encontro" entre o branco e o indígena teria propiciado a consolidação de uma "alma" e de uma "subjetividade" nacionais tendentes à harmonização e à solidariedade

---

[445] CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial:** a intolerância como princípio. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.

[446] TRINDADE, Hélgio. **A tentação fascista no Brasil:** imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 157.

[447] CRUZ, *op. cit*.

> entre os diversos grupos sociais, sendo a miscigenação racial entendida como parte desse processo.[448]

Sobre a contribuição africana à construção nacional, os integralistas valorizavam exemplos históricos positivos que demonstrassem a tenacidade do elemento negro. Nesse sentido, uma figura exaltada pelos integralistas foi Henrique Dias, soldado negro que lutou ao lado do indígena Felipe Camarão e do branco Fernandes Vieira pela expulsão dos invasores holandeses. Os integralistas o consideravam um herói nacional e destacavam os africanos como pacíficos no trabalho e valentes na guerra. Contudo, Cruz[449] observa que a etnia que mais recebe louros dos integralistas por suas contribuições à nação seria a branca:

> No entanto, a raça branca – representada pelos colonizadores portugueses – é extremamente exaltada pelo integralismo. O branco colonizador teria demonstrado profunda habilidade e capacidade de fomentar uma unidade de sentimentos, fazendo com que a integração cultural, cimentada pelo cristianismo, predominasse, a despeito da ampla variedade de povos que convivem em território brasileiro.

A ideia do branco como maestro dessa "orquestra de raças", responsável por viabilizar a emergência de uma inédita integração cultural, converge com a interpretação proposta por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* e posteriormente desenvolvida ao longo da década de 1950. Essa aproximação suscita a hipótese de algum tipo de contato ou convivência intelectual entre Freyre e os integralistas.

Na revista *Panorama* de janeiro de 1936, há o artigo de Ernani Silva Bruno[450] intitulado "O indígena e o negro na formação brasileira", que largamente invoca Gilberto Freyre e *Casa-grande & senzala* em sua análise, ao lado de outros intelectuais como o baiano Pedro Calmon, Gustavo Barroso e Roquette Pinto. O autor aceita as teses de Freyre e as utiliza como refutação da suposta inferioridade das populações brasileiras mestiças: "Gilberto Freyre mostra que de fato aqui a cultura ameríndia e a africana não se isolaram em porções inassimilável, nem se estratificar em arcaísmos e curiosidades, mas se fazem sentir por uma 'presença viva e útil', de 'atuação criadora' em nosso desenvolvimento

---

[448] CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial:** a intolerância como princípio. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004. p. 105.

[449] CRUZ, *loc. cit.*

[450] BRUNO, Ernani Silva. O indígena e o negro na formação brasileira. **Panorama**, jan. 1936.

nacional".[451] Além disso, Bruno[452] também reconhece, após citar Freyre, que a valorização do africano no Brasil era algo muito recente, porém incontornável:

> A importância da contribuição africana relativamente à nossa civilização só muito recentemente começou a ser apreciada com a objectividade que ela estava exigindo. Somente agora se chegou à convicção de que o negro, tanto quanto o indígena, representou um factor essencial na formação da cultura brasileira.

Bruno[453] também citou Freyre em "Meditações brasileiras (africomania)", artigo publicado no dia 1º de maio de 1936 no jornal *A Offensiva*, periódico de maior expressão da AIB. Neste, o autor ataca aqueles que desdenham da contribuição do negro na formação nacional brasileira e, em posição oposta à de Plínio Salgado – defensor da preponderância do elemento tupi –, afirma:

> Daí essa preocupação ao mesmo tempo tão espalhada e tão mal compreendida hoje pelo estudo do negro brasileiro e das influências negras em nossa civilização, elementos até então desprezados e não considerados, pois se achava que o seu reconhecimento e a sua proclamação poderiam ofender as nossas pretensões de cultura branca ou *nossos vagos sonhos tupis*.[454]

Em seguida o autor exalta *Casa-grande & senzala*: "Nesse sentido é que as contribuições começam a aparecer. Dentre elas, *Casa-grande & senzala*, o livro em que Gilberto Freyre pôs em evidência, indiscutivelmente, a formidável importância da contribuição cultural africana na elaboração da cultura brasileira".[455] No final, o texto critica veementemente e com certo humor aqueles que se constrangem em aceitar a influência do negro no Brasil:

> Penso que a condenação ao estudo do negro brasileiro ou à aceitação da cultura negra, como um dos elementos fundamentais da nossa civilização, só pode resultar de uma atitude [de] absoluta incompreensão, como essa, ou então, da interferência de motivos que não podem ser confessados, motivos aceitos "a priori" e estranhos a uma constatação objetiva da nossa formação nacional. Só assim se explica que muitos indivíduos, com desprezo soberano chamem, à preocupação

---

[451] BRUNO, Ernani Silva. O indígena e o negro na formação brasileira. **Panorama**, jan. 1936. p. 44.
[452] *Ibid.*, p. 39.
[453] *Id*. Meditações brasileiras (africomania). **A Offensiva**, 1º maio 1936.
[454] *Ibid*. [Grifo nosso.]
[455] *Ibid*.

> pelo conhecimento do negro, no Brasil, "africomania". Esses esquecem o conselho: "macaco, olha o teu rabo". O rabo deles é uma espécie de "europomania", muito mais patológica que a outra.[456]

Apesar das referências à obra do sociólogo pernambucano por parte do integralista Ernani Silva Bruno, isso não se verifica em relação às obras de Plínio Salgado. Como visto anteriormente, uma hipótese para a possível reserva dos integralistas à obra de Freyre é a questão do sensualismo presente em sua interpretação, na qual os contatos sexuais entre os colonizadores e os colonizados teriam ocorrido, em muitos casos, de forma violenta e forçada, à margem de um ideal cristão mais rigoroso.

Para Vasconcellos[457], no pensamento integralista, especialmente em Plínio Salgado, a família constitui a fonte da moralidade do Estado integral, sendo a mulher valorizada por sua função procriativa: "a apologia reacionária da mãe, sua descarnalização, tem como função convertê-la no suporte da família autoritária, a qual é inimaginável sem sua dessexualização e a da criança". A espiritualização do corpo seria o antídoto da degradação do desejo sexual.

No que diz respeito a Gilberto Freyre[458], a mais antiga menção localizada em relação ao integralismo está presente no artigo "Questão de culturas", publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 3 de abril de 1940. Este artigo é uma crítica às ideias racistas do geógrafo alemão Reinhard Maack, que esteve presente no Brasil e escreveu sobre os colonos alemães do Sul. O alemão seria crítico da miscigenação brasileira, por ele atribuída até ao movimento integralista. Nesse sentido, Freyre[459] nega o racismo integralista:

> O geógrafo Maack atribui essas ideias "universalistas", para ele absurdas, ao próprio movimento integralista, recordando, com indignação, que um dos chefes teuto-brasileiros do extinto partido teria exclamado, em discurso em Blumenau: "Na época de completa fraternização de toda a família brasileira num Estado integral, não haverá mais diferenças de raça e de cor". Para nós, um dos pontos simpáticos e essencialmente brasileiros do programa daquele movimento.

---

[456] BRUNO, Ernani Silva. Meditações brasileiras (africomania). **A Offensiva**, 1º maio 1936.
[457] VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 29.
[458] FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010.
[459] *Ibid*., p. 51.

Ainda em relação a Gilberto Freyre[460], a pesquisa localizou outra menção ao movimento em uma obra dos anos 1970, *Novo mundo nos trópicos*. Como o próprio título sugere, trata-se de mais uma apologia às virtudes lusas na construção de sociedades multirraciais. Ao referir-se ao integralismo, Freyre adota um tom sarcástico, embora lhe negue o caráter racista:

> A este respeito é interessante observar que, no Brasil, mesmo a organização quase nazista ou quase fascista chamada "integralismo" não levantou nunca, oficialmente, a voz a favor de qualquer preconceito de raça; nem contra os que são a favor da incorporação de todos os elementos étnicos na comunidade brasileira.[461]

Curiosamente, essa obra de Freyre foi publicada pela Editora da Universidade de São Paulo, cujo reitor à época era o ex-integralista Miguel Reale, responsável pela sistematização da doutrina integralista e, ao lado de Salgado e Barroso, parte da tríade integralista. Outro momento em que Freyre citou o integralismo foi em uma entrevista à *Folha de S. Paulo*, concedida a André Gustavo Stumpf[462] em 19 de outubro de 1980, com o título "Freyre, menos doutrina e mais análise no país". Perguntado sobre qual conselho daria à juventude da época, Freyre responde que, quando da publicação de *Casa-grande & senzala*, havia duas "doutrinas intransigentes" em disputa: o comunismo e o integralismo. Sobre o movimento de Salgado, afirma tratar-se de uma doutrina importada, o que certamente teria ferido os brios do chefe integralista, que sempre se esforçou para dar ao integralismo a marca da originalidade:

> O outro movimento, igualmente intransigente, era o integralismo, também com líderes de diferentes categorias intelectuais. A mocidade estava sob dois impactos doutrinários e era levada a crer que tinha obrigação de optar entre essas duas doutrinas. [...] Hoje daria o mesmo conselho. Menos doutrina e mais análise. O Brasil continua necessitando ser analisado à base de suas características, e não através de métodos importados.[463]

Freyre também citou o integralismo em uma contenda que teve com Dom Hélder Câmara, então arcebispo de Olinda e Recife e uma das principais vozes progressistas da

---

[460] FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos.** São Paulo: Edusp, 1971.
[461] *Ibid.*, p. 172.
[462] STUMPF, André Gustavo. Freyre, menos doutrina e mais análise no país. **Folha de S. Paulo**, 19 out. 1980.
[463] *Ibid.*

Igreja Católica de então. Em "A propósito do 'Manifesto dos Bispos'", publicado em 21 de agosto de 1966 no *Diário de Pernambuco*, Freyre[464] critica o dito manifesto, assinado pelos bispos do Nordeste, contra a falta de políticas sociais do governo militar. Embora reconheça que o combate a tais mazelas constitui um dever dos católicos, Freyre defende que seria uma injustiça atacar o governo militar – instalado havia dois anos – enquanto a Igreja Católica possuía uma existência multissecular no país.

Nesse artigo, Freyre[465], com seu habitual estilo mordaz, ataca especialmente Dom Hélder, a quem chama de "espécie de superarcebispo do Nordeste", e não hesita em apontar o passado integralista do religioso: "Houve, porém, quem dissesse do brilhante sacerdote cearense, quando líder integralista – decerto do tipo bom – que era, até pela semelhança física, o Dr. Goebbels brasileiro. Pálido, ascético, intenso, eloquente, gesticulante, dramático, teatral".

> E o integralismo brasileiro, como equivalente, que foi, entre nós, do Nazismo alemão e do Fascismo italiano, destacou-se como movimento em grande parte financiado e influenciado por plutocratas e em prol de interesses de ricos e de ricaços. Ricos e ricaços desejosos, sobretudo, de garantirem suas fortunas particulares. Particularíssimas, até. O que não significa não ter o integralismo brasileiro atraído para o seu grêmio umas tantas inteligências e umas tantas devoções inteiramente puras, verdadeiramente bem intencionadas, nacionalistas no melhor sentido da expressão. Uma delas, decerto, a do então jovem Padre Hélder.[466]

No *Jornal do Brasil*, em 24 de agosto de 1966, há a matéria "Padre Hélder Câmara repele acusações de Gilberto Freyre"[467], em que constam excertos de uma entrevista concedida pelo sacerdote. Sobre seu passado integralista, Dom Hélder foi breve:

> Tive, na juventude (pecados da mocidade!), rápida experiência político-partidária, da qual Deus me livrou de maneira total. Um pouco o que, parece, também lhe sucedeu, havendo apenas diferença de cores. Daí por diante, em todos os contatos com o Governo, tenho consciência de haver agido pura e exclusivamente como Bispo da Santa Igreja, em busca do bem comum.[468]

---

[464] FREYRE, Gilberto. A propósito do "Manifesto dos bispos". **Diário de Pernambuco**, 21 ago. 1966.
[465] *Ibid.*
[466] *Ibid.*
[467] PADRE Hélder Câmara repele acusações de Gilberto Freyre. **Jornal do Brasil**, 24 ago. 1966.
[468] *Ibid.*

Plínio Salgado[469] entrou na polêmica ao escrever o artigo "Equívocos de Dom Hélder", publicado nos *Diários Associados*, em resposta à entrevista concedida pelo religioso. No texto, menciona também Gilberto Freyre, embora sem recorrer ao tom pouco amistoso do sociólogo pernambucano: "Como se vê, nem mestre Gilberto Freyre conhece a doutrina integralista, nem Dom Hélder soube defender-se cabalmente da acusação que lhe foi feita".[470] Após apontar que o sacerdote havia sido de sua máxima confiança e auxiliar direto, Salgado[471] indaga as razões pelas quais se envergonharia de seu engajamento integralista, destacando também o suposto antirracismo do movimento:

> De que se pode penitenciar Dom Helder pelo fato de ter sido integralista? Por trazer este o lema "Deus, Pátria e Família"? Por sustentar os direitos humanos, colocando o Homem como base de toda a construção social? Por incutir em nosso povo o respeito pelas nossas tradições históricas e o culto das virtudes cristãs? Por se insurgir contra os costumes de uma sociedade corrupta e contra aquilo que denominei "Espírito da Burguesia", no título de um de meus livros? Por ter ensinado o povo a cantar o Hino Nacional? Pelo magistério que exerceu no sentido de que os filhos respeitassem os pais, os alunos os mestres, todos os cidadãos as leis, as autoridades públicas e os símbolos da Pátria? Por haver dado aos brasileiros a noção do seu próprio valor contra as teorias falsas da superioridade de raças? Ou simplesmente porque não pode assumir o governo do Brasil?

Outro aspecto fundamental no que concerne à questão racial na AIB é o fato de ter tido entre seus militantes um expressivo número de afro-brasileiros. Alguns deles se tornariam nomes incontornáveis na militância antirracista brasileira, como Abdias Nascimento e o sociólogo Guerreiro Ramos. Como apontam Gonçalves e Caldeira Neto[472], uma das figuras mais representativas a aderirem ao integralismo foi João Cândido, o *Almirante Negro*, líder da Revolta da Chibata de 1910, contra os maus-tratos sofridos pelos marinheiros na Marinha do Brasil. De acordo com os autores, foi o próprio Plínio Salgado que abordou João Cândido pela primeira vez, causando-lhe forte impressão. Após seu ingresso no movimento, passou a admirar e respeitar o líder integralista.

---

[469] SALGADO, Plínio. Equívocos de Dom Hélder. **Diários Associados**, 1966.
[470] *Ibid.*
[471] *Ibid.*
[472] GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes:** do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

Não há uma explicação simples para essa expressiva participação. Bertonha[473], em seus estudos sobre o integralismo, aponta a presença de integralistas negros mesmo em zonas de forte colonização germânica em Santa Catarina. Alguns historiadores como Domingues[474] e Alberto[475] propõem que a convergência de ideais entre o integralismo e a Frente Negra Brasileira, organização fundada em 1931, possa auxiliar a explicar o problema. Um dos líderes da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, era um intelectual reacionário ao extremo, tendo feito parte também do movimento monarquista AIPB. Sua influência pode ter inspirado outros afro-brasileiros a se ligarem a movimentos conservadores. Alberto[476] afirma que a FNB foi uma instituição de prestígio em São Paulo, por isso fazer parte dela poderia acarretar vantagens práticas para os seus membros, o que é também uma possibilidade de interpretação.

3.3.2 Gilberto Freyre: *Casa-grande & senzala* e a mudança de paradigma na ideia de miscigenação

Gilberto Freyre deixou uma marca indelével na forma como se passou a compreender a identidade nacional brasileira. Sua obra mais notável, *Casa-grande & senzala*, mudou de forma contundente a percepção da miscigenação como algo negativo à formação nacional brasileira. O livro contribuiu para o declínio da ideia, dominante desde o final do século XIX, de que a miscigenação constituía a principal mazela nacional, o forte entrave que impedia que o Brasil atingisse seu potencial como nação, e que levou à ideologia do branqueamento como suposta solução para o problema.[477] Reis[478] observa que esse trabalho foi celebrado por alguns dos intelectuais mais relevantes de seu tempo, como Lucien Febvre, Fernand Braudel e Roland Barthes. Ao lado da Escola dos Annales, Freyre descobriu:

---

[473] BERTONHA, João Fábio. **Integralismo:** problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá, PR: Eduem, 2014.

[474] DOMINGUES, Petrônio. O "messias" negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): "Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro II!". **Varia História**, v. 22, p. 517-536, 2006.

[475] ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão:** intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas SP: Editora Unicamp, 2017.

[476] *Ibid.*

[477] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

[478] REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1:** de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

> [...] a história do cotidiano, a história das mentalidades coletivas, a renovação das fontes de pesquisa histórica: receitas culinárias, livros de etiquetas, fotografias, festas, expressões religiosas, brinquedos e brincadeiras infantis, cantigas de roda, histórias infantis, diários íntimos, lendas, folclore, periódicos… E sem negligenciar ou dispensar as fontes institucionais, oficiais, estatais.[479]

Darcy Ribeiro[480] defende que Freyre escreveu a obra mais importante da cultura brasileira, qualificando-a como o "maior dos livros brasileiros e o mais brasileiro dos ensaios que escrevemos". Para o antropólogo, trata-se de um escrito de valor imprescindível, sem o qual o Brasil não seria o mesmo, podendo ser comparado, no plano cultural, à obra de Cervantes à Espanha e a de Camões a Portugal. Nesse sentido, sustenta ainda que a obra de Freyre foi responsável por fazer a nação deixar de sentir vergonha de sua herança africana e portuguesa:

> Ensinou, principalmente, a nos reconciliarmos com nossa ancestralidade lusitana e negra, de que todos nos vexávamos um pouco. A ele se deve o havermos começado a aceitar, como ancestrais dignificantes, o povo que nos acostumáramos a identificar com o imigrante que fazia burro de carga, puxando carrinhos de feira; ou o comerciante próspero e mesquinho em que ele se transfigurava depois de enricar. Devemos a Gilberto, sobretudo, o havermos aprendido a reconhecer, senão com orgulho, ao menos tranquilizados, na cara de cada um de nós ou na de nossos tios e primos, uma bocarra carnuda, cabelos crespos ou aqueles narigões fornidos de indubitável procedência africana e servil.[481]

Em estudo sobre a questão racial no Brasil, Skidmore[482] defende que "nenhuma figura é mais importante para o pensamento brasileiro sobre raça e nacionalidade no século XX do que Gilberto Freyre".

A aclamação de sua obra por uma vasta gama de intelectuais de renome, brasileiros e estrangeiros, não impediu que suas ambiguidades fossem apontadas, nem que recebesse críticas. Skidmore[483] assinala que a valoração positiva atribuída por Freyre aos elementos africano e indígena não se traduziu em uma defesa do igualitarismo racial. Segundo o historiador, a obra teve como efeito prático reforçar o ideal do branqueamento, pois

---

[479] REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1:** de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 54.
[480] RIBEIRO, Darcy. **Gentidades.** Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 10.
[481] *Ibid.*, p. 13.
[482] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 28.
[483] *Ibid.*

mostrou de maneira vívida que a elite predominantemente branca ganhara significativos traços culturais por meio do contato com o africano e com o indígena.

Reis[484] destaca o caráter simultaneamente revolucionário e conservador da obra freyreana: revolucionário por propor uma nova visão a respeito da miscigenação e conservador porque ignorou as tensões e esvaziou as contradições sociais dos períodos colonial e monárquico, em favor da ideia de democracia racial: "Conservador, ele é otimista em relação ao passado e pessimista em relação ao futuro".[485] As suas dualidades também são apontadas por Ribeiro[486], que afirma:

> Gilberto é sucessivamente senhorial, branco, cristão, adulto, maduro, sem deixar de ser o oposto em outros contextos, ao se vestir e sentir escravo, herege, índio, menino, mulher, efeminado. As dualidades não se esgotam aí, mas se estendem nas de *pai-e-filho*, *senhor-e-escravo*, *mulher-e-marido*, *devoto-e-santo*, *civilizado-e-selvagem*, que Gilberto vai encarnando para mostrar-se pelo direito e pelo avesso, página após página, linha por linha.

Sintetizando, Reis[487] afirma que para Freyre a formação social do Brasil é um processo de equilíbrio de antagonismos. Estes teriam sido conciliados pela miscigenação, pela mobilidade social, pela forma peculiar do cristianismo aqui praticado e pela tolerância moral. Sua concepção do tempo histórico é conciliadora.

Entretanto, sabe-se que, até a elaboração de *Casa-grande & senzala* – e à quebra de paradigma que essa obra significou no panorama das Ciências Sociais no Brasil –, houve um longo percurso a ser seguido. Como destaca Pallares-Burke[488], desde a sua formação acadêmica nos Estados Unidos, Freyre foi exposto a influências impregnadas do racismo científico que vigorava nas décadas de 1910 e 1920. Baseando sua argumentação no clássico *A estrutura das revoluções científicas*, a autora observa que novos *paradigmas*, definidos por Kuhn[489] como "realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de

---

[484] REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1:** de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
[485] *Ibid*., p. 60.
[486] RIBEIRO, Darcy. **Gentidades.** Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 15.
[487] REIS, *op. cit*.
[488] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
[489] KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 53.

praticantes de uma ciência", podem coexistir pacificamente, por certo período, com paradigmas ainda vigentes. Nesse sentido:

> Reconhecer que Freyre foi representativo de seu tempo e de seu meio e que, por algum tempo, aderiu ao racismo científico que descobriu e admirou durante sua permanência nos Estados Unidos, constitui um passo essencial para se compreender sua trajetória e a obra revolucionária que produziu no início dos anos 1930. Como já foi apontado brevemente, uma profunda decepção com a solução racial norte-americana se seguiu ao grande entusiasmo com que Freyre inicialmente observou sua eficácia em lidar com uma questão que dizia respeito a todos os americanos, do norte ao sul do continente.[490]

Como ressaltam Rodríguez Larreta e Giucci[491], a noção de raça era corrente nas primeiras décadas do século XX. Até mesmo entre aqueles que divergiam a respeito de uma hierarquização e da discriminação de raças o uso do conceito era comum. A distinção entre raça no sentido biológico e de raça como grupo linguístico ou povo histórico ainda era nebulosa. Como aludido anteriormente, a figura de Franz Boas sobressai-se nesse sentido, com sua distinção entre raça e cultura e sua influência sobre Freyre. No que toca à *Casa-grande & senzala*, os autores observam que, em virtude da sua dimensão literária, por vezes se subestima o caráter científico da obra, o que é um erro:

> O relativismo cultural de Gilberto Freyre o predispunha contra os excessos do naturalismo científico, mas o horizonte de sua análise sempre se situou no terreno da ciência, com ênfase na contribuição à melhoria da sociedade na direção moderna proposta por Franz Boas, Robert Park e outros.[492]

Entretanto, embora o conceito de raça seja tratado com rigor científico, Boas não abandonou a noção de raça, reconhecendo as diferenças anatômicas, apesar de ser relativizada e atenuada em relação à preponderância de questões ambientais, socioeconômicas, individuais e familiares. Freyre também permanece utilizando o conceito:

> Franz Boas e Gilberto Freyre nunca deixaram de utilizar a noção de raça, de uso corrente na época, e seus textos permitem concluir que para eles

---

[490] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 242.

[491] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[492] *Ibid*., p. 452.

> os grupos raciais eram mais do que construções sociais. De qualquer modo, as análises de Freyre enfatizam os efeitos da interação social na vida cotidiana, com especial atenção aos conceitos etnográficos.[493]

De acordo com Pallares-Burke[494], um dos aspectos que contribuíram para que Freyre levasse cerca de uma década para absorver as lições de Franz Boas em sua plenitude foi a falta de didática de seu mestre, conforme assinalado por Freyre e por outros discípulos do antropólogo. Em geral, beneficiavam-se mais diretamente de seu ensino aqueles que trabalhavam em estreita colaboração com ele e já compartilhavam de suas preocupações, o que não foi o caso de Freyre durante seu período como aluno.

A tese de mestrado de Gilberto Freyre[495] antecipa diversos aspectos que seriam posteriormente desenvolvidos em *Casa-grande & senzala*, publicada onze anos mais tarde. Entre eles, destacam-se a noção do engenho patriarcal como uma estrutura próxima ao modelo feudal, o poder quase absoluto dos senhores sobre os escravizados, a quase inexistência da infância e a disparidade entre os gêneros, que confinava as mulheres ao espaço doméstico, enquanto aos homens era concedida ampla liberdade.

Entretanto, a questão da mestiçagem não ocupa lugar central nesse trabalho. Ao contrário, pode-se afirmar que os preceitos que regem a tese são mais afins às teorias racistas científicas vigentes do que às posições de Franz Boas, que seriam posteriormente fundamentais na sua consolidação intelectual. Freyre chega a sugerir que a mestiçagem entre o homem português e a mulher negra já era um indício do branqueamento que vinha ocorrendo, agora, de forma intencional. Como observa Pallares-Burke[496], os trechos mais controversos dessa obra, como aquele em que compara uma procissão religiosa a um desfile da Ku Klux Klan, foram suprimidos na edição publicada em português.

Outro momento relevante no percurso intelectual de Freyre[497], no sentido da valorização da miscigenação, é o texto publicado no livro *Nordeste*, organizado por ele em 1925 por ocasião do centenário do *Diário de Pernambuco*. Imbuído do espírito regionalista, Freyre reuniu diversos intelectuais para contribuir com estudos sobre a região.

---

[493] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 459.

[494] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

[495] FREYRE, Gilberto. Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century. **The Hispanic American Historical Review**, v. 5, n. 4, p. 597-630, 1922. Doi: https://doi.org/10.2307/2506062.

[496] PALLARES-BURKE, *op. cit.*

[497] FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** São Paulo: Global, 2013.

António Sardinha chegou a ser convidado em 1924, porém sua morte precoce impediu o envio do texto que vinha preparando sobre o lugar do Brasil no mundo hispânico. A obra inclui o notável poema de Manuel Bandeira, *Evocação do Recife*, solicitado por Freyre "como quem encomenda um pudim ou uma sobremesa para uma festa de bodas de ouro".

Freyre contribuiu com três ensaios: "Vida social no Nordeste (1825-1925)", "A cultura da cana no Nordeste (1825-1925)" e "A pintura no Nordeste". O primeiro deles é o mais extenso e o mais abrangente. Observam Rodríguez Larreta e Giucci[498] que o jovem Freyre já era hábil historiador aos 25 anos, o que impediu que passagens extremamente conservadoras dominassem o panorama do ensaio. Ainda assim, a perspectiva adotada é claramente a de um senhor de engenho. O autor não faz ressalvas quanto às afinidades genealógicas com a classe dominante do período estudado, a quem se refere como "nossos avôs e bisavôs", e manifesta franca simpatia pelo engenho não apenas como unidade econômica, mas também como base para a construção da nacionalidade.

Nesse contexto, movimentos rebeldes antiescravistas são mencionados, embora sejam caracterizados como atos de insolência social. Sua simpatia pelo engenho como unidade socioeconômica progressista o conduz a uma visão negativa da Abolição da escravatura. A comparação entre a condição do escravizado brasileiro e a do operário inglês do século XIX, já presente na sua tese, foi expandida para a relação entre os escravizados e os senhores de engenho. Outro aspecto relevante do texto é a franqueza com a qual Freyre trata da sexualidade, tema que seria bastante explorado em *Casa-grande & senzala*. O autor destaca a precocidade do despertar sexual e da promiscuidade do homem do Brasil escravista, em um contexto no qual a mulher permanecia submissa e, por vezes, aceitava os filhos do marido concebidos fora do matrimônio. Entretanto, influências racialistas permanecem na obra, o que permite compreender esse momento como uma etapa intermediária na formação do Freyre maduro de *Casa-grande & senzala*:

> Concede em diversas partes de seu texto que o ritmo sexual parece acelerar-se nos trópicos, onde os habitantes se antecipam nas funções genésicas. *Nina Rodrigues e José Veríssimo são citados a esse respeito como expositores de uma patologia da miscigenação. Essa passagem revela um Gilberto Freyre parcialmente cativo de um conceito biológico de raça.*[499]

---

[498] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[499] *Ibid*., p. 289-290. [Grifo nosso.]

Conforme assinalam Rodríguez Larreta e Giucci[500], apesar da excelência dos ensaios, Freyre manifestou descontentamento com o resultado poucos anos após sua publicação, tendo confidenciado essa avaliação ao amigo e notável escritor José Lins do Rego. Posteriormente, viria a republicá-los no volume *Região e tradição*, de 1941. Observa-se, contudo, que, assim como ocorreu com sua tese de mestrado, foram feitas alterações em relação ao texto original. Nessa nova edição, Freyre assumiu uma perspectiva divergente e complexificada em relação à miscigenação, moderando suas opiniões sobre a escravidão e suprimindo as reflexões que sugeriam vantagens do escravo em relação ao senhor de engenho. Como sintetiza Pallares-Burke[501]:

> O branqueamento da população não mais é apontado como a solução para o suposto problema racial e só *en passant* há referências a um "possível clarificamento étnico" em curso e ao argumento de alguns que afirmavam que "o sangue da raça superior deve finalmente transmudar o todo". Mas definitivamente o "mestiçamento" brasileiro não é uma questão já resolvida para Freyre.

Entre as influências nacionais de *Casa-grande & senzala*, destaca-se *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, publicado pela primeira vez em Londres em 1883. Nessa obra, Nabuco já apontava que, no pós-Abolição, um dos principais desafios nacionais seria a transformação do ex-escravizado e de seus descendentes em trabalhadores e cidadãos. Reconhecia, assim, o amplo papel dos escravizados na construção nacional brasileira, embora defendesse a superioridade da cultura europeia. Em *Casa-grande & senzala*, por sua vez, a valorização do elemento negro ultrapassa a dimensão do trabalho físico, sendo destacada sua contribuição colonizadora em termos culturais, técnicos, de vestuário e alimentação.[502]

Outra influência importante para o desenvolvimento intelectual de Gilberto Freyre foi a obra de Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), então diretor do Museu Nacional. Médico de formação e antropólogo por vocação, Roquette-Pinto, de orientação nacionalista, não compartilhava das ideias em voga sobre a degeneração ocasionada pela mestiçagem. Ao distinguir "raças", em uma perspectiva biológica, de "povos", em uma abordagem eminentemente sociológica, sustentava que um povo poderia ser composto por raças

---

[500] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
[501] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 239.
[502] LARRETA; GIUCCI, *op. cit.*

diversas sem prejuízo para o seu futuro. Nesse sentido, argumentava que o mestiço não era um degenerado; quando muito, encontrava-se em condições sociais de miséria que o aproximariam de um "doente".

Segundo Skidmore[503], a preocupação de Roquette-Pinto não era transformar os brasileiros em brancos, e sim aprimorar as condições sociais e a educação da população, que já havia demonstrado sua capacidade ao se adaptar ao meio geográfico, muitas vezes, hostil do Brasil: "Em escritos posteriores, Roquette-Pinto continuou enfatizando a importância do meio, mas também afirmava que a população brasileira já tinha mostrado grande vigor simplesmente pelo fato de ter se adaptado com sucesso ao seu ambiente, como no caso do sertanejo".[504]

Como observam Larreta e Giucci[505], por sua formação médica, Roquette-Pinto não abandonou inteiramente a noção de raça, que tratava sob um viés acentuadamente cientificista, em diálogo com a eugenia, concebida como ciência voltada ao aprimoramento da descendência. O próprio Freyre[506], no prefácio de *Casa-grande & senzala*, reconhece a importância de Roquette-Pinto ao rememorar um episódio em que, ao avistar marinheiros brasileiros nos Estados Unidos, foi tomado por pensamentos racistas:

> A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes.

O episódio evidencia a permanência de elementos do pensamento racial na formação de Freyre, ao mesmo tempo em que aponta para um deslocamento ao relativizar explicações estritamente biológicas. Trata-se, assim, de um momento significativo de transição em seu percurso intelectual, anterior à formulação de sua interpretação sobre a miscigenação.

---

[503] SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
[504] *Ibid*., p. 262.
[505] LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
[506] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 31.

3.4 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NO DEBATE SOBRE A MISCIGENAÇÃO

No pensamento de Plínio Salgado, a miscigenação é concebida menos como objeto de análise sistemática e mais como expressão de uma intuição nacional de caráter histórico e espiritual, em que o elemento tupi assume papel central como fator de coesão. Em oposição às abordagens cientificistas e às hierarquias raciais importadas, Salgado mobiliza uma crítica ao racionalismo abstrato, enfatizando a primazia do sentimento e da intuição como formas legítimas de apreensão da realidade nacional. Em "A anta e o curupira", publicado originalmente no *Correio Paulistano*, em 1926, e republicado no volume *Despertemos a nação*, de 1935, afirma: "é ridícula a inteligência, sem a colaboração do sentimento".[507]

A leitura que faz Salgado do processo de miscigenação, como em parte significativa de seus trabalhos de fundo histórico, é orientada por um sentimento romântico e idealizado. Em *A quarta humanidade*, no capítulo intitulado "A confraternização das raças", defende que: "Nós somos um povo que começou a existir desde a morte de todos os preconceitos, quando as três raças se fundiram, irmanadas, no exército selvagem de negros, de índios e de brancos, na aventura guerreira de Camarão, Negreiros e Henrique Dias".[508]

Nesse quadro, a miscigenação não é entendida como simples resultado de cruzamentos biológicos, mas como processo histórico orientado para a constituição de uma unidade orgânica, na qual o elemento indígena, especialmente o tupi, funciona como denominador comum capaz de integrar as diversas contribuições étnicas. Longe de desaparecer, essa matriz tupi permaneceria "latente no sangue dos brasileiros", manifestando-se em práticas culturais, como a música e a sensibilidade coletiva, e garantindo a especificidade da nacionalidade.

Em *Psicologia da revolução*, obra escrita nos tempos da AIB e direcionada às elites cultas do movimento, Salgado sustenta, ao analisar a formação histórica nacional, que os povos miscigenados com o tupi do interior do Brasil, representados pela figura do *caboclo*, são os responsáveis por essa autenticidade nacional:

---

[507] SALGADO, Plínio. Despertemos a nação. *In:* SALGADO, Plínio. **Obras completas.** São Paulo: Editora das Américas, 1955. v. X. p. 33.

[508] *Id.* **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934. p. 138.

> E, entretanto, que era o Brasil? Acaso eram essas diminutas elites cultas? Acaso eram essas populações mescladas de estrangeiros e de negros recém-chegados da Costa da África, que enxameavam as ruas estreitas das cidades do litoral? Não; o Brasil eram as populações interiores. Eram esses numerosos grupos de agricultores e de pastores, de pequenos comerciantes, de tropeiros que se ligavam por estradas penosas, fazendo circular as primeiras produções, e, com elas, as lendas, canções, costumes, o linguajar da terra, as superstições, todo esse conjunto de elementos, esse acervo acumulado durante o longo período colonial, e que constituía a verdadeira nacionalidade brasileira.[509]

Ao mesmo tempo, a valorização da miscigenação articula-se a um projeto político mais amplo, no qual a confraternização das raças aparece como pressuposto para a construção de uma grande raça harmoniosa do futuro, orientada para a superação dos conflitos internos e para a realização de um ideal de unidade nacional, por meio da atuação da AIB. Em *A quarta humanidade*, ao citar trabalhadores de diversas origens regionais, Salgado[510] defende que eles "[...] possuem a mesma alma, porque misteriosas forças, que vieram desde as primeiras transfusões de sangue, trabalham sem o percebermos, pela unidade do espírito brasileiro". Ele observa que a tendência a uma sociedade harmoniosa, do ponto de vista social, não é uma inovação, mas, sim, algo presente na formação nacional brasileira:

> Realizava-se na terra brasileira uma democracia de hábitos, que independia de fórmulas e de teorias, de institutos políticos e de expressões formais, cristalizadas nas letras da lei. O Brasil era realmente independente do ponto de vista de seus caracteres essenciais. É curiosa a observação do espírito então dominante, pelo contraste entre a realidade formal e a realidade prática da nossa existência e das nossas relações sociais.[511]

Tal perspectiva, marcada por uma leitura romântica da história e pela valorização da tradição como fundamento de uma nova ordem, tem por objetivo o surgimento de uma "quarta humanidade", na qual a nação brasileira, unificada e espiritualizada, desempenharia um papel de destaque.

Em Gilberto Freyre, por sua vez, a miscigenação é tratada como um processo histórico e social complexo, cuja compreensão exige uma abordagem metodologicamente mais sistemática, ainda que expressa por meio de uma escrita com influências ensaísticas

---

[509] SALGADO, Plínio. **Psicologia da revolução.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953. p. 121.
[510] *Id.* **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934. p. 141.
[511] SALGADO, *op. cit.*, p. 127.

e literárias. Influenciado pelas correntes culturalistas, especialmente a partir de seu contato com Franz Boas, Freyre[512] desloca o debate racial do campo do determinismo biológico para uma análise centrada na cultura e nas condições históricas de formação da sociedade brasileira:

> O depoimento dos antropólogos revela-nos no negro traços de capacidade mental em nada inferior à das outras raças: "considerável iniciativa pessoal, talento de organização, poder de imaginação, aptidão técnica e econômica", diz-nos o professor Boas. E outros traços superiores.

Nesse sentido, a miscigenação aparece como fenômeno constitutivo, marcado por relações de violência, dominação e desigualdade, mas também por formas de interpenetração cultural que conferem singularidade à experiência brasileira: "Nas condições econômicas e sociais favoráveis ao masoquismo e ao sadismo criadas pela colonização portuguesa – colonização, a princípio, de homens quase sem mulher [...] é que se devem procurar as causas principais do abuso de negros por brancos [...]".[513] Plínio Salgado[514], em *Psicologia da revolução*, reconhece a existência da escravidão como fator relevante da formação nacional brasileira. Entretanto, ao contrário de Freyre, contemporiza a violência sofrida pelos escravizados:

> Mas a vida entre escravos e senhores era, em regra geral, uma vida perfeitamente democrática. O escravo não era tratado como um animal, uma besta sem alma, que pedia chicote, algemas de ferro e torno, bacalhau e canga. Todo esse instrumental existiu, é certo, mas ele corria mais à conta do sentido patriarcal da vida brasileira, e se, em alguns casos, houve excesso de castigo ou tirania cruel, eles representavam exceção, porque a regra comum era a que imprimia às relações entre o escravo e o senhor, o mesmo caráter das relações entre pais e filhos. Os rigores paternos eram bem conhecidos em todo o período da formação nacional. Os filhos sofriam dos pais os castigos mais duros, e o respeito que guardavam pelos seus progenitores era um respeito misto de terror.[515]

Apesar de relativizar a violência extrema sofrida pelos escravizados, Salgado aponta, ainda que de forma breve, as relações entre pais e filhos. Esse tema também foi

---

[512] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 379.
[513] *Ibid.*, p. 404.
[514] SALGADO, Plínio. **Psicologia da revolução.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953.
[515] *Ibid.*, p. 127-128.

abordado por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, sem poupar palavras para descrever a extensão do poder do pai sobre os filhos:

> O domínio do pai sobre o filho menor – e mesmo maior – fora no Brasil patriarcal aos seus limites ortodoxos: ao direito de matar. O patriarca tornara-se absoluto na administração da justiça de família, repetindo alguns pais, à sombra dos cajueiros de engenho, os gestos mais duros do patriarcalismo clássico: matar e mandar matar, não só negros como os meninos e as moças brancas, seus filhos.[516]

Ao contrário de leituras que minimizavam a contribuição africana, Freyre atribui a esse elemento um papel fundamental na constituição da vida social, destacando sua influência na linguagem, na alimentação, na religiosidade e nas formas de sociabilidade. Como afirma nesta notável passagem de *Casa-grande & senzala:*

> Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano.[517]

Embora conferisse primazia ao elemento indígena na formação nacional, Salgado, ao longo de sua trajetória, por vezes reconheceu as contribuições legadas pela herança africana à nacionalidade brasileira. Deputado federal pela Arena, foi relator do Projeto de Lei n. 2.140, de 1970, proposto pelo deputado negro Adalberto Camargo, que instituía o Dia da Comunidade Afro-Brasileira.[518] No seu parecer de relator, favorável à proposta, Salgado fez uma pequena digressão da história afro-brasileira, em que, ao destacar o legado cultural africano, talvez se perceba uma influência, ainda que não mencionada, de Gilberto Freyre:

> Fez-se igualmente sentir a participação africana na vida doméstica do Brasil. Pouco a pouco, os negros se integraram nas famílias dos senhores. A "mãe preta", que amamentava as crianças brancas, tornou-se um símbolo de amor maternal; a "mucama", moça negra ou mulata, era a confidente das "iaiás" [...]. Viviam os escravos nas "senzalas" mas frequentavam a casa-grande da fazenda. Tempo chegou em que muitos eram homens de confiança dos senhores, até para negócios. [...] Os

[516] FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** São Paulo: Global, 2013. p. 98.
[517] *Ibid*., p. 367.
[518] BRASIL. **Projeto n. 2.140, de 1970.** Institui o Dia da Comunidade Afro-Brasileira e dá outras providências.

> sábados foram destinados à completa liberdade do escravo, para cuidar da própria roça, ou para caçar e pescar.[519]

Nota-se um esforço de contemporização das mazelas do tempo da escravidão nas palavras de Plínio Salgado, que procurou eximir de culpa os portugueses pelo tráfico negreiro: "Os escravos eram vendidos pelos 'sobas' africanos, ou pelas próprias famílias às quais pertenciam".[520] Entretanto, sua valorização da vida doméstica e das interações "amistosas" entre senhores e escravizados pode demonstrar uma leitura, inconfessada, da obra de Gilberto Freyre.

Em Freyre, a interpretação sobre a miscigenação articula tradição e modernidade, valorizando a herança histórica sem recusar completamente os processos de transformação social, como se observa em sua defesa de um regionalismo não sectário, capaz de integrar as especificidades locais a uma compreensão mais ampla da nacionalidade. Dessa forma, a miscigenação não se apresenta como ideal, com vistas a uma unidade homogeneizante no devir, como no caso de Plínio Salgado, mas como chave interpretativa de uma realidade histórica complexa, na qual conflito e convivência se entrelaçam na formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, cumpre destacar que, ao analisar a miscigenação em *A quarta humanidade*, Plínio Salgado chega a antever os traços distintivos desse novo tipo humano surgido pela integração dos elementos presentes no Brasil e, em certa medida, na América Latina. Tais características seriam influenciadas, principalmente, pelo elemento indígena que, para o líder integralista, é aquele que dá a tônica ao processo de "caldeamento étnico" que ele prevê:

> – A agudeza dos instintos, pela proximidade étnica com o selvagem, intimamente ligado a sutis intercorrespondências com o meio-cósmico. Essa fina inteligência do nosso caboclo, desconfiado, arguto [...]
> – A extrema bondade, que tem a candura infantil dos povos-criança, e que nos dá uma capacidade moral inigualável para considerar os problemas sociais [...]
> – A profunda espiritualidade, que confere ao nosso sentimento cristão uma pureza inatingida por outros povos.
> – A tenacidade na luta, já provada em quatro séculos de desbravamento das florestas, da escravidão econômica, da pobreza de combustíveis, numa obra sem igual no mundo.[521]

---

[519] BRASIL. **Projeto n. 2.140, de 1970.** Institui o Dia da Comunidade Afro-Brasileira e dá outras providências.
[520] *Ibid.*
[521] SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934. p. 77.

A comparação entre as formulações de Plínio Salgado e Gilberto Freyre permite evidenciar que, embora ambos valorizem a miscigenação como elemento central da formação nacional, o fazem a partir de pressupostos profundamente distintos. Em Salgado, a miscigenação é mobilizada de forma política e teleológica, voltada à construção de uma unidade nacional orgânica, na qual as diferenças étnicas são progressivamente absorvidas em uma síntese superior, sob a primazia de um elemento integrador tupi e a égide de um projeto político de caráter fascista. Já em Freyre, a miscigenação não aponta para uma síntese final nem para um ideal de homogeneidade, sendo antes compreendida como processo aberto, marcado por tensões, desigualdades e ambiguidades que estruturam a vida social.

Enquanto Salgado privilegia a intuição, o sentimento e uma leitura romântica da história como fundamentos de sua interpretação, Freyre se apoia em uma perspectiva analítica mais rigorosa, para apreender a complexidade das relações sociais, em que depoimentos de viajantes, autobiografias, registros paroquiais e uma ampla diversidade de fontes são articuladas com estudos de cientistas e antropólogos. Assim, se em Salgado a miscigenação se converte em instrumento de unificação nacional e fundamento de um projeto político, em Freyre ela permanece como categoria explicativa de uma realidade histórica marcada pela coexistência de antagonismos, sem que se resolva em uma unidade plena ou harmoniosa.

Como aponta Chauí[522], o pensamento de Salgado é baseado sempre em dicotomias, como matéria-espírito (a principal delas), nacional-estrangeiro, cidade-campo, liberdade-disciplina, ordem-caos. Nesse sentido, é interessante apontar que o pensamento de Gilberto Freyre também se baseia em dicotomias: casa-grande-senzala, sobrado-mucambo, aventura-rotina etc. Entretanto, percebe-se que em Freyre há sempre a tentativa de conciliação, de harmonização das oposições, fundamental na sua análise da sociedade patriarcal, por exemplo. Freyre relativiza a escravidão apontando os elos que uniam a casa-grande à senzala, principalmente por meio de contatos culturais que até então não haviam sido explorados com tal profundidade. Entretanto, o sociólogo pernambucano não se exime em apontar a longa lista de abusos físicos, psicológicos, sexuais, muitas vezes

[522] CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. *In:* MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (org.). **Inteligência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

descritos com pormenores. Freyre reconhece a violência, embora aponte para uma conciliação social cujo custo valeu a pena ser pago.

Em Salgado, observa-se um constante arranjo de ideias, que permite a assimilação de elementos da modernidade à medida que possam respaldar e preservar os desígnios de uma tradição conservadora e cristã. O moralismo que permeia seu pensamento é um dos fatores que possibilitam a transição entre as facetas díspares por meio das quais o integralismo interpreta a realidade nacional. Daí, para Chauí[523], a força de persuasão do discurso integralista.

Um ponto de convergência entre Plínio Salgado e Gilberto Freyre é relacionado à valorização da atuação dos bandeirantes na formação nacional. Freyre[524], no capítulo "A propósito de paulistas", da sua obra *Problemas brasileiros de antropologia*, lançada em 1943, faz observações pertinentes a respeito do povo paulista, especialmente quanto à herança bandeirante. Segundo ele, o problema da miscigenação é o mais instigante para o antropólogo em seus dias, excedendo o âmbito regional e mesmo nacional. O bandeirante, nesse sentido, é um caso singular de miscigenação, oriundo do português com o ameríndio.

Segundo Freyre[525], o papel da autocolonização dos bandeirantes foi tão decisiva que se iguala, ou até mesmo excede, a do colonizador português. Entretanto, faz uma distinção entre aquele que denomina *paulistas-velhos*, herdeiros de sangue dos antigos bandeirantes, dos *paulistas-novos*, que seriam a maioria dos representantes mais destacados da política e da intelectualidade de seu tempo. Os paulistas-novos, muitas vezes, não nasceram em São Paulo, mas incorporaram os "valores" bandeirantes nas suas trajetórias pessoais, tornando-se verdadeiros representantes do que o estado é para o Brasil.

Paulista, Plínio Salgado foi um grande defensor do bandeirismo. Na sua obra literária *A voz do oeste: romance-poema da época das bandeiras*, publicado pela primeira vez em 1934, observa-se um procedimento adotado na já analisada obra *O estrangeiro*: a intercalação entre partes propriamente literárias com explicações históricas que auxiliam na contextualização da obra. Nesse sentido, no capítulo intitulado "Sinfonia das Bandeiras", defende uma nova interpretação sobre o processo:

---

[523] CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. *In:* MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (org.). **Inteligência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

[524] FREYRE, Gilberto. **Problemas brasileiros de antropologia.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.

[525] *Ibid.*

> Não é possível estudar-se o Bandeirismo sem remontar ao material étnico que entrou na estruturação de seus heróis. As íntimas solicitações do sangue falam mais alto do que os impositivos econômicos no desenvolvimento das sociedades. As Bandeiras não podem ser explicadas exclusivamente pelo aspecto do interesse material da caça ao índio e da exploração das minas. O retrato que se tem feito do Bandeirante Paulista deve ser destruído.[526]

Ainda em sua digressão histórica, Salgado aborda o tema da miscigenação entre europeus e indígenas, com destaque para o elemento tupi. Observa-se, contudo, que, em sua perspectiva – na qual são apontadas questões como "circunstâncias sociais: escassez de mulheres brancas, forçando o caldeamento [...]"[527] –, o processo da miscigenação é interpretado como resultado de uma ação de cunho marcadamente cristão, no qual as violências do contato com o europeu são abordadas:

> O europeu transmitia ao selvagem o cristianismo que se conservara vigilante no íntimo do seu espírito e que deixou assinalado nos testemunhos, que hoje lemos, tão ressoantes da angústia da hora derradeira, com recomendações de dezenas e centenas de missas. Incutiu no mestiço a tenacidade e o fatalismo que ainda eram os mesmos das lutas titânicas da reconquista peninsular. Ensinou aos filhos e netos os costumes austeros da família.[528]

Freyre, por sua vez, destaca que, entre os paulistas-novos, encontram-se as personalidades que melhor representam as qualidades do bandeirismo. Entre elas, menciona o presidente Washington Luís, "fluminense que foi no governo de São Paulo e na própria presidência da República uma encarnação viva das tradições paulistas, uma delas o afã de abrir estradas [...]".[529]

O sociólogo descortina as origens de figuras que se fizeram notáveis por sua relação íntima com o estado de São Paulo, como Oswald de Andrade, "meio mineiro meio nortista", cujas inovações literárias "arrojadamente bandeirantes" foram superiores ao de um paulista-velho, como Antônio de Alcântara Machado, e também o grupo dos modernistas conservadores, "os Srs. Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Plínio Salgado

---

[526] SALGADO, Plínio. **A voz do Oeste:** romance-poema da época das Bandeiras. São Paulo: Panorama, 1948. p. 84.
[527] *Ibid.*, p. 85.
[528] *Ibid.*, p. 86.
[529] FREYRE, Gilberto. **Problemas brasileiros de antropologia.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962. p. 41.

[...]".[530] Para o sociólogo, o influxo de pessoas das mais variáveis origens não descaracteriza aquilo que ele apresenta como o *ethos* paulista. Ao contrário, aponta que o *ethos* paulista conforma pessoas de origens distintas num espírito decerto imperialista, mas que é criador de formas e valores que se expandiram pelo país.

Freyre apresenta uma tendência presente no jovem Plínio Salgado, em especial no romance *O estrangeiro*, que é a aversão à descaracterização dos costumes ancestrais. Nesse sentido, Freyre examina a trajetória do médico irlandês, radicado em Campinas, Ricardo Gumbleton Daunt, que considera o iniciador da apologética paulista moderna:

> É curioso que a apologética paulística – denominemo-la assim para não classificá-la de mística exagerada quando pretende, por exemplo, apresentar o Brasil inteiro como expressão de *ruralismo* bandeirante em oposição ao *urbanismo* litorâneo de reinois e colonos – tenha tido o iniciador de sua fase moderna numa figura mais em contraste com a aparência de os modos do paulista-velho do que qualquer fluminense ou semibaiano do próprio Brasil: o irlandês Daunt.[531]

É também notável a ressalva feita por Freyre quanto ao papel atribuído, por certos escritores, a essa apologética de São Paulo, como se os paulistas fossem os únicos responsáveis pela afirmação da nação brasileira. Em muitos dos seus escritos, Plínio Salgado apresenta esse caráter notadamente anticosmopolita, ao exaltar a obra criadora dos bandeirantes como a mais autêntica expressão de brasilidade.

No campo literário, tal faceta é visível no romance *O estrangeiro*, quando o interior – e aí notadamente o planalto de Piratininga, região extremamente estimada por Salgado na formação nacional – é muito valorizado pelo espírito nacional em detrimento da vida das cidades, povoadas por imigrantes e com hábitos cosmopolitas que corroem essa autenticidade. Nesse sentido, a descrição que Freyre faz dos receios do irlandês Daunt é similar aos receios do próprio Plínio Salgado em relação à sua terra:

> Há alguma coisa de mística eslavófila no pavor que mais de uma vez desce sobre esse irlandês convertido ao Brasil: o pavor de ver o Brasil, em geral, São Paulo, em particular, descaracterizados em terras de ninguém, para sobre a destruição dos seus característicos extraeuropeus – digamos assim – levantarem-se imitações da Europa semelhantes às norte-americanas.[532]

---

[530] FREYRE, Gilberto. **Problemas brasileiros de antropologia.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962. p. 41.
[531] *Ibid.*, p. 48.
[532] Ibid., p. 62.

Ao comentar uma carta de Melo Morais, na qual o autor lamenta a crescente influência de canções estrangeiras sobre as cantigas populares, Freyre declara:

> Quando um povo começa a se envergonhar das cantigas com que foi ninado e das de amor e de mágoa da adolescência, é que já se desapegou de suas instituições mais características sob o furor de procurar imitar a dos outros. Pois da poesia popular ou semipopular associada à música nas cantigas de ninar menino e nas de amor se pode dizer com acerto que resulta, como o tipo de casa, a cozinha, o doce, a lenda regional, daquela identificação do indivíduo com o chamado "gênio dos lugares". E sem essa identificação, as regiões ou as províncias são apenas paisagens, dóceis a qualquer plástica que o adventício ou o conquistador lhes queira dar.[533]

Ao tratar da perda do "casticismo paulista", Freyre o liga à prosperidade econômica vivida pelo estado em virtude da industrialização, mas, para seu alento, vaticina que é admirável que não tenha havido descaracterização completa. No mesmo sentido, elogia os modernistas paulistas que, a princípio, teriam se preocupado demasiadamente com questões muito provincianas e que passaram a produzir estudos sérios de História e Sociologia. Entre estes, Freyre cita Plínio Salgado, ao lado de outros intelectuais renomados:

> Admirável é também que dos "modernistas" de São Paulo, que a princípio só aceitaram do regional ou do tradicional o que fosse apenas pitoresco ou folclórico, vários tenham superado semelhante "Modernismo", entregando-se a estudos sérios de História ou Sociologia regional. Toda uma geração de paulistas interessados nos seus valores tradicionais ou regionais mais característicos – geração de que Monteiro Lobato, Paulo Duarte, Mário de Andrade, Di Cavalcanti, Oswald de Andrade, Plínio Salgado, Caio Prado Júnior, Tarsila do Amaral, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Miguel Reale, Flávio de Carvalho, Sérgio Milliet, Luís Martins, Orígenes Lessa, Cândido Mota Filho, são expressões diversas e aparentemente contraditórias – aquietado em São Paulo o furor "modernista", pode desenvolver esforço intelectual e útil de conservação, restauração e interpretação dos mesmos valores ou do seu aproveitamento como motivos original ou particularmente paulistas de arte, de literatura, de sátira social.[534]

A valorização da miscigenação em Plínio Salgado e Gilberto Freyre pode ser compreendida não apenas como elemento central de suas interpretações da nacionalidade

---

[533] FREYRE, Gilberto. **Problemas brasileiros de antropologia.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962. p. 63.
[534] *Ibid*., p. 72-73.

nos anos 1930, mas também como um ponto de articulação com desdobramentos posteriores de suas trajetórias intelectuais. No caso de Freyre, a concepção da miscigenação como processo histórico de interpenetração cultural, delineada principalmente a partir de *Casa-grande & senzala*, fornece as bases para a formulação do lusotropicalismo, especialmente após sua notável viagem às então Províncias Ultramarinas portuguesas, quando ampliou sua interpretação da sociedade brasileira para um âmbito mais vasto das regiões de colonização portuguesa.

Em Plínio Salgado, por sua vez, embora a questão da miscigenação não desempenhe papel tão estruturante em sua reelaboração doutrinária no exílio português, sua ênfase na unidade nacional e na integração das diferentes matrizes étnicas permanece como elemento relevante da sua reflexão. Nesse contexto, sua experiência em Portugal, entre 1939 e 1946, contribui para uma mudança na sua autoidentificação, passando o autor, anteriormente identificado como um "caboclo", a definir-se como um escritor luso-brasileiro, em sintonia com sua aproximação ao universo político e cultural do salazarismo.

Assim, em ambos os casos, ainda que de formas distintas, a miscigenação e a ideia de integração cultural funcionam como elementos que permitem que suas reflexões sejam ampliadas para um espaço português mais vasto, com consequências relevantes para as suas trajetórias.

4 DO BRASIL A PORTUGAL – AS EXPERIÊNCIAS PORTUGUESAS DE GILBERTO FREYRE E PLÍNIO SALGADO: LUSOTROPICALISMO E ESPIRITUALISMO COMO CONSEQUÊNCIAS

Destacando a circulação intelectual luso-brasileira, esta seção pretende abordar como as ideias de Freyre foram adaptadas às necessidades portuguesas no contexto da descolonização nos anos do pós-guerra. Há uma atenção especial à viagem que empreendeu a convite do governo salazarista para visitar as colônias, então já rebatizadas como Províncias Ultramarinas. Essa experiência permitiu a Freyre cristalizar as ideias que já vinham sendo maturadas desde a década de 1930, culminando na conceitualização do lusotropicalismo. Mesmo que controversas, suas ideias sobre a colonização fraterna e desprovida de preconceitos raciais foram sedutoras entre os círculos conservadores portugueses.

Paralelamente ao percurso português de Gilberto Freyre, busca-se também analisar a experiência de Plínio Salgado em Portugal, cujo exílio nos anos da Segunda Guerra Mundial e o contato estreito com o regime salazarista e a intelectualidade católica contribuíram para a viabilização do integralismo na política brasileira do pós-guerra.

O fio condutor que articula essas duas trajetórias não reside na convergência de diagnósticos ou soluções, mas, sim, no fato de que ambos, inseridos em uma cultura política conservadora, marcada por sensibilidades tradicionalistas e por críticas incisivas – ainda que distintas – à modernidade liberal, recorrem a Portugal como uma instância de legitimação histórica, cultural e moral para projetos voltados fundamentalmente à realidade brasileira, e não à portuguesa.

Em Freyre, Portugal opera, por meio do lusotropicalismo, como uma matriz de interpretação do Brasil, destinada a reposicionar o país no mundo lusófono e no contexto mais amplo da Guerra Fria, a partir da defesa de uma sociedade harmoniosa, ainda que desigual, marcada pela "democracia social" e na qual a miscigenação ocupa lugar central, articulada a uma leitura *cristocêntrica* da experiência histórica portuguesa.

Em Salgado, que emerge do pós-Segunda Guerra Mundial profundamente associado ao fascismo e execrado por amplos setores da opinião pública –, Portugal surge como modelo político-espiritual capaz de oferecer ao integralismo um novo norte de atuação. Desse modo, busca sua sobrevivência no contexto democrático do pós-guerra, pautado pela defesa da ordem e pela preponderância dada ao elemento religioso na vida nacional.

Em ambos os casos, a experiência portuguesa não resulta em adesão ao projeto português em si, mas na reelaboração de um discurso voltado à realidade brasileira.

4.1 AS IDEIAS CENTRAIS DE *CASA-GRANDE & SENZALA* E O POSTERIOR DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE LUSOTROPICALISMO

Nas ideias principais de *Casa-grande & senzala* encontram-se, para Castelo[535], as raízes do que viria a se tornar o lusotropicalismo. A ideia central está contida, literalmente, na frase que abre o primeiro capítulo da obra:

> Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada aptidão na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical.[536]

O conceito de lusotropicalismo fundamenta-se nesse argumento, associado à ideia da sua suposta ausência de discriminação racial e de uma missão civilizadora.

A explicação dessa especial aptidão para a vida nos trópicos assenta-se em argumentos históricos, demográficos e geográficos. De acordo com Freyre[537], o passado étnico e cultural português corresponde ao de um povo situado entre a Europa e a África. A convivência, ao longo dos séculos, com os mouros, que dominaram boa parte da Península Ibérica, teria produzido uma "espécie de bicontinentalidade", à qual o autor traça um paralelo com a bissexualidade em um indivíduo.

Esse aspecto manifesta-se no caráter "flutuante" e flexível do povo português, capaz de comportar em si uma gama de antagonismos bastante contrastantes. Seria precisamente essa condição ambígua e imprecisa, distinta do castelhano, descrito como portador "de um perfil mais definidamente gótico e europeu"[538], que teria possibilitado o relativo sucesso da experiência colonizadora portuguesa:

> O que se sente em todo esse desadoro de antagonismo são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se

---

[535] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.
[536] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 65.
[537] *Ibid.*
[538] *Ibid.*, p. 69.

> alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos.[539]

Entre as características decisivas provenientes desse caráter impreciso dos portugueses, que foram especialmente vantajosas na colonização, estão a *mobilidade*, a *miscibilidade* e a *aclimatabilidade*.

A mobilidade foi essencial para o sucesso português na colonização. Freyre[540] liga esse traço ao longo e intenso contato com os povos semitas que coabitaram a Península Ibérica. Desses povos, cuja capacidade de adaptação social e geográfica é notável, o português herdou tal predisposição. O fator demográfico também foi muito relevante, como demonstra o intelectual[541]:

> A mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa; sem ela não se explicaria ter um Portugal quase sem gente, um pessoalzinho ralo, insignificante em número – sobejo de quanta epidemia, fome e sobretudo guerra afligiu a Península na Idade Média – conseguido salpicar virilmente do resto de seu sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras: na Ásia, na África, na América, em numerosas ilhas e arquipélagos.[542]

Para Freyre, a miscibilidade foi mais decisiva do que a mobilidade para a consolidação da presença portuguesa no mundo. Diante de uma população pouco numerosa, os portugueses misturaram-se "gostosamente" com mulheres não europeias desde os primeiros contatos. Foram esses mestiços que conseguiram garantir a eficácia da ação colonizadora portuguesa, que ocupou territórios em áreas extremamente distantes.

Freyre argumenta ainda que a facilidade desse processo se explicaria, em parte, pela idealização que os homens portugueses faziam das mulheres mouras. A suposta preferência dos portugueses por mulheres morenas foi reafirmando pelo autor mesmo décadas após a publicação de *Casa-grande & senzala*. No ensaio *Elimination de conflits et tensions entre les races*, encomendado pelas Nações Unidas em 1954, sobre a situação

---

[539] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 69.
[540] *Ibid.*
[541] Nessa citação é bastante perceptível o estilo "pouco ortodoxo" do texto de Freyre: exuberante, sensual e debochado.
[542] FREYRE, *op. cit.*, p. 70.

racial na União Sul-Africana, Freyre[543], mais uma vez, retoma esse argumento, afirmando que os portugueses, ao emigrar para o Brasil, frequentemente estabeleciam relações com mulheres não brancas, chegando, em muitos casos, a constituir uniões estáveis com elas.

O outro aspecto basilar do sucesso da colonização portuguesa se deve à sua capacidade de aclimatação. O clima e o solo portugueses seriam muito mais próximos do africano do que de outras regiões europeias. Por essa razão, não sofreram tanto quanto os povos nórdicos (aos quais Freyre destaca uma aparente incapacidade de aclimatação) na colonização de regiões tropicais. Ao contrário dos povos das regiões mais frias, que não conseguiram estabelecer-se permanentemente, o português triunfou. Aos rígidos puritanos ingleses, o sol das Bahamas em cem anos "amolengou em *poor white trash*".[544] Os calvinistas franceses, que, segundo Freyre[545], tentaram estabelecer uma colônia homogeneamente branca na nossa costa, daqui saíram quase sem deixar traços da sua passagem.

Para o intelectual, características como *mobilidade*, *miscibilidade* e *aclimatabilidade* conferiram à colonização portuguesa essa capacidade especial de aptidão à vida nos trópicos. A miscigenação, portanto, constituiu especial vantagem para o sucesso da empreitada:

> Pelo intercurso com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra o que não o indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social.[546]

Outro elemento muito particular da colonização portuguesa, segundo Freyre[547], foi o papel dado ao catolicismo como elemento principal de coesão social. Ele aponta que os portos brasileiros estiveram abertos aos estrangeiros por séculos, tendo como único pré-requisito a religião católica. Sua origem racial não teria importância, mas a sua fé, sim:

---

[543] FREYRE, Gilberto. **Elimination de conflits et tensions entre les races.** 1954. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/3895942. Acesso em: 20 mar. 2026.
[544] *Id*. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 74.
[545] *Ibid*.
[546] *Ibid*., p. 74-75.
[547] *Ibid*.

> O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege. Soubesse rezar o padre-nosso e a ave-maria, dizer creio-em-Deus-Padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz – e o estranho era bem-vindo no Brasil colonial. [...] Temia-se no adventício acatólico o inimigo político capaz de quebrar ou de enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião católica.[548]

O livro de Freyre é riquíssimo e explora uma vasta gama de temas que fogem ao escopo deste trabalho. No que concerne às ideias freyreanas que foram fundamentais para o desenvolvimento do conceito de lusotropicalismo, sobressaem quatro eixos: a mobilidade, a miscibilidade, a aclimatabilidade e a preponderância do catolicismo como "cimento" da unidade social, posteriormente reelaborada como expressão do caráter *cristocêntrico* da colonização portuguesa.[549]

Após o lançamento de *Casa-grande & senzala*, em 1933, Freyre avançou na maturação do conceito de lusotropicalismo, sobretudo a partir de 1937, quando proferiu conferências nas universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, bem como no King's College de Londres. Essas conferências foram publicadas em Lisboa, em 1940, no volume *O mundo que o português criou*[550], prefaciado por António Sérgio, intelectual ligado à revista *Seara Nova* e conhecido opositor do salazarismo.

Como observa Castelo[551], o livro não representa um desenvolvimento substantivo dos pressupostos elencados na obra anterior. As características atribuídas à colonização portuguesa no Brasil foram então aplicadas às demais regiões de domínio luso. Trata-se, contudo, mais de uma idealização desse "mundo criado pelos portugueses" do que de uma análise fundamentada, uma vez que o sociólogo não havia estudado profundamente essas outras regiões de colonização portuguesa sob tais aspectos:

> Apesar de não ter ido às colônias portuguesas na África e na Ásia e de não haver tido acesso a uma boa quantidade de material de pesquisa a respeito delas, Freyre estava convencido de que poderia interpretá-las da mesma forma que o Brasil. Como para ele os povos de cor desses continentes eram indiferenciáveis naquele momento, suas culturas locais perdiam importância ante as virtudes portuguesas.[552]

---

[548] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 91.
[549] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.
[550] FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.
[551] CASTELO, *op. cit.*
[552] DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico:** Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980. Durham: Duke University Press, 2010. p. 156.

Embora, de acordo com Dávila[553], o livro se aproxime mais de um manifesto político do que de uma obra de análise, a ideia lusotropical apresenta-se nele de forma mais delineada. Ainda assim, na década de 1940, Freyre voltou-se predominantemente para questões relativas ao Brasil, o que limitou desdobramentos mais significativos de suas formulações de matriz lusotropical.

4.2 O MOMENTO PORTUGUÊS DE GILBERTO FREYRE: A VIAGEM ÀS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS E O LUSOTROPICALISMO

Embora tenha visitado Portugal muitas vezes anteriormente, a viagem às Províncias Ultramarinas portuguesas, em 1951, a convite do ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues foi fundamental na cristalização do conceito. A ideia da viagem surgiu do intelectual José Osório de Oliveira (1900-1964), que merece aqui uma breve contextualização.

José Osório de Oliveira foi escritor, crítico e tradutor português que teve longa relação com o Brasil, tendo sido próximo tanto de Gilberto Freyre como de Plínio Salgado. Era filho da escritora e defensora dos direitos femininos Ana de Castro Osório e irmão do escritor João de Castro Osório. Foi casado com a cantora lírica e escritora Raquel Bastos, que também se correspondeu com Salgado. Tendo passado parte da juventude no Brasil, mais precisamente em São Paulo, onde seu pai ocupou o cargo de cônsul, dedicou-se ao estudo da cultura e da literatura portuguesa, brasileira e africana.

O escritor português manteve uma ampla gama de sociabilidades com intelectuais de diversas tendências políticas: "[...] como é o caso do monárquico integralista, António Sardinha; e do racionalista republicano, António Sérgio. No caso brasileiro, conviveu com intelectuais como Plínio Salgado, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Rui Ribeiro Couto".[554] Também foi próximo de Cecília Meireles, a respeito de quem Saraiva[555] revela uma carta singular e de caráter pessoal, dirigida a Osório, na qual a escritora comenta sobre o suicídio de seu marido, o pintor português Fernando Correia

---

[553] DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico:** Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980. Durham: Duke University Press, 2010.

[554] SOUZA, Raquel Madanêlo de. José Osório de Oliveira e suas reflexões sobre a "moderna" literatura brasileira. **Desassossêgo**, v. 13, jun. 2015. p. 102.

[555] SARAIVA, Arnaldo. Uma carta inédita de Cecília Meireles sobre o suicídio do marido (Correia Dias). **Terceira Margem: Revista do Centro de Estudos Brasileiros**, Porto, p. 55-59, 1998.

Dias. Além disso, o historiador afirma que Osório se dizia responsável pela divulgação do trabalho da notável escritora: "E fui eu, de fato, o primeiro a dizer aos brasileiros que tinha surgido uma grande poetisa no Brasil".[556] Manteve também contato com Menotti del Picchia, um dos companheiros de Plínio Salgado na aventura modernista da década de 1920.

Tornou-se uma personalidade dinâmica na circulação de ideias entre Brasil e Portugal, tendo sido secretário de redação da revista luso-brasileira *Atlântico*. Essa revista era financiada pelos Estados Novos brasileiro e português, dirigida por António Ferro, em Portugal, e pelo ex-integralista e então diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) Lourival Fontes, no Brasil.[557]

Em relação a Gilberto Freyre, Castelo[558] observa que Osório, à época delegado da Agência Geral das Colônias, órgão vinculado ao Secretariado Nacional da Informação, e amigo de longa data do sociólogo, além de ter tido a ideia da viagem foi o responsável por organizá-la. Osório atuou ainda como elo entre Freyre e o editor Souza Pinto, da Livros do Brasil, responsável pela publicação de *Interpretação do Brasil* e *O mundo que o português criou*. Prefaciou a primeira obra, lançada em Portugal em 1951, resultado de uma conferência na Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, em 1944. Em seu prefácio, Osório valorizou a história comum luso-brasileira com tintas literárias:

> O público português que se interessa pelo Brasil e pela Cultura, se não conhece a obra do sociólogo brasileiro, sabe, pelo menos, o que ela representa como vitória da inteligência sobre o "bovarysmo" nacional. "Bovarysmo" foi o nome que o filósofo francês Jules de Gaultier deu à tendência que têm certas pessoas, como a "Madame Bovary" de Flaubert, para se julgarem diferentes; para viverem, pela imaginação, vidas distintas daquelas para que foram talhadas; para se iludirem sobre o valor próprio.[559]

---

[556] OLIVEIRA *apud* SARAIVA, Arnaldo. Uma carta inédita de Cecília Meireles sobre o suicídio do marido (Correia Dias). **Terceira Margem: Revista do Centro de Estudos Brasileiros**, Porto, p. 55-59, 1998.

[557] MIRANDA, Guilherme Nercolini. **Afinidades interestatais em cena:** as relações luso-brasileiras e a Segunda Guerra Mundial através da revista Atlântico. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2018.

[558] CASTELO, Cláudia. No encalço de Gilberto Freyre pelo último império português (1951-1952). *In:* POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar Martins *et al.* (ed.). **Não nos deixemos petrificar:** reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá. Porto: CITCEM, 2021. p. 25-48.

[559] OLIVEIRA, José Osório de. Prefácio. *In:* FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil:** aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Lisboa: Livros do Brasil, 1951. p. 21.

Tal relação próxima data de muitos anos antes. No espólio de José Osório de Oliveira, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, encontram-se algumas correspondências enviadas por Freyre, sendo a mais antiga datada de 1933. Numa carta de 3 de fevereiro de 1939, fica explícita a afinidade de projetos entre os dois intelectuais:

> Ninguém, a meu ver, tem em medida de assumir aquela direção intelectual de atividade, vamos dizer, ultramarina, da editora José Olympio – quer expandindo o bom libro brasileiro, quer atraindo novos escritores de Portugal, da África e das ilhas, do que V. Vamos ver o que se consegue. Acredite no meu sincero empenho e no meu esforço.[560]

Enquanto secretário da revista *Atlântico*, Osório contribuiu com muitos textos ao longo da trajetória do periódico, em que o nome de Freyre fora citado várias vezes. Entretanto, é curioso perceber que, nessa revista, não há textos assinados por Freyre, o que talvez possa ser explicado por sua oposição ao Estado Novo. Em um de seus artigos, intitulado "O que nós, portugueses, devemos a Gilberto Freyre", de outubro de 1948, Osório faz um elogio à obra do escritor brasileiro, com ecos de um lusotropicalismo que se encontrava então em formação:

> Passou em Lisboa aquele que consideramos o mais autorizado esclarecedor da contribuição portuguesa para a formação do Brasil, isto é: para a formação, nos Trópicos, de uma nação de origem, de índole e de inspiração lusitana – o mais importante elemento, pela extensão geográfica, pelo potencial económico e pelas perspectivas de futuro, de uma virtual comunidade de nações a que se poderá, desde já, dar o nome de Mundo Lusíada. Chama-se esse homem: Gilberto Freyre, e o seu título é o de mestre de antropologia cultural. Nessa qualidade, renovou a história social do Brasil com novos métodos e, sobretudo, com uma visão original dos problemas da miscigenação de culturas. A sua já vasta obra é fundamental para o conhecimento, não só do Brasil como da ação portuguesa no Mundo.[561]

Após a viagem, Freyre fez menção a Osório em inúmeros de seus textos, principalmente em *Um brasileiro em terras portuguesas*, compilação de discursos e conferências publicadas em 1953, o mesmo ano em que saiu *Aventura e rotina*, seu diário sobre a viagem empreendida às Províncias Ultramarinas. Em conferência no Círculo Eça

---

[560] BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP). **Coleção José Osório de Oliveira, 1900-1964.**

[561] OLIVEIRA, José Osório de. O que nós, portugueses, devemos a Gilberto Freyre. **Atlântico**, v. 7, out. 1948.

de Queiroz, proferida em setembro de 1951 e intitulada "Em Lisboa", Freyre reconhece o papel do escritor português na realização de sua viagem:

> E não devo esquecer-me do fato de que para a viagem que breve empreenderei ao Ultramar Português muito contribuiu sugestão ao Sr. Ministro de Assuntos Ultramarinos de Portugal – ele próprio homem de letras – de um escritor tão brasileiro quanto português: José Osório de Oliveira, também aqui presente.[562]

Freyre destaca a afinidade de perspectivas entre ele e Osório. Ao comentar sobre a poesia em Cabo Verde, no discurso intitulado "Muito obrigado", revela que conheceu alguns dos poetas do arquipélago por meio do escritor, "[...] cabo-verdiano pelo coração e pelo senso transatlântico da cultura lusíada".[563]

Gonçalves[564] observa que houve certo receio em relação à reação do governo brasileiro sobre o convite. Tal articulação ficou a cabo do embaixador português no Brasil, António de Faria. Temia-se a incompatibilidade entre os resultados da viagem e a política anticolonialista levada a cabo por Getúlio Vargas à época. Também havia o fato de que Freyre fora deputado federal pela UDN, partido que fazia oposição a Vargas. Quando se percebeu que a viagem não provocaria nenhuma reação significativa e que Vargas, inclusive, cogitava nomeá-lo embaixador, o convite prosseguiu.

Para o Estado Novo, mais que uma simples viagem, era uma aposta estratégica. O regime, no contexto pós-guerra, esforçava-se para melhorar a imagem do seu império colonial perante a comunidade internacional. Acerca do convite, Freyre, em seu estilo literário bastante particular, afirma:

> Avisto-me com o Ministro Sarmento Rodrigues e é como se me avistasse com uma sereia das que no Brasil chamam Barbadas. Fala-me de tal modo que me deixo persuadir. Resolvo ir de Portugal ao Ultramar Português, vencido pelo homem-sereia em todas as minhas resistências e argumentos.[565]

Ao longo da viagem, que durou seis meses, de agosto de 1951 a fevereiro de 1952, Freyre proferiu conferências, foi recebido por autoridades e realizou observações que

---

[562] FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010. p. 203.
[563] *Ibid.*, p. 268.
[564] GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
[565] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 14.

articulavam seus estudos sobre a colonização no Brasil com o projeto ideológico do Estado Novo português em assegurar a manutenção de suas colônias, naquele ano transformadas em Províncias Ultramarinas por meio da revisão do Acto Colonial.

O Acto Colonial de 1930, em conjunto com o Estatuto dos Indígenas de 1929, constituiu o principal enquadramento jurídico do império colonial português, permanecendo em vigor até sua revisão, em 1951. Foi elaborado sob a responsabilidade do então ministro das Colônias, Armindo Monteiro (1896-1955), figura de destaque no regime salazarista, à qual o Acto ficou associado.[566] De acordo com o documento, o colonialismo português não se configuraria como um sistema de sujeição e exploração das colônias pela metrópole, mas como um empreendimento voltado ao seu desenvolvimento e "civilização", visando ao bem comum de todos. Como aponta Costa Pinto[567]:

> Salazar, no poder desde 1926, sugeriu novas práticas de Estado para tentar assim recaracterizar o velho Império português. [...] O Estado salazarista procurava a essência de si nas práticas ditas civilizadoras da velha conquista colonial. Não buscava novas colônias, mas colonizar efetivamente aquelas que já lhe pertenciam há séculos. A marca emblemática de tais práticas aparece em 1930, através de um documento que se demarcaria como a carta constitucional do colonialismo português contemporâneo, trata-se do Acto Colonial.

Não consistia em um sistema de assimilação ou integracionismo, pois pretendia resguardar a personalidade de cada colônia, dotando-as de instituições próprias destinadas às suas características particulares. Entretanto, também não consistia em um sistema de autonomia, uma vez que, apesar de contarem com poderes precisos para a intervenção em problemas locais, salvaguardava a direção central do império, sediada na metrópole. É necessário apontar que tais disposições descentralizadoras não devem ser levadas ao pé da letra, visto que, segundo Lucena[568], Monteiro acreditava que um Portugal desprovido de colônias nada valeria internacionalmente:

> Eis que um breve exame do Acto Colonial logo confirma: as suas disposições "solidárias", bem como as promissoras de descentralização administrativa, são por via de regra programáticas, de conteúdo assaz vago e de aplicação diferida, gradual ou condicionada, ao contrário das disposições "soberanas", bastante precisas, de aplicação imediata e reforçando, sempre, a posição de poderes metropolitanos.

---

[566] LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenentes de Salazar.** Lisboa: Aletheia, 2015.
[567] PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, v. XI, n. 6, jun. 2009. p. 145.
[568] LUCENA, *op. cit.*, p. 19.

Exemplos de ordem econômica incluem o fato de que, embora a economia colonial devesse ser estabelecida de acordo com as necessidades da colônia, as decisões últimas seriam tomadas pela metrópole, excluindo-se "conveniente posição dos interesses" em presença. Além disso, a metrópole prestaria assistência mediante garantias cuja definição não cabia às colônias, estando também vedada a possibilidade de estas contraírem empréstimos estrangeiros:

> Art. 45° As colónias não podem contrair empréstimos em países estrangeiros.
> § Único. Quando seja preciso recorrer a praças externas para obter capitais dostinados ao govêrno de uma colónia, a operação financeira será feita exclusivamente de conta da metrópole, sem que a mesma colónia assuma responsabilidades para com elas, tomando-as, porém, plenamente para com a metrópole, a quem prestará as devidas garantias.[569]

No plano político, apesar da "descentralização administrativa" proposta pelo Acto Colonial, o exercício das autoridades coloniais estava sempre sob a fiscalização da metrópole. O contato e as negociações entre os governos de outras colônias, portuguesas ou estrangeiras, deveria passar pelo crivo do ministro das Colônias.

Em relação aos habitantes não europeus das colônias, denominados indígenas, o Acto Colonial previa algumas disposições mais precisas, com garantias de propriedade e posse de terrenos e proibindo o trabalho compulsório em qualquer empresa de exploração econômica. O trabalho compulsório só seria permitido, de acordo com o artigo 20°, "em obras públicas de interêsse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução de decisões judiciárias de carácter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais".[570]

Lucena[571] informa que, embora houvesse proibições aos maus-tratos dos indígenas e fiscalização dos contratos de trabalho – os quais, segundo o Acto, deveriam assegurar justo salário e assistência –, tais disposições apresentaram eficácia relativa, na medida em que sua aplicação dependia do zelo dos funcionários encarregados de cumpri-las. É oportuno mencionar também o artigo 23°, segundo o qual:

---

[569] REPÚBLICA PORTUGUESA. **Decreto-lei n. 22.465. Acto Colonial.** 1930. Disponível em: https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/acto_colonial.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.
[570] *Ibid.*
[571] LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenentes de Salazar.** Lisboa: Aletheia, 2015. p. 19.

> O Estado assegura nos seus territórios ultramarinos a liberdade de consciência e o livre exercício dos diversos cultos, com as restrições exigidas pelos direitos e interêsses da soberania de Portugal, bem como pela manutenção da ordem pública, e de harmonia com os tratados e convenções internacionais.[572]

Essa medida visava coibir a atuação de missões religiosas estrangeiras, sobretudo de fé protestante, nas colônias portuguesas. Promoveu-se, ainda, a ida de missionários católicos portugueses, embora a liberdade de culto dos indígenas também constasse como assegurada, segundo as disposições do documento.

A revisão do Acto Colonial, em 1951, ocorreu em virtude do contexto geopolítico do pós-guerra, quando as ideias autonomistas ganharam força e Portugal viu sua posição ameaçada. Com a derrota do projeto fascista, a dominação baseada na pureza racial passou a ser rechaçada, e o direito de autodeterminação dos povos passou a ser defendido para além das fronteiras do continente europeu. Na próxima seguinte, haverá uma discussão mais detalhada acerca dos esforços empreendidos por Portugal para assegurar a sua soberania dos chamados "territórios não autônomos".

Por ora, cabe ressaltar que as tentativas de alteração das disposições do Acto Colonial datavam de meados da década de 1940, sendo motivo de intensos e calorosos debates na Câmara Corporativa. Muitos criticaram a tendência assimilacionista da revisão, entre eles Marcello Caetano, que anos depois sucederia a Salazar na Presidência do Conselho de Ministros.[573]

Conforme destaca Nuno Valério[574], a questão da assimilação pode ser sintetizada na "A atribuição de um caráter temporário e provisório à existência de estatutos pessoais distintos, isto é, das limitações da cidadania plena pelo estatuto do indigenato". Talvez o mais célebre opositor à revisão do Acto Colonial tenha sido precisamente um de seus autores, o já citado Armindo Monteiro. Segundo Lucena[575], Monteiro era muito refratário:

> [...] ao integracionismo *à outrance*, convicto de que só sobre o enlace de uma sólida liderança central com a larga expressão das energias

[572] REPÚBLICA PORTUGUESA. **Decreto-lei n. 22.465. Acto Colonial.** 1930. Disponível em: https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/acto_colonial.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.
[573] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.
[574] VALÉRIO, Nuno. O império colonial nas constituições portuguesas. **DT/WP n. 70**, 2021. p. 21. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstreams/5b27d57d-1096-48f6-811b-2513f96a7308/download. Acesso em: 20 mar. 2026.
[575] LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenentes de Salazar.** Lisboa: Aletheia, 2015. p. 26.

> criadoras territoriais poderia cimentar-se uma autêntica solidariedade entre as várias partes do império, expressão de um espírito ou mentalidade comum.

Para Costa Pinto[576], a alteração estatutária não significou mudanças reais na administração:

> Em 1951, o Acto Colonial de 1930 deixou de ser a marca constitucional diretiva das práticas institucionais do Estado português junto às colônias ultramarinas. Com isso, as colônias que eram definidas como tais passariam naquele momento a ser definidas como Províncias Ultramarinas. Mudava-se a terminologia, mas as práticas e as realidades permaneciam intocadas.

Com essa mudança, a noção de Portugal como uma nação pluricontinental, com províncias (e não colônias) espalhadas pela África e pela Ásia, se tornou parte do discurso oficial do regime. De acordo com Castelo[577], a revisão assenta-se, sobretudo, como forma de fazer frente às pressões internacionais contra o colonialismo, evitando ingerências externas em matérias consideradas "assuntos internos" portugueses:

> No novo texto constitucional, Portugal aparece como uma "nação pluricontinental", composta por províncias europeias e por Províncias Ultramarinas, integradas harmonicamente no todo nacional uno. Como não possui "colónias" ou "territórios não autónomos", não precisa de prestar contas à comunidade internacional do que se passa no interior das suas fronteiras. No início dos anos 50, o regime tenta reorientar a sua política colonial, doravante denominada ultramarina. Como fica patente ao longo do debate na Assembleia, a grande preocupação do momento, ainda que muitas vezes escamoteada, é responder às pressões internacionais contra o colonialismo, através da afirmação da unidade nacional. A tónica dominante da nova política passa a ser a "assimilação".

Pinto[578] observa que foi precisamente nessa conjuntura que a obra de Freyre passa a ser instrumentalizada pelo salazarismo, o que foi acolhido favoravelmente pelo sociólogo, que passou a ser um dos ideólogos do regime: "E isso não aconteceria à revelia de Freyre, muito ao contrário, acabou por aceitar de bom grado o papel de ideólogo salazarista e em alguns momentos foi percebido como um dos mais eficientes cães de

---

[576] PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, v. XI, n. 6, jun. 2009. p. 147.
[577] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011. p. 58.
[578] PINTO, *op. cit.*, p. 147.

guarda do Império". Castelo[579] afirma que a viagem se deu muito mais com a intenção de confirmação das suas ideias do que um verdadeiro esforço de análise das realidades locais.

É relevante o fato de que houve uma grande virada em relação à recepção da obra de Gilberto Freyre, notadamente no nível político, ocasionada, seguramente, pela nova conjuntura internacional. Segundo Castelo[580], embora parte significativa do campo intelectual português tenha recebido a obra de Freyre com interesse nas décadas de 1930 e 1940, isso não aconteceu no campo político. Nos anos denominados, pela historiadora, de *mística imperial*, buscou-se valorizar uma "raça portuguesa", portanto, a miscigenação não constituía um valor positivo:

> Nas décadas de 30 e 40, a política colonial do Estado Novo anda longe do etnocentrismo e, mais longe ainda, das ideias de Freyre. Armindo Monteiro, principal ideólogo da *mística imperial*, filia-se nas teses do "darwinismo social". Não concebe o relacionamento harmonioso e fraterno, numa base igualitária, entre brancos e negros. "O branco, por agora pelo menos, está destinado a ser o dirigente, o técnico, o responsável. Nos Trópicos faria triste figura a trabalhar com o seu braço, ao lado do nativo. Este é a grande força de produção, o abundante e dócil elemento de consumo que a África oferece".[581]

O Arquivo Histórico Ultramarino[582] português reúne farta documentação a respeito da viagem de Freyre, que foi seguida de perto pelo Ministério do Ultramar. Tal acompanhamento se deu por meio de telegramas enviados constantemente para os governos locais, contendo instruções a respeito da visita do ilustre brasileiro, bem como para Lisboa, por parte dos agentes que o acompanhavam. Esse conjunto documental permite observar que, apesar da recusa de Freyre a certas recepções oficiais e a manifestações de pompa, seu itinerário foi, em alguma medida, orientado pelos representantes do regime. De certa forma, fica a impressão de que Freyre viu o que era lhe permitido mostrar. Em relação à sua visita à Guiné, um telegrama mostra-se particularmente eloquente a esse respeito:

> Não interessam recepções oficiais mas convém ser tratado com todas deferências. Dada sua posição política não oportuno exaltar nossa política mas sim nossa obra colonização e contactos culturais assimilação racial. [...] Como ser hóspede Governo rogo facilitar sua

[579] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.
[580] *Ibid.*
[581] *Ibid.*, p. 85.
[582] Referência: PT/AHU/MU-GM/110/AMU01932.03, Cota AMU 01932.03 – S02-0087/2.

> estadia fornecendo transportes e instalações hoteis e outras despesas todas de nossa conta. *Convém ser apresentado pessoas destaque especialmente não europeias afim melhor possa ajuizar nossa ação civilizadora sem discriminação*.[583]

É oportuno destacar que a viagem às colônias, inicialmente, previa passagens por todos os territórios ocupados pelos portugueses, desde Cabo Verde até Macau. Entretanto, o itinerário não pôde ser cumprido conforme planejado, visto que Timor e Macau acabaram excluídos. Em relação ao Timor, ficou acordado entre o Ministro das Colônias, Sarmento Rodrigues, e Salazar que não seria conveniente a visita de Freyre à *Província Ultramarina*, em razão do estado precário em que se encontrava, pois ainda sofria das agudas sequelas dos anos da ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. Quanto a Macau, consta que o cansaço decorrente da longa viagem fez com que fosse adiada e acabasse por não ser concretizada.[584]

Freyre chegou a Lisboa em agosto de 1951 e passou ali também o mês de setembro. No início de outubro, foi para Guiné, onde permaneceu por cerca de duas semanas. Seguiu, ainda no mês de outubro, para Cabo Verde e depois retornou a Lisboa. Em novembro, partiu para a Índia, onde esteve em Bombaim (atual Mumbai) e Goa. Em dezembro retornou a Lisboa. A viagem prosseguiu rumo a São Tomé e Angola. Em janeiro de 1952, visitou Moçambique e, antes de retornar ao Brasil, em fevereiro, passou por Coimbra, Porto, Lisboa e pela ilha da Madeira.[585] Sua bagagem retornou ao Brasil no mês de março, a bordo do navio Serpa Pinto, incluindo quatro volumes contendo presentes da província ultramarina de Moçambique.

Sua primeira parada foi, portanto, Guiné. Como mencionado no telegrama supracitado, a viagem foi seguida de perto pelas autoridades portuguesas. Foram remetidos para o chefe de gabinete do ministro do Ultramar três textos publicados por Freyre no *Jornal do Brasil* e no *Jornal do Comércio* (do Recife) em fevereiro de 1953, nos quais o sociólogo teceu diversas considerações a respeito da província. Tais textos são relevantes para observar como Freyre contemporizou certos problemas vividos pela população, tendo em vista o resultado final supostamente positivo da colonização portuguesa. Em "A Guiné começa a ser amada pelo português", Freyre[586] esclarece:

---

[583] Referência: PT/AHU/MU-GM/110/AMU01932.03, Cota AMU 01932.03 – S02-0087/2. [Grifo nosso.]

[584] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011. p. 85.

[585] *Ibid*.

[586] FREYRE, Gilberto. A Guiné começa a ser amada pelo português. **Jornal do Brasil**, fev. 1953.

> A Guiné apenas começa a ser a terra amada, e não apenas desvirginada, pelo europeu. Tenho estado com mais de um português já preso pelo amor, e não pelo donjuanismo de conquistador brutal de terras exóticas, a Guiné, a sua natureza; a sua gente nativa. E quando começa a haver esse amor é que principiam a verdadeira colonização à maneira portuguesa.

A precariedade da colonização na Guiné fez com que Freyre observasse certa resistência por parte de diversos grupos às tentativas de europeização, inclusive no que se refere à maneira ocidental de trajar-se. Freyre relata que viu muitas pessoas vestindo trajes mínimos, incluindo mulheres, o que deveria ter causado espanto na comunidade sírio-libanesa presente na província. Entretanto, não é crítico a esse aspecto, ressaltando que a assimilação deveria ser feita de forma gradual: "E é bom, é ótimo até, que a desintegração dessas sociedades ou comunidades primitivas não se verifique senão lentamente, dando tempo ao tempo e ao Português para sua obra formidável de assimilação e de recriação de valores de cultura e de tipos humanos.".

No texto "Colonização sistemática da Guiné Portuguesa", Freyre[587] destaca que o nível de desenvolvimento da província se deve às suas difíceis condições naturais e à hostilidade das populações nativas, mas que o português estaria empreendendo um heroico esforço na sua colonização:

> A verdade, porém, é que nos últimos trinta ou quarenta anos o esforço lusitano na Guiné vem-se intensificando no sentido da colonização sistemática desta por tanto tempo quase intratável terra africana. Intratável pelo clima, pela vegetação, pela natureza pouco amiga de branco, de europeu, de e civilização. Intratável pela atitude de alguns dos seus grupos indígenas, até quase nossos dias rebeldes a qualquer domínio europeu sobre terras que consideravam exclusivamente suas e das feras e não de estranhos nem mesmo de indígenas que não fossem os dos seus ritos.

Nesse texto, também faz um elogio ao seu "anfitrião" português, o ministro Sarmento Rodrigues, que havia sido governador da província. Curiosamente, cita a origem transmontana de Rodrigues para fazer uma comparação com os cearenses:

> Os homens de Trás-os-Montes são uma espécie de cearenses de Portugal. São românticos e realistas, ao mesmo tempo. Imaginosos e terra-a-terra. De um homem assim precisava a Guiné e teve-o num governador que

[587] FREYRE, Gilberto. Colonização sistemática da Guiné. **Jornal do Brasil**, 14 jan. 1953.

> soube cuidar de problemas de saúde, de educação, de transporte, de agricultura, de assimilação de indígenas, com um sentido ao mesmo tempo moderno na técnica e tradicionalmente português no espírito, de colonização e de administração colonial.[588]

Utilizando como exemplo o caso brasileiro, encontra muitas semelhanças entre a Guiné e sua terra natal no texto "Um brasileiro na Guiné Portuguesa":

> Encontrei na Guiné gente tão fraterna e uma paisagem tão irmã tropical da do Brasil – com cajueiro, mangueira, mandioca, papagaio, macacos que às vezes enchem as estradas a fazerem momices para o viajante ver – que é com saudação que deixo esta Província portuguesa a caminho das outras. Aqui não me senti intruso ou estrangeiro um só instante.[589]

Mais adiante, aponta que tanto Guiné quanto o Brasil são obras do gênio português:

> De boas experiências e de boas impressões vou cheio da Guiné. Sinto que aqui começa coisa de novo na atividade criadora dos portugueses no Ultramar. Que aqui principia uma nova criação lusitana nos trópicos. Que aqui se esboça nova vitória da velha gente que criou o Brasil. Velha gente sempre moça na sua energia.[590]

Em *Aventura e rotina*, Freyre[591] se referiu a Guiné como sendo o berço do lusotropicalismo, embora as dificuldades encontradas na região tenham feito que a marca da colonização portuguesa ali fosse superficial, realçando a importância do Brasil no quadro amplo do mundo lusíada em detrimento da expansão em direção ao oriente:

> Pelo que esta Província é, ao mesmo tempo, a mais antiga e a mais moça das terras ocupadas pelos portugueses nos trópicos. Aqui madrugou o lusotropicalismo: todo um movimento na moderna história humana de contatos de uns povos com outros, começado com os contatos dos portugueses com os mouros e que só essa expressão parece definir. Mas foi uma aventura tão superficial, a da Guiné, que a colonização do Brasil tropical por portugueses decididos a fixarem-se em terras tropicais como agricultores superou-a como superou o próprio início dessa mesma expansão, a princípio tão brilhante, em terras do Oriente.

Sua experiência na Guiné permite antever aspectos que se mantiveram estáveis na sua viagem ao Ultramar: confirmar suas teorias a respeito da colonização portuguesa e

---

[588] FREYRE, Gilberto. Colonização sistemática da Guiné. **Jornal do Brasil**, 14 jan. 1953.
[589] *Id*. Um brasileiro na Guiné portuguesa. **Jornal do Comércio**, fev. 1953.
[590] *Ibid*.
[591] *Id.* **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 221.

apresentá-la, sobretudo, como benevolente, apesar das dificuldades encontradas em territórios tão diversos. Assim como no caso de Guiné, tudo o que Freyre escrevia não passava despercebido pelas autoridades portuguesas, que remetiam suas impressões ao Ministério do Ultramar.

A viagem seguiu, de navio, para Cabo Verde. O arquipélago havia sido atingido por um temporal devastador, que resultou num elevado número de desabrigados, estradas e comunicações interrompidas e danos em diversos edifícios governamentais. Segundo o telegrama do governador ao ministro do Ultramar, datado de 19 de outubro de 1951:

> Culturas segundo notícias ainda não confirmadas destruídas em grande parte. Das outras ilhas ainda não tenho notícias. Verbas assistência quase absorvidas prejuízos erupção fogo e pequeno amparo hospital alienados Barlavento. Situação preocupa-me virtude falta verbas (amparar?) gente pobre que foi a mais atingida e reparações estragos mais urgentes edifícios e estradas. E dentro este amálgama chegou após viagem tormentosa *professor GILBERTO FREYRE*.[592]

Castelo[593] afirma que a viagem foi abreviada em razão dessas circunstâncias e pela dificuldade de deslocamento entre as ilhas, agravada pelo número reduzido de dias programados para a visita. Em outro telegrama o governador afirma não ter podido receber Freyre da melhor forma, embora lhe tenha sido oferecido um jantar na sede do governo.

Notável, no caso cabo-verdiano, é a certa "desilusão" de Freyre em relação à ação portuguesa no arquipélago. Conta ele, em *Aventura e rotina*, que na ilha de São Tiago, "hoje tão negroide"[594], não se observa a miscigenação que ocorria no Brasil, sendo o traço africano o mais proeminente na população. Mostra-se também, de certa forma, desapontado com a comparação que haviam lhe feito do arquipélago com o Nordeste do Brasil:

> Tinham-me dito que eu viria encontrar em Cabo Verde uma paisagem e uma população semelhante às de certas áreas do Nordeste do Brasil [...]. Mas o parentesco entre as populações e as culturas lusotropicais que se vêm desenvolvendo naquelas áreas brasileiras e as que parecem já ter-se

---

[592] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 221. [Grifo do original.]

[593] CASTELO, Cláudia. No encalço de Gilberto Freyre pelo último império português (1951-1952). *In:* POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar Martins *et al.* (ed.). **Não nos deixemos petrificar:** reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá. Porto: CITCEM, 2021. p. 25-48.

[594] FREYRE, *op. cit.*, p. 239.

> estabilizado em São Tiago e talvez noutras ilhas de Cabo Verde, este parentesco parece-me vago [...].[595]

Conforme destaca Castelo[596], tais impressões causaram certo mal-estar não apenas entre os intelectuais locais como também em José Osório de Oliveira (que vivera no arquipélago em 1926) e Sarmento Rodrigues, pois consideravam Cabo Verde como um exemplo bem-sucedido da colonização portuguesa. Freyre recomendou o influxo de colonos europeus para as ilhas, com objetivos mais culturais do que étnicos, para ali fixar valores predominantemente europeus.

O intelectual Baltazar Lopes criticou as páginas dedicadas a Cabo Verde em *Aventura e rotina*. Considerou a visita de Freyre apressada, sustentando que o brasileiro não transmitiu de forma fidedigna as realidades do arquipélago. Mostrou-se especialmente sensível ao tratamento dispensado ao crioulo, desvalorizando-o como língua literária.[597] Segundo Schneider[598], as críticas de Freyre a Cabo Verde residem no caráter predominantemente africano que encontrou no arquipélago:

> Talvez o pouco entusiasmo com que viu Cabo Verde se explique porque Freyre viu, no país africano, mais a África do que outro Brasil. Freyre parece dizer que, em Cabo Verde, como em outras colônias, haveria a necessidade de mais infusão de cultura e de gente portuguesa, logo, de mais colonialismo, para vir, no futuro, a se parecer com o Brasil, o paradigma luso-tropical por excelência. Aliás, em Freyre, passado, presente e futuro estão sempre em diálogo.

Na comunicação entre o governador e o ministro do Ultramar, também foi aludido em telegrama ao governador um incidente envolvendo o passaporte de Freyre, o que pode ter melindrado o sociólogo: "Professor GILBERTO FREYRE trouxe muito boas impressões pelo que me regozijo e felicito V. exa. Apenas não pode esquecer desagradável

---

[595] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 239-240.

[596] CASTELO, Cláudia. No encalço de Gilberto Freyre pelo último império português (1951-1952). *In:* POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar Martins *et al.* (ed.). **Não nos deixemos petrificar:** reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá. Porto: CITCEM, 2021. p. 25-48.

[597] *Id.* **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.

[598] SCHNEIDER, Alberto Luiz. A centralidade do Brasil no discurso luso-tropical de Gilberto Freyre na revista *O Cruzeiro* (1952-1961). **Varia Historia**, v. 41, p. 1-39, 2025. p. 8-9.

incidente na Praia motivo passaporte. Atitude funcionário parece inteiramente incoveniente constitui indelével nota desagradável".[599]

Seu próximo destino foi o Estado Português da Índia, chegando em Goa no dia 15 de novembro de 1951. Sua primeira parada, entretanto, foi Bombaim. Houve preocupação por parte das autoridades portuguesas sobre o que Freyre poderia encontrar na cidade, visto que as pressões pela anexação de Goa pela Índia já se faziam presentes àquela altura. Em telegrama ao governador-geral da Índia, o ministro do Ultramar alerta:

> Professor GILBERTO FREYRE deve chegar Bombaim sábado dia 10 pelas 19 horas avião TWA vôo 906. Ministério Estrangeiros telegrafou para cônsul Bombaim mas seria conveniente V. exa. telegrafar também cifrado. Conviria que FREYRE falasse com elementos confiança e evitar adversários. Cônsul deve telegravar V. exa. acerca ida Goa que será imediatamente sua chegada Bombaim. Demora Goa e movimentos seguintes podem ser regulados como ele quiser e V. exa. entender. Deve pois seguir talvez Damão Baçaim Diu depois Singapura Malaca/Hong-Kong Macau. [...][600]

Além da advertência que o ministro faz ao governador, em virtude das tensões que se observavam em território indiano, convém observar que, mesmo durante a viagem, a visita a demais territórios asiáticos ainda estava mantida, sendo eventualmente adiada e, por fim, não realizada. A princípio, Freyre viajaria também por territórios que haviam sido, em algum tempo, colonizados por portugueses, como Malaca.[601]

Sua estada na Índia transcorreu de forma positiva. Em Goa, pôde observar a interpenetração de culturas, que é um dos pilares de sua teoria lusotropical. Os telegramas do governador são eloquentes a esse respeito, como mostra o de 25 de novembro de 1951:

> Doutor GILBERTO FREYRE proferiu ontem brilhantíssima conferência Instituto Vasco da Gama subordinada tema "um amigo brasileiro de Moniz Barreto". Presidiu conferência estando sala repleta seleta assistência. Conferente salientou nossa cultura e espiritualidade várias parcelas espalhadas no mundo que denominou cultura lusotropical. Hoje dia Santa Catarina realizaram-se de manhã tradicional cerimônias velha cidade e à tarde teve lugar cerimônias junto monumento Afonso Albuquerque com extraordinária concorrência

---

[599] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PT/AHU/MU-GM/110/AMU01932.03. Cota atual: AMU 01932.03 – S02-0087/2.

[600] *Ibid.*

[601] CASTELO, Cláudia. No encalço de Gilberto Freyre pelo último império português (1951-1952). *In:* POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar Martins *et al.* (ed.). **Não nos deixemos petrificar:** reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá. Porto: CITCEM, 2021.

> muito povo e prestadas honras militares. Crianças hindu cristã e muçulmana depuseram coroas flores monumento. [...][602]

Em outro telegrama, datado 23 de novembro, o governador relata a boa impressão que um prelado hindu causou nele e em Freyre durante visita ao templo (*devalaia*) da cidade de Queula, frisando a liberdade de culto conferida pelos portugueses:

> Acompanhei Dr. GILBERTO FREYRE visita Devalaia Queula tendo sido revebidos manifestações regozijo muito cativantes de todos mazanes. Prelado hindu obsequiar-nos especialmente tendo proferidos vários discursos e lida uma mensagem muito interessante e de alto significado do prelado agradecendo tudo quanto temos feito a seu favor, vincando a liberdade que é dada a religião hindu, e enaltecento as relações estreitas existentes entre Prelados e governador. Dr. FREYRE e Governador responderam e agradeceram.[603]

Em *Aventura e rotina*, Freyre[604] conta que ficou encantado com o que viu em Goa. As semelhanças com o Brasil lhe saltaram aos olhos. Teve a impressão, por exemplo, de que Pangim, capital de Goa, lembrava São Luís do Maranhão. Também a vegetação, paisagem e cultura lhe remeteram à sua terra natal:

> É nitidamente a minha primeira reação de brasileiro às sugestões de presença lusitana com que me recebe a Índia Portuguesa: a de que não estou em terra exótica mas no Brasil. Um exotismo ou outro, é claro, dá cores orientais à paisagem e ao aspecto da população. Mas nos seus traços e até nas suas cores dominantes, tanto a paisagem como a população se apresentam ao brasileiro como paisagens e populações já vistas e já conhecidas; e não orientais ao ponto de serem exóticas. Portugal uniu-se aqui a um clima, a uma vegetação, a um tipo tropical de homem e de mulher que, semelhantes aos do Brasil, resultaram em formas de homem, de mulher, de paisagem, de cultura, que lembram a todo instante as brasileiras.[605]

Castelo[606] comenta que Freyre fez críticas apenas ao tratamento desigual que os luso-indianos recebiam nas forças armadas e na administração pública. Entretanto, não

---

[602] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PT/AHU/MU-GM/110/AMU01932.03. Cota atual: AMU 01932.03 – S02-0087/2.
[603] *Ibid*.
[604] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953.
[605] *Ibid*., p. 264.
[606] CASTELO, Cláudia. No encalço de Gilberto Freyre pelo último império português (1951-1952). *In:* POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar Martins *et al.* (ed.). **Não nos deixemos petrificar:** reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá. Porto: CITCEM, 2021.

considerou tais mazelas como essencialmente portuguesas, ligando-as às práticas inglesas e belgas.

Apesar das boas impressões de Freyre sobre Goa, o próprio regime português reconhecia a precariedade de sua presença no distante território. No *Relatório confidencial sobre as Províncias do Oriente*, de autoria de Barradas de Oliveira[607] e datado de agosto de 1952, tendo Salazar como destinatário, suas impressões são mais cáusticas:

> Por muito que nos custe escrevê-lo, a verdade é que na Índia, aparte certas zonas restritas, não temos a impressão de estar entre compatriotas. Raça, língua, religião, costumes, amor ao Passado, ideais coletivos de projeção no Futuro – tudo é diferente. Depois de alguns dias, começamos a compreender: estamos numa terra que *foi* nossa e que em determinada altura começamos *a abandonar*.

O próximo destino de Freyre foi São Tomé e Príncipe. Na comunicação entre o ministro do Ultramar e o governo local, Sarmento Rodrigues, ao recordar o desagradável episódio ocorrido em Cabo Verde em função do passaporte de Freyre, pede ao governador que trate com celeridade tais questões, pois Freyre é alguém "muito sensível". Além disso, frisa que sua visita constitui evento de "maior importância". Também pede que sua visita seja feita como a da Guiné: de forma a mostrar as obras sociais e de higiene:

> Deve passar S. Tomé bordo "PÁTRIA" professor GILBERTO FREYRE grande sociólogo brasileiro e amigo Portugal anda visita Ultramar convite Ministério. Tem maior importância sua visita S. Tomé convido mostrar-lhe progressos sociais higiene e econômicos. Agradeço V. exa. prestar-lhe maior atenção pois referido Professor muito nosso amigo mas muito sensível. Agradeço determinar não lhe sejam postas quaisquer dificuldades passaporte. Agradeço transmitir programa visita.[608]

A viagem a São Tomé foi, entretanto, extremamente curta, com duração de aproximadamente cinco horas. Constituiu uma escala até o seu destino final em Angola. Houve tempo apenas de, conforme instruído no telegrama anterior, visitar as obras sociais e participar de um banquete oferecido em sua homenagem. Conforme telegrama do governador a Sarmento Rodrigues[609]:

---

[607] OLIVEIRA, Barradas de. **Relatório confidencial sobre as Províncias do Oriente.** Lisboa, 1952.

[608] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PT/AHU/MU-GM/110/AMU01932.03. Cota atual: AMU 01932.03 – S02-0087/2.

[609] *Ibid.*

> Para conhecimento V. exa. comunico vapor "PÁTRIA" onde viajava GILBERTO FREYRE chegou pelas 18 horas de sábado 22 o que não permitiu dar muito brilhantismo sua recepção contudo visitou todas obras sociais já inauguradas e em curso e outras. Foi-lhe oderecido banquete Palácio Governo com assistência todos altos funcionários Província tendo num brilhante improviso agradecido carinhosa recepção.

Com sua maneira frequente de fazer comparações entre portugueses e brasileiros, em *Aventura e rotina*, Freyre[610] compara o governador, Carlos Gorgulho, com um gaúcho:

> Chego a São Tomé, de vapor; de barco, como dizem os portugueses. Vem receber-me o Governador de São Tomé e Príncipe, Comandante Carlos Gorgulho. Tenho a impressão de um português com alguma coisa de espanhol; de um brasileiro do Rio Grande do Sul com alguma coisa de espanholo-americano, à maneira dos Flores da Cunha, dos Luzardos, dos gaúchos mais enfaticamente gaúchos.

A viagem então seguiu para Angola. Consta que foi uma viagem preparada com muito cuidado, devido às inconveniências vividas por Freyre em Cabo Verde. Tratou-se de uma estadia de cerca de 15 dias, cujo programa de viagem foi bastante discutido. Já no dia 4 de dezembro, visto que a chegada de Freyre ocorreu na véspera de Natal, Sarmento Rodrigues instruiu o governador-geral de Angola, Agapito Silva Carvalho – "[...] um governador mais de campo do que de gabinete. Ninguém menos burocrático. Ninguém mais atento aos problemas vivos que outros administradores preferem considerar à distância e sob a forma de relatórios"[611] – a como receber o ilustre visitante:

> Professor GILBERTO FREYRE que já visitou Cabo Verde Guiné e Índia vai partir brevemente bordo "PÁTRIA" PARA S. Tomé Angola e depois seguir avião Moçambique. Chegada provável Luanda dia 21. Demora provável Angola 15 dias. Agradeço V.exa. mandar reservar instalações melhor hotel e manifestar toda consideração e atenções pois ser pessoa muito sensível mas inteiramente dedicado Portugal. Agradeço arranjar programa visita motivos mais importantes Luanda seus profressos e desenvolvimento indústria instalações indígenas Mabubas abastecimento água depois Duque Bragança Nova Lisboa Lobito Benguela Sá Bandeira Mossamedes, deserto pescarias caracul muito importante. [...] Agradeço V. exa. determinar que lhe não sejam postas quaisquer dificuldades passaporte ou aduaneiros que muito impressionam professor FREYRE.[612]

---

[610] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 319.
[611] *Ibid.*
[612] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PT/AHU/MU-GM/110/AMU01932.03. Cota atual: AMU 01932.03 – S02-0087/2.

Mais uma vez, fica patente o desejo das autoridades portuguesas em mostrar a Freyre os progressos sociais e econômicos advindos da colonização portuguesa. Entretanto, o visitante acabou por tocar em um ponto sensível da administração local: o desejo de visitar a Companhia de Diamantes de Angola. Sarmento Rodrigues, mesmo que contrariado, acatou o pedido de Freyre, transmitindo ao governador a seguinte mensagem, datada do dia 17 de dezembro de 1951:

> Devido atraso partida navio certamente programa tem de ser alterado. Também me parece fatigante mas paciência talvez pudesse eliminar alguns números Baía Tigres Porto Alexandre menos impressionantes. Deseja visitar Companhia Diamantes penso ser conveniente não contrariar mas fazer visita breve por falta tempo. Concordo com nomes pessoas V.exa. indicou. Agradeço enviar programa definitivo.[613]

Conforme explica Castelo[614], o desejo de Freyre de conhecer a Companhia de Diamantes se baseou no fato de ter algo para criticar no livro que viria a escrever, sem, no entanto, comprometer o regime português. Dávila[615] registra que, mesmo quando Freyre percebeu fatos que contradiriam as suas teses, como a prática de racismo observada em relação à mineração de diamantes em Angola, ele descartou as evidências, relacionando-as com comportamentos influenciados por estrangeiros.

No caso da Companhia dos Diamantes, culpabilizou a proximidade com os colonizadores belgas do Congo por essa prática racista. Referindo-se ao diretor da empresa, afirmou que este comandava "um sistema que em algumas das suas raízes e em várias das suas projeções não é sociologicamente português, prejudicado, como se acha, por um racismo que é de origem belga e por um excesso de autoritarismo que é também exótico em sua origem e em seus métodos".[616] Freyre invocava tais apontamentos como evidências de seu distanciamento ao regime português.

O programa de viagem foi então alterado para atender às expectativas de Freyre. Ainda assim, como o próprio ministro salientou, tratava-se de uma viagem bastante

---

[613] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PT/AHU/MU-GM/110/AMU01932.03. Cota atual: AMU 01932.03 – S02-0087/2.

[614] CASTELO, Cláudia. No encalço de Gilberto Freyre pelo último império português (1951-1952). *In:* POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar Martins *et al.* (ed.). **Não nos deixemos petrificar:** reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá. Porto: CITCEM, 2021.

[615] DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico:** Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980. Durham: Duke University Press, 2010.

[616] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 93.

exaustiva. Após sua chegada em Luanda, o governador enviou ao ministro o programa atualizado no dia 26 de dezembro de 1951:

> Referência 236 CIF programa definitivo elaborado com professor FREYRE seguinte:
> 26- Luanda visita colégios escolas liceu instituições assistência muse.
> 27- Mabubas Tentativa indústrias de Luanda sessão de homenagem da Sociedade Cultural.
> 28 a 31- visita à Companhia dos Diamantes.
> 1- Silva Porto.
> 2- Nova Lisboa
> 3- Sá da Bandeira Humpata Tchivinguiro.
> 4- Kerakul.
> 5- Moçamedes sobrevoando Alexandre Tigres.
> 6- Lobito Benguela jantar despedida Luanda.
> 7- partida para L. Marques em avião especial.[617]

No discurso que pronunciou antes de partir, Freyre teceu elogios a Angola e, sobretudo, a Portugal. Seu pensamento estava convictamente "lusotropicalizado", ao descrever uma colonização que, segundo ele, prescindia da força bruta em favor de uma doce assimilação. Essa doçura amorosa estaria presente em todos os âmbitos, desde a paisagem à preparação dos alimentos, passando pelas faces das pessoas:

> Aqui, a presença de Portugal não significa a ausência, muito menos a morte da África. Portugal ganha nova energia, fixando-se em Angola. Angola, lusitanizando-se, enriquece sua vida, sua paisagem, sua economia, sua cultura, de valores europeus que aqui, neste mundo em formação, confraternizam com valores nativos ou tropicais, sem humilhá-los: a oliveira ao lado da bananeira; a uva ao lado do dendém; a macieira ao lado da palmeira; o branco ao lado do preto.[618]

No fim das contas, apesar de exaustiva, sua viagem por Angola transcorreu sem maiores problemas, como atesta o telegrama enviado pelo governador a Sarmento Rodrigues, emitido no dia 8 de janeiro de 1952, quando Freyre já havia deixado Angola com direção ao derradeiro destino de sua longa viagem: Moçambique:

> [...] comunico V. exa. professor GILBERTO FREYRE seguiu ontem de avião para L. Marques depois ter cumprido integralmente programa enunciado meu 200 CIF. Tenho prazer comunicar mais que visita decorreu muito bem levando Professor GILBERTO FREYRE melhores impressões da província e de suas gentes e atividades como aliás registou vários livros de visitantes e declarou eloquentemente em mensagens

[617] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 93.
[618] *Id*. **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010. p. 221.

> lidas Rádios Clubes de Nova Lisboa e de Benguela e ainda em seu discurso pronunciado ontem durante jantar despedida realizado sua honra residência Governo e hoje em telegrama enviado de bordo avião.[619]

A última parada da longa viagem de Freyre às Províncias Ultramarinas foi Moçambique, onde permaneceu por 11 dias, em mais um roteiro de viagem cansativo e bastante controlado. O governador, Gabriel Teixeira, a quem Freyre comparou, desta vez, com um carioca – "[...] com o gosto pelas alegrias da vida. É fino, elegante, de espírito sempre moço"[620] –, enviou a Sarmento Rodrigues uma descrição bastante detalhada do itinerário do viajante brasileiro, com as habituais visitas aos pontos mais desenvolvidos da então Província Ultramarina, desta vez destacando até mesmo os horários de cada visita.

No dia de sua chegada, Freyre, segundo o programa, visitou uma escola técnica, o liceu Salazar, escolas primárias e o museu Álvaro de Castro. No segundo dia de sua viagem, 9 de janeiro, Freyre visitou a Direção dos Serviços de Administração Civil, em que foi acompanhado pelo diretor, Juvenal de Carvalho, a quem coube mantê-lo informado acerca dos progressos relativos à política indígena, à ação missionária e ao desenvolvimento social.

Dada a ampla extensão territorial de Moçambique, Freyre realizou parte do percurso por via aérea, como na visita à cidade da Beira, localizada ao norte da então província. Nessa cidade, onde permaneceu no dia 12 de janeiro, visitou o porto e as indústrias locais. No dia 19 de janeiro, passou um dia em Joanesburgo, de onde tomou o voo de regresso a Lisboa. Conforme telegrama do governador a Sarmento Rodrigues, emitido em 19 de janeiro de 1952:

> [...] informo V. exa. Professor tomou hoje avião para Joanesburgo deixando por sua simpatia, cultura, simplicidade, compreensão problemas portugueses, mais gratas recordações todos com ele contatarem. Na tendência para trabalho diário esquecermos valor relativo marca atinfida, dá-nos novo alento ouvir falar de nós como GILBERTO FREYRE convictamente faz. Apesar curto tempo, julgo ter professor ficado compreensão essencial Moçambique [...].[621]

A localização geográfica de Moçambique, especialmente de sua capital, então Lourenço Marques, situada próxima à fronteira da África do Sul, contribuiu para uma

---

[619] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PT/AHU/MU-GM/110/AMU01932.03. Cota atual: AMU 01932.03 – S02-0087/2.
[620] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 403.
[621] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, *op. cit.*

impressão distinta por parte de Freyre em relação às demais Províncias Ultramarinas. Em *Aventura e rotina*, o sociólogo expõe que os habitantes de Moçambique guardariam semelhanças com os vizinhos, de colonização anglo-saxã. Nas suas tão frequentes comparações com o Brasil, Freyre aponta que Lourenço Marques seria mais próxima das capitais do Sul do Brasil, como Porto Alegre e Curitiba:

> Descendo no aeroporto de Lourenço Marques, do avião português em que viajo há dias, desde Luanda, recebe-me a mais simpática das multidões. Simpática porém um tanto sóbria: alguma coisa anglicizada nos seus gestos e modos. A minha impressão é um tanto a de quem chegasse, no Brasil, do Rio de Janeiro a Porto Alegre ou a Curitiba. Vejo, desde o meu primeiro contato com a capital de Moçambique, que estou em área de população civilizada mais "arianizada" – como diria Mestre Oliveira Viana – do que Luanda ou Benguela. Não só mais "arianizada": mais anglicizada.[622]

Ao comparar a situação moçambicana com a brasileira, Freyre faz uma crítica aos sociólogos marxistas por atribuírem tal "arianismozinho" (expressão de Freyre), encontrado principalmente em São Paulo e em algumas regiões do Sul do Brasil, à industrialização. Ele defende que isso advém da endogamia de uma imigração recente, citando aí "israelitas, sírios e outros"[623], que se recusa a miscigenar-se. Como exemplo de imigrantes dispostos à miscigenação e "sensíveis aos encantos sexuais da mulher de cor"[624], Freyre aponta, naturalmente, os portugueses, como também os espanhóis, os italianos e até mesmo os alemães, quando estão em pequenos grupos, e não em comunidades maiores.

Em seguida, elogia as instalações do hotel onde ficou hospedado, com "piscina tão sedutora quanto a do Copacabana, no Rio", bons quartos e serviço, feito por "pretos limpos, ágeis, muito corretos em seus uniformes". Entretanto, faz uma dura ressalva: trata-se, segundo ele, de um hotel *arianista*, ou *endogamista*. Hospeda anglo-saxões, *boers* e israelitas, mas recusa-se a hospedar pessoas de cor:

> [...] nem como hóspedes nem simplesmente como visitantes, por mais cultos, por mais finos, por mais gentis que sejam essas pessoas. Estranho que o Governo Português permita que isto se verifique na África Portuguesa. Efeito de qualquer espécie de "industrialização"? Só se for da industrialização dos hotéis. Pouco inclinados a este tipo de indústria, os portugueses vêm deixando-a cair, na África, em mão de estrangeiros

---

[622] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 399.
[623] FREYRE, *loc. cit.*
[624] FREYRE, *loc. cit.*

> que se aproveitam do fato para fazer dos seus estabelecimentos pequenas ilhas não só tecnológica como sociologicamente à parte da vida e da cultura portuguesas.[625]

Essa observação mostra-se relevante porque o sociólogo procede da mesma forma como em relação aos casos de racismo encontrados na Companhia de Diamantes de Angola: culpa os estrangeiros, que aplicam práticas alheias às fraternas e benevolentes tradições portuguesas. Entretanto, o próprio governo português tinha noção do problema racial, especialmente em Moçambique.

Em um relatório confidencial assinado pelo antropólogo Jorge Dias, datado de 1960 e referente a uma viagem de estudos ocorrida no ano anterior – tendo as ideias de Gilberto Freyre de uma civilização lusotropical firmemente arraigadas –, há uma série de evidências que apontam a existência de racismo nas Províncias Ultramarinas portuguesas, sobretudo em Moçambique. Relatando o encontro com o proprietário de uma loja de objetos de arte em Dar-es-Salaam, capital da então colônia britânica de Tanganica (hoje Tanzânia), lamenta:

> A certa altura, um deles virando-se para o dono da loja disse: "É a primeira vez que falamos com portugueses, *a gente lá tem medo de falar com os brancos*!!" Isto é doloroso e fere a nossa sensibilidade, mas não quero deixar de dizer o que ouvi, pois parece-me fundamental fazermos um grande esforço e conquistar o terreno perdido.[626]

O antropólogo sugere algumas medidas que deveriam ser tomadas pelos colonos brancos, com o intuito de buscar uma convivência mais harmoniosa com os africanos, como, por exemplo, não impedir que os indígenas se divertissem ao seu modo, deixando que cantem e dancem, pois se trata de práticas que constituem "uma grande fonte de vigor e de energia física e de expressão lúdica da alma".[627] Adverte ainda: "Se lhes impedirmos esses divertimentos – sempre que não haja razões especiais para tal –, vamos criar-lhes recalcamentos que serão sempre uma fonte de animosidade e de perigo contra nós".[628] Ressalta ainda que os colonos brancos não deveriam ridicularizar costumes e práticas religiosas das populações nativas, por mais estranhas que pareçam ao colonizador, assim

---

[625] FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953. p. 400.

[626] DIAS, Jorge; GUERREIRO, Manuel Viegas; DIAS, Margot. **Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul-Africana). Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português.** Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, 1960. p. 25. [Grifo do original.]

[627] *Ibid*., p. 32.

[628] DIAS, *loc. cit*.

como deveriam respeitar as hierarquias locais, tratando sem grosserias aquele que exercesse um cargo de consideração entre os indígenas.

Tais apontamentos revelam de forma eloquente como o racismo era uma prática corrente em Moçambique sob o domínio português. Para arrematar, Dias[629] orienta a criação de ações educativas em relação aos colonos brancos: "Devia-se também exercer uma grande ação educativa em todo o colono, ensinando-o a respeitar o indígena, não usar nunca como insulto a diferença de cor. É frequente, sobretudo as *senhoras* chamarem os criados: 'Seu negro!' como se fosse o pior dos insultos".

Esses relatos demonstram que as práticas racistas encontradas em Moçambique não eram exclusivamente ligadas às influências estrangeiras, mas faziam parte dos costumes da população branca local. Entretanto, Dias[630] está convicto do credo lusotropical e vê no influxo de colonos europeus uma forma de desenvolver as colônias portuguesas:

> Por sua vez, desde que a densidade europeia aumente, a situação muda, e muitos dos problemas atuais podem ser resolvidos. Desta maneira íamos contribuindo para o desenvolvimento lento e progressivo das populações nativas, num plano de convívio harmonioso com os metropolitanos, permitindo que, num futuro mais ou menos distante, se viessem a constituir verdadeiras Províncias Ultramarinas, com população autenticamente portuguesa, apesar do seu substracto ser multi-racial. Ninguém melhor do que nós pode realizar tal obra se houver sinceridade de propósito, confiança nas nossas qualidades, e vontade firme de triunfar.

Por fim, ao atribuir a prática discriminatória observada no hotel de Lourenço Marques às influências estrangeiras, notadamente anglo-saxãs, Freyre oferece uma interpretação que é relativizada por Dias, o qual observa que os portugueses não costumavam ser bem-vistos no país vizinho, sendo, muitas vezes, discriminados em função da cor de sua pele. Ao mencionar que havia, por parte de certos elementos da União Sul-Africana, a ambição de anexar Moçambique, o antropólogo ressalta que os portugueses encaravam a situação de forma distinta: a alguns agradava uma federação econômica, enquanto outros, embora reconhecessem as possíveis vantagens econômicas, mostravam-se reticentes diante de tal união:

---

[629] DIAS, Jorge; GUERREIRO, Manuel Viegas; DIAS, Margot. **Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul-Africana). Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português.** Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, 1960. p. 32.

[630] *Ibid*., p. 34.

> [...] são suficientemente lúcidos para ver que, uma vez realizada a Federação, a União trataria de dar primazia aos elementos nórdicos, e colocaria os portugueses brancos em posição subalterna. *Os casos de portugueses que foram à União, e antigamente à Rodésia, e que não eram recebidos nos hotéis, por não serem muito brancos, serve-lhes de lição.* Encontramos ainda, e, felizmente, são estes a maioria, os que são portugueses até a raiz dos cabelos, e não aceitariam de bom grado qualquer situação desta natureza.[631]

Freyre retornou a Lisboa, via Joanesburgo, no dia 21 de janeiro de 1952. A viagem de Freyre pelo Ultramar português foi muito bem recebida pelas autoridades portuguesas. Quando do seu retorno ao Brasil, Sarmento Rodrigues agradeceu ao sociólogo por seus esforços, em telegrama do dia 9 de fevereiro de 1952:

> DESEJO VOSSA EXCELÊNCIA TENHA REGRESSADO COM TODA FELICIDADE JUNTO SUA EXCELENTÍSSIMA FAMÍLIA. GUARDAREMOS MAIS GRATA RECORDAÇÃO SUA VISITA PORTUGAL ALÉM MAR ONDE SERÁ LEMBRADO COM ADMIRAÇÃO SIMPATIA ALTO ESPÍRITO GRANDE E VALOROSO AMIGO PONTO AFETUOSOS CUMPRIMENTOS.[632]

Acerca da viagem, Castelo[633] afirma que constituiu o momento de conceitualização do lusotropicalismo, assim como o momento de sua apropriação político-ideológica pelo Estado Novo. Segundo a historiadora, nesse momento houve certa convergência na opinião pública em relação ao direito de soberania portuguesa sobre os territórios ultramarinos:

> Encontramos representantes da oposição democrática e "humanistas de esquerda" ao lado de colonialistas da *situação*, todos empenhados em saudar o sociólogo brasileiro que tem sabido realçar a benignidade da colonização portuguesa, o seu caráter cristocêntrico, tolerante e igualitário.[634]

---

[631] DIAS, Jorge; GUERREIRO, Manuel Viegas; DIAS, Margot. **Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul-Africana). Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português.** Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, 1960. p. 36. [Grifo nosso.]

[632] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PT/AHU/MU-GM/110/AMU01932.03. Cota atual: AMU 01932.03 – S02-0087/2.

[633] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.

[634] *Ibid*., p. 96.

Dávila[635] assinala que o retorno de Freyre ao Brasil, primeiramente ao Recife e logo em seguida ao Rio de Janeiro, ocorreu juntamente a uma série de conferências e entrevistas a respeito de sua viagem. Trouxe de Portugal presentes que tinham por objetivo aumentar o prestígio do país no Brasil do segundo governo Vargas, dentre eles uma edição especial de *Os lusíadas*, com capa cravada de pedras preciosas, para ser entregue por Freyre ao presidente. Dessa forma, Freyre tornou-se um mediador de Vargas e Salazar, consolidando seu papel de intérprete da obra portuguesa. Dávila[636] ainda afirma que uma longa amizade se estabeleceu com Sarmento Rodrigues, que sobreviveu, até mesmo, à queda do império colonial português.

Entretanto, quando confrontado por suas *liaisons dangereuses* com o salazarismo, Freyre reagia de forma enérgica. Após seu retorno ao Brasil, foi acusado pela escritora Rachel de Queiroz de ter aceitado um convite da ditadura salazarista, ao que Freyre[637] respondeu se esquivando e afirmando que recebera o convite do país, e não do regime:

> Antes de censurar-me por ter aceito do Ministério do Ultramar de Portugal convite para ver de perto, coisas e paisagens luso-tropicais na África e no Oriente, a ilustre escritora bem poderia ter considerado as condições em que aceitei esse convite [...] Sabe a admirável Rachel quais os desejos do Ministro do Ultramar? Que eu visse as coisas ultramarinas com olhos livremente críticos. Que anotasse deficiências. Que sugerisse retificações. Que prolongasse o mais possível a viagem.

Esse recorte de imprensa foi enviado ao chefe de Gabinete do ministro do Ultramar em agosto de 1952. Foi publicado com o título "*Outros pontos nos ii"* na revista *O Cruzeiro*, para a qual Freyre contribuía. Periódico de prestígio e de ampla circulação, era destinado às classes médias urbanas e caracterizado por uma linha editorial liberal-conservadora, ainda que não monolítica. A circulação nacional da revista fazia com que houvesse certa pluralidade de conteúdo, no que toca à representação das diversas realidades do país, por isso a presença de um colunista do prestígio de Freyre (com sua ligação incontornável ao Nordeste brasileiro) servia também a tais propósitos. Em relação à falta de liberdade em Angola, Freyre[638] menciona que teve contato com opositores:

---

[635] DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico:** Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980. Durham: Duke University Press, 2010.

[636] *Ibid.*

[637] ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO. PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPAI-RNP-38/DC00075.

[638] FREYRE, Gilberto. Outros Pontos nos ii. **O Cruzeiro**, ano XXIV, n. 39, 12 jul. 1952.

> Também fui procurado por anônimos em Luanda que me disseram todo o mal que quiseram ou puderam, não só do atual Governo Português como de Portugal: em alguns deles senti logo a origem da maledicência. Outros me falaram do seu separatismo. A todos procurei ouvir com atenção, anotando ressentimentos, críticas, censuras ao Governo, à Igreja, a missionários.

Em um ofício assinado por Antonio de Faria, o trecho supracitado merece destaque, visto que a menção a separatistas não foi bem-vista, por ter sofrido "ampla divulgação". Entretanto, o remetente afirma que esse fato que não é inteiramente desconhecido. Pode-se perceber que havia, para além do interesse nas publicações de Freyre na imprensa, a preocupação em apresentar as Províncias Ultramarinas como áreas marcadas pela harmonia social, razão pela qual ruídos nesse sentido eram logo reportados às máximas autoridades nos Ministérios do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros.

Freyre sempre se mostrou comprometido com sua "independência". Embora as suas ligações com o salazarismo fossem bastante notórias, e apesar de seu apoio à ditadura militar de 1964, o sociólogo buscou demonstrar que não era tutelado por regimes políticos ou ideologias. No caso do Estado Novo português, por vezes criticou aspectos do regime, mas buscava eximir de responsabilidade Salazar ou as diretrizes gerais do governo, alegando que as eventuais falhas eram mais residuais do que sistêmicas. Isso aconteceu quando da sua viagem às colônias portuguesas, ao criticar o racismo presente na Companhia de Diamantes de Angola. Criticou o fato, mas atribuiu tal conduta à influência dos vizinhos belgas, estes, sim, responsáveis por uma postura tão pouco portuguesa.

Outro episódio que gerou crítica ao regime foi a prisão de dois influentes oposicionistas em 1958: Jaime Cortesão e António Sérgio.[639] Este último havia prefaciado a obra *O mundo que o português criou*. Freyre criticou de forma veemente o fato, embora tenha eximido de responsabilidade o líder do regime, Salazar. Em "Contra o policiamento português", publicado no *Diário de Pernambuco* em 7 de dezembro de 1958, Freyre[640] denuncia:

> Sou dos que não se conformam com a notícia de terem sido presos, não em Budapeste, mas em Lisboa, o grande historiador Jaime Cortesão e o grande ensaísta António Sérgio. Ao contrário: aqui estou com minha indignação e com o meu protesto contra violência tão surpreendente por parte do atual governo português.

---

[639] Para melhor compreensão da atuação de Cortesão e Sério na oposição ao Estado Novo português, ver: CARDOSO, Lucileide Costa. Vida vigiada: Jaime Cortesão sob as lentes da PIDE/DGS. **Anos 90**, v. 29, p. 1-26, 2022. Doi: https://doi.org/10.22456/1983-201X.111636.

[640] FREYRE, Gilberto. Contra o policiamento português. **Diário de Pernambuco**, 7 dez. 1958.

Com seu estilo literário caracteristicamente afiado, Freyre[641] critica, termos veementes, a detenção dos dois intelectuais. Reconhece que suas ideias não são convergentes com as diretrizes do Estado Novo, mas sustenta que isso não constitui motivo para persegui-los:

> A não ser que Portugal esteja começando a resvalar para a desgraçada condição daqueles países que, mesmo depois de aparentemente desestalinizados, se têm extremado na brutalidade policial contra alguns dos seus melindres intelectuais, pelo puro crime de não coincidirem as ideias desses homens, superiores pela inteligência, pelo saber e pelo caráter, com a dos mediocrões, por vezes velhacos, donos absolutos do poder nacional em tais repúblicas ditas populares e até socialistas: o poder chamado, nesses países, "soviético", mas, na verdade, cruamente, estupidamente, simplistamente ditatorial. Despótico, caprichoso como o quero, posso e mando dos antigos pachás. Instrumento de vingança de inferiores contra superiores.

Apesar das palavras muito fortes contra o regime, Freyre[642] não busca culpar totalmente a figura de Salazar, a quem louva a inteligência e qualifica como "talvez o maior estadista dos nossos dias" – opinião compartilhada, aliás, por Plínio Salgado:

> A prisão de Cortesão e de Sérgio deve ter acontecido à inteira revelia do Professor Oliveira Salazar. Nem por isso deixa de haver de sua parte uma responsabilidade que precisa de ser definida e explicada para que não se propague o mito de se ter tornado Portugal quase igual a qualquer das chamadas "repúblicas socialistas" [...] O Professor Oliveira Salazar não nos faltará com a sua palavra de esclarecimento: palavra que reabilite o seu nome de estadista autêntico – talvez o maior dos nossos dias – e restaure o seu prestígio de homem superiormente de bem e o estadista inconfundivelmente autêntico a quem Portugal deve sua atual reabilitação e sua moderna restauração.

Nesta pesquisa, não se encontrou ataque mais direto por parte de Freyre ao regime português, embora o sociólogo relute em acreditar que a perseguição aos notáveis intelectuais portugueses seja movida por ordem direta do líder do Estado Novo.

Sua longa viagem pelo Ultramar rendeu dois frutos: *Aventura e rotina*, o diário de sua viagem, com mais de 400 páginas; e *Um brasileiro em terras portuguesas*, que contém as conferências proferidas na viagem. As duas obras foram publicadas em 1953, e sua

---

[641] FREYRE, Gilberto. Contra o policiamento português. **Diário de Pernambuco**, 7 dez. 1958.
[642] *Ibid.*

importância reside em ser a primeira conceitualização formal do lusotropicalismo.[643] No texto "Uma cultura moderna: a lusotropical", conferência proferida no Instituto Vasco da Gama em Goa, quando da sua viagem em novembro de 1951, Freyre[644] utilizou a expressão "lusotropical", que também aparece no telegrama enviado pelo governador a Sarmento Rodrigues:

> Hoje, para bem nos compreendermos uns aos outros, portugueses e descendentes de portugueses – descendentes pelo sangue ou pela cultura – ou continuadores deles pela ação ou pelos motivos essenciais da vida ou, ainda, pelos estilos de convivência, precisamos de pensar e de sentir lusotropicalmente. E para assegurar a permanência, o vigor, a unidade dessa civilização formada pelo português – a lusotropical – precisamos, em face de certos problemas, de agir, e não apenas de pensar e de sentir, lusotropicalmente.

Entre as medidas de ação propostas por Freyre para viver "lusotropicalmente" está a aproximação das várias regiões de colonização portuguesa espalhadas pelo mundo, na busca por um intercâmbio maior nos campos político, econômico e cultural, sem a permanente assistência dos órgãos oficiais. Como se verá mais adiante, é possível entrever, ainda que nas entrelinhas, que Freyre[645] vê o Brasil como a grande locomotiva dessa comunidade lusotropical:

> Vivemos demasiadamente alheios ou estranhos uns aos outros, os homens de províncias que pela língua comum, pelas tradições comuns, pelas tendências igualmente comuns formam essa unidade transnacional de cultura que é a lusotropical. Precisamos, brasileiros e portugueses das várias províncias do Brasil e de Portugal, de nos conhecer melhor, não só por intermédio de órgãos oficiais situados nas metrópoles como espontânea e diretamente, pela maior aproximação de umas províncias com as outras, para, unidos, nos desenvolvermos numa força que de algum modo restaure e até amplie o prestígio que chegou a alcançar o gênio português na criação literária, na artística e na científica.

---

[643] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.

[644] FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010. p. 132.

[645] *Ibid*., p. 135.

Não é apenas nessa conferência que a expressão é trabalhada, por isso é oportuno trazer a conferência "Em torno de um novo conceito de tropicalismo", proferida na Universidade de Coimbra, em janeiro de 1952. De acordo com Freyre[646]:

> Essa expressão – lusotropical – parece corresponder ao fato de vir a expansão lusitana na África, na Ásia, na América, manifestando evidente pendor, da parte do português, pela aclimação como que voluptuosa e não apenas interessada em áreas tropicais ou em terras quentes. Donde não se pode falar em tropicalismo moderno sem se destacar a ação do português como pioneiro de modernas civilizações tropicais: aquelas em que a valores e sangues tropicais juntam-se, em novas combinações, valores e sangues europeus.

O intelectual ainda propõe uma nova ciência para estudar as questões relativas à colonização tropical lusa, a *lusotropicologia*. Em 1958, lançou a obra *Integração portuguesa nos trópicos*, em que apresenta uma síntese do que seria a civilização lusotropical:

> [...] o que denominamos "civilização lusotropical" não é, biossocialmente considerada, senão isto: uma cultura e uma ordem social comuns à qual concorrem, pela interpenetração e acomodando-se a umas tantas uniformidades de comportamento do Europeu e do descendente e do continuado do Europeu nos trópicos – uniformidades fixadas pela experiência ou pela experimentação lusitana – homens e grupos de origens étnicas e de procedências diversas. Vê-se que assim que é um conceito, o sociológico, de civilização lusotropical, de cultura e ordem social lusotropicais, que ultrapassa o apenas político ou retórico ou sentimental de "comunidade luso-brasileira" [...].[647]

As características fundamentais do lusotropicalismo seriam, portanto, a mobilidade, a facilidade de aclimatação e o gosto pela miscigenação, acrescidas de uma forma de conquista fortemente influenciada pelos mouros – retomando-se, assim, a imagem do português como um povo marcado pelo equilíbrio dos antagonismos –, bem como pelo direcionamento evangelizador e cristão de sua obra colonizadora, definido como o caráter *cristocêntrico* da colonização portuguesa. Percebe-se que o sociólogo sustenta que a religiosidade, muito mais que a pureza racial, constituiria uma barreira para a entrada de estrangeiros no Brasil colonial. Nesse quadro, o conceito se desdobra na noção

---

[646] FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010. p. 172.

[647] FREYRE *apud* PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, v. XI, n. 6, jun. 2009.

de um colonizador português orientado por uma lógica cristocêntrica, a qual influenciaria seus objetivos tidos como fraternais e civilizadores no contato com outros povos tropicais:

> Da cultura que seria objeto de tais estudos já sugeri que se tem revelado menos etnocêntrica do que cristocêntrica, não pelo fato de se ter manifestado mais cristã do que as outras, mas pela circunstância do seu apoio sociológico ter sido nos dias decisivos da expansão do Português nos Trópicos, ante a condição psicossocial ou psicocultural de cristão do mesmo Português que a sua situação biossocial de Europeu ou de branco.[648]

Freyre ainda publicaria outra obra sobre o tema, *O luso e o trópico*, de 1961. Castelo[649] defende que, nesse livro, o conceito assume uma projeção mais assumidamente política, tendo a obra sido encomendada pela Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário do Infante D. Henrique:

> O Estado Novo utiliza esses livros, supostamente científicos, como instrumento de propaganda e de legitimação da sua política colonial. Se a manipulação político-ideológica é exterior aos textos, no interior dos textos radica a sua possibilidade. O autor não deixa de ser conivente com esse processo.

Na sua obra, entretanto, ao invocar os argumentos sociológicos que utiliza para justificar sua atuação, Freyre[650] procura afastar a pecha de "lusomaníaco", ao defender o aspecto "científico" da ação colonizadora portuguesa:

> Recordar esse fato não é ser o indivíduo lusomaníaco: excesso de que venho sendo acusado por mais de um crítico. Recordar esse fato é procurar-se reabilitar um tipo de homem e uma forma de cultura caluniados ou apenas esquecidos: o Português que ligou mais do que ninguém a civilização europeia aos Trópicos através de uma obra não apenas intuitiva, mas, em parte, científica: de estudo, previsão e experimentação, e não somente de aventura.

Apesar de sua defesa da obra colonizadora portuguesa e de sua vinculação com o Estado Novo, não deixa de ser curioso notar que em sua teorização não está excluída a possibilidade de independência dos territórios lusotropicais. No interior dessa

---

[648] FREYRE, Gilberto. **O luso e o trópico.** Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961. p. 51.

[649] CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011. p. 37.

[650] FREYRE, *op. cit.*, p. 49.

comunidade, poderia haver espaço para distintas realidades nacionais. Pinto[651] observa que, com isso, Freyre se colocava para além de Portugal, na medida em que sua obra estaria também destinada a "um projeto brasileiro de hegemonia geopolítica, e não meramente transformar suas reflexões em apologia do regime salazarista".

Gonçalves[652] destaca a ambiguidade do pensamento de Freyre: ao fazer a apologia da ação colonizadora portuguesa, elege o Brasil como seu arquétipo. Foi no Brasil, mais do que em qualquer outro território do império colonial, que a miscigenação se deu com mais intensidade. Foi o Brasil que realizou a aptidão portuguesa pela colonização em áreas tropicais. Nesse sentido, cabia ao Brasil, e não a Portugal, a liderança de uma "civilização lusotropical" no devir:

> É essa singular condição brasileira, aos olhos de Gilberto Freyre, que fazia do país, mais do que o próprio Portugal, a grande referência para todos os povos de expressão portuguesa. O que atribui ao Brasil uma grande responsabilidade, que incluía "nossos deveres de solidariedade ativa, e não apenas sentimental, para com os povos de formação lusitana e de língua portuguesa dispersos pelo mundo e que se voltam para o Brasil como para o mais adiantado de seus irmãos".[653]

Do mesmo modo, Schneider[654] defende que a produção freyreana, no que concerne ao lusotropicalismo, não foi um mero apoio ao colonialismo português, ao qual o sociólogo era inequivocamente simpático, mas também um projeto caracterizado por um "Brasil-centrismo" nesse mundo lusotropical. Essa faceta do lusotropicalismo estaria presente, sobretudo, nos textos de Freyre para a imprensa, especialmente na coluna que manteve por longos anos na revista *O Cruzeiro*. Nesse sentido, a manutenção do colonialismo português na África é também uma oportunidade de manter tais países na órbita de influência do Brasil.

Schneider[655] revela uma instigante discussão de Freyre com o diplomata Maurício Nabuco, filho de Joaquim Nabuco, que defendia uma posição diplomática brasileira mais

---

[651] PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, v. XI, n. 6, jun. 2009. p. 157.
[652] GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
[653] *Ibid.*, p. 97-98.
[654] SCHNEIDER, Alberto Luiz. A centralidade do Brasil no discurso luso-tropical de Gilberto Freyre na revista *O Cruzeiro* (1952-1961). **Varia Historia**, v. 41, p. 1-39, 2025.
[655] *Ibid.*

alinhada à América do Sul e aos Estados Unidos. Na visão de Freyre[656], era fundamental que o Brasil não perdesse o contato com a África: "É que, como membro do conjunto lusitano de províncias espalhadas nos trópicos, já não pode o Brasil insistir em ser apenas um Estado americano, alheio a outras responsabilidades e relações de caráter senão político, quase político".

Dessa forma, em uma eventual independência, era melhor para os Estados africanos estarem sob a influência brasileira do que sob a influência dos norte-americanos ou dos soviéticos. A solução federalista era a defendida por Freyre, em uma comunidade supranacional de nações de herança lusa comum, em que trocas políticas, econômicas ou culturais seriam feitas de maneira horizontal, e não sob a égide da relação "metrópole-colônia":

> Na "federação luso-tropical", de acordo com a narrativa de Freyre, o Brasil ocuparia um lugar central inclusive pelo peso demográfico, econômico e geopolítico, maior que o de Portugal. Além disso, Freyre via o Brasil como uma espécie de mediador entre a Europa e o mundo tropical, especialmente a África.[657]

O historiador ainda ressalta o caráter iberista das ideias freyreanas no conturbado contexto da Guerra Fria. Nota-se que, desde seus primeiros escritos, Freyre foi crítico à sociedade industrial moderna, baseada no liberalismo e no individualismo. Portanto, defendia que o sucesso de uma nação não deveria ser medido em função de seus progressos econômicos, e sim pela harmonia de sua sociedade:

> Em tempos de Guerra Fria, ele atualiza o iberismo às condições contemporâneas, conferindo ao Brasil uma posição de aspirada centralidade. Gilberto Freyre apresenta, portanto, como já vinha fazendo desde *Casa-grande & senzala*, o Brasil como um exemplo do sucesso da presença portuguesa no mundo, uma civilização tropical, uma "potência média" que nunca deixou de ser "lusitana" e católica, logo, ibérica, sendo também um "povo criador e ativamente extraeuropeu", em condições de liderar o "desenvolvimento extraeuropeu" das regiões de língua portuguesa.[658]

---

[656] FREYRE *apud* SCHNEIDER, Alberto Luiz. A centralidade do Brasil no discurso luso-tropical de Gilberto Freyre na revista *O Cruzeiro* (1952-1961). **Varia Historia**, v. 41, p. 1-39, 2025. p. 19.

[657] *Ibid*., p. 22.

[658] *Ibid*., p. 28.

Partindo das contribuições de Schneider[659] e Costa Pinto[660], que identificam o Brasil como eixo estruturante do lusotropicalismo, a presente seção busca demonstrar como essa centralidade se manifesta empiricamente na leitura freyreana das Províncias Ultramarinas. Como "exemplo bem-sucedido", a experiência brasileira se torna uma espécie de instância normativa para as Províncias Ultramarinas. Ao longo de sua extensa viagem, Gilberto Freyre não apenas descreve a África e a Ásia a partir de categorias brasileiras, mas avalia seus sucessos e fracassos segundo critérios derivados da experiência histórica do Brasil.

Nesse contexto, o império português tardio deixa de ser pensado exclusivamente a partir da metrópole europeia e passa a ser reinterpretado por meio de sua experiência colonial mais bem-sucedida. Há um deslocamento simbólico do eixo imperial, em que o Brasil assume uma posição quase metropolitana, funcionando como mediador entre Portugal e as demais possessões coloniais.

As recorrentes analogias regionais (nas quais os governadores africanos são comparados favoravelmente a tipos regionais brasileiros) revelam que Freyre opera uma espécie de "brasilização" da leitura colonial. Trata-se menos de uma estratégia retórica casual – e à primeira vista pitoresca – do que de uma ação intencional: o Brasil funciona como um ponto de referência histórico e civilizacional para compreender a experiência colonial portuguesa fora da América.

Em relação à apropriação do conceito de lusotropicalismo, este foi adotado, principalmente, por aqueles que pretendiam defender o colonialismo, em especial a diplomacia portuguesa. Entretanto, por vezes, se observa a adoção do conceito por aqueles que, muito mais frequentemente, seriam "vítimas" dele.

Há um documento inusitado, encontrado no Arquivo Histórico-Diplomático de Lisboa, dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Trata-se de uma queixa de racismo e maus-tratos por três mulheres – uma angolana e duas cabo-verdianas – internadas no Hospital do Ultramar, em Lisboa, em 1956.[661] Em tom ufanista, as autoras assinam as cartas com "VIVA SALAZAR!" e "VIVA PORTUGAL!" e relatam graves

---

[659] SCHNEIDER, Alberto Luiz. A centralidade do Brasil no discurso luso-tropical de Gilberto Freyre na revista *O Cruzeiro* (1952-1961). **Varia Historia**, v. 41, p. 1-39, 2025. p. 19.

[660] PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, v. XI, n. 6, jun. 2009.

[661] ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO. PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPAI-RNP-38/DC00228.

abusos cometidos pela monitora do hospital. As subscritas iniciam suas declarações apresentando-se como:

> [...] todas de raça mista, mas todas portuguesas e com grande amor ao nosso querido Portugal, estão muito agradecidas ao ilustre Governo da Nação e às nossas autoridades pelo tratamento carinhoso e proteção evangélica que lhes permitiu virem gratuitamente das terras da sua naturalidade para tratarem da sua saúde no Hospital do Ultramar em Lisboa.[662]

Em seguida, após prestarem queixa contra ofensas, humilhações e discriminações que vinham sofrendo, afirmam o seguinte:

> Sabemos que essas flagrantes exceções não podem de maneira alguma macular uma política ultramarina que supera todas as outras, mas sabemos também que, se esses mesmos casos se divulgarem e se não for punida a pessoa por eles responsável, *os nossos inimigos ardilosos poderão argumentar que a teorização dos princípios de igualdade rácica, defendidos publicamente pelos Ministérios do Ultramar, Negócios Estrangeiros e Presidência se divorcia da sua efetuação na realidade prática e é apenas motivo de propaganda* pois que no próprio Hospital do Ultramar, instituição com especiais e bem evidentes responsabilidades, existe a discriminação racial e a humilhação pública dos portugueses de cor.[663]

As acusações contra a monitora do hospital são relatadas minuciosamente, acompanhadas de uma "planta" da ala em que estão internadas e detalhes dos abusos sofridos. No fim do documento, mais uma vez, tecem loas ao governo português, ao ministro dos Negócios Estrangeiros e a António de Oliveira Salazar, realçando que encaminharam a denúncia por boa-fé, por se declararem devotadas à obra civilizadora portuguesa. Argumentam, ainda, que as experiências relatadas poderiam macular tal obra – num tom que chega a sugerir uma ameaça velada.

O interesse historiográfico do documento reside precisamente neste ponto: trata-se de um caso raro, em que o argumento lusotropical é apropriado por sujeitos subalternos como instrumento de reivindicação e denúncia. Ao invocar os próprios princípios de igualdade racial proclamados pelo regime, essas mulheres expõem as fissuras entre a

---

[662] ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO. PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPAI-RNP-38/DC00228.
[663] *Ibid*. [Grifo do original.]

retórica civilizatória e a experiência vivida, revelando a ambiguidade do lusotropicalismo enquanto discurso de poder.

O episódio das mulheres africanas permite, assim, compreender o lusotropicalismo não apenas como uma doutrina elaborada por Gilberto Freyre ou como um instrumento do Estado Novo português, mas como um conceito de apropriações e ambiguidades diversas, que por um tempo serviram ao regime de Salazar, mas que se inseriam em um projeto sociológico mais amplo cuja finalidade era o Brasil, marcado por uma crítica à modernidade liberal, ao individualismo e ao universalismo progressista.

Nesse sentido, a experiência de Freyre deve ser compreendida como parte de um processo mais geral de reconfiguração discursiva, no qual Portugal opera como espaço privilegiado de legitimação histórica e sociológica. Ainda que orientada por objetivos distintos, a experiência portuguesa de Plínio Salgado também se insere em um projeto de reconfiguração – marcado pela crítica ao liberalismo e por forte inspiração no Estado Novo, principalmente no tocante à religiosidade no regime –, agora voltado à sobrevivência e à adaptação do integralismo no contexto político brasileiro do pós-guerra.

4.3 O MOMENTO PORTUGUÊS DE PLÍNIO SALGADO: SEU EXÍLIO E SUA APROXIMAÇÃO COM O SALAZARISMO (1939-1946)

O "momento português" de Plínio Salgado é anterior ao de Gilberto Freyre e mais longo temporalmente. Trata-se de seu exílio em Lisboa, entre os anos de 1939 e 1946, que ocorreu devido a questões relacionadas às suas ambições políticas, ao golpe do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937, à extinção oficial da AIB após o golpe e à reação por parte dos integralistas, culminando na tentativa de golpe fracassada contra Vargas em 1938, que tornou sua presença insustentável em território nacional.

Ao longo de sua existência oficial, entre 1932 e 1937, a AIB apresentou um crescimento no número de militantes. Tendo por base um modelo totalitário de Estado integral, calcado em concepções organicistas da sociedade e com nítidas influências dos fascismos europeus, a ideia eleitoral não constava na cartilha dos camisas-verdes. Aliás, a democracia liberal foi muito criticada pelos integralistas. Entretanto, mesmo não constituindo um partido político, a AIB participou das eleições de 1934 e obteve um

número razoável de votos. Como pontua Trindade[664], o resultado empolgou os líderes do movimento, que alteraram seu estatuto jurídico para o de partido político em 1935. A via eleitoral venceu a perspectiva insurrecional da tomada do poder. Com a obtenção do registro eleitoral em setembro de 1937, o caminho para a candidatura à Presidência de Plínio Salgado estava pavimentado.

É necessária uma breve reflexão sobre a relação complexa dos integralistas com Vargas, que acabaria por frustrar a ideia de uma candidatura de Plínio:

> A relação entre a AIB e Getúlio Vargas foi marcada por aproximações e aparente caminhos em comum e outros de profundas rupturas. A aproximação existente entre ambos era amplamente dinamizada devido a inimigos em comum, expresso pelo discurso antiliberal e anticomunista, assim como algumas reivindicações e plataformas próximas, repletas de um evidente discurso nacionalista, com a defesa da implantação de um Estado forte e centralizador e o grande apelo às classes populares, em especial os trabalhadores. Esta relação, ao que tudo indica, parece não ter sido vista com desconfiança e ressalvas pela elite integralista. De fato, o golpe de Estado que instalou a ditadura do Estado Novo contou com o apoio em alguns momentos de membros da AIB.[665]

A convergência de pautas entre os integralistas e Vargas levou o então presidente e Plínio a estabelecerem contatos antes do golpe. Conforme expõe Calil[666], a posição de ministro da Educação teria sido oferecida ao líder integralista, que acabou por aceitar o golpe do Estado Novo e chegou a oferecer milícias integralistas em caso de resistência. Gonçalves[667] afirma que Vargas soube jogar com as expectativas de Plínio, que mesmo após a extinção da AIB e dos demais partidos políticos, em dezembro de 1937, não rompeu com o Estado Novo, porque acreditava que o cargo de ministro compensava o esforço.

Entretanto, os militantes integralistas passaram a ficar com os ânimos cada vez mais acirrados, principalmente depois que Plínio, em janeiro de 1938, recusou publicamente o cargo. Gonçalves[668] afirma que, nos bastidores, houve tentativa de

---

[664] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

[665] CALDEIRA NETO, Odilon. **Integralismo, neointegralismo e antissemitismo:** entre a relativização e o esquecimento. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2011. p. 36.

[666] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

[667] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

[668] *Ibid.*

conciliação pelo menos até fevereiro. Assim, a tensão foi se tornando maior entre os integralistas e o novo regime. A ala majoritária dos militantes passou a considerar Vargas um traidor. Alguns incidentes ocorreram, porém não houve uma repressão sistemática aos integralistas.[669]

As tensões atingiram seu ponto máximo em maio de 1938, com o episódio que ficou conhecido como Levante Integralista, ou *Putsch* Integralista, uma tentativa de golpe contra o governo Vargas. Cumpre ressaltar que nem todos os envolvidos na malsucedida empreitada eram militantes integralistas, embora a responsabilidade tenha recaído majoritariamente sobre o movimento.[670] Segundo registros, o levante, liderado pelo general Castro Júnior, foi mal planejado e executado, apresentando graves problemas, o que contribuiu para que fosse repelido com facilidade pelas forças do governo.

Após o episódio, a perseguição aos integralistas se tornou mais intensa, além de haver uma ampla campanha na mídia que apontava os camisas-verdes como covardes, golpistas e "quinta-coluna".[671] Plínio permaneceu foragido durante o período posterior à tentativa de golpe. Sua esposa afirmou que foi um período duro, com constantes mudanças de domicílio até sua prisão, em janeiro de 1939. Libertado três dias depois, foi preso novamente em maio do mesmo ano. Em junho de 1939, o casal partiu para o exílio em Portugal.[672]

Plínio viveu em Portugal entre 1939 e 1946. Ao desembarcar em Lisboa, em julho de 1939, encontrou um cenário político mais receptivo às suas ideias. Na época, o país era governado por uma ditadura de direita, de caráter corporativista, antiliberal e anticomunista, também conhecida como Estado Novo, sob a liderança de António de Oliveira Salazar. Nesse contexto:

> Plínio Salgado iniciou uma tática cujo objetivo era não estabelecer publicamente ações políticas, restringindo os primeiros momentos em Portugal na busca das velhas solidariedades, mas sem ações imediatas, uma vez que tanto em Portugal quanto no Brasil havia uma instabilidade e a sua posição num lado específico poderia gerar alterações na rota do almejado poder.[673]

---

[669] VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista:** o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
[670] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
[671] VICTOR, *op. cit.*
[672] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
[673] *Ibid.*, p. 129.

As movimentações políticas não ocorreram de forma aberta, mas, logo ao chegar, Plínio estabeleceu contato com Rolão Preto, uma das principais figuras do integralismo lusitano, com quem compartilhava diversas ideias. Em escrito memorialístico presente no jornal *A Marcha*, órgão oficial do integralismo do pós-guerra, Plínio destaca a importância do pensamento de Rolão Preto: "Seus escritos muito contribuíram para a consolidação das ideias nacionalistas e de transformação social de acordo com as circunstâncias do nosso tempo".[674]

Aos poucos, foi expandindo sua rede de relações e se aproximando de intelectuais conservadores, muitos deles com influência no meio político.[675] Plínio manteve relações próximas com os principais remanescentes do integralismo lusitano, como Alberto de Monsaraz, Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Hipólito Raposo. Como explica Gonçalves[676], esse foi o grupo que mais lhe prestou apoio:

> Na altura do exílio, o grupo que mais o apoiou foi o dos integralistas de Portugal, que o acolheram e compuseram uma expressão de intensidade político-religiosa. Vale ressaltar ser o grupo de Plínio, em Portugal, diverso, sendo os integralistas apenas uma camada de importância, mas não única na propagação das ideias plinianas.

Após seu retorno ao Brasil, Salgado conservou boas memórias dos integralistas lusitanos. Na mesma edição de *A Marcha*, de 14 de junho de 1957, em que elogiou Rolão Preto, lamentou o fato de António Sardinha já ter falecido quando de sua chegada ao país, bem como destacou a convivência que teve com os demais membros do movimento:

> Convivi com seus companheiros, nos quais muito admirei não somente a cultura e a produtividade intelectual, mas acima de tudo a estirpe de paladinos. O primeiro a visitar-me foi Hipólito Raposo, cujo falecimento ocorrido quando já me encontrava no Brasil, causou-me a mais profunda mágoa.[677]

Plínio Salgado[678] guardava as melhores lembranças de Alberto de Monsaraz:

---

[674] SALGADO, Plínio. Portugal de 1910 a 1957. **A Marcha**, n. 209, 14 jun. 1957. p. 6.
[675] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.
[676] GONÇALVES, Leandro Pereira. O exílio de Plínio Salgado em Portugal: a vida de Jesus e a composição do apostolado político. **Projeto História**, n. 52, p. 140-177, 2015. p. 157.
[677] SALGADO, Plínio. Portugal de 1910 a 1957. **A Marcha**, n. 209, 14 jun. 1957. p. 6.
[678] SALGADO, *loc. cit.*

> Alberto Monsaraz, que com Luís de Almeida Braga e Pequito Rebelo, achando-se exilado na Bélgica, ali lideou o movimento integralista, é uma das figuras mais expressivas da plêiade de intelectuais criadores do Portugal Novo. [...] Esse perseverante lidador foi um dos mais ardentes animadores de seus companheiros de ideal, nos dias difíceis, e continua a constituir um centro de convergência de quantos ainda permanecem na sustentação da doutrina salvadora do seu povo.

Gonçalves[679] lembra que o integralista lusitano chegou a dedicar a Salgado um poema muito elogioso, no qual se referia ao líder brasileiro como "o quinto evangelista".

Dentre as relações sociais e políticas que Salgado manteve em Portugal, cabe destacar o contato estreito com José Osório de Oliveira, que, como apresentado no início desta seção, teve atuação destacada na promoção da literatura brasileira no país. Ademais, era próximo também de Gilberto Freyre e de diversos intelectuais brasileiros dos mais distintos matizes ideológicos, tendo sido secretário da revista *Atlântico*, promovida em conjunto pelos governos do Brasil e de Portugal. Sua relação com o Brasil data de sua juventude, quando viveu em São Paulo em função de o pai ter sido cônsul naquela cidade.

No espólio de Osório constam correspondências trocadas com Salgado. Da mesma forma, observam-se cartas de Salgado destinadas à sua esposa, a cantora lírica e escritora Raquel Bastos. As correspondências possuem um viés literário e ajudam a atestar a mudança de Salgado de líder político para escritor espiritualista.

A relação de Salgado com Osório, por sua vez, data de muitos anos antes da chegada do integralista a Lisboa. A edição de 22 de janeiro de 1937 do jornal integralista *A Razão*[680], dirigido por Jehovah Motta – militar cearense e deputado integralista –, é uma grande peça de propaganda a Plínio Salgado, com inúmeros depoimentos de personalidades de destaque sobre o líder integralista. Aventa-se a possibilidade de que tal edição esteja inserida no contexto da eleição presidencial prevista para aquele ano, na qual Salgado tinha ambição de concorrer, e que não ocorreu devido ao golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas no mês de novembro. Entre esses depoimentos, constam mensagens de velhos companheiros do Modernismo, como Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, e de

---

[679] GONÇALVES, Leandro Pereira. O exílio de Plínio Salgado em Portugal: a vida de Jesus e a composição do apostolado político. **Projeto História**, n. 52, p. 140-177, 2015.

[680] Não se deve confundir com o veículo homônimo, de suma importância para o surgimento da AIB, tendo em vista que muitas das ideias do movimento germinaram, sobretudo, por meio da "Nota Política" diária assinada por Plínio Salgado. É relevante apontar que o jornal foi fundado por Alfredo Egydio de Souza Aranha, banqueiro e admirador de Salgado, responsável por financiar sua viagem à Europa em 1930.

José Osório de Oliveira. O escritor português pontua que conheceu Salgado dez anos antes, quando este ainda era redator do jornal *Correio Paulistano*, ligado ao Partido Republicano Paulista:

> Conheci Plínio Salgado, há dez anos, simples redator do jornal. O homem que é hoje conhecido em todo o Brasil, não tinha publicado ainda um único livro. Mas a conversa que tive com o simples jornalista de então, impressionou-me vivamente. Vi nele uma inteligência e uma vontade. E não me enganei. Pouco tempo depois, o romance *O estrangeiro*, consagrou o nome de Plínio Salgado como homem de letras. Mas tanto nesse romance como no que se lhe seguiu adivinhava-se uma preocupação dominante: a dos problemas sociais e da ação política.[681]

Percebe-se, portanto, que se tratava de uma relação amistosa já consolidada quando Salgado chegou a Lisboa. A carta mais antiga de Salgado destinada a José Osório data de 1935 e está com o timbre da AIB. Nela, apresenta ao português o jovem integralista Lima Netto, que viajaria a Lisboa, e solicita ao amigo que o introduza nos círculos jovens e intelectuais portugueses.

Entre o início de seu exílio e o ano de 1943, Plínio realizou diversas tentativas de chegar a um acordo com Vargas para regressar ao Brasil. Durante esse período, instruiu seus seguidores a manterem-se alinhados ao regime vigente, defendendo a coesão nacional e descartando qualquer postura de enfrentamento. No primeiro ano fora do país, acreditando estar próximo de um entendimento com o governo, chegou a cogitar a viajar para a Argentina, mas a ideia não se concretizou.[682]

Em 1941, decidiu que Gustavo Barroso, um dos nomes mais influentes da AIB, seria o responsável por representá-lo nas negociações diretas com Vargas. Barroso, que integrava a Academia Brasileira de Letras (ABL) e dirigia o Museu Histórico Nacional, era uma figura respeitada e considerada capaz de intermediar o retorno de Plínio, além de possuir certa proximidade com o presidente. No entanto, apesar dos diversos manifestos em apoio ao Estado Novo brasileiro divulgados por Plínio, as negociações não avançaram e acabaram fracassando.

Quando o Brasil aderiu aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, em 1942, posicionando-se contra o fascismo do Eixo, Plínio reafirmou seu apoio a Vargas, mas sem

---

[681] A Razão, 22 jan. 1937.

[682] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

obter a reciprocidade que esperava. Em novembro de 1943, divulgou um último manifesto em defesa do Estado Novo, no qual se esforçava para dissociar sua imagem de qualquer vínculo com o nazismo:

> A sua persistência não fazia efeito algum. Enquanto isso, em Portugal, a saúde era recuperada e a rede de contatos cada vez mais ampliada. A imagem de representante do conservadorismo brasileiro, com base num discurso cristão, era rótulo central que construía no exílio e tentava, de todas as formas, impedir a divulgação de uma imagem fascista, principalmente com o desenrolar da guerra e pela perseguição que os camisas-azuis sofriam constantemente pelo regime salazarista.[683]

O ano de 1943 marcou o início do desfecho da Segunda Guerra Mundial, com a derrota das potências do Eixo se tornando cada vez mais evidente. Nesse contexto, Calil[684] observa que os integralistas precisaram ajustar seu discurso, uma vez que, no Brasil, a imagem dos camisas-verdes estava fortemente associada ao fascismo. Dessa forma, a transição para uma retórica mais voltada ao espiritualismo não aconteceu apenas após o fim do conflito, uma vez que começou a ser moldada nos últimos três anos do exílio de Plínio. Esse movimento tinha como propósito garantir a continuidade da atuação política integralista em sua futura volta ao Brasil:

> A nova fase de Plínio Salgado é marcada por atos políticos travestidos de religiosos. Com inúmeras conferências e publicações, teve uma grande atuação na imprensa em todo o país, transformando as suas ações em ferramentas para uma nova concepção política após o exílio, que coincidiu com o fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente destruição dos regimes fascistas.[685]

De importância indiscutível para tal projeto é o lançamento em Portugal de sua obra *Vida de Jesus*, em 1942, com grande repercussão na imprensa e entre os intelectuais desse país, sendo elogiado até pelo líder máximo do catolicismo português, o cardeal-patriarca Manuel Gonçalves Cerejeira, próximo a Salazar e uma das figuras mais influentes do Portugal estadonovista. Anos mais tarde, já estabelecido no Brasil, sua relação com Cerejeira foi exaltada na capa do jornal *A Marcha*, datado de 22 de julho de

---

[683] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 146.

[684] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

[685] GONÇALVES, *op. cit.*, p. 165.

1955, quando o cardeal esteve no Brasil para participar do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, no Rio de Janeiro. Nesse escrito de caráter celebratório, está descrita a amizade de Salgado com o religioso português, redigido em um tom messiânico, que era frequente em *A Marcha*:

> Quando Plínio Salgado esteve exilado em Portugal, de 1938 a 1945, foi o cardeal Cerejeira que o introduziu no seio da intelectualidade lusitana. Desde este instante, os homens cultos de Portugal consagraram a personalidade do exilado. Os triunfos de Plínio naquela terra dariam para encher livros. As edições de seus livros sucedem-se vertiginosamente. Sua palavra ecoou nas academias, nos seminários, nas universidades, nos teatros, nos salões de conferência. E tudo sob o patrocínio bondoso do cardeal Cerejeira.[686]

Em relação à *Vida de Jesus*, observa-se que a confecção dessa obra data ainda do período anterior ao exílio de Salgado, tendo ele embarcado para Portugal com seus manuscritos e os finalizado em Lisboa no ano de 1940. Gonçalves[687] mostra que, apesar da publicidade e notoriedade alcançadas com a publicação desse livro, não era tão simples para um estrangeiro se firmar no ambiente intelectual português. Quem o auxiliou nessa tarefa foi o monsenhor Moreira das Neves, jornalista e poeta de destaque em Portugal, que se tornaria amigo de Salgado por décadas. Com o destaque dessa obra, Salgado buscou se desvencilhar de possíveis associações com o fascismo, assumindo a imagem de um pensador religioso.

No Brasil, onde o clima era ainda muito hostil ao integralismo e a vinculação de Salgado ao totalitarismo fascista era quase como senso comum, o livro não encontrou a mesma aceitação, tendo inclusive sido submetido à censura. Ainda assim, há indícios de que a publicação foi bem recebida em alguns setores, mais propriamente em função do tema do que da figura do autor. Contudo, as esquerdas e alguns setores religiosos foram bastante críticos em relação à *Vida de Jesus*, denunciando oportunismo político e o autoritarismo latente na publicação de cunho religioso. Em relação às intenções de Salgado e a recepção de seu livro pelo clero brasileiro:

> Havia uma nítida divergência em comparação com o clero português em relação à obra. Ao contrário do Brasil, elementos e disputas políticas não estavam presentes no contexto da obra e do autor, vê-se que tinha um único objetivo,

---

[686] O CARDEAL Cerejeira e Plínio Salgado. **A Marcha**, n. 124, 22 jul. 1955.

[687] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

> atingir os grupos conservadores que o viam como uma imagem religiosa e, dessa forma, crescer politicamente.[688]

Com sua reputação religiosa consolidada em Portugal, Plínio Salgado percorreu o país realizando numerosas conferências e ampliando sua produção literária. Dessa vez, porém, suas obras ganharam maior destaque pelo aprofundamento nas questões políticas, como em *Aliança do sim e do não*, de 1945, e *Como nasceram as cidades do Brasil*, de 1946, conferências estas transformadas em livro.[689] Nesse contexto, segundo Gonçalves[690], Salgado passou a se apresentar como um *luso-brasileiro*, sempre defendendo a ligação estreita entre Portugal e o Brasil:

> [...] Plínio Salgado "soube amar Brasil e Portugal, com amor tão profundo e tão igual", passou a ser uma defesa propagada pelo integralista que, desde a década de 30, expressava relações de mutualidade política entre os dois países, sendo a exaltação no exílio necessária para o crescimento público. A partir do exílio passou a caracterizar-se como um luso-brasileiro e um defensor assíduo dos valores e políticas governamentais lusitanos, com o claro objetivo de exaltar a imagem do país, como no caso das guerras coloniais da década de 60, quando se manifestou um dos grandes defensores da política ultramarina portuguesa.

Salgado teve habilidade política em conseguir se esquivar de rótulos e manter sua credibilidade nos setores que o admiravam:

> Possuía uma destreza política particular. Defendia o fascismo, mas os seguidores enxergavam o contrário; buscava apoio e acordos com Getúlio Vargas e os militantes identificavam como o único que conseguiu realmente combater o Estado Novo. É possível verificar como alcançou uma aceitação tão significativa na sociedade luso-brasileira; pois, ao mesmo tempo em que era combatido, criava mecanismos para sobrepor-se e vigorar-se com o poder do intelecto e das aspirações.[691]

Ainda no âmbito católico, e na interseção política e religiosa que se tornou tão presente na ação de Plínio Salgado, há que se destacar a conferência proferida por ele no

---

[688] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 188.

[689] SALGADO, Plínio. **A aliança do sim e do não.** Lisboa: Editorial Presença, 1945; SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978.

[690] GONÇALVES, *op. cit.*, p. 181.

[691] *Id.* **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 370.

CADC, em dezembro de 1944. O centro era vinculado à Universidade de Coimbra e tinha por base a Doutrina Social da Igreja, inaugurada em 1891 por meio da encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII. Esse documento esclareceu a posição da Igreja Católica perante a questão social de seu tempo, ao buscar uma terceira via entre o socialismo materialista e o liberalismo capitalista. Buscava a harmonia entre as classes e não condenava a propriedade privada, embora fosse crítica dos patrões que maltratavam seus empregados. A encíclica teve enorme influência em movimentos de direita ao redor do mundo, sendo relevante para a compreensão das ideias da Action Française e do integralismo lusitano.

Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira, cardeal-patriarca de Lisboa, amigo próximo do ditador e figura máxima do catolicismo português durante o Estado Novo, foram atuantes no CADC. As ideias do centro eram favoráveis ao corporativismo, ao respeito à hierarquia religiosa e ao apartidarismo com viés nacionalista, convergindo com aquelas defendidas por Salgado. Essa conferência foi publicada, no ano seguinte, no livro *O Conceito Cristão de Democracia*[692], tanto no Brasil como em Portugal. A obra sinalizava os rumos políticos que o brasileiro tomaria, principalmente tendo em vista que no ano de 1944 o avanço dos Aliados estava consolidando-se e a derrota das potências fascistas do Eixo era iminente.

A conferência baseou-se na dicotomia que estava presente desde a fundação da AIB, em 1932: espiritualismo *x* materialismo. Segundo Salgado[693], esse momento era fundamental para que se fizesse uma escolha:

> Temos chegado a uma crise suprema da qual só poderemos sair pela escolha definitiva de um dos dois conceitos – o materialista ou o espiritualista. De um como de outro decorrem todas as consequências de ordem social, econômica e política, seja no ambiente nacional, seja no internacional.

Ao favorecer a opção pelo espiritualismo, nota-se seu pensamento pautado por grandes abstrações, que, como é comum em seu estilo literário, aparecem assinaladas com letra maiúscula: "Ou adotamos uma concepção segura do Universo e das leis a que está subordinado, assim como do Homem e do seu papel no mundo da matéria e no mundo do

---

[692] SALGADO, Plínio. **O conceito cristão da democracia.** Coimbra: Edições Estudos, 1945.
[693] *Ibid*., p. 17.

Espírito, ou então nada faremos de definitivo como construção de ordem e de paz".[694] A opção pela democracia cristã aparecia como um caminho alternativo ao comunismo soviético e ao liberalismo capitalista norte-americano. A ideia de democracia cristã teve também o apoio do Papa Pio XII, que em sua mensagem natalina de 1944 favoreceu esse caminho político, tendo sido influenciado pelas ideias do filósofo católico francês, e ex-membro da Action Française, Jacques Maritain.

Entretanto, *O conceito cristão de democracia* de Plínio Salgado pouco tinha a ver, de fato, com a democracia. Como observa Calil[695], o uso de expressões como "democracia" e a insistência na dimensão espiritualista do integralismo eram mobilizados desde a década de 1930 para defender fundamentos pretensamente democráticos:

> A defesa de princípios "espiritualistas" era apresentada como garantia maior do alegado "caráter democrático" do integralismo, embora suas postulações "espiritualistas" dos anos 30 não conduzissem à defesa de posições democráticas nem implicassem na rejeição do fascismo. O livro *O conceito cristão de democracia* sistematizou esta tese, propondo um nexo indissolúvel entre "democracia" e "espiritualismo", por um lado, e entre "materialismo" e "totalitarismo", por outro.

José Barreto[696], ao analisar a resistência de setores católicos e comunistas ao Estado Novo português, pondera que a maleabilidade da doutrina social da Igreja (expressa notadamente na encíclica *Rerum Novarum*) possibilitou que distintos movimentos políticos a utilizassem como parte de sua doutrina. Nesse sentido, até mesmo o conceito de democracia cristã foi apropriado de diferentes formas e com inclinações políticas diversas.

Além da democracia cristã, a experiência do regime salazarista em Portugal exerceu uma influência determinante sobre Plínio Salgado. Embora historiadores divirjam sobre a classificação do salazarismo como fascista, o regime apresentava características que o distanciavam dessa definição clássica. Ele não possuía um líder carismático – Salazar não foi considerado como tal –, não contava com um partido único de mobilização das massas (a União Nacional é vista como espécie de "antipartido"), não adotava um

---

[694] SALGADO, Plínio. **O conceito cristão da democracia.** Coimbra: Edições Estudos, 1945. p. 19.

[695] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005. p. 200.

[696] BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. **Análise Social**, v. 29, n. 125-126, p. 287-317, 1994. Doi: https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994125.11.

expansionismo militar e tampouco era totalmente totalitário. Além disso, sua estreita ligação com a Igreja Católica, reforçada pela amizade pessoal entre Salazar e o cardeal Cerejeira, ajudou a afastá-lo de um modelo fascista tradicional. Foi inspirando-se nesse modelo de Estado autoritário, mas sem uma identidade fascista explícita, que Plínio Salgado buscou redefinir o rumo do integralismo no Brasil.[697]

Uma das principais mudanças nesse processo foi o abandono de símbolos diretamente associados ao fascismo, como a camisa verde, o sigma e a saudação "Anauê!". Mais do que uma mudança estética, tratava-se de uma reconfiguração estratégica, que incluía também uma revisão do papel do integralismo na década de 1930:

> A reorientação doutrinária completava-se com a produção de uma nova versão sobre a trajetória do integralismo nos anos 30. Seu objetivo era estabelecer uma distinção entre a doutrina integralista e a Ação Integralista Brasileira, que seria apenas a forma concreta assumida pela doutrina integralista em uma determinada conjuntura. Assim, seria possível que, em uma nova conjuntura, a doutrina integralista assumisse forma diversa, inclusive a forma partidária. A Ação Integralista Brasileira seria apenas o "órgão político-social" do Integralismo.[698]

A reformulação do passado integralista, a ênfase em um discurso mais espiritualista, a defesa da democracia cristã e sua nova identidade luso-brasileira foram estratégias decisivas para assegurar a continuidade do integralismo na política brasileira ao longo das décadas seguintes. Com essa nova abordagem, o movimento conseguiu se adaptar ao contexto político nacional e consolidar sua presença, o que levou à fundação do PRP em 1945, com Plínio Salgado ainda em Portugal. Com uma trajetória política distinta da sua predecessora, a AIB, o PRP se caracterizou por dedicar uma atenção especial às questões políticas e culturais portuguesas, notadamente no que se refere à defesa da manutenção do colonialismo português a partir da década de 1960.

---

[697] PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis:** Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Recife: Edupe; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

[698] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005. p. 202.

4.4 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE O PENSAMENTO DE GILBERTO FREYRE E PLÍNIO SALGADO: LUSOTROPICALISMO E LUSO-BRASILEIRISMO

A aproximação entre Gilberto Freyre e Plínio Salgado, nesta seção, não está baseada na identidade de projetos ou na equivalência conceitual entre o lusotropicalismo e o pensamento integralista. Trata-se, antes, de observar como, a partir de experiências portuguesas distintas, ambos reformulam interpretações sobre a formação brasileira, recorrendo a Portugal como instância de legitimação histórica e cultural.

Enquanto Freyre sistematiza o lusotropicalismo como chave interpretativa da colonização portuguesa nos trópicos, Salgado, no contexto do seu exílio, passa a elaborar um discurso luso-brasileiro que enfatiza a herança cristã, imperial e civilizadora portuguesa na formação do Brasil, sob o impacto do salazarismo e do catolicismo português, visando à sua reinserção no cenário político brasileiro do pós-guerra. Ainda assim, leva-se em conta que os dois autores estão inseridos em uma cultura política conservadora, com sensibilidades tradicionalistas, que mobiliza a herança histórica lusa à guisa de solução para as mazelas da modernidade liberal. Essa aproximação, portanto, não é conceitual nem cronológica, mas, sim, analítica e histórica.

Antes de avançar na análise mais detida das formulações de Plínio Salgado, convém explicitar os principais eixos de convergência que permitem aproximar seu pensamento das interpretações de Gilberto Freyre. Em ambos, observa-se a valorização da herança portuguesa como fundamento da formação brasileira, associada à exaltação do papel civilizador do catolicismo e à centralidade atribuída à família patriarcal como núcleo organizador da vida social. A miscigenação aparece igualmente como elemento constitutivo da nacionalidade, e não como fator de desagregação, sendo percebida como um fator de unidade e coesão.

Ademais, há a crítica recorrente à modernidade liberal, percebida por ambos como desagregadora dos vínculos sociais e também associada aos povos anglo-saxões protestantes. Do mesmo modo, defendem uma tradição histórica (mais precisamente de fundo ibérico e católico) capaz de oferecer sentido, continuidade e harmonia social à experiência nacional. Ainda que tais elementos sejam mobilizados com finalidades distintas e inscritos em projetos intelectuais e políticos divergentes, é a presença compartilhada desses eixos que possibilita a comparação proposta nesta seção.

Um trabalho de Plínio Salgado que se mostra relevante para compreender suas aproximações com Gilberto Freyre é *A aliança do sim e do não*[699], visto que sua publicação ocorreu durante o exílio do líder integralista em Lisboa, em 1945, já no âmbito de sua reconfiguração discursiva pautada pela acentuação do espiritualismo em sua obra. Embora os temas do livro não sejam exatamente inéditos na produção de Salgado (algumas das questões já estão presentes em obras anteriores, como *A quarta humanidade*, de 1934), nota-se o peso dado à questão religiosa em seu trabalho.

O livro é fruto de uma conferência proferida no Seminário dos Olivais, intitulada *Pensamentos de ontem e tragédia de hoje*. Já o título do trabalho final, *A aliança do sim e do não*, baseia-se na contradição, segundo Salgado, de sociedades cristãs que vivem uma vida afastada dos princípios religiosos. A nota dos editores portugueses afirma que, remodelada a conferência, Salgado a proferiu no Teatro Nacional D. Maria II, a convite da Juventude Independente Católica Feminina. A sua repercussão foi muito positiva, com veículos relevantes, como o *Diário de Notícias* e o *Diário de Lisboa*, tecendo grandes elogios ao conferencista e ao conteúdo de suas palavras. Os editores também trouxeram, como coroamento da boa recepção do trabalho, as palavras de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, publicadas no jornal *Novidades*, em 8 de março de 1944[700]:

> Sua Eminência agradeceu a preciosa lição do orador, tão bela, tão completa e tão perfeita, em que se revelaram saber extenso, esplendor de forma, viveza de imagens, profundidade de pensamento, rigor de crítica, calor do coração. Nada lhe faltou. [...] Declarou Sua Eminência que já conhecia Plínio Salgado, principalmente através da *Vida de Jesus*, já pouco publicada em Portugal. Agora, ficava a conhecê-lo, não apenas como escritor e orador, mas também como homem. Na sua conferência palpitou e fugiu toda a sua alma de brasileiro e de cristão.

Tais elogios, proferidos pela autoridade máxima do catolicismo português e figura muito próxima ao regime, demonstram o prestígio que Salgado alcançou em Portugal, não apenas por sua obra de cunho estritamente religioso, como *Vida de Jesus*, mas também como pensador cristão voltado à reflexão sobre problemas históricos e políticos.

No primeiro capítulo, intitulado "O templo das máquinas", Salgado narra as inovações presentes em feira industrial realizada em Paris, em 1867, em um tom por vezes irônico, denotando que o progresso econômico não constitui *per se* algo positivo no desenvolvimento social de um país. Sua obra, profundamente crítica ao iluminismo –

---

[699] SALGADO, Plínio. **A aliança do sim e do não.** Lisboa: Editorial Presença, 1945.
[700] Novidades, 8 mar. 1944.

associado ao materialismo da sociedade industrial –, contrapõe esse modelo ao mundo católico, considerado menos desenvolvido economicamente, mas detentor de valores e de sociedades mais harmoniosas. Nesse aspecto, é possível identificar aproximações com as formulações críticas à modernidade por Gilberto Freyre, que também privilegiou o modelo português desde o início de sua trajetória intelectual.

No capítulo "A civilização siderúrgica", Salgado defende que os povos do norte da Europa foram beneficiados por uma realidade geológica muito distinta dos povos ditos "meridionais". A presença abundante do carvão em tais países facilitou enormemente o seu desenvolvimento industrial, o que levou tais sociedades a formularem teorias de superioridade racial em relação aos povos do sul da Europa:

> As consequências econômicas e políticas da distribuição das bacias hulheiras do planeta evidenciam seus efeitos, num crescendo vertiginoso. Todas as nações detentoras de hulha tornam-se grandes potências pela ordem de capacidade das suas jazidas. [...] Coincidindo a melhor distribuição das bacias hulheiras pelos povos nórdicos e louros (germânicos e anglo-saxões) logo apareceram os seus pensadores e cientistas a proclamar falsas teorias de superioridade racial, baseando-se num progresso que tinha por única origem as riquezas do subsolo.[701]

A religião também é abordada por Salgado, que sustenta que o catolicismo foi injustamente taxado de obscurantista pelos povos dos países protestantes. Argumenta que, antes do processo de industrialização, foram os povos meridionais, notadamente portugueses e espanhóis, os principais responsáveis pelo alargamento da civilização cristã e pelo processo de formação de sociedades harmoniosas:

> Não faltaram também aqueles inimigos da Igreja de Pedro, sempre atentos às mínimas ocasiões de atacá-la, e êsses afirmavam que o atraso dos povos meridionais era devido ao obscurantismo católico, assim como o progresso dos setentrionais provinha do arejamento dos espíritos desde Lutero, Calvino e Henrique VIII. Esqueciam-se (e nós mesmos nos esquecíamos, fazendo coro com os inimigos de nossas Pátrias e de nossa Religião) de que antes da navegação a vapor, dependente do ferro e da hulha, éramos nós que devassávamos os mares, dávamos ao mundo novos mundos e nos mostrávamos legítimos continuadores daquele senso de equilíbrio e de medida que inspira as civilizações harmoniosas.[702]

---

[701] SALGADO, Plínio. **Vida de Jesus.** São Paulo: Ática, 1951. p. 46.
[702] *Ibid.*, p. 46-47.

Tais afirmações convergem com as ideias de Gilberto Freyre, que demonstra em *Casa-grande & senzala* uma inaptidão dos povos do norte da Europa para a colonização adequada das regiões tropicais. Em relação ao caso americano, Salgado destaca ainda que a ausência de riquezas minerais propícias à industrialização constitui *unicamente* o descompasso entre o desenvolvimento da América do Norte e o restante do continente:

> No Novo Continente, o contraste é chocante. Ao alvorecer das nossas independências políticas, os Estados-Unidos da América do Norte extraem milhares de toneladas de carvão, enquanto a América Hispânica, desde o México até à Terra do Fogo, não encontra senão escassos vestígios de hulha inferioríssima. Só a esse facto – e a nenhum outro -se deve o desenvolvimento material do grupo anglo-saxão do norte, contraposto ao penosíssimo esforço civilizador dos grupos ibero-americanos do sul.[703]

No excerto citado, verifica-se uma reivindicação de iberismo por parte de Salgado, inclusive pelo uso do termo "América Hispânica", caro aos defensores dessa perspectivas por enfatizar o caráter ibérico da América abaixo do Rio Grande, entre eles António Sardinha, em detrimento da designação "América Latina", preferido por aqueles que tendem a valorizar uma origem mais distante e marcada pela influência francesa. Freyre também prefere tal designação ao enfatizar o caráter hispânico da América, se aproximando de Sardinha nesse ponto, como se pode observar em *Casa-grande & senzala.*

Como nasceram as cidades do Brasil, de 1946, também é fundamental para compreender as aproximações e os distanciamentos da obra de Gilberto Freyre. De forte caráter nacionalista, porém em um viés luso-brasileiro, essa obra é fruto de uma conferência, proferida em Braga, no Instituto Minhoto de Estudos Regionais, em janeiro de 1945, com o título *Processo de formação das cidades brasileiras*.[704] O instituto era presidido por Luís de Almeida Braga, antigo militante integralista português que foi próximo a Salgado durante o seu exílio. Segundo Gonçalves[705]:

> Luís de Almeida Braga, ao apresentá-lo aos presentes, deixou clara a proximidade política entre eles através dos integralismos, e por isso o autor era tão bem visto, e tratado como um irmão em Portugal. A relação política com os grupos conservadores foi o ponto nevrálgico para a consolidação do Plínio cristão e intelectual do exílio.

---

[703] SALGADO, Plínio. **Vida de Jesus.** São Paulo: Ática, 1951. p. 47.

[704] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

[705] *Ibid*., p. 458.

A conferência encontrou calorosa recepção no meio intelectual conservador português, assim como *A aliança do sim e do não*, resultando no convite para proferir a conferência no prestigioso Teatro Nacional D. Maria II no ano seguinte. Além disso, constituiu mais um passo na reformulação de Salgado como luso-brasileiro: "Vê-se, no decorrer do livro, uma exaltação da cultura lusitana e de todo o processo de colonização na formação da brasilidade, estabelecendo assim, o nível de vinculação com o lusitanismo, tendo o cristianismo como um forte elo de ligação".[706]

Mais do que na obra anterior, as reflexões são direcionadas à história brasileira, que, segundo o autor, é indissociável da história portuguesa. A dedicatória, redigida em caixa-alta e em estilo grandiloquente, evidencia sua gratidão a Portugal e antecipa algumas das posições que serão desenvolvidas ao longo do livro:

> À NAÇÃO PORTUGUESA, EM HOMENAGEM AOS ANTEPASSADOS COMUNS QUE CONSTRUÍRAM A MINHA PÁTRIA, DERAM-LHE UMA NOBRE LÍNGUA E UMA GLORIOSA TRADIÇÃO E ANIMARAM-NA, POR TODO O SEMPRE, COM A ALMA RELIGIOSA QUE A INTEGRA NA FAMÍLIA LUSÍADA DAS CINCO PARTES DO MUNDO E NA COMUNHÃO UNIVERSAL DO CRISTIANISMO.
> OFEREÇO ESTE LIVRO COMO RECORDAÇÃO DE MINHA PERMANÊNCIA NA SUA LINDA TERRA E NO MEIO DA SUA HOSPITALEIRA E CARINHOSA GENTE.
> Lisboa, junho de 1946.[707]

Em seguida, faz outra dedicatória, em tom poético, intitulada "Palavras ao mapa da minha pátria", ao mapa do Brasil que o acompanhou durante os anos de exílio. Nela, o autor sugere que a obra seja lida à semelhança de seu trabalho anterior, *Geografia sentimental*, de 1936, destinada à juventude, com o intuito de despertar a compreensão da grandeza nacional. No fim, mais uma vez, aproxima Brasil e Portugal, ao escrever sobre o Tejo: "Ali perto corre o Tejo, irmão mais velho dos rios brasileiros na história comum das aventuras e das glórias que dignificam as duas pátrias…".[708]

---

[706] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 459.

[707] SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. p. 5.

[708] *Ibid*., p. 10.

Logo no início do trabalho, ao analisar as primeiras iniciativas colonizadoras, no que viria a ser o Brasil, Salgado faz uma de suas muitas menções à miscigenação no livro. Ela só é possível em função da percepção portuguesa da colonização, que ele define como *gênio lusíada*. Esse é um aspecto fundamental da obra que será retomado e aprofundado:

> Agravando a complexidade brasileira, há o concurso atual de todos os povos do planeta: o Espanhol, o Italiano, o Sírio, o Polonês, o Alemão, o Japonês, o Chinês, o Balcânico, o Báltico, cruzando-se e recruzando-se no imenso cadinho onde a Humanidade se funde em novas expressões ao grande sol das latitudes sub-equatoriais. Todas essas diferenciações, entretanto, toda essa descontinuidade, essas aparências de contrastes fundamentais e de choques inevitáveis – submetem-se à ação poderosa de um formidável redutor, a trabalhar continuamente como estatuário inspirado, na construção da maravilhosa Unidade Nacional. É o gênio lusíada. É o espírito dos fundadores de um grande Império, cujo segredo se encontra nas raízes romanas e cristãs de que provém.[709]

Embora Salgado elogie a miscigenação, poderia ser tentador ligá-lo acriticamente com a obra de Freyre. Entretanto, nota-se que, para o integralista, o *gênio lusíada*, construtor da unidade nacional brasileira, origina-se nas raízes *romanas e cristãs*. Freyre, ao tratar do mesmo tema, aponta outras características como fundamentais no sucesso português da colonização do Brasil: o caráter indefinido entre África e Europa, o que não é defendido por Salgado – sua argumentação tende a sempre favorecer o aspecto puramente cristão –; a *mobilidade*, que os portugueses apresentaram ao passar séculos em um território ocupado por diversas etnias; a *aclimatabilidade*, responsável por torná-los mais resistentes aos climas considerados hostis para outros povos europeus; e a *miscibilidade*.

Freyre, ao tratar da questão da miscigenação, não faz ressalvas à compreensão da sexualidade, afirmando que os portugueses apresentavam uma inclinação para se relacionar com mulheres não brancas. Nesse sentido, há uma divergência no pensamento dos dois autores: Freyre destaca o aspecto mais "cru" das relações no tocante à miscigenação, já Salgado valoriza a miscigenação num enquadramento fundamentalmente cristão. Ao comentar os matrimônios entre indígenas e portugueses, Salgado[710] afirma:

> Esses matrimônios – e tantos outros semelhantes – ficaram como símbolo, a significar a união sentimental de duas raças, uma civilizada e

---

[709] SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. p. 20.
[710] *Ibid*., p. 41.

> outra selvagem, mas ambas possuídas de um alto sentido de simpatia humana, sentido que serviu e continua a servir à unidade dos dois impérios lusíadas, os quais, sendo dois nos espaços geográficos e na individuação política, constituem verdadeiramente um só, pela origem histórica, pelos laços de sangue, pela identidade de sentimentos e pela indestrutível fé e fidelidade ao Cristo – confraternizador supremo de todos os povos.

É notável a preponderância que Salgado confere, nessa obra, ao papel do indígena na miscigenação e no povoamento do Brasil. O diferencial dos colonizadores seria sempre ter "o primado do espírito", expandindo a religião católica: "Que dizem os capitães lusitanos? Anunciam aos filhos da selva um Deus desconhecido, um Deus que se fez homem para provar como os homens o gosto amargo da morte, e que, derramando o Seu Sangue, uniu por Ele o sangue de todas as Raças…".[711]

O autor trata dessas situações de forma profundamente idealizada, desfraldando genealogias indígenas e valorizando o amor romântico entre princesas indígenas e homens brancos – sempre enquadrado dentro de uma concepção cristã: "Celebrou-se, entretanto, o casamento. O coração de Terebê alegrou-se. As tabas cantaram e dançaram e o velho Tibiriçá abençoou os seus aliados brancos".[712] Freyre também tratou dessa miscigenação luso-indígena com um certo grau de idealização.

Na sua conferência "Uma cultura moderna: a lusotropical", contida no volume *Um brasileiro em terras portuguesas*, publicado em 1953, também buscou genealogias que pudessem explicitar o resultado desses encontros como cristãos, embora a forma como se davam pudesse ser muito mais plástica, como no caso de Jerônimo de Albuquerque:

> Aquele que antes de casar-se com dona Maria de Melo, enviada do Reino pela própria rainha para ser esposa do bravo português, teve tantos filhos não só da princesinha ameríndia Arcoverde, batizada com o nome de Maria do Espírito Santo, como de outras beldades caboclas, que tornou-se conhecido como "Adão Pernambucano". *Dos muitos filhos lembrou-se ele cristãmente no testamento, reconhecendo-os numa demonstração de que eram filhos de uniões de amor e não de luxúria.* Um dos descendentes de Albuquerque e da princesinha Arcoverde seria o primeiro cardeal da América Latina.[713]

---

[711] SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. p. 38.
[712] *Ibid*., p. 40.
[713] FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010. p. 130. [Grifo nosso.]

Freyre, diferentemente de Salgado, reconhece os abusos cometidos pelos portugueses contra os povos indígenas, apontando que tais abusos tiveram consequências demográficas em determinadas regiões:

> Causa de muito despovoamento foram ainda as guerras de repressão ou de castigo levadas a efeito pelos portugueses contra os índios, com evidente superioridade técnica. Superioridade que os triunfadores não raras vezes ostentaram contra os vencidos, mandando amarrá-los à boca de peças de artilharia que, disparando, "semeavam a grandes distâncias os membros dilacerados"; ou infligindo-lhes suplícios adaptados dos clássicos às condições agrestes da América.[714]

Apesar de ambos os autores valorizarem o cristianismo como elemento de agregação e confraternização entre diferentes etnias, no excerto acima fica claro que, para Freyre, o cristianismo não era percebido de forma rígida. Sua análise comporta procedimentos que eram completamente rechaçados por Salgado, que possuía uma visão mais ortodoxa da religião e do matrimônio. As implicações de uma prática religiosa menos rigorosa acarretaram uma série de situações pouco convergentes com a moral católica "levada ao pé da letra". Enquanto Freyre admite tais situações de forma direta, Salgado mantém uma visão idealizada da formação nacional:

> O grande problema da colonização portuguesa do Brasil – o de gente – fez que entre nós se atenuassem escrúpulos contra irregularidades de moral ou conduta sexual. Talvez em nenhum país católico tenham até hoje os filhos ilegítimos, particularmente os de padre, recebido tratamento tão doce; ou crescido, em circunstâncias tão favoráveis.[715]

Salgado coroa a miscigenação como o fator mais importante da formação da nacionalidade brasileira. Entretanto, salienta que a prosperidade somente ocorreu após a pacificação de grupos indígenas. Isso converge com sua ideia de uma sociedade harmoniosa, em que os conflitos seriam resolvidos de forma fraterna, sem embates de cunho racial. Ao comentar sobre a fundação da cidade de Salvador, esse pensamento fica explícito:

> O gênio imperial da raça lusitana manifestava-se na sua plenitude. O Brasil nascia da confraternização das raças, como a cidade do Salvador da aliança luso-tupi. Onde não houve a assimilação pacífica do selvagem pelo Europeu, não houve paz nem prosperidade. Compreenderam-no os

[714] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 226.
[715] *Ibid*., p. 531.

> Franceses, nas suas incursões, principalmente no Rio de Janeiro e no Maranhão [...].[716]

No excerto acima, observa-se um ponto de convergência entre Salgado e Freyre: a percepção da limitada adaptabilidade de outros povos europeus à colonização de áreas tropicais. Em *Casa-grande & senzala*, Freyre[717] atribui o fracasso da tentativa de colonização do Rio de Janeiro pelos protestantes franceses à dificuldade de adaptação ao clima tropical, destacando, de modo mais amplo, os obstáculos enfrentados por povos oriundos de climas mais frios ao se estabelecerem em regiões tropicais:

> Outros europeus, estes brancos, puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo a mais rija, como os puritanos colonizadores de Old Providence; os quais, da mesma fibra que os pioneiros da Nova Inglaterra, na ilha tropical se deixaram espapaçar em uns dissolutos e moleirões.[718]

A língua é outro aspecto tratado pelo autor. Sempre exaltando a colonização lusitana, Salgado crê que o *gênio lusíada* não teve a intenção de criar uma cópia de Portugal em terras americanas. Para ele, a intenção dos portugueses era constituir um território, que posteriormente se tornaria uma nacionalidade, em que fossem absorvidos elementos autóctones de acordo com as necessidades de cada momento:

> O que faz um idioma, muito mais do que o vocabulário, é a sintaxe. A unidade de uma língua não repousa tanto na palavra, como na construção da frase, no ritmo expressional do pensamento. O emprego, pois, de novas palavras não enfraquece a vitalidade do idioma, antes enriquece-o. Para novos tempos, novas palavras, para novos meios físicos e sociais, novos termos designativos de coisas e fatos novos; o essencial é conservar o espírito da língua.[719]

Salgado nota que esse é um procedimento ao qual os portugueses já estariam habituados, devido à longa convivência que tiveram com os povos mouros e os inúmeros registros linguísticos de origem árabe:

---

[716] SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. p. 55.
[717] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022.
[718] *Ibid*., p. 74.
[719] SALGADO, *op. cit*., p. 65.

> Deu-se no Brasil o mesmo fato verificado no tempo da reconquista com a assimilação de vocábulos árabes. O gênio imperial lusitano, do mesmo modo como transplantou e transmudou espécies vegetais e animais do Oriente para o Ocidente e do Ocidente para o Oriente, misturando fauna e flora de Ásia, África, Europa e América nos mais variados rincões do planeta, doube também portar-se com superior senso de universalismo diante da terra virgem do Brasil, civilizando-a sem lhe tirar os acentos originais.[720]

Freyre é bastante explícito no que se refere à influência dos muçulmanos na formação do caráter português, que teria se beneficiado dessas características ao colonizar regiões tropicais. Entretanto, os aspectos privilegiados por Freyre remontam à influência da convivência com os mouros na forma de vivenciar o catolicismo. Para o sociólogo, a tendência dos povos árabes à poligamia acabou por deixar o catolicismo português menos "ortodoxo", facilitando o contato sexual entre europeus e populações não brancas:

> A escravidão a que foram submetidos os mouros e até moçárabes, após a vitória cristã, foi o meio pelo qual se exerceu sobre o português decisiva influência não só particular do mouro, do maometano, do africano, mas geral, do escravo. Influência que o predispõe como nenhuma outra para a colonização agrária, escravocrata e polígama – patriarcal, enfim – da América tropical.[721]

Freyre também nota que a diversidade da língua é um aspecto a ser louvado, porém não incorrendo no risco de que as diferentes formas de expressão linguísticas portuguesa descambem para outros idiomas. Nesse sentido, defende o papel do Brasil como preponderante na defesa da língua, outro aspecto que revela o Brasil-centrismo do lusotropicalismo.[722] Ao comentar o peso econômico e demográfico do Brasil na comunidade lusotropical, Freyre[723] destaca que a conjuntura de sua época:

> [...] parece conferir ao Brasil responsabilidades excepcionais, não de dono ou senhor absoluto de língua ou de cultura – língua que continua a ter em Portugal alguns dos seus mais profundos valores básicos e a se enriquecer de novos valores, noutras áreas de cultura de origem principalmente lusitana, e não apenas no Brasil – *mas de orientador da conservação e, ao mesmo tempo, da expansão e do desenvolvimento extraeuropeu, da língua portuguesa*.

---

[720] SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. p. 64.

[721] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 285.

[722] SCHNEIDER, Alberto Luiz. A centralidade do Brasil no discurso luso-tropical de Gilberto Freyre na revista *O Cruzeiro* (1952-1961). **Varia Historia**, v. 41, p. 1-39, 2025.

[723] FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010. p. 148. [Grifo nosso.]

No prosseguimento de sua análise histórica, Salgado intitula o sétimo capítulo de seu livro como "No tempo do açúcar", no qual dedica-se a analisar a emergência da produção açucareira no Brasil, precisamente um dos temas mais caros da produção intelectual de Gilberto Freyre. É um capítulo relativamente curto, com treze páginas. Cabe ressaltar que, nessa obra, o autor não cita nenhuma obra de Gilberto Freyre, embora traços de seu trabalho estejam ali presentes. Aliás, na edição consultada, observam-se alguns conteúdos anteriores ao texto em si que objetivam ser uma espécie de guia de leitura: há um retrato do autor, sua bibliografia, uma cronologia de sua trajetória e uma lista de obras que podem auxiliar o leitor a compreender o trabalho. Entre essas obras, encontra-se *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, de Gilberto Freyre, publicada na década de 1940.

É inevitável que Salgado aborde a temática da escravidão como mão de obra dos engenhos de açúcar. Entretanto, nas cinco páginas que dedica a esse tema, percebe-se um autor em posição algo desconfortável, tendo que lidar com um tema sensível e que merece reprovação sem ofender os perpetradores de tal sistema: os portugueses. Nesse sentido, o autor opera uma relativização da escravidão e uma defesa da ação portuguesa.

Ademais, é digno de nota o desequilíbrio conferido pelo autor ao papel dos indígenas, aos quais dedica um espaço considerável desde o primeiro capítulo e cuja análise conduz sem qualquer constrangimento – como se observa na idealização dos matrimônios e na conversão de líderes indígenas ao catolicismo –, em contraste com o número muito mais restrito de páginas destinado à escravidão, frequentemente apresentada como resultado das circunstâncias da época.

Inicialmente, Salgado destaca que os jesuítas, "verdadeiros técnicos da psicologia das raças", logo compreenderam que não poderiam contar com o trabalho do indígena, sendo este muito mais útil como guerreiro, frisando que, ainda no século XVI, os portugueses "decidiram aproveitar a inquietação e instabilidade da alma autóctone como auxiliar poderoso do desbravamento dos sertões e a sua índole guerreira como reforço militar à expulsão de invasores da América Lusitana".[724]

Diante de tal constatação, "introduzira-se no Brasil, para as fainas da lavoura, o laborioso e dócil africano".[725] Salgado sustenta que os africanos já eram escravizados em suas terras natais e que, portanto, sua transferência para a América, sob o jugo dos

---

[724] SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. p. 82.
[725] *Ibid*., p. 81.

portugueses e o contato com o cristianismo, foi algo positivo para essa população, ainda que submetida a um deslocamento forçado:

> Saindo do cativeiro das selvas nativas, o negro encontrou, sob o domínio dos cristãos, o limiar da liberdade e da dignificação humana. Foi batizado, cristianizado, instruído nos ofícios mecânicos, conviveu com as famílias patriarcais, subiu na confiança dos senhores, tornou-se companheiro do branco e do índio na construção de um mundo novo. *A ausência de preconceitos raciais elevou, dia a dia, o negro no Brasil, participando ele, com o tupi e o português, dos processos de caldeamento e elaboração de tipos étnicos integrados na comunhão nacional.*[726]

Percebe-se também a afirmação da ausência de preconceitos raciais no Brasil, que teria facilitado a miscigenação. Observa-se a convergência da visão de Salgado com as ideias de Freyre em relação à chamada "democracia social", ausente de preconceitos étnicos. Salgado ainda exime o monarca português D. João III de responsabilidade pela escravidão, ao afirmar que o rei, reconhecido por seu senso de piedade, teria ido além de motivações meramente mercantis, concebendo a transferência de africanos para a América como uma medida que lhes seria benéfica, principalmente em razão da conversão ao cristianismo:

> Um monarca, profundamente cristão, como era D. João III, e que ao mesmo tempo reunia ao justo título de "piedoso" as qualidades de grande estadista e antevisor do futuro, tendo sido um dos raros homens de gênio da Europa a adivinhar os destinos superiores do Brasil, não iria implantar a escravidão negra nas terras de Santa Cruz, por simples e mesquinha preocupação de lucros e revelar sentimentos de desumanidade. Falava em D. João III alguma coisa mais alta, que o mercantilismo cruel dos negreiros nos tempos seguintes iria desvirtuar, sem contudo impedir os resultados benéficos da cristianização e da adaptação ao convívio civilizado das tribos selvagens da África.[727]

Ao lidar com a incômoda questão de um regime tão profundamente injusto como a escravidão, o autor não hesita em relativizá-la, argumentando que não seria prudente julgar uma situação do século XVI com os olhos do século XX. Nesse sentido, sustenta que a escravidão era a única forma de conferir algum senso de emancipação ao africano naquela conjuntura. Reitera, ainda, o argumento de que muitos eram escravos na África e,

---

[726] SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. p. 82. [Grifo nosso.]

[727] *Ibid*., p. 83.

em uma crítica provavelmente direcionada à Inglaterra, observa que nações tidas como civilizadas participavam ativamente desse comércio, exercendo, inclusive, direitos de vida e morte sobre os escravizados.

Salgado, entretanto, reconhece os horrores e os abusos do regime escravocrata: "O abuso veio depois, com todo o seu cortejo de horrores: os navios negreiros cujas cenas dantescas envergonham o gênero humano, os mercados degradantes, os suplícios impostos pelos maus senhores".[728] Todavia, afirma que, se tais abusos ocorreram, não foram generalizados, e que, ao negro no Brasil, teria sido dada a possibilidade de ascensão social em razão da ausência de preconceitos raciais:

> É verdade que antes de chegar a esses resultados, alguns escravos sofreram dolorosos procedimentos impostos por maus senhores que felizmente constituíam exceções vergonhosas num país onde a maioria dos fazendeiros guiava-se por um bom coração; mas afinal o negro alcançava no Brasil o que, então, não teria logrado na selva do Congo ou de Angola: uma liberdade real, baseada numa profissão, num meio de vida e respirando numa atmosfera de igualdade e fraternidade cristãs; liberdade para a qual se abriam todas as possibilidades de ascensão do meio social, pois na grande democracia brasileira não importava a origem nem a cor: todos eram irmãos na grande aventura do Novo Mundo.[729]

Essa ascensão social idealizada por Salgado teria se iniciado com a concessão, por parte dos senhores, de um dia da semana para que os escravizados cultivassem suas próprias lavouras. O autor assinala que tal prática chegou à América Central com a denominação de "Sistema do Brasil". Essas lavouras destinavam-se não apenas à subsistência dos escravizados, mas também, segundo sua interpretação, poderiam se converter em negócios. Dessa forma, o escravizado foi capaz de adquirir a própria alforria e, com isso, formar confrarias, como a do Rosário de Ouro Preto, que, por meio de suas economias, auxiliavam na libertação de outros cativos.

Um ponto que leva a crer que Salgado, ainda que sem o explicitar, dialogava com Freyre aparece em sua análise do contato entre os escravizados e a família patriarcal, com destaque especial para a convivência doméstica. O autor afirma que, em regra geral, o escravizado havia sido tratado de forma cristã e que "suas nobres qualidades de bom trabalhador, a sua docilidade, a sua paciência foram, por assim dizer, submetendo os

---

[728] SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. p. 83.
[729] *Ibid*., p. 86.

senhores e as suas famílias ao jugo de uma simpatia que não tardou a transformar-se em confiança e amizade".[730]

Assim como Freyre, em especial em *Casa-grande & senzala*, Salgado descreve os vínculos próximos estabelecidos no âmbito doméstico, mencionando, por exemplo, a figura da "Mãe Preta", escravizada responsável por amamentar os filhos do senhor:

> Nas grandes fazendas, as matronas brasileiras ajoelhavam-se diante do oratório, com os filhos e os escravos. As "mucamas" tornaram-se confidentes das "iaiás" e os "moleques" os companheiros dos "ioiôs". Os velhos africanos, simbolizados no tipo do "Pai João", eram o encanto das crianças brancas, às quais contavam histórias maravilhosas. E, como traço de união de duas raças, a "Mãe Preta" – ama de leite de quase todos os filhos de fazendeiros – sobrelevou-se como a expressão suprema da bondade e do carinho maternal.[731]

Freyre[732] destaca o respeito que, na sociedade colonial, era conferido à figura da Mãe Preta, não apenas pelos habitantes da casa-grande, mas também pelos escravizados:

> Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. [...] Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a bênção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleeiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala.

De acordo com Freyre[733], foi precisamente o caráter mais flexível do catolicismo português que possibilitou que as relações entre senhores e escravizados fossem distintas de outras regiões onde a escravidão vigorou. Tal não seria possível se o catolicismo praticado no Brasil fosse mais ortodoxo ou ascético, assim como se a religião do colonizador fosse o calvinismo. É relevante apontar esse fato porque, embora os dois autores vejam com bons olhos esse espírito de confraternização, Salgado não aponta em seu texto elementos que possam caracterizar o catolicismo como menos rigoroso do que em outras regiões.

---

[730] SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978. p. 85.
[731] SALGADO, *loc. cit.*
[732] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 435.
[733] *Ibid.*

Freyre não tem pudores em apontar os "desvios" do catolicismo português praticado no Brasil, nem em desvelar as crueldades perpetradas pelos senhores contra os escravos, de ordem psicológica, física e sexual; já Salgado não se dispõe a encarar tais fatos de frente, buscando apontar apenas os resultados supostamente benéficos das relações raciais no Brasil, sem, entretanto, reconhecer aspectos que possam ferir as suas crenças religiosas e o seu olhar moralizante sobre a história brasileira:

> Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e de sentimentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das senzalas; puxando para o individualismo e para o privativismo, os das casas-grandes. Confraternização que dificilmente se teria realizado se outro tipo de cristianismo tivesse dominado a formação social do Brasil; um tipo mais clerical, mais ascético, mais ortodoxo; calvinista ou rigidamente católico; diverso da religião doce, doméstica, de relações quase de família entre os santos e os homens, que das capelas patriarcais das casas-grandes, das igrejas sempre em festas – batizados, casamentos, "festas de bandeiras" de santos, crismas, novenas – presidiu o desenvolvimento social brasileiro. Foi este cristianismo doméstico, lírico e festivo, de santos compadres, de santas comadres dos homens, de Nossas Senhoras madrinhas dos meninos, que criou nos negros as primeiras ligações espirituais, morais e estéticas com a família e com a cultura brasileira.[734]

Salgado destaca, ainda, como influência positiva do elemento africano no Brasil, sua contribuição linguística, sobretudo no que se refere a objetos de uso cotidiano, à culinária e às "coisas urbanas", enquanto a contribuição indígena, notadamente tupi, seria melhor observada na toponímia, na geografia e na botânica. Freyre, por sua vez, ressalta a influência africana nos vocábulos da língua portuguesa, especialmente no contexto doméstico da família patriarcal, em que muitos desses termos se revelariam mais precisos e adequados à realidade americana do que expressões oriundas do português europeu:

> Mas a aliança da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o moleque acabou com essa dualidade. Não foi possível separar a cacos de vidro de preconceitos puristas forças que tão frequentemente e intimamente confraternizavam. No ambiente relasso da escravidão brasileira, as línguas africanas, sem motivos para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, dissolveram-se nela, enriquecendo-a de expressivos modos de dizer; de toda uma série de palavras deliciosas de pitoresco; agrestes e novas no seu sabor; muitas vezes, substituindo com vantagem vocábulos portugueses, como que gastos e puídos pelo uso.[735]

---

[734] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022. p. 438.
[735] *Ibid*., p. 416.

Percebe-se como Salgado, imbuído do espírito luso-brasileiro ao qual passara a se dedicar durante seu exílio em Portugal, tratou de um tema espinhoso para a relação entre as duas nações de forma a relativizar e justificar a escravidão, dentro de um enquadramento profundamente cristão. Dessa forma, não ofendia a sensibilidade dos seus anfitriões e prosseguia com a esperança de continuar sua intervenção política quando de seu retorno ao Brasil, em 1946.

Ao colocar em diálogo as experiências portuguesas de Gilberto Freyre e Plínio Salgado, esta seção buscou demonstrar como Portugal operou, para ambos, como uma instância de legitimação histórica, cultural e moral de projetos voltados à realidade brasileira. Inseridos em uma cultura política conservadora e críticos à modernidade liberal, Freyre e Salgado mobilizaram a tradição portuguesa para conferir densidade histórica e sentido a diagnósticos distintos sobre a nação e seu lugar no mundo.

Essa convergência parcial não elimina as profundas diferenças entre o lusotropicalismo de Gilberto Freyre e o integralismo de Plínio Salgado, mas permite compreender como certos elementos – em especial aqueles ligados à colonização, à miscigenação e ao catolicismo – permaneceram disponíveis para usos políticos diversos no pós-guerra. É justamente a partir desse terreno comum, e de suas reapropriações num contexto de Guerra Fria, pela iminência da descolonização e pela Guerra Colonial portuguesa, que a próxima seção analisará a atuação do integralismo brasileiro, então encarnado no PRP, sob a liderança de Plínio Salgado, na defesa dos interesses do Estado Novo português.

5 "UM IMENSO PORTUGAL?" – AS PRESSÕES PELA DESCOLONIZAÇÃO AFRICANA E A DEFESA DO COLONIALISMO EM PLÍNIO SALGADO E GILBERTO FREYRE

Esta seção propõe examinar a trajetória do Partido de Representação Popular, encarnação do integralismo brasileiro no período democrático do pós-guerra, privilegiando, particularmente, os elementos que o vinculam a Portugal e ao regime salazarista. Mais do que uma simples reconstituição partidária, o objetivo consiste em compreender como, em meio às transformações da ordem internacional do pós-guerra, o integralismo reelaborou seu discurso e suas referências externas, situando Portugal como um eixo simbólico e político de especial relevância. Nesse quadro, a experiência portuguesa não é tratada apenas como pano de fundo, mas com dimensão constitutiva das estratégias de legitimação e intervenção pública do movimento.

No plano internacional, busca-se igualmente analisar o contexto das crescentes pressões pela descolonização africana, particularmente nos fóruns multilaterais, como a ONU, nos quais a diplomacia salazarista, sob a liderança de Franco Nogueira, enfrentou, de maneira sistemática e intransigente, críticas e constrangimentos externos. A centralidade adquirida pela questão colonial nas disputas diplomáticas da década de 1950 e 1960 fornece o cenário no qual se torna possível investigar a recepção e a mobilização do lusotropicalismo de Gilberto Freyre por parte do regime. A intensa cobertura desses acontecimentos pela imprensa integralista suscitou a hipótese que orienta esta seção: em que medida o movimento teria se apropriado das formulações de Freyre como fundamento teórico de sua defesa do império português, ou se, ao contrário, teria recorrido a formas de argumentação distintas para sustentar sua posição solidária ao colonialismo.

Para enfrentar tal problemática, a análise privilegia como fonte principal o periódico partidário *A Marcha*, entendido não apenas como veículo de divulgação doutrinária, mas como espaço de elaboração ideológica e intervenção política. No que concerne às dinâmicas diplomáticas e às pressões internacionais sobre Portugal, o estudo apoia-se em documentação de natureza oficial, incluindo ofícios, correspondências, relatórios e discursos produzidos por agentes do Estado português. A articulação desses conjuntos documentais permite observar, de forma mais precisa, tanto a circulação transnacional de ideias quanto os modos pelos quais o debate colonial foi reinterpretado no interior do integralismo.

5.1 PORTUGAL E AS NAÇÕES UNIDAS: DEFESA DO COLONIALISMO E O ARGUMENTO LUSOTROPICAL

As relações exteriores portuguesas após o fim da Segunda Guerra Mundial eram complexas, e a inserção do país no sistema internacional da nova ordem bipolar ocorreu de forma lenta e dificultosa. Com a vitória das potências aliadas, defensoras dos princípios liberais, sobre o Eixo fascista, o Portugal de Salazar viu-se diante de alguns impasses. Os Estados Unidos, ao contrário do que ocorrera no pós-Primeira Guerra Mundial, quando mantiveram postura isolacionista diante da pretensão de liderar os assuntos globais, renunciaram a essa posição. Passaram a buscar a expansão de sua influência para além de suas fronteiras, com especial atenção à Europa, por motivos estratégicos, e à América Latina, por proximidade geográfica e de segurança. A outra grande vencedora do conflito, a União Soviética, exigia que sua influência se estendesse ao Leste Europeu, também por questões de segurança.

Alguns fatores levaram ao tensionamento das relações internacionais no fim da década de 1940 e no início da década de 1950. Entre eles, destacam-se o bloqueio de Berlim, em 1948; a vitória do comunismo na China, em 1949; a conquista do poder nuclear pela União Soviética, em 1949; e a guerra da Coreia. Havia o receio de que, em posse de armas nucleares, os soviéticos pudessem agir de forma mais agressiva em relação à Europa.[736] A ameaça nuclear fez com que as questões securitárias estivessem na ordem do dia das potências, em meio à forte tensão quanto à possibilidade de um novo conflito. Esse quadro começou a arrefecer ao longo da década de 1950, quando a ideia de coexistência pacífica ganhou força.

Nesse contexto, a posição de Portugal, assim como da Espanha, era particularmente complexa. Apesar da neutralidade das nações ibéricas durante o conflito, ambos os países eram governados por regimes autoritários que compartilhavam muitas afinidades ideológicas com o fascismo derrotado. A sobrevivência dos regimes de Franco e de Salazar por décadas após a derrota do fascismo foi, em grande medida, garantida pelo anticomunismo de ambos os governos, que passaram a ser tolerados pelas demais potências ocidentais.

---

[736] MARCOS, Daniel. **Entre o Império e a NATO:** Portugal e os Estados Unidos da América (1949-1961). Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2022.

O caso português, contudo, envolve algumas particularidades: sofreu pressões por exportar tungstênio para a Alemanha e teve que ceder os Açores – arquipélago estratégico entre a Europa e a América – para os aliados, em 1943. Nessas questões, Salazar agiu com cautela, arrastando as negociações com britânicos e norte-americanos a respeito dos Açores, de forma a obter o máximo de benefícios e evitar represálias alemãs. Gonçalves[737] observa que Salazar preferia tratar com os britânicos, já aliados de longa data, do que com os norte-americanos, cuja defesa de uma economia aberta e liberal não condizia com as ideias corporativistas e ruralizantes do português. Desde o fim da guerra, a grande preocupação portuguesa foi a preservação do Estado Novo como regime e a busca de novas estratégias para assegurar o império colonial, porém encontrou uma situação adversa entre seus aliados mais consolidados.

Pedro Aires de Oliveira[738] sustenta que, embora a Grã-Bretanha tenha emergido da guerra como uma das "três grandes" potências, logo teve que enfrentar uma conjuntura desafiadora: implementar o Estado de bem-estar social – projeto vitorioso nas eleições de 1945, conduzidas pelo Partido Trabalhista sob a liderança de Clement Attlee – com a gestão do seu vasto império colonial. O reconhecimento do direito de autodeterminação e a subsequente independência da Índia, ocorrida em 1947, mostraram a fragilidade do aliado britânico, levando Portugal a ser confrontado com a questão da descolonização. Assim, o governo português logo se deu conta de que a liderança nos assuntos globais cabia aos Estados Unidos e tratou de estabelecer relações mais sólidas com Washington.

Além disso, os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu passaram a ser reivindicados pelos indianos, mas Portugal mostrava-se obstinado em manter os territórios que constituíam o Estado Português da Índia. Gonçalves[739] observa que os portugueses, sem condições de defender os territórios pela força, recorreram, no campo diplomático, à filosofia pacifista do primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru. Paralelamente, buscou afirmar a especificidade do colonialismo português, apresentado não como voltado exclusivamente à exploração econômica, mas como orientado à construção de uma sociedade plural, baseada nos valores morais cristãos contra o materialismo capitalista norte-americano e o materialismo comunista soviético.

---

[737] GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

[738] OLIVEIRA, Pedro Aires. **Os despojos da aliança:** a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-75. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

[739] GONÇALVES, *op. cit.*

A bipolarização do mundo no pós-guerra fez com que Portugal entrasse na OTAN em 1949. Marcos[740] esclarece que a entrada de Portugal à OTAN visava ao fortalecimento da aliança com os Estados Unidos, visto que os objetivos da aliança nem sempre foram os mesmos defendidos pelo Estado Novo. Além disso, Reis[741] cita a importância estratégica das ilhas atlânticas, em especial dos Açores, para a defesa do Ocidente.

Salazar, em discurso de inauguração do Estádio Nacional em Braga, em maio de 1950, explicitou seus receios em relação à política externa. Primeiramente, devido ao avanço soviético na Europa e à resposta tardia do Ocidente a essa investida; a outra preocupação estava na criação de organismos supranacionais europeus que não levassem em conta as particularidades de cada Estado. Entretanto, a entrada de Portugal na OTAN trouxe vantagens ao regime de Salazar, que passou a ser reconhecido internacionalmente de forma legítima. A posição portuguesa na OTAN, conforme enunciada por Salazar, deveria ser de colaboração leal no que lhe fosse solicitado, porém iria defender-se com vigor perante qualquer tentativa que pudesse afetar a sua soberania.[742]

Portugal também recebeu ajuda financeira do European Recovery Plan, mais popularmente conhecido como Plano Marshall, em 1947, concebido pelo Secretário de Estado norte-americano George Marshall durante o governo de Harry Truman. O plano tinha por objetivo oferecer ajuda econômica aos países europeus no pós-guerra, com vistas à sua reconstrução econômica, para que fossem capazes de estabelecer um sistema comercial multilateral com os Estados Unidos. A primeira reação do governo português foi bastante cautelosa, receoso de que a entrada de capitais norte-americanos no país possibilitasse também a entrada de ideias contrárias às do Estado Novo. Por essa razão, inicialmente relutou em aceitar a ajuda financeira, mas as dificuldades econômicas enfrentadas no ano de 1948 convenceram o regime a aceitá-la.

Outro organismo internacional de fundamental relevância no contexto do pós-guerra foi a ONU. A criação oficial da instituição se deu em outubro de 1945, quando China, França, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos e outros Estados (50, no total) ratificaram a *Carta das Nações Unidas*[743], documento que conferiu poderes à

---

[740] MARCOS, Daniel. **Entre o Império e a NATO:** Portugal e os Estados Unidos da América (1949-1961). Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2022.

[741] REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013.

[742] MARCOS, *op. cit.*

[743] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

organização em intervir em uma série de questões, como paz e segurança, direitos humanos, desenvolvimento e terrorismo. O primeiro artigo do referido documento afirma que o principal objetivo da organização é a manutenção da paz e da segurança internacionais. Outra característica fundamental da ONU é a presença de um Conselho de Segurança, composto por cinco membros permanentes (França, Reino Unido, Estados Unidos, China e Rússia) com poderes de veto sobre resoluções e a admissão de novos membros.

Embora Portugal, como se verá adiante, tenha passado a enfrentar uma oposição cada vez mais incisiva às suas posições colonialistas, Reis[744] afirma que Salazar nem sempre se mostrou contra a criação de um organismo supranacional. Em 1945, o ditador considerou benéfica a criação de tal organização, desde que estruturada a partir de uma distinção clara entre uma Assembleia Geral, na qual os Estados teriam igualdade formal de voto, e um Conselho de Segurança restrito a algumas potências, às quais caberia, de fato, a condução dos assuntos internacionais. Para Reis, tal concepção exemplifica a mentalidade pragmática de Salazar, que considerava, àquela altura, Portugal como membro da comunidade internacional, ainda que sob uma perspectiva aristocrática e hierarquizada, segundo a qual um número reduzido de nações deveria concentrar maior poder decisório.

De fato, a estratégia portuguesa, a partir da década de 1960, foi contar com a boa vontade de países aliados a vetar resoluções no Conselho de Segurança. Salazar, entretanto, estava errado quanto às suas previsões em relação à constituição das Nações Unidas. Como tinha um assento no Conselho de Segurança, a União Soviética vetou a entrada do país na organização durante uma década. A Assembleia Geral logo se tornou um decisivo fórum de debate sobre o colonialismo.

A *Carta da ONU* contém dois capítulos dedicados à temática colonial: os capítulos XI e o XII. No primeiro, insere-se o artigo 73, que requisita informações sobre territórios dependentes dos membros da organização:

> Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios

[744] REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013.

> pelos quais são respetivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.[745]

Aurora Almada e Santos[746] observa que não havia a necessidade de um projeto de emancipação desses territórios. Isso fez com que as Nações Unidas formalizassem juridicamente o colonialismo na década de 1950:

> [...] que os responsáveis pelos territórios não autónomos transmitiriam ao secretário-geral dados técnicos e estatísticos sobre a evolução dos mesmos. Tais disposições não contemplavam recomendações relativas à preparação dos territórios não autónomos para a independência e na prática contribuíram para organizar juridicamente o colonialismo e legitimar o paternalismo colonial.[747]

Além disso, as nações colonizadoras criaram, em 1950, a Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA) com o objetivo de manter afastadas as agências especiais das Nações Unidas dos territórios colonizados. Tal iniciativa levou Portugal a acreditar, erroneamente, que haveria um sólido pacto entre as nações colonizadoras sobre a questão colonial.[748] Ainda que na época não fosse membro permanente da ONU, Portugal participou dos trabalhos da Comissão, que ficou conhecida como o "clube dos colonialistas". Nesse contexto, destacou-se Franco Nogueira, diplomata em ascensão que se tornaria ministro dos Negócios Estrangeiros em 1961. Nogueira lutou contra posições levantadas pela França e pela África do Sul no sentido de criar estruturas supranacionais para o continente, o que poderia comprometer a autonomia política portuguesa nos seus territórios africanos.[749]

No âmbito doméstico, a entrada de Portugal nas Nações Unidas era algo desejado pelo Estado Novo, cujo autoritarismo era apontado pelas oposições como razão do isolamento internacional do país no pós-guerra. Com a admissão na ONU, em dezembro de 1955, juntamente com dezesseis outros países, Portugal tornava-se membro de pleno direito na comunidade internacional. Para o Estado Novo, isso significava que, apesar do

---

[745] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

[746] SANTOS, Aurora Almada e. A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de dezembro de 1960. **Relações Internacionais**, v. 30, p. 61-69, 2011.

[747] *Ibid*., p. 62.

[748] REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013.

[749] LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenentes de Salazar.** Lisboa: Aletheia, 2015.

autoritarismo, o bloco ocidental, especialmente os Estados Unidos, valorizava Portugal como um aliado, sobretudo no que concerne ao anticomunismo do regime salazarista:

> [...] com o desenvolvimento da guerra fria, o sistema político autoritário português, que tanto mal-estar causava aos aliados, cada vez mais passou a ser visto como uma particularidade de um Estado perfeitamente afinado com o objetivo ocidental de eliminar o comunismo soviético onde quer que ele se manifestasse. Esse novo enquadramento de Portugal na estrutura do sistema internacional culminou com o seu ingresso, em dezembro de 1955, na Organização das Nações Unidas.[750]

Reis[751] destaca que a entrada na ONU foi amplamente valorizada pelo Estado Novo. Entre as prerrogativas dos países-membros estava a possibilidade de submeter controvérsias à Corte Internacional de Justiça, recurso ao qual Portugal recorreu apenas um dia após sua admissão. Portugal contestou legalmente os anseios indianos de anexação de Goa, Damão e Diu, obtendo decisão favorável. Como o Estado Novo era formado por muitos professores de Direito, entre eles o próprio Salazar, o regime acreditou na possibilidade de conter o avanço do anticolonialismo por meio de uma estratégia de natureza jurídica. Com o passar dos anos, contudo, essa abordagem revelou-se insuficiente.

Um dos aspectos negativos da entrada de Portugal na ONU foi sua exposição crescente aos debates a respeito da descolonização, que se intensificaram a partir de meados da década de 1950. Alguns acontecimentos de grande magnitude podem servir como exemplo da conjuntura cada vez mais adversa que o regime português encontrou nesse contexto. Destaca-se a Conferência de Bandung, em 1955, que reuniu uma série de líderes de países do chamado terceiro mundo, na Indonésia, cuja resolução final afirmava o reconhecimento de igualdade de todas as raças, bem como o direito de cada nação se defender individual e coletivamente. Gonçalves[752] observa que a grande importância dessa conferência – da qual não participaram líderes de países ocidentais nem latino-americanos – foi abrir uma brecha na bipolaridade dos anos 1950, resultando em pressões mais constantes para a descolonização de territórios na África e na Ásia.

---

[750] GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003. p. 82.

[751] REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013.

[752] GONÇALVES, *op. cit.*

Para enfrentar essa pressão anticolonial, Pedro Aires Oliveira[753] aponta o surgimento, em Portugal, de figuras mais jovens e com espírito modernizador. Entre elas, destacam-se Franco Nogueira, que ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros no período entre 1961 e 1969, e Adriano Moreira, intelectual que ocupou o cargo de ministro do Ultramar entre 1961 e 1962. Ambos procuraram convencer Salazar da necessidade de promover reformas no tocante às relações de trabalho, à educação, à saúde e ao desenvolvimento econômico. Tais iniciativas se consubstanciaram a partir do plano quinquenal de 1953-1958, em que o desenvolvimento econômico promovido acabaria por beneficiar os interesses dos grandes proprietários de terras e industriais portugueses. Paralelamente, incentivou-se o envio de colonos brancos às colônias, principalmente Angola.[754]

Outra estratégia de resistência à pressão pela descolonização aconteceu antes da entrada do país na ONU: a revisão do Acto Colonial, em 1951. Por meio dessa reformulação, Portugal deixou de se definir como um Império Colonial para se apresentar como uma *nação pluricontinental*. As antigas colônias passaram a ser denominadas *Províncias Ultramarinas* e a fazer parte, ainda que geograficamente distantes, do Portugal Metropolitano. Dessa forma, o regime português procurou se defender do artigo 73 da *Carta das Nações Unidas*, que tratava do envio de informações a respeito de territórios não autônomos, sustentando que tais territórios não existiam no caso português.

Além dessa mudança estatutária em relação às colônias, o regime português passou a enfatizar um discurso que destacava o suposto caráter humanista, cristão e desprovido de preconceitos raciais da presença portuguesa no ultramar. Nesse contexto, as posições de Gilberto Freyre mostraram-se particularmente úteis. A partir de sua viagem aos territórios ultramarinos, em 1951 e 1952, a elaboração do conceito de lusotropicalismo ganhou forma e passou a ser usado como argumento pelas autoridades portuguesas. De acordo com Oliveira[755], a sensibilidade de reconhecer no lusotropicalismo um potente argumento contrário à descolonização decorreu, em grande medida, da ação de Franco Nogueira e Adriano Moreira:

---

[753] OLIVEIRA, Pedro Aires. Harold Macmillan, os "ventos de mudança" e a crise colonial portuguesa (1960-1961). **Relações Internacionais**, n. 30, Lisboa, jun. 2011.
[754] GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
[755] OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 28.

> Em termos discursivos, foram também estes elementos que melhor terão entendido o potencial propagandístico das teses do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, cujas ideias acerca da vocação excepcional dos portugueses para a mestiçagem e o diálogo intercultural começaram a impregnar os pronunciamentos de responsáveis do regime, incluindo o próprio Salazar.

Manuel de Lucena[756], em seu ensaio biográfico sobre Franco Nogueira, afirma que o multirracialismo português (em suma, o lusotropicalismo) era a convicção mais arraigada do diplomata. Para o estudioso, a legitimidade da soberania portuguesa não residia em fatores históricos, como a ocupação secular de alguns territórios, nem na obra evangelizadora ou na chamada missão civilizadora portuguesa. Todos esses fatores estariam submetidos ao lusotropicalismo e à sua construção de sociedades multirraciais marcadas pela interpenetração cultural.

Dessa forma, a descolonização, e subsequente esvaziamento da população de origem europeia, representaria, para além das questões de ordem prática, um atentado fatal contra a criação de sociedades multirraciais (lusotropicais). Entre um programa político que levasse à prioridade da independência e um programa *sociológico* em que o desenvolvimento social e econômico se daria em um quadro multirracial, Nogueira privilegiava, sem dúvidas, a segunda opção, defendendo-a de forma bastante firme não somente no período em que esteve à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas desde sua entrada na delegação portuguesa na ONU, em 1956.

No ano de 1960, dezessete países africanos conquistaram sua independência e ingressaram na ONU. Como fator de ordem prática, os países do bloco afro-asiático passaram a representar a maioria dos países-membros da organização. Santos[757] observa que as discussões na Assembleia Geral passaram a ser guiadas pelo bloco, em uma vasta gama de questões, e a pressão contra o colonialismo se tornou mais intensa. Apesar dessa pressão, os procedimentos necessários para obter a descolonização dos chamados territórios não autônomos mostravam-se lentos e insuficientes para atender aos anseios do bloco. Foi nesse contexto que a atuação do líder soviético Nikita Khrushchev se revelou decisiva: em setembro de 1960, ao requerer a apreciação urgente da questão, contribuiu para colocá-la no centro da agenda da organização.

---

[756] LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenentes de Salazar.** Lisboa: Aletheia, 2015.

[757] SANTOS, Aurora Almada e. A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de dezembro de 1960. **Relações Internacionais**, v. 30, p. 61-69, 2011.

Por fim, em 14 de dezembro de 1960, foi aprovada a Resolução 1.514[758] da ONU, proposta pelo bloco afro-asiático, que continha a *Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais*. Sua aprovação se deu por larga maioria, tendo 89 votos a favor, zero contra e 9 abstenções (por parte das potências colonizadoras, incluindo Portugal). Com a resolução, a ONU passou a ser francamente a favor da descolonização como um todo, deixando de fazer a distinção entre territórios não autônomos e territórios sob tutela. Caberia, então, aos colonizadores pavimentar o caminho em direção à independência das colônias. A resolução reconhecia que a dominação colonial era um risco para a paz mundial, além de ser uma negação dos direitos fundamentais do homem, reconhecendo o direito dos povos à autodeterminação. No contexto da resolução, o direito da autodeterminação, que até então era algo difuso e interpretado de várias maneiras, passou a ser entendido, na prática, como equivalente ao direito à independência.

Embora não mencionasse explicitamente Portugal, a Resolução 1.541 buscou, justamente, esclarecer o que eram os "territórios não autônomos". Conforme Santos[759], tratava-se de um instrumento de natureza mais política do que estritamente jurídica, cujo objetivo era pressionar Portugal a fornecer informações exigidas pela organização, contornando a argumentação da "pluricontinentalidade" portuguesa:

> Essa obrigatoriedade recaía sobre territórios geograficamente separados e que tinham diferenças a nível étnico ou cultural em relação ao país administrante e sobre os que se encontravam numa situação de subordinação administrativa, política, jurídica, econômica ou histórica em relação à metrópole.

Assim, a obrigatoriedade à prestação de informações recaía sobre todas as Províncias Ultramarinas portuguesas. A Resolução 1.542, também aprovada no dia 15 de dezembro de 1960, apresentou uma lista dos territórios que se enquadrariam como "territórios não autônomos", no qual constavam todas as dependências portuguesas.[760]

---

[758] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais.** 1960. Disponível em: v https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-granting-independence-colonial-countries-and-peoples. Acesso em: 20 mar. 2026.

[759] SANTOS, Aurora Almada e. A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de dezembro de 1960. **Relações Internacionais**, v. 30, p. 61-69, 2011. p. 67.

[760] *Ibid.*

Como argumenta Santos[761], essa resolução visava confrontar o colonialismo português, representando uma atuação mais incisiva por parte da ONU no combate ao colonialismo.

Apesar disso, os diplomatas portugueses, sob a chefia de Franco Nogueira, ainda insistiam na "tese legalista" segundo a qual não poderiam ser discutidas ações contra o colonialismo português, que, de acordo com essa interpretação, sequer existiria. Argumentavam que as Nações Unidas não poderiam intervir em uma questão portuguesa cuja natureza jurídica precedia a entrada do país na organização (no caso específico, a revisão do Acto Colonial). Seguindo esse raciocínio, baseado na ideia de Portugal como uma nação pluricontinental – o que constava na constituição portuguesa e, portanto, fora do escopo de intervenção da ONU –, o país se recusou a fornecer informações sobre seus territórios ultramarinos. Estes, na ótica oficial, não constituíam colônias nem territórios não autônomos, mas, sim, partes integrantes e indissociáveis do território nacional:

> Para o legalismo conservador que constituía uma pedra angular da cultura política do Estado Novo, era evidente que os precedentes tradicionais e os procedimentos estabelecidos deveriam prevalecer, e não a votação por maioria ou ideais progressistas. Portanto, essa grande mudança na ONU suscitou mais resistência, e não acomodação por parte do regime português.[762]

Ao longo da década de 1960, a oposição ao colonialismo português se fez cada vez mais presente, exigindo a independência e a rápida descolonização dos territórios sob soberania portuguesa. O processo também mostra o papel ativo da maioria afro-asiática em pautar o debate na ONU, que, ao longo da década, recebeu líderes de movimentos anticoloniais para atividades na organização.

Segundo Reis[763], a insurgência de movimentos anticoloniais nos territórios portugueses na África não pode ser lida como fruto unicamente de um ambiente favorável à descolonização na Assembleia Geral. Entretanto, para ele, não há dúvidas de que o respaldo internacional contribuiu para a organização e o fortalecimento de tais movimentos. Como exemplo, registra-se que Holden Roberto, líder da União das

---

[761] SANTOS, Aurora Almada e. A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de dezembro de 1960. **Relações Internacionais**, v. 30, p. 61-69, 2011.

[762] No original: "For the conservative legalism that was a cornerstone of the political culture of the Estado Novo it was evident that traditional precedents and set procedure should prevail, not majority voting or progressive ideals. Therefore this great change at the UN invited more resistance, not appeasement by the Portuguese regime" (REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013).

[763] *Ibid.*

Populações de Angola, um dos primeiros movimentos insurgentes contra Portugal, foi convidado para uma sessão da Assembleia Geral em março de 1961, casualmente a mesma época em que ocorreram ataques de natureza anticolonial em Angola. O ano de 1961 marcou o agravamento da Guerra Colonial portuguesa em Angola, conflito que, nos anos seguintes, eclodiria em outros territórios, como a Guiné, em 1963, e Moçambique, em 1964.

O ano de 1961 configura-se, portanto, como uma espécie de *annus horribilis* para o Estado Novo, com a eclosão da Guerra Colonial e das pressões internacionais contra o colonialismo português. Nesse mesmo ano, ocorreu a aprovação da Resolução 163 por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que declarava Angola como *território não autônomo*, manifestava apoio ao direito de autodeterminação das populações nativas e condenava a repressão portuguesa aos movimentos independentistas que haviam começado a luta armada em fevereiro daquele ano. Como consequência, observa-se um gradual isolamento do país em âmbito internacional, a ponto de Reis[764] caracterizá-lo como uma espécie de Estado pária.

Nesse contexto, Salazar pronunciou um discurso com contundentes críticas à ONU, repercutindo amplamente no país e também no Brasil. Em ofício dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros, a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro – que recebeu a íntegra do discurso no dia em que foi proferido – enviou diversos recortes de imprensa com a repercussão do pronunciamento em diferentes jornais, os quais eram posteriormente enviados a Portugal. O jornal *O Globo*, que tinha uma posição francamente favorável a Portugal, reproduziu o discurso na íntegra, sob a manchete "Sem críticas nem acusações, Salazar reafirma que é inabalável a política de Portugal no Ultramar".[765] Gonçalves[766] afirma que a relação entre o jornal e a diplomacia portuguesa era tão estreita que, por vezes, funcionários da embaixada escreviam os editoriais de *O Globo*. Curiosamente, não houve registros de recortes de *A Marcha*, órgão da imprensa integralista nas décadas de 1950 e 1960.

O discurso intitula-se "A ONU e o ultramar português" e foi proferido perante a Assembleia Nacional em junho de 1961. "Com profunda mágoa", Salazar esboça um

---

[764] REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013.

[765] Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. PT/AHD/MNE-MD/LEM-BRA-ERIO/S013/DC00027

[766] GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

quadro, segundo a sua concepção, das injustiças sofridas por Portugal desde a aprovação das resoluções de dezembro do ano anterior. Marcadamente nacionalista e anticomunista, o discurso apresenta, ainda, reservas às posições norte-americanas favoráveis à descolonização, as quais são atribuídas à falta de compreensão a respeito da ação ultramarina portuguesa. Não obstante, o elemento central da argumentação reside no recurso ao lusotropicalismo, já mobilizado nos fóruns diplomáticos como fundamento legitimador da presença portuguesa no ultramar:

> Estas são coisas materiais que têm muita importância mas não devem ser tomadas por decisivas, porque numa sociedade de homens o que acima de tudo importa é o tipo das relações humanas. A maneira de ser portuguesa, os princípios morais que presidiram aos descobrimentos e à colonização fizeram que *em todo o território nacional seja desconhecida qualquer forma de discriminação e se hajam constituído sociedades plurirraciais, impregnadas do espírito da convivência amigável, e só por isso pacíficas*.[767]

Na sequência, Salazar passa a criticar aquilo que denomina "racismo negro" contra os brancos. Em sua leitura, a irrupção dos movimentos anticoloniais teria como objetivo acabar com as comunidades plurirraciais. Referindo-se à composição da Assembleia Geral da ONU, marcada pela predominância de países do bloco afro-asiático, afirma que ela "[...] funciona como uma multidão que é e, portanto, dentro daquelas leis psicológicas e daquele ambiente emocional a que estão sujeitas todas as multidões".[768] Observa-se nesse ponto o elitismo de Salazar, já apontado por Bruno Reis[769] no início desta seção. Embora Salazar faça questão de exaltar a obra lusotropical da colonização portuguesa, incorre em racismo contra aqueles que se posicionam contrariamente a Portugal.

Ao finalizar o discurso, convocando a população portuguesa a resistir a qualquer tentativa de descolonização, mais uma vez, invoca o argumento lusotropical: "Esta decisão é nos imposta por todos quantos, brancos, pretos ou mestiços, mourejando, lutando, morrendo ou vendo espedaçar os seus, autenticam pelo seu mesmo martírio que Angola é terra de Portugal".[770]

A anexação de Goa pela Índia, realizada por meio da força, em dezembro de 1961, foi um exemplo de que a oposição diplomática à descolonização não surtiria grande efeito

---

[767] Arquivo Oliveira Salazar, PC-15, cx. 594. PT/TT/AOS/D-M/027/0001. p. 31. [Grifo nosso.]
[768] *Ibid*., p. 40.
[769] REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013.
[770] Arquivo Oliveira Salazar, *op. cit*., p. 43.

em casos concretos. Reis[771] observa que, embora aliados tradicionais de Portugal, como os Estados Unidos e o Reino Unido, tenham condenado a ação indiana, não adotaram medidas efetivas para impedi-la. Para esses países, era mais vantajoso preservar boas relações com uma potência asiática como a Índia do que auxiliar Portugal em seus reclames. Como assinala Gonçalves[772], o Brasil também manifestou sua solidariedade com os portugueses no episódio; tal apoio, contudo, assumiu um caráter quase "constrangido", uma vez que não trouxe benefícios concretos à política externa brasileira:

> Um constrangimento que não se devia apenas à insólita posição a defender, mas sobretudo à consciência de que a tal orientação do governo brasileiro não correspondia a nenhum benefício. Enquanto Portugal pagava o preço do isolamento e da antipatia internacional mediante substanciosas vantagens econômicas, o Brasil o acompanhava por razões de pura afetividade, sem qualquer tipo de contrapartida. Tudo se fazia em nome dos compromissos da defesa do mundo ocidental.[773]

Salazar também pronuncia um discurso solene à Assembleia Nacional sobre a perda de Goa[774], qualificando o acontecimento como "um dos maiores desastres da nossa História e golpe muito fundo na vida moral da Nação".[775] O ditador afirma que a política de "indianização" levada a cabo pela Índia se chocaria com o que ele, de forma marcadamente lusotropical, chama de:

> [...] uma individualidade própria [que] foi ali criada através dos séculos pela interpenetração e pelo cruzamento de raças. Penso que as violências vão ser em proporção das dificuldades e que, a demorar muito a reintegração de Goa, se siga à espoliação e à forçada igualdade na pobreza, a perda de liberdade quanto à língua, à religião, à cultura diminuirá os goeses.[776]

Essa exaltação da presença portuguesa secular no subcontinente indiano pode sugerir que a região fosse marcadamente lusa em sua sociedade e em sua cultura. No entanto, um relatório confidencial escrito pelo jornalista salazarista Barradas de Oliveira[777]

---

[771] REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013.
[772] GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
[773] *Ibid*., p. 128.
[774] Arquivo Oliveira Salazar, PC-15, cx. 594. PT/TT/AOS/D-M/027/0001.
[775] *Ibid*., p. 1.
[776] *Ibid*., p. 37.
[777] OLIVEIRA, Barradas de. **Relatório Confidencial sobre as Províncias do Oriente.** Lisboa, 1952. Arquivo Oliveira Salazar, cx. 772, pt. 8.

indica que, na década de 1950, em Goa, só havia vestígios de uma ocupação portuguesa: "Por muito que nos custe escrevê-lo, a verdade é que na Índia, aparte certas zonas restritas, não temos a impressão de estar entre compatriotas. Raça, língua, religião, costumes, amor ao Passado, ideais coletivos de projeção no futuro – tudo é diferente".[778] Mais adiante, ao analisar a questão racial no território, conclui que a propaganda da interpenetração de culturas e criação de sociedades plurirraciais não se verificava naquele contexto:

> Nas relações humanas com a gente de Goa, Damão e Diu, e apesar da literatura em contrário, pareceu-nos não ter havido assimilação racial. Não procurou aqui fazer-se do indiano cidadão português. A política de cruzamentos iniciada por Albuquerque não deu tipos definidos, mas espécies oscilantes entre a força de uma ou de outra tendência.[779]

Percebe-se, assim, como o lusotropicalismo funcionou, sobretudo, como um instrumento ideológico e uma arma retórica para justificar a manutenção de um colonialismo supostamente progressista – e isso com o pleno conhecimento, por parte das autoridades portuguesas, de suas "limitações".

Reis[780] observa que, até o ano de 1963, Portugal manteve um relativo *high profile* nas Nações Unidas. Entretanto, após essa data, cada vez mais isolado no âmbito internacional, a diplomacia portuguesa liderada por Franco Nogueira passou a ter uma atuação mais discreta, preferindo conter os danos e articular posições com seus aliados tradicionais – Estados Unidos, França e Reino Unido – no Conselho de Segurança, no sentido de que, se não fossem votar a favor da posição portuguesa, que pelo menos se abstivessem. Conversas mantidas com o representante francês na organização deixaram evidente a Nogueira que a França não mais votaria contra a descolonização, visto que, após abdicar de seu império colonial, passou a exercer uma significativa influência sobre suas ex-colônias.

No ano de 1963, Portugal mais uma vez empreendeu uma tentativa de convencimento baseada no lusotropicalismo. Trata-se de um estudo de Gilberto Freyre encomendado pela ONU em 1954 para discussão de métodos de combate ao racismo na África do Sul, intitulado *Elimination des conflits et tensions entre les races*. Já em suas

---

[778] OLIVEIRA, Barradas de. **Relatório Confidencial sobre as Províncias do Oriente.** Lisboa, 1952. p. 4.
[779] *Ibid*., p. 10.
[780] REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013.

primeiras páginas, percebe-se que o estudo é uma peça apologética da colonização portuguesa, fundamentado no argumento lusotropical.

Em documento[781] remetido a Lisboa, datado de 25 de novembro de 1963, no qual está transcrita a posição oficial de Portugal acerca dos preconceitos raciais e da intolerância nacional e religiosa, posteriormente incluído no relatório do secretário-geral, há uma anotação manuscrita indicando sua ampla difusão "a todas as missões diplomáticas e consulados". Após iniciar com o credo da ausência total de preconceitos raciais e de intolerância religiosa que há séculos está enraizado na consciência nacional, Freyre aparece como "fiador" dessa tese:

> O Secretariado das Nações Unidas publicou, em 25 de agosto de 1954, como documento da Assembleia Geral, um estudo do eminente sociólogo brasileiro, o professor Gilberto Freyre, sobre a posição portuguesa (A/AC.70/3). Nele, apresentou uma exposição clara e bastante detalhada da tradição portuguesa, bem como dos perigos aos quais ela esteve exposta no passado em contato com práticas estrangeiras inteiramente contrárias ao espírito português de tolerância e de não discriminação. É preciso acrescentar que certas tendências que atualmente se manifestam na África e que buscam infiltrar-se nos territórios portugueses impõem a Portugal a responsabilidade de manter sua sociedade multirracial "a salvo do vírus desse novo tipo de intolerância e de discriminação racial, que é a antítese da anterior".[782]

No referido estudo, Freyre remonta a tradição portuguesa à figura do Infante Dom Henrique, que, ao tomar escravos no século XV, o fazia para "[...] ganhar almas para Jesus Cristo e para a Cristandade".[783] Logo em seguida, afirma que a escravidão praticada pelos portugueses era "adocicada", na medida em que os escravos eram considerados, do ponto de vista social, membros das famílias:

> É verdade que os portugueses praticavam, à época, uma forma bastante atenuada de escravidão, pois esses escravizados, uma vez batizados,

---

[781] Arquivo Histórico-Diplomático. PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPAI-RNP-38/DC00082.

[782] No original: "Le Secrétariat des Nations Unies a publié le 25 août 1954, comme document de l'Assemblée générale, une étude de l'éminent sociologue brésilien, le professeur Gilberto Freyre, sur la position portugaise (A/AC.70/3). Il y a fait un exposé clair, et assez détaillé de la tradition portugaise, ainsi que des dangers auxquels elle a été exposée dans le passé au contact de pratiques étrangères entièrement contraires à l'esprit portugais de tolérance et de non-discrimination. **Il faut ajouter que certaines tendance qui se font jour actuellement en Afrique et** qui cherchent à s'infiltrer dans les territoires portugais imposent au Portugal la responsabilité de garder sa société multiraciale à 'l'abri du virus de ce nouveau type d'intolérance et de discrimination raciale, qui est l'antithèse du précédent'" (Arquivo Histórico-Diplomático. PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPAI-RNP-38/DC00082).

[783] No original: "[...] gagner âmes à Jésus-Christ et à chrétienté" (*Ibid*., p. 44).

> tornavam-se, socialmente falando, membros das famílias portuguesas, em vez de serem utilizados para o trabalho como simples animais.[784]

Freyre argumenta que os portugueses não percebiam as populações "exóticas" como racialmente inferiores, nem cultivavam um "culto exagerado da brancura", embora uma grande parte apresentasse caracteres nórdicos, devido à longa convivência que tiveram com os mouros na Península Ibérica. No entanto, ressalta que era necessário cristianizá-las. Esse elemento, aliado à reduzida população do Portugal metropolitano, levou os portugueses a se lançarem aos mares. A ação portuguesa na África, a partir do século XIV, segundo ele, estava ligada a uma espécie de nacionalismo, em oposição um nacionalismo "Cristocêntrico em vez de etnocêntrico".[785]

Ao analisar as relações entre senhores e escravos no Brasil, Freyre sustenta que estes últimos eram tratados de forma paternalista pelos senhores. Além disso, afirma que, já no período do Brasil independente, haveria uma certa tendência entre os mercadores portugueses de se casarem com mulheres negras.

Rememorando o episódio racista que vivenciou e sobre o qual relatou em *Aventura e rotina*, ao constatar que havia hotéis em Lourenço Marques (atual Maputo, capital de Moçambique) que só aceitavam brancos, e mencionando estudos que apontavam a presença de "formas modernas" de preconceito racial em São Paulo, Freyre interpreta tais manifestações como influências exógenas, estranhas ao caráter tradicional da colonização dessas regiões. No caso de Moçambique, atribui essas práticas à proximidade com a então União Sul-Africana e sua política de *apartheid*. No caso de São Paulo, observa que alguns estudiosos vinculavam o surgimento da discriminação racial ao processo de *industrialização*. O intelectual não nega que alguns fatores, principalmente no que concerne à imigração e à competição, possam intensificar tensões raciais em contextos industrializados, mas que no caso de São Paulo o problema apresentaria especificidades que o distinguiriam de outras realidades.

Afirma Freyre que, à época que o texto foi escrito, na década de 1950, a imigração portuguesa há muito já havia cessado, assim como a espanhola e a italiana. Para ele, esses três povos teriam uma visão mais fraternal a respeito da questão racial – mais uma vez,

---

[784] No original: "Il est exact que les Portugais pratiquaient à l'époque une forme très adoucie d'esclavage, car ces esclaves, une fois baptisés devenaient, socialement parlant, membres des familles portugaises, au lieu d'être utilisés pour le travail comme des simples animaux" (Arquivo Histórico-Diplomático. PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPAI-RNP-38/DC00082).

[785] No original: "Christocentrique plûtot qu'ethnocentrique" (*Ibid*., p. 5).

aponta a tendência de esses imigrantes terem relações com mulheres não brancas e, às vezes, a casarem-se com elas –, portanto, a discriminação não se faria tão presente. O problema seria causado por uma imigração mais recente, dos trinta anos anteriores, de povos que se portariam como "senhores brancos em relação a pessoas de cor de raça inferior".[786] Entre esses grupos, menciona os alemães, poloneses, judeus, húngaros, sírios e japoneses, que formariam comunidades pouco afeitas à integração com o restante da população. Em perspectiva individualista, esses grupos se recusavam a fazer parte da nação e estariam preocupados apenas com a ascensão social.

Percebe-se, nos exemplos citados, que a eventual presença de discriminação racial em áreas de tradição lusitana ocorreria – se é possível assim dizer – pela falta do espírito luso-fraterno-tropical que caracterizaria a colonização portuguesa. Os estrangeiros eram responsáveis por promover o afloramento desses sentimentos discriminatórios. Foi precisamente esse argumento que a diplomacia portuguesa utilizou em 1963 – ao invocar nominalmente Freyre e o estudo anteriormente mencionado – para não apenas manter as suas posses territoriais na África como também defendê-las pela força contra os agentes estrangeiros que estariam agindo para desestabilizar as sociedades multirraciais que são obra secular do gênio português.

Apesar da condenação quase global da colonização portuguesa ao longo da década de 1960, Oliveira[787] observa que outros aspectos da conjuntura internacional acabaram por favorecer a posição de Portugal. Parte disso partiu da preocupação de Washington com a emergência de novos regimes comunistas. Nesse contexto, a presença portuguesa na África pelo menos possuía um forte caráter anticomunista. Além disso, a ofensiva sobre o terceiro mundo por parte de Khruschev se mostrou infrutífera. Paralelamente, durante a década de 1960, as preocupações dos Estados Unidos de Lyndon B. Johnson estavam mais voltadas para o sudeste asiático do que para a África.

---

[786] No original: "seigneurs blancs vis-a-vis des gens de couleur de race inférieure" (Arquivo Histórico-Diplomático. PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPAI-RNP-38/DC00082. p. 8).

[787] OLIVEIRA, Pedro Aires. Harold Macmillan, os "ventos de mudança" e a crise colonial portuguesa (1960-1961). **Relações Internacionais**, n. 30, Lisboa, jun. 2011.

5.2 O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR: A NOVA ETAPA DO MOVIMENTO INTEGRALISTA

O historiador Leandro Pereira Gonçalves[788], em sua tese e obra posterior (2017), que tratam da trajetória de Plínio Salgado, propõe um instigante questionamento: o Plínio Salgado que voltou do exílio de sete anos em Portugal havia se transformado em um "Plínio Salazar"? Seu próprio texto demonstra que os anos de exílio, durante a vigência do Estado Novo de Getúlio Vargas e a Segunda Guerra Mundial, foram fundamentais na trajetória de Salgado. Embora essa questão já tenha sido discutida nesta investigação, vale a pena retomar alguns pontos.

O político brasileiro que, após o *Putsch* de 1938, viveu se escondendo das autoridades, em Portugal encontrou um clima muito mais favorável às suas ideias. Após tentativas iniciais de contatos políticos e de articulações que tinham por objetivo concretizar seu retorno ao país – o que acabou não acontecendo –, Salgado passou por uma sensível mudança em sua atuação, um legítimo *rebranding* da sua personalidade: o Plínio Salgado Chefe Nacional da AIB – o movimento fascista de maior expressão fora da Europa – saiu de cena, dando lugar ao Plínio Salgado escritor católico e conferencista luso-brasileiro. Sua *Vida de Jesus* teve grande repercussão nos meios intelectuais portugueses, permitindo que atingisse um grau de prestígio que não lograra no Brasil – excetuando-se, naturalmente, o círculo de adeptos do integralismo.

Nesse sentido, é possível afirmar que a influência do Estado Novo de António de Oliveira Salazar deixou uma marca indelével em Salgado: era sobretudo no espiritualismo que sua ação política posterior deveria ser baseada. Como observa Gonçalves, foi "A existência de um governo forte, ditatorial, católico e principalmente não fascista fez com que buscasse inspirações no período do pós-guerra".[789]

Essa influência salazarista revela-se de forma nítida na trajetória do PRP durante o período de sua existência (1945-1965). Primeiramente, observa-se uma maior ênfase no aspecto cristão do partido. Embora a AIB já tivesse um caráter cristão muito presente, tal dimensão foi exacerbada no seu congênere do pós-guerra. Suas origens residem na

---

[788] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012; *Id.* **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

[789] *Ibid.*, p. 273.

experiência do exílio pliniano, quando, além de admirar o regime português por suas ligações com o catolicismo, também foi influenciado pela mensagem natalina do Papa Pio XII, que propunha a defesa de uma terceira via entre o liberalismo e o marxismo, associada à democracia cristã.[790]

Outra questão fundamental para a compreensão do PRP é a constante presença de um discurso anticomunista virulento. Conforme explica Calil[791], o anticomunismo garantiu a sobrevida integralista no pós-guerra. O historiador demonstra que a insistência da iminência da vitória comunista era constante, sendo essa "ameaça" mobilizada como justificativa para a missão especial do integralismo: combater os comunistas. O integralismo julgava-se o único movimento verdadeiramente anticomunista e criticava os demais partidos políticos por sua suposta insuficiência nesse campo.

O nacionalismo, extremo na década de 1930, sofreu algumas alterações no sentido de não ser tão reivindicado como na AIB. Naturalmente, a derrota do projeto fascista contribuiu para que a conjuntura do pós-guerra não comportasse projetos ultranacionalistas. Ainda assim, Calil[792] observa que a defesa do nacionalismo no PRP se deu em termos vagos, celebrando datas e heróis nacionais, frequentemente reinterpretados sob uma ótica cristã. Por fim, outro aspecto que marca a trajetória do PRP foi sua defesa intransigente do Estado Novo português, desde sua fundação até sua extinção. Quando eclodiu a Guerra Colonial, em 1961, Portugal não deixou de figurar em destaque nas manchetes de seu órgão oficial, *A Marcha*.

Em relação a Portugal, foi discutido nesta investigação o papel preponderante das teses lusotropicalistas de Gilberto Freyre como recurso ideológico contra as pressões internacionais que o Estado Novo vinha sofrendo, intensificadas na década de 1960. O argumento lusotropical foi invocado convictamente pela diplomacia portuguesa nos mais altos fóruns de discussão internacionais. A questão que se coloca, então, é se a adesão portuguesa ao discurso lusotropicalista repercutiu também entre os integralistas brasileiros – e, em especial, em Plínio Salgado. Estaríamos diante de um deslocamento discursivo de um "Plínio Salazar" para um "Plínio lusotropical"? Esta seção propõe-se a explorar essa hipótese.

---

[790] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

[791] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

[792] *Ibid.*

5.2.1 A formação e a trajetória política do Partido de Representação Popular

O PRP foi a encarnação política do integralismo no período pós-guerra, sendo fundado em 1945 e permanecendo ativo por vinte anos, até sua extinção pelo Ato Institucional n. 2, já no contexto da Ditadura Civil-Militar, em 1965. A rearticulação dos integralistas em torno dessa nova organização partidária não foi uma tarefa simples a ser realizada, visto que houve uma intensa oposição pública no Brasil ao seu reagrupamento. Segundo Victor[793], a memória social associava os integralistas a práticas golpistas e ao nazifascismo, o que contribuiu para dificultar sua reorganização. Ademais, o Estado Novo brasileiro incentivou o descrédito aos camisas-verdes sem lhes oferecer a possibilidade de defesa:

> A ditadura definiu o que se tornou público e assim pôde estabelecer os vetores para a construção da memória social. Supomos que as repetitivas representações de algumas interpretações do passado foram capazes de destruir a diversidade do tempo vivido, já que os integralistas, derrotados, não dispunham de mecanismos para difundir suas memórias e garantir a permanência no espaço público de suas próprias e destoantes representações do passado.[794]

Além da campanha difamatória após o *putsch* de 1938 e a perseguição subsequente aos integralistas, a grande imprensa não poupou ataques aos integralistas durante o Estado Novo (1937-1945). Mesmo após a fundação do partido, grandes jornais como o *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, além da influente revista *O Cruzeiro*, promoveram aberta hostilidade à sua reorganização.[795]

Outros grupos da sociedade também reagiram de forma negativa ao retorno do integralismo à cena política. O rechaço aos camisas-verdes foi capaz de fazer comunistas, liberais e socialistas soarem em uníssono.[796] A participação vitoriosa da FEB ao lado dos Aliados na campanha da Itália em fins da Segunda Guerra Mundial contribuiu para que os integralistas fossem vistos com mais animosidade, por serem praticamente os antagonistas

---

[793] VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista:** o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. p. 80.

[794] VICTOR, *loc. cit.*

[795] *Ibid.*

[796] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

dos pracinhas. Aliás, há registros, inclusive, que sofreram violentas críticas por parte dos veteranos.

Victor[797] refere que, para além das críticas vindas de muitos segmentos da sociedade, a rearticulação integralista foi condenada até mesmo por importantes ex-correligionários. Entre eles, destaca-se o jurista Miguel Reale, o terceiro na hierarquia da AIB, atrás apenas de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, que desde 1945 já se opunha de forma veemente ao retorno do integralismo. Reale argumentava que o anticomunismo não bastaria como elemento de agregação de um partido político, assim como denunciava o potencial perigoso do retorno dos integralistas quanto à discussão pacífica das questões nacionais.

Apesar do contexto adverso, o integralismo se reorganizou politicamente com a fundação do PRP. Em maio de 1945, ex-camisas-verdes lançaram a *Carta aberta à nação brasileira*, defendendo a AIB e reagindo às críticas ao movimento. As diretrizes de Plínio Salgado foram apresentadas no *Manifesto-diretiva*, escrito em julho, em Portugal, e publicado na imprensa brasileira dois meses depois. O documento redefiniu a doutrina integralista, reafirmando seu caráter espiritualista e os princípios de "Deus, pátria e família". Um ponto de destaque é o forte anticomunismo, que reformula a antiga oposição integralista entre comunismo e liberalismo, substituindo-a por comunismo e nazismo, ambos vistos como materialistas e, portanto, rejeitados.

Segundo Calil[798], esse posicionamento buscava demarcar um espaço político diante da ascensão do comunismo e do PCB. Além disso, o manifesto procurava dissociar o integralismo do totalitarismo, reavaliando episódios da AIB que pudessem ser interpretados como antidemocráticos. Conforme Gonçalves[799]:

> Os anos de 1945 e 1946 foram estabelecidos pela continuidade do catolicismo pliniano, uma necessidade para a sua consolidação intelectual. A democracia-cristã como matriz central, principalmente após a conferência em Coimbra e mais notadamente com o *Manifesto-diretiva*, além do estabelecimento de uma organização política para um retorno sólido e definitivo na política brasileira, passou a ser uma realidade em 1946.

---

[797] VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista:** o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

[798] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

[799] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 289.

O PRP foi oficialmente fundado quinze dias após a publicação do *Manifesto-diretiva*, a cinquenta dias das eleições presidenciais. No pleito, a legenda apoiou o general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), que se sagrou vencedor. Calil[800] observa que os integralistas não se opunham à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, mas, por receber o apoio das esquerdas, optaram por apoiar Dutra, que foi ex-ministro da Guerra de Getúlio Vargas e fora apoiado por ele.

O PRP teve um resultado modesto nas eleições, tendo eleito um deputado em coligação com o PSD em São Paulo. Entretanto, apesar da votação pouco expressiva, marcou o retorno dos integralistas à vida pública com voz ativa:

> A importância maior da campanha eleitoral reside no fato de ter tornado possível a inserção dos integralistas nas discussões políticas nacionais, pois até então o partido só se tornava notícia em virtude do incômodo passado integralista. Com sua plataforma eleitoral, o PRP podia mobilizar-se, realizando comícios, distribuindo panfletos, promovendo programas radiofônicos e caravanas.[801]

Após a fundação do PRP e a realização das eleições, o retorno de Salgado parecia iminente. Sua volta passou a ser especulada na imprensa a partir do início de 1946. Apesar da conjuntura não ser exatamente favorável ao seu retorno, chegou ao Brasil em agosto de 1946, ao lado de sua esposa, Carmela. Gonçalves[802] destaca o intenso contraste que existiu entre a imagem que Salgado cultivou em Portugal, onde foi respeitado e bem recebido, e a da sua chegada ao Brasil, que foi execrada por boa parte da imprensa da época:

> Em memórias expressa a lembrança que trouxe do exílio foi de trabalho, amizades e principalmente reflexões cristãs. Voltou ao Brasil, no entanto, nunca mais foi o mesmo. O retorno foi de um homem marcado pelo sofrimento e pela angústia. O integralista fora uma liderança de um momento auge da década de 30. Após esse período de euforia nacionalista baseada no fascismo, o chefe não atingiu mais nenhum esplendor, transformando-se num simples político e muitas vezes solitário e esquecido pela sociedade.

Com o retorno de Plínio Salgado ao Brasil, em 1946, realizou-se em outubro a II Convenção Nacional do PRP, ocasião em que foi eleito presidente da legenda, cargo que

---

[800] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
[801] *Ibid*., p. 151.
[802] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 291.

ocuparia até a extinção do partido, em 1965. Na oportunidade, o programa partidário foi reformulado para apoiar o governo federal e aceitar coligações – posição muito distinta da década de 1930 – enquanto evitava temas sensíveis, como o corporativismo. A convenção também reforçou a disciplina interna do partido, visando seu crescimento futuro.[803]

O PRP obteve seu registro definitivo no TSE em 1947, sendo reconhecido como uma agremiação de caráter democrático pela Justiça Eleitoral. No entanto, o clima ainda era hostil aos integralistas. Em 1948, o senador Villas Boas, da UDN de Mato Grosso, solicitou a cassação do partido, alegando seu caráter antidemocrático – argumento semelhante usado contra o PCB no ano anterior. O TSE, por unanimidade, rejeitou a solicitação do senador, consolidando o PRP como partido político.[804] Apesar dessa consolidação institucional, o PRP nunca atingiu a força eleitoral dos maiores partidos da época, como o PSD e o PTB. Seus resultados eleitorais, em geral modestos, não implicam, contudo, sua irrelevância, uma vez que o partido viveu momentos de certo protagonismo.

Tendo como principais eixos o espiritualismo e o anticomunismo, o PRP se destacou na cultura política conservadora brasileira. Segundo Gonçalves[805], o regime salazarista exerceu grande influência sobre Plínio Salgado no pós-guerra, refletindo na atuação do partido. Sob sua liderança, o PRP defendeu ativamente os interesses portugueses, incluindo a manutenção da soberania sobre colônias na Ásia e na África durante a descolonização.

Calil[806] propõe uma divisão da trajetória partidária do PRP em quatro fases distintas. Como o histórico integralista era bastante deficiente em termos democráticos, o período compreendido entre sua fundação, em 1945, e o ano de 1952 foi marcado por um esforço de afirmação do caráter democrático da legenda, principalmente em função de sua política de alianças. O segundo momento, de 1953 a 1957, caracteriza-se pela busca de autonomia – com destaque para a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República, em 1955 – e culmina com a retomada de diversos símbolos integralistas no ano de 1957. A terceira fase, que se estende até o ano de 1961, é marcada pelo pragmatismo da legenda, que apoiou o governo de Juscelino Kubitschek e chegou a aliar-se em âmbito

---

[803] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

[804] *Ibid.*

[805] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

[806] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

regional com o PTB de Brizola e Goulart. Por fim, os derradeiros anos do partido foram marcados pelo realinhamento conservador e pela presença nas articulações que levaram à queda de Goulart e do regime democrático, justamente aquele cuja valorização os perrepistas tanto se esforçaram para demonstrar que lhes era caro.

A candidatura de Salgado à Presidência, em 1955, foi muito celebrada no periódico *A Marcha*, no qual suas viagens recebiam cobertura detalhada, acompanhadas de fotografias e textos que conferiam uma aura messiânica ao líder integralista, frequentemente associada ao *slogan* de campanha: "esse é o homem!". Conforme aponta Calil[807], a campanha de Salgado, centralizada e hierarquizada no Comitê Popular Nacional Pró-Candidatura de Plínio Salgado, utilizou dois artifícios marcantes: uma pretensa roupagem popular para a candidatura e a exploração de seu nome para além dos militantes integralistas, posicionando-o acima do próprio partido.

O candidato tornou pública sua declaração de bens, com um patrimônio muito mais modesto do que o de seus concorrentes, para reforçar sua imagem de homem do povo, embora tivesse cautela em não tornar esse aspecto determinante em sua candidatura, visto que era um defensor da conciliação de classes.

As eleições presidenciais brasileiras constituíram um assunto de elevado interesse para Portugal. Em uma série de aerogramas[808] enviados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, quase sempre assinados pelo embaixador António de Faria, há uma cobertura detalhada do cenário eleitoral brasileiro, em que se destacam análises sobre os candidatos, a posição dos principais veículos de imprensa, em particular os do Rio de Janeiro, como *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, e as tensões políticas – com especial atenção ao papel desempenhado pelos militares – que se desenrolaram até a realização do pleito, o primeiro após a morte de Getúlio Vargas. Como afirmou o embaixador em aerograma do dia 6 de agosto de 1955: "Tudo é de prever no Brasil. Especialmente o impossível".[809]

Em aerograma enviado no dia 25 de março de 1955, o embaixador não ignora a presença de Plínio Salgado na eleição, embora o tom debochado com que comenta a sua candidatura é um indício de que, se o prestígio intelectual de Salgado em Portugal não estava esvaziado, a sua atuação política não merecia a mesma consideração:

---

[807] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

[808] ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO. AHD. RJ-348/41186.

[809] *Ibid.*

> Não desejo deixar de referir, também, que se realizou em 22 do corrente a Convenção Nacional do P.R.P. (Partido de Representação Popular) ocasião em que foi lançada a candidatura do Snr. Plínio Salgado à Presidência da República. Este fato não virá alterar, no entanto, o actual panorama político, pois não se afigura que o Snr. Plínio Salgado possa reunir número de votos que lhe dê quaisquer possibilidades de triunfar nas próximas eleições. *A sua candidatura para outra coisa não servirá, ao que parece, senão para fazer do antigo chefe integralista brasileiro o alvo dos ataques violentos e sarcásticos da quase totalidade da imprensa desta capital.*[810]

De fato, a intuição do embaixador não estava equivocada, pois, como assinala Victor[811], a notoriedade alcançada pela candidatura fez com que os integralistas tivessem de enfrentar, mais uma vez, acusações persistentes que remontavam ao passado, especialmente seu envolvimento no *putsch* de 1938 e a associação ao nazifascismo. Para manter as forças no momento presente, nota-se que havia uma constante reavaliação e recriação do passado, em que o periódico do partido teve um papel destacado:

> O discurso perrepista, em 1955, revelava o entrelaçamento entre memória e política. O PRP, ao ancorar-se em representações do passado, intentava reagrupar o capital político supostamente obtido nos anos de 1930. Nesse sentido, os perrepistas organizavam a memória como forma de orientação política no presente: arquivo, documento, testemunho e imprensa integralista recriavam os sentidos de intervenção política percebidos como dentro da órbita integralista ainda na década de 1950. [...] O jornal [*A Marcha*] articula uma vasta rede discursiva cujo desdobramento implica fixar o sentido das representações do passado como verdade.[812]

Em aerograma datado do dia 6 de agosto, o embaixador Faria, mais uma vez, analisa a situação do integralista no pleito, apontando a ausência de um candidato à vice-presidência na chapa de Salgado e depois estimando em duzentos mil os votos que receberia:

> Quadro candidatos completa-se com Senhor Plínio Salgado não tendo ainda feita designação seu companheiro de lista. Há quem pense intenção candidato PRP é não fazer indicação para a vice-presidência, reservando seu apoio candidato de outra lista àquele lugar. Se assim fosse Senhor

---

[810] ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO. AHD. RJ-348/41186. [Grifo nosso.]
[811] VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista:** o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
[812] *Ibid*., p. 236.

> Milton Campos seria o provável beneficiário dos votos do Senhor Plínio Salgado.[813]

Com uma candidatura lançada sem coligações e baseada num discurso democrata-cristão, os integralistas conseguiram uma razoável votação: 714.379 sufrágios, ou 8,28% dos votos (um número muito acima da estimativa do embaixador português). Segundo Calil[814], a tentativa de atrair os eleitores conservadores elevou a tensão entre o PRP e a UDN durante a campanha. Apesar de não ter alcançado uma grande votação, o desempenho expressivo de Salgado acabou favorecendo a eleição de Juscelino Kubitschek, cuja gestão contou com o apoio do PRP.

Em aerograma enviado em 27 de setembro de 1955, uma semana antes da realização do pleito, pelo embaixador António de Faria ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, há uma detalhada análise do cenário eleitoral brasileiro, em que foram observadas questões relativas ao papel da imprensa e possíveis contestações. Nesse sentido, a diplomacia portuguesa estava ciente das possíveis articulações golpistas no caso da derrota do candidato Juarez Távora e das tentativas de ligação da chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart aos comunistas e aos peronistas argentinos:

> A uma semana apenas das eleições ambiente político brasileiro apresenta-se calmo podendo considerar-se definitivamente afastada hipótese de pleito não chegar a realizar-se. Avoluma-se porém indícios período post-eleitoral será bastante agitado caso não se verifique vitória da candidatura General Juarez Távora, porquanto tem continuado a manifestar-se com violência inconformismo partidários solução extra-legal com triunfo candidatos populistas.[815]

Verifica-se que a preocupação da diplomacia portuguesa não era descabida, tendo em vista os empecilhos à posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, que culminaram no "contragolpe" liderado pelo marechal Henrique Teixeira Lott.

O relativo sucesso político da candidatura de Salgado funcionou como uma lufada de ar fresco para a militância do PRP, que passou a vislumbrar a possibilidade de uma atuação mais independente, dispensando a política de alianças que o caracterizava pelo menos desde o segundo governo Vargas. Entretanto, a sensação foi breve. O PRP manteve

---

[813] ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO. AHD. RJ-348/41186.

[814] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

[815] ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO, *op. cit.*

sua política de alianças e apoiou o governo de Kubitschek, o que gerou descontentamento em uma ala mais "purista" dos ideais integralistas, veementemente contrária aos arranjos políticos e aos rumos tomados pela legenda de Salgado.

Para angariar o apoio desses militantes e promover uma coesão entre os apoiadores, Christofoletti[816] observa que a efeméride de 25 anos do *Manifesto de Outubro* foi a ocasião propícia para dar novo fôlego ao partido. Houve a retomada de simbologias integralistas da década de 1930 que haviam sido abandonadas em função de sua associação ao fascismo, como o sigma como símbolo partidário e o lema "Deus, pátria e família". Paralelamente, foi lançado um ambicioso projeto editorial intitulado *Enciclopédia do integralismo*, em que estavam previstos vinte e cinco volumes que reuniriam uma vasta gama de textos integralistas. Entretanto, o projeto se mostrou excessivamente oneroso, resultando na publicação de apenas doze volumes.

Ainda assim, a *Enciclopédia do integralismo* constituiu, segundo Christofoletti[817], um lugar de memória para os militantes. As ações do passado integralista eram ali remodeladas em uma busca por eternizar a atuação integralista conforme as exigências de um senso de maior dignidade política:

> A pecha de provocadores de ressentimentos e a certeza inabalável de que não possuíam mais espaço de destaque foram decisivos para que o compêndio fosse encarado, simultaneamente, como tábua de salvação do discurso integralista e uma proposta de sobrevivência política. Esta foi a maneira adotada pelo integralismo/perrepista para expandir e perenizar suas memórias.[818]

Apesar dos esforços, os perrepistas não conseguiram manter uma perspectiva de maior independência na política. Em 1958, a política de alianças pragmáticas foi retomada com força. O episódio mais notável deu-se no âmbito regional e envolve o apoio dos integralistas ao candidato Leonel Brizola, do PTB, ao governo do Rio Grande do Sul. Em troca, os petebistas bancariam a eleição de Guido Mondin para o senado. O arranjo se provou bem-sucedido, visto que os dois candidatos conseguiram se eleger. Foi também nesse pleito que Salgado conquistou seu primeiro mandato como deputado federal, cargo que exerceria até a sua morte, em 1975.

---

[816] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A *Enciclopédia do integralismo*:** lugar de memória e reinvenção do passado (1957-1961). 2010. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

[817] *Ibid.*

[818] *Ibid.*, p. 68.

Para justificar a controversa barganha política operada no Rio Grande do Sul, Salgado alegou que a estratégia contribuiria para fortalecer uma eventual candidatura à Presidência da República em 1960, o que acabou não se concretizando. Fica patente o descompasso entre a atuação política do partido e o desejo de setores da militância, que buscavam maior independência política.

Após um período de longa indefinição, o PRP não apresentou candidatura própria nas eleições de 1960. Um mês antes das eleições, o partido decidiu apoiar o Marechal Lott, do PSD, que perdeu a disputa para Jânio Quadros, do inexpressivo Partido Trabalhista Nacional (PTN). Embora o candidato fosse alvo de pesadas críticas por parte dos integralistas, o partido manteve-se fiel à sua postura de alianças e apoiou o novo governo (com exceção da política externa encampada por Quadros). Como sintetizou Salgado, em entrevista ao *Correio da Manhã* e reproduzida em 27 de janeiro de 1961 no periódico oficial do partido, *A Marcha*: "Ao Sr. Jânio Quadros daremos um crédito de confiança. Não poderemos combatê-lo porque não sabemos o que ele irá fazer".[819]

Com a renúncia do presidente, os perrepistas defenderam a posse do vice-presidente João Goulart, ainda que tenham participado de articulações que resultaram na emenda parlamentarista, que diminuiu consideravelmente os poderes do presidente. Após o plebiscito que restabeleceu o presidencialismo, o partido passou à oposição, com:

> [...] participação ativa na campanha anticomunista e nas mobilizações favoráveis a um golpe militar. Cabe destacar que os parlamentares do PRP proferiram inúmeros discursos neste sentido nos meses que antecederam ao golpe militar, intervindo fortemente no debate político. O partido também participou diretamente das manifestações públicas contra Goulart, tendo Salgado participado da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" em São Paulo e em Belo Horizonte.[820]

O partido apoiou o golpe de 1964 e manteve-se ao lado dos militares, embora a expectativa em relação à ocupação de cargos de alta relevância no novo regime tenha se mostrado frustrada. Naquele que seria o último ano de sua existência política, o partido incentivou expurgos no serviço público e perseguição a supostos comunistas, contribuindo para uma radicalização da ditadura. O partido foi extinto em 1965, por meio da

---

[819] A Marcha, 27 jan. 1961.

[820] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005. p. 601.

promulgação do Ato Institucional n. 2. A maior parte de seus membros, incluindo Plínio Salgado, entrou para o partido de sustentação do autoritarismo, a ARENA.

Como se procurou demonstrar, a sobrevivência política do integralismo no pós-guerra só foi possível graças a um alto custo político. Se anteriormente os integralistas rechaçavam com ojeriza os arranjos políticos e as coligações, no pós-guerra foram obrigados a se comprometer com o fisiologismo político, apoiando todos os governos que se sucederam. Ao analisar o conceito de cultura política, o francês Serge Berstein[821] afirma que determinadas culturas políticas são "obrigadas a transformar-se, mas que só podem fazê-lo confrontando-se com tradições de que retiram precisamente uma grande parte de sua força". Dessa forma, o partido de proeminente caráter ideológico sucumbiu a ser uma força auxiliar do conservadorismo da época.

5.2.2 A imprensa do Partido de Representação Popular

Para alcançar o objetivo de investigar a influência do lusotropicalismo entre os integralistas, a imprensa torna-se um espaço privilegiado. Plínio Salgado era jornalista, e sua atuação jornalística foi fundamental para sua politização e posterior criação da AIB. É ponto pacífico entre os historiadores que as bases doutrinárias do integralismo na década de 1930 foram gestadas a partir de uma coluna diária de Salgado no jornal *A Razão*, intitulada "Nota Política". Esse periódico pertencia ao banqueiro Alfredo Egydio de Souza Aranha, um dos maiores patrocinadores de Plínio Salgado, que lhe proporcionou a viagem à Europa, em 1930, que o levou a ter contato direto com o fascismo.

Rodrigo Oliveira[822] observa a estreita relação que o movimento teve com a imprensa, principalmente no sentido de disseminar a doutrina integralista de forma segmentada para diversos públicos. O historiador defende que o investimento integralista na manutenção de uma rede de jornais e revistas em âmbitos regionais e nacionais contribuiu para o elevado número de adeptos do integralismo na década de 1930.

---

[821] BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In:* RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-364.

[822] OLIVEIRA, Rodrigo. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937).** 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Rosa Cavalari[823] acrescenta que a doutrinação integralista ocorria de forma linear, uma vez que os jornais regionais continham boa parte dos conteúdos do jornal de circulação nacional, facilitando uma doutrinação mais homogênea dos militantes. Dentre os jornais de circulação regional, um que merece atenção especial é o *Doutrina*, da Guanabara. Laiana Oliveira[824] aponta que, a partir do ano de 1937, a direção desse jornal coube a Abdias Nascimento, intelectual negro de grande expressão que fundou o Teatro Experimental do Negro na década de 1940.

Quando o integralismo retornou à vida política brasileira, por meio do PRP, ter um jornal partidário foi uma das preocupações dos militantes, especialmente de Plínio Salgado. Embora a relevância do movimento tenha diminuído sensivelmente, a questão da imprensa continuava viva:

> O típico militante do PRP seria um "desses que aceitam o nosso partido por motivo de duas ou três ideias centrais e, principalmente, pela confiança que depositam em minha pessoa [Plínio Salgado]" e não pela efetiva compreensão da doutrina integralista. Assim, mesmo os militantes do partido teriam que ser constantemente doutrinados para que se mantivessem fiéis, motivo pelo qual enfatizava uma vasta rede de propaganda, com destaque para a constituição de uma imprensa própria, a produção de programas radiofônicos e a publicação de livros e folhetos. Para esta tarefa os jornais partidários eram apontados como o instrumento fundamental.[825]

Em continuidade com a antiga AIB, nota-se que no PRP o controle da imprensa era rígido e centralizado, ficando a cargo da Secretaria Nacional de Propaganda, que também era responsável por uma série de itens, como canetas e retratos de Plínio Salgado, com objetivos doutrinários. Era necessário criar, assim como na década de 1930, uma verdadeira aura mística em torno de Salgado, e isso é facilmente verificável na análise dos periódicos integralistas, sobretudo *A Marcha*, em que o líder integralista era tratado de forma quase religiosa.

---

[823] CAVALARI, Rosa Maria Feitero. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: Edusc, 1999.

[824] OLIVEIRA, Laiana Lannes. **Entre a miscigenação e a multirracialização:** brasileiros negros ou negros brasileiros? 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

[825] CALIL, Gilberto Grassi. A imprensa integralista no pós-guerra: os jornais *Reação Brasileira, Idade Nova* e *A Marcha*. *In:* GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes:** memórias da imprensa integralista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 379.

Em 1949, com forte viés anticomunista, Salgado fundou a Livraria Clássica Brasileira, com o objetivo de publicar obras integralistas e literárias. Assim, em 1957, quando se cumpriram 25 anos de fundação da AIB, a editora empreendeu um ambicioso projeto: a *Enciclopédia do integralismo*. Para Christofoletti[826], mais do que um projeto editorial, se tratava de um lugar de memória integralista, na medida em que representava a oportunidade dos integralistas de rememorar, recriar e ressignificar o passado:

> Com o intuito de promover atividades que ensejassem a partilha de sua cultura política, o partido avançou nas suas investidas, projetando estratégias e eventos que viabilizassem uma reviravolta na sua atuação político-partidária. Tais investidas foram marcadas pela realização de eventos especiais dos quais se destacam: as festividades dos 25 anos do Movimento Integralista – que ocorreram durante o mês de outubro de 1957; e a publicação da *Enciclopédia do integralismo*, lançada simultaneamente à realização das festividades.

No que se refere aos jornais integralistas no pós-guerra, é relevante destacar que sempre houve imprensa partidária na trajetória do PRP (1945-1965), tendo sido lançados três periódicos ligados ao integralismo no período. O primeiro foi o *Reação Brasileira*, fundado em maio de 1945, quando Salgado ainda se encontrava em Portugal, circulou até fevereiro de 1946. Como a conjuntura política era intensamente hostil ao integralismo naquele momento, Calil[827] ressalta que houve o cuidado de não atrelar o periódico ao PRP. Ainda assim, seus editores eram integralistas, e o conteúdo do jornal, caracterizado por um forte anticomunismo, convergia com os ideais do PRP.

O segundo periódico integralista, *Idade Nova*, circulou entre 1946 e 1951, de forma semanal, já vinculado ao PRP. Segundo Calil[828], esse jornal era tecnicamente bem-feito e seu conteúdo não estava tão centrado no anticomunismo, visto que objetivava tanto ensejar a doutrinação integralista quanto atingir um público para além dos militantes. Chegou a ter cerca de 20 mil assinaturas no final da década de 1940, porém as crescentes dificuldades financeiras após os gastos com a campanha de 1950 levaram à extinção do jornal.

Por fim, o periódico integralista que por mais tempo circulou foi o semanário *A Marcha* (1953-1965), totalizando 473 edições – apenas não sendo publicado no ano de

---

[826] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A *Enciclopédia do integralismo*:** lugar de memória e reinvenção do passado (1957-1961). 2010. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. p. 40.

[827] CALIL, Gilberto Grassi. A imprensa integralista no pós-guerra: os jornais *Reação Brasileira, Idade Nova* e *A Marcha*. *In:* GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes:** memórias da imprensa integralista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

[828] *Ibid.*

1963. O jornal, distribuído nacionalmente, constituía a principal voz integralista no período:

> Uma vez que o jornal era semanal, a rede de distribuição d'*A Marcha* abrangia a maioria das grandes cidades do país, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. De acordo com Gumercindo R. Dórea, redator-chefe do jornal, até 1959: "mesmo que demorasse para chegar, com alguns dias de atraso, nossos leitores não ficavam sem o jornal... estivesse ele na Bahia, ou no Maranhão, em São Paulo ou no Rio, onde o jornal era pensado, diagramado e prensado".[829]

Segundo Calil[830], antes mesmo de seu lançamento oficial, foi organizada uma lista de autoridades – bispos, chefes de polícia, dirigentes de autarquias e oficiais militares – que receberiam o jornal gratuitamente. A prática foi mantida durante todo o período de circulação. Apesar das restrições orçamentárias enfrentadas pelo PRP nas décadas de 1950 e 1960, a importância do periódico como órgão oficial do partido resultou em campanhas de arrecadação voltadas à manutenção de sua publicação, complementadas pelo apoio de profissionais liberais e empresas que anunciavam no jornal.

Apesar das dificuldades financeiras, *A Marcha* manteve elementos presentes em seus dois periódicos antecessores: o anticomunismo, a centralidade da figura de Plínio Salgado, a divulgação da doutrina integralista, o registro das atividades partidárias e a reavaliação da atuação da AIB nos anos 1930. De acordo com Victor[831], o jornal atuou como instrumento de coesão entre os militantes, contribuindo para a consolidação de uma memória comum sobre o passado do movimento:

> Se os jornais integralistas não conseguiram fazer com que as representações do passado, oriundas dos integralistas, se tornassem as representações mais compartilhadas, ao menos entre os militantes estabeleceu-se um passado mais condizente com o tempo presente, permitindo aos integralistas certa pacificação na relação com o passado e a afirmação do PRP, a partir da década de 1950, enquanto partido integralista.

---

[829] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A *Enciclopédia do integralismo*:** lugar de memória e reinvenção do passado (1957-1961). 2010. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. p. 55.

[830] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

[831] VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista:** o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. p. 122.

Um aspecto relevante de *A Marcha*, principalmente se comparado aos demais periódicos perrepistas, foi o amplo espaço dado à cultura em suas páginas. Cabe ressaltar que, para além de sua atuação política, Plínio Salgado foi também um intelectual prolífico, autor de diversas obras de caráter literário. Sua inserção no meio político, como analisado anteriormente neste trabalho, foi facilitada pelo seu envolvimento com o movimento modernista na década de 1920, especialmente em razão do sucesso de seu romance *O estrangeiro*, de 1926.

Apesar das mudanças de diagramação, a seção denominada "*A Marcha* das artes e das letras" foi constante durante a existência do periódico, que contou com diversos colaboradores culturais. Cabe apontar que a década de 1950 foi marcada por algumas mudanças no jornalismo impresso no Brasil, e a emergência de uma seção cultural concretizou-se nos veículos de imprensa. Como ressalta Ivana Barreto[832]:

> Capazes de estabelecer um vínculo afetivo com o leitor, que passa a dialogar com os colunistas, os suplementos e cadernos culturais dos veículos impressos sempre representaram o espaço da ousadia gráfica e da experimentação da linguagem. Embora nas duas últimas décadas tenham se afastado destas características, considerando-se que a cultura está cada vez mais inserida na sociedade do espetáculo, do consumo imediato, da superficialidade das abordagens, os cadernos culturais, na maioria das vezes, estiveram ligados à difusão da cultura consagrada e em processo de consagração.

Em *A Marcha*, a seção cultural era composta majoritariamente por ensaios filosóficos, reflexões religiosas, crítica literária e poemas. Entre os colaboradores mais constantes, há que se destacar Tasso da Silveira, poeta curitibano vinculado ao grupo Festa na década de 1920 e ligado ao integralismo desde a época da AIB. O periódico também conferiu espaço para a crítica teatral ao longo da sua trajetória, inicialmente a cargo de Sérgio Kautzmann e depois de Sarcast, cuja identidade não foi possível descobrir. Milton Rangel assinou a crítica de rádio, também presente no jornal. O escritor gaúcho Walmir Ayala, que alcançou reconhecimento para além dos círculos integralistas, contribuiu com textos de crítica literária nos anos finais do periódico. O colaborador mais constante, entretanto, foi Ironides Rodrigues (1923-1987), crítico de cinema ligado ao Teatro Experimental do Negro de Abdias Nascimento, cuja atuação será examinada com maior profundidade adiante.

---

[832] BARRETO, Ivana. As realidades do jornalismo cultural no Brasil. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 65-73, 2006. p. 66.

Por fim, outro aspecto de alta relevância em relação ao jornal é sua defesa intransigente do Estado Novo português. Como escrito anteriormente, o exílio de Plínio Salgado em Portugal e sua inspiração no salazarismo foram fundamentais para a manutenção do integralismo no sistema político brasileiro. Os temas portugueses aparecem com frequência durante a trajetória do jornal, ganhando ímpeto com a eclosão da Guerra Colonial em Angola, em fevereiro de 1961.

5.3 DE "PLÍNIO SALAZAR" A "PLÍNIO LUSOTROPICAL"? UMA ANÁLISE DO INTEGRALISMO DO PÓS-GUERRA SEGUNDO O PERIÓDICO *A MARCHA*

O jornal *A Marcha* constitui uma fonte privilegiada para a compreensão do modo como Plínio Salgado e o PRP abordaram temas ligados à raça, ao colonialismo e à identidade nacional nas décadas de 1950 e 1960. Ao longo de suas edições, observa-se tanto a permanência de elementos doutrinários herdados do integralismo da década de 1930 quanto tentativas de atualização discursiva perante o novo contexto internacional, marcado pela descolonização e pelas pressões sobre Portugal na ONU.

É nesse sentido em que a hipótese de um "Plínio lusotropical" está baseada: houve a apropriação do argumento lusotropical por parte dos integralistas na defesa do salazarismo na década de 1960? Caso contrário, como se estruturou essa defesa? São essas algumas das questões que a presente subseção busca responder.

5.3.1 A questão racial no Partido de Representação Popular e a comparação com a Ação Integralista Brasileira

A questão racial no PRP constitui um objeto de estudo que ainda não foi suficientemente explorado. Esta investigação pretende, portanto, explorar algumas lacunas em relação ao tema, principalmente a partir da análise da cobertura, pelo periódico *A Marcha*, das pressões internacionais sofridas pelo Estado Novo português em razão de sua irredutível posição colonialista.

No PRP, cuja expressão política foi significativamente menor em comparação com a AIB, a questão racial não ocupou espaço destacado ou levantou acalorados debates. O que se pode perceber, principalmente a partir da leitura do jornal *A Marcha*, é que por vezes era repercutido algum caso de racismo no exterior, como nos Estados Unidos ou na

África do Sul. Se o humanismo cristão foi uma das formas de lidar com a questão na década de 1930, se tornou ainda mais proeminente na década de 1950 e 1960.

Algumas matérias publicadas em *A Marcha* ajudam a esclarecer a posição do PRP sobre a questão racial. Na edição de 27 de setembro de 1957, uma manchete de capa afirma: "Os americanos do norte são tão racistas quanto era o nazismo", com o subtítulo: "Fizeram uma guerra contra o racismo e lincham os negros com a maior crueldade".[833] Apesar de curta e não assinada, a matéria expressa uma condenação enfática aos linchamentos de negros nos Estados Unidos, fundamentada em argumentos de cunho humanista e espiritualista. A abordagem do PRP compartilha o ponto de vista do integralismo dos anos 1930, em que a discriminação racial seria inaceitável por contrariar princípios cristãos:

> O Povo Americano fez uma guerra contra a Alemanha sob o pretexto de que Hitler era racista e urgia combater o racismo. Pois bem. São agora os norte-americanos que dão este triste espetáculo ao mundo civilizado, ferindo, matando negros que pretendem, com garantia dada pela Lei, frequentar as Universidades do país. [...] É uma vergonha. Até quando esses hipócritas que entregaram metade do mundo à Rússia abusarão da nossa paciência? Apesar de se dizerem uns católicos e outros protestantes, o fato é que o materialismo constitui a força dominante nesse povo de fariseus. Mas de uma coisa podem ficar certos esses que até hoje têm iludido a boa-fé dos povos: Deus existe. E Deus tomará conta de tamanhas iniquidades.[834]

Notável é a capacidade integralista de conseguir incluir anticomunismo mesmo em matérias sobre o racismo. No caso supracitado, estão elencados os três inimigos do integralismo perrepista: o nazifascismo, o liberalismo norte-americano e o materialismo marxista. A crítica ao materialismo capitalista não deixa de conter certa ironia, visto que o PRP, em sua atuação política, foi bastante conivente com a economia de mercado e o liberalismo econômico.[835]

A posição cristã-humanista do jornal encontra expressão clara em uma matéria não assinada de 15 de abril de 1960, intitulada "Negros e brancos sul-africanos só encontrarão um denominador comum no espírito cristão". O texto condena o racismo na África do Sul,

---

[833] OS AMERICANOS do norte são tão racistas quanto era o nazismo. **A Marcha**, n. 224, 27 set. 1957.

[834] *Ibid.*

[835] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

afirmando: "Nossa formação cristã se revolta, e não podemos compreender esta onda racista que, ao invés de amainar, recrudesce na África do Sul!".[836] Há também uma crítica à Inglaterra, carregada de ironia: "os britânicos que lutaram tão bravamente contra o nazismo racista agora estão às voltas com este problema em uma de suas colônias".[837] Para *A Marcha*, o racismo seria resultado da ausência de formação cristã, e o jornal cita, como exemplo positivo, a ordenação de um cardeal negro pela Igreja Católica:

> Por mais explicações que se queira encontrar para tais ódios racistas, temos de convir que, em última análise, o que ocorre é a ausência ou o esquecimento dos princípios evangélicos. Fora de tais bases cristãs, não será jamais possível encontrar um denominador comum para a pacificação dos espíritos, para a harmonia e a paz. A Igreja, como representante de Cristo, acaba de dar seu exemplo forte, eloquente, visível aos olhos de todos os que sabem ver e interpretar os fatos. Foi a elevação ao Cardinalato de um Bispo negro, fato ainda recente, e que tanto comoveu a opinião pública mundial.[838]

Para além da eventual repercussão de acontecimentos envolvendo a questão racial, pode-se afirmar que o espaço mais relevante a esse respeito foi a coluna cinematográfica que Ironides Rodrigues (1923-1987) manteve entre 1954 e 1962.[839] Rodrigues foi um intelectual vinculado ao Teatro Experimental do Negro de Abdias Nascimento, no qual se destacou pela condução de um bem-sucedido curso de alfabetização para adultos. Atuou também como um dos divulgadores, no Brasil, do movimento de expressão francófona Négritude, liderado pelo senegalês Leopold Senghor e pelo martinicano Aimé Césaire.

Em *A Marcha*, foi o mais longevo articulista da seção cultural, dedicando-se à análise de filmes de todas as tendências, porém com um acentuado viés católico. Embora não fosse semanalmente, Rodrigues utilizava sua coluna para denunciar manifestações de racismo, por meio da análise de obras cinematográficas críticas a esse tema. Além disso, advogava pela valorização dos artistas negros, a quem só restavam papéis cômicos e estereotipados, e tecia comentários a respeito de personalidades negras brasileiras, notadamente Abdias Nascimento. Em "Carta de apelo a Vinícius de Moraes", de 2 de dezembro de 1955, o crítico roga ao poeta que considere chamar atores do Teatro

---

[836] NEGROS e brancos sul-africanos só encontrarão um denominador comum no espírito cristão. **A Marcha**, n. 349, 15 abr. 1960.
[837] *Ibid.*
[838] *Ibid.*
[839] PREDEBON, Gabriel Soares. **A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para *A Marcha* (1954-1962).** 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

Experimental do Negro para a adaptação da sua peça *Orfeu da Conceição*. A certa altura, Rodrigues[840] defende a atuação integralista no combate ao racismo:

> Há muitos anos, poeta, que venho lutando junto do Teatro Experimental do Negro, no sentido de dar maiores possibilidades ao artista de cor, invés de se pintar branco de preto ou dar os papéis mais ridículos para o artista "colored". Nossa luta tem encontrado incompreensões de vários lados, mas deixa estar, poeta, que para jugular o racismo que está infiltrado no Brasil, temos esperança de sairmos vitoriosos. A MARCHA, coerente à sua doutrina antirracista, que vem do manifesto de "Anta" de Plínio Salgado, me tem apoiado, grandemente, neste afã.

Não há evidências de que Ironides Rodrigues tenha sido filiado ao PRP, e suas colunas não representavam oficialmente a opinião do periódico, porém não deixa de ser notável que lhe fosse conferido espaço em um periódico marcado por ideias reacionárias.

Outros textos podem ser invocados no tocante à questão racial no PRP. É o caso da edição 325 de *A Marcha*, de 8 de outubro de 1959, que inclui a transcrição de um discurso de Salgado, *Em defesa do livro e da cultura*, na Câmara dos Deputados.[841] A certa altura do discurso, é anunciada a chegada do ministro das Relações Exteriores da Argentina, Diógenes Taboada, para assistir à sessão – curiosamente referido no periódico como Georges Ines Taboada. Aproveitando o ensejo da presença do ministro, Salgado fez um elogio aos povos sul-americanos:

> Constitui para nós grande alegria recebermos alguém que representa o povo da República Argentina. De há muito, desde os primórdios de 1930, tenho insistido em dizer que nós da América do Sul representamos, na verdade, o Último Ocidente. Se a civilização marchou do Oriente para o Ocidente, é, finalmente, na América do Sul que encontramos elementos fundamentais de uma futura e nobre civilização em que serão revalorizadas todas as forças morais. José de Vasconcelos, o grande escritor mexicano, afirma que nesta parte da América nascerá uma civilização que intitula "raça cósmica", isto é, o resultado de todas as raças humanas que para aqui ocorrem.[842]

O notável dessa parte do discurso de Salgado é a menção ao conceito de *raça cósmica*, desenvolvida por Vasconcelos[843] e já presente nos escritos plinianos da década de 1930, em especial na obra *A quarta humanidade* (1934). Vasconcelos[844] destaca a

---

[840] RODRIGUES, Ironides. Carta de apelo a Vinicius de Moraes. **A Marcha**, n. 142, 2 dez. 1955.
[841] SALGADO, Plínio. Em defesa do livro e da cultura. **A Marcha**, n. 325, 8 out. 1959.
[842] *Ibid.*
[843] VASCONCELOS, José. **Raza cósmica.** Madrid: Agencia Mundial de Librería, 1925.
[844] *Ibid.*

capacidade dos povos latino-americanos de se miscigenarem, porém com sua ancestralidade ibérica como guia e contraposto à ideia de uma suposta superioridade das populações arianas. Ao retomar esse conceito, Salgado[845] acentua o aspecto cristão dessa *raça cósmica*:

> As ideias nítidas do espiritualismo cristão que nos trouxeram os jesuítas, logo após a descoberta, ganharam uma forte vitalidade, impregnando-se do ingênuo espírito de uma raça cósmica. [...] Através do processo de cruzamentos étnicos, de amálgamas sociais, o monoteísmo cristão absorveu as forças bárbaras e refulgiu numa expressão inédita. [...] Há em nossa raça um notável poder religioso.

Logo mais, Salgado[846] se posiciona a favor dos povos ibéricos em detrimento dos povos anglo-saxões, que, segundo ele, precisam medir crânios para, de alguma forma, "provar" sua superioridade:

> Esse tipo dólico-louro, que nos tempos em que a navegação nos "mares tenebrosos" dependia de heroísmo, não descobriram nenhuma terra, passaram a ter a hegemonia dos mares já descobertos, quando o heroísmo foi substituído pela máquina a vapor. Então, para explicar os seus progressos, começaram a medir os crânios, proclamando a inferioridade dos povos morenos, inclusive da raça latina.

Percebe-se, com tal posição, que o discurso sobre a questão racial permaneceu coerente, nesse aspecto, com as posições que defendia durante o período da AIB. O elogio aos povos latino-americanos também é caracterizado por um discurso de caráter iberista, que pode denotar uma influência dos escritos de António Sardinha sobre a questão.

Ainda no campo da questão racial, a edição 299 de *A Marcha* traz um artigo assinado por Francisco Corrêa Neto[847] intitulado *O integralismo e o judeu*.[848] No início do artigo, o autor adota uma postura defensiva, procurando esclarecer que o integralismo não seria antissemita; admitindo, contudo, a possibilidade de existirem integralistas com atitudes racistas, os quais seriam apresentados como reflexo de um problema mais amplo da sociedade, e não como expressão da doutrina do movimento. Em seguida, recorre a uma carta escrita por Plínio Salgado, datada de 1934, na qual afirma que não há preconceitos

---

[845] SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934. p. 70-71.
[846] *Ibid*., p. 73.
[847] CORRÊA NETO, Francisco. O integralismo e o judeu. **A Marcha,** n. 299, 10 abr. 1959.
[848] *Ibid.*

no interior do integralismo e que deseja que os judeus se integrem com cristãos por meio do casamento. No fim, afirma:

> Portanto, para ser Cristão é preciso não ser antijudaico, acima de tudo, pois o Cristo era judeu, Maria e José eram judeus, judeus eram os apóstolos e Cristo pregou o "amar o próximo como a si mesmo"; o Integralismo negaria a si próprio, por abeberar-se nos Evangelhos, se fosse antissemita. Não se compreende um Integralismo ou um Integralista que não aceite ou não ponha em prática os princípios cristãos.[849]

A postura defensiva demonstrada no artigo é fruto da associação, corrente na época, de que o integralismo e o nazifascismo eram equivalentes. Além disso, é necessário recordar que, durante a década de 1930, o segundo nome em hierarquia na AIB foi Gustavo Barroso, antissemita virulento que escreveu obras de cunho histórico em que defende a influência maléfica dos judeus desde a época colonial.

Embora se distancie da posição extrema de Gustavo Barroso, Salgado acabou defendendo uma postura assimilacionista, orientada à integração do judeu à comunidade cristã por meio do casamento. Trata-se de um processo similar ao que Cruz[850] aponta ao analisar formas de miscigenação que têm por objetivo a formação de uma raça branca, ou, como no exemplo aqui discutido, uma comunidade de matriz cristã.

A complexidade do discurso integralista sobre raça e colonialismo aparece de forma ainda mais evidente na edição 387 de *A Marcha*, de 10 de fevereiro de 1961[851], que destaca em sua capa: "China vermelha promove campanha racial", com os subtítulos "Domínio do continente asiático pelos amarelos – Banidas as demais raças – O branco, inimigo público n. 1 – População de 1 bilhão no ano 2000 – Pequim contra Moscou". Essa matéria, que não está assinada, é relevante porque se distancia da abordagem espiritualista-humanista dos outros escritos no jornal sobre o tema, principalmente no que toca à situação na África do Sul e nos Estados Unidos. Ao abordar o crescimento demográfico chinês como uma suposta ameaça aos brancos e à Europa, o artigo apresenta passagens explicitamente racistas, ao sustentar que o chamado "perigo amarelo" – expressão recorrente no início do século XX – se mostraria, naquele momento, uma realidade evidente:

---

[849] CORRÊA NETO, Francisco. O integralismo e o judeu. **A Marcha**, n. 299, 10 abr. 1959.
[850] CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial:** a intolerância como princípio. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.
[851] CHINA vermelha promove campanha racial. **A Marcha**, n. 387, 10 fev. 1961.

> Sabe também a União Soviética que a China Comunista já constitui ameaça para a segurança da Rússia, pois se os seus trezentos milhões de siberianos não forem integrados pelo caldeamento de alemães, russos, tchecos e húngaros, isto é, por gente de cor branca, não será possível conter a expansão amarela, que se anuncia com tanta evidência. A raça branca será banida pelos chineses e outros asiáticos, que conquistarão a Sibéria para integrá-la no continente amarelo, que surgirá fatalmente para tentar dominar a Europa nos dias futuros.[852]

Com muita clareza, verifica-se no excerto acima a ilustração de uma miscigenação que tenha como resultado o branqueamento: se os russos não levarem "gente de cor branca" para a Sibéria, seu território será dominado pelos "amarelos". Chama a atenção, ainda, o fato de que o racismo explícito da formulação conduz os integralistas a uma posição paradoxal, na qual acabam por se mostrar solidários ao seu declarado arqui-inimigo: os soviéticos comunistas.

5.3.2 As relações luso-brasileiras

A defesa da herança comum luso-brasileira é um tema que atravessa a existência do jornal desde seu lançamento. A relação do integralismo do pós-guerra com Portugal é próxima sob todos os aspectos. Os integralistas dedicaram-se não apenas a defender as posições portuguesas nas querelas diplomáticas ou quando da eclosão da Guerra Colonial, mas também a exaltar a literatura, a religiosidade e a cultura portuguesa de modo geral. Havia ainda um especial cuidado em sublinhar os acontecimentos que envolvessem personalidades que Salgado conhecera durante o seu exílio, como o cardeal Cerejeira e os antigos membros do integralismo lusitano. Da tribuna parlamentar, Salgado usou sua voz para marcar posição firme em defesa de Portugal, em discursos que, muitas vezes, eram publicados na íntegra nas páginas do periódico. Nesse sentido, não causa espanto que os temas relacionados a Portugal sejam uma presença constante no jornal.

Já no terceiro número de *A Marcha*, datado de 6 de março de 1953, há uma fotografia do castelo de Guimarães com a legenda "A raiz mais remota do Brasil".[853] No texto que a acompanha, observa-se uma interpretação histórica segundo a qual a história brasileira está indissociavelmente ligada a Portugal:

---

[852] CHINA vermelha promove campanha racial. **A Marcha**, n. 387, 10 fev. 1961.
[853] A RAIZ mais remota do Brasil. **A Marcha**, n. 3, 6 mar. 1953.

> Eis o Castelo de Guimarães. A raiz mais remota da Nacionalidade Brasileira. Foi aí que Afonso Henriques, em 1140, desembainhou a sua espada e fundou a Monarquia Portuguesa, com o deliberado propósito de dilatar o Império de Cristo. Comandando uma plêiade de cavaleiros inspirados pelo mesmo pensamento, conquistou aos mouros as terras meridionais.[854]

Além de vincular a emergência da monarquia portuguesa à formação da *nacionalidade* brasileira, o texto – que, pelo estilo, especialmente pelo uso um tanto livre das maiúsculas, pode ser atribuído a Plínio Salgado – estabelece que tal instituição se constituiu com o propósito de "dilatar o Império de Cristo". Estabelece-se, assim, uma associação direta entre as dimensões política e religiosa, característica recorrente no pensamento integralista e ainda mais acentuada em sua formulação no pós-Guerra. Essa perspectiva também dialoga com o cristocentrismo identificado por Freyre na sua análise da colonização portuguesa. Na sequência, o texto esclarece a relação entre o Portugal medieval e o Brasil:

> Um dia em Sagres, o Infante D. Henrique funda a escola dos navegantes. [...] O Oriente é atingido. E, numa dessas viagens, o Brasil é descoberto. E, depois, colonizado e formado na doutrina do Evangelho. A História do Brasil, portanto, não começa em 1500, mas muito antes, porque se a alma de um povo é o fundamento da personalidade nacional, a alma do Brasil – pela sua formação histórica – procede daquele pensamento cristão transformado em ação heroica, que iluminou o século XII, flamejando sobre as muralhas, sobre as ameias do Castelo de Guimarães.[855]

No mesmo número do periódico, também aparecem excertos de António Sardinha, declarada influência de Salgado. São três aforismos que tratam da política, do tradicionalismo e de uma noção de missão. Acredita-se que, estando o jornal apenas em seu terceiro número, a presença dessas citações serve para orientar os integralistas dos rumos do partido e de seu movimento: "Somos tradicionalistas. Ser tradicionalista não é devolver-nos ao Passado – morto, inerte. É aceitar do Passado o impulso dinâmico, a sua força vivificadora".[856] Por fim, a citação sobre a missão é elucidativa no que concerne ao espírito de hierarquia e autoridade que um militante integralista deveria ter: "Venham a

---

[854] A RAIZ mais remota do Brasil. **A Marcha**, n. 3, 6 mar. 1953.
[855] *Ibid.*
[856] *Ibid.*

nós as criaturas de Boa Vontade! Mas venham a nós com o gosto da obediência e com a resignação heroica do sacrifício".[857]

Em seguida, na edição especial de Páscoa do periódico, cuja capa é composta pela reprodução integral de uma gravura de estilo renascentista representando a deposição de Cristo da cruz, consta um poema de Sardinha, intitulado "*Vexila Regis*", também centrado na temática pascal. Ao longo da trajetória do jornal, ocasiões como a Páscoa e o Natal recebiam edições especiais, geralmente com muitas ilustrações.

A vinculação histórica do Brasil a Portugal ainda aparece em uma matéria de capa da edição 63 do periódico, datada de 7 de maio de 1954, intitulada "A data verdadeira do descobrimento do Brasil", em que se defende que, em virtude da reforma gregoriana que substituiu o antigo calendário juliano, a data de comemoração do descobrimento do Brasil deveria ser o dia 3 de maio:

> consideramos o dia 23 de abril (ou 3 de maio da reforma gregoriana) a data preferível para a comemoração da entrada deste imenso cenário continental da História do Brasil, cujas origens se prendem à própria fundação da Monarquia Lusitana.[858]

Além de reiterar a ideia de que a história nacional precede a própria nação, mais adiante o texto apresenta uma interpretação cristã do sentido da existência do país:

> Os que lutam por um Brasil cristão, pela recondução da nossa Pátria à linha pura da sua missão e do seu destino, celebram o Descobrimento no dia 3 de maio, magnífico ponto de partida para um povo cujas infelicidades advêm sempre do seu afastamento de Cristo e cuja ventura e glória se restauram cada vez que se volta, de novo.[859]

Na mesma edição de *A Marcha*, há um artigo de Plínio Salgado intitulado "Às Armas e aos Barões Assinalados" – os famosos versos iniciais da epopeia *Os lusíadas*, de Luís de Camões –, em que o líder integralista é bastante explícito sobre a sua lusofilia:

> Viemos de Portugal. Nossa História começa com a fundação da Monarquia Lusitana por D. Afonso Henriques. Temos orgulho dessa origem. Descendemos de um grande povo. Um povo de cavaleiros, de heróis e de santos, que participou valentemente da Epopeia da Reconquista [...] alcançou o Pacífico, enfunou as velas nos Cinco

---

[857] A RAIZ mais remota do Brasil. **A Marcha**, n. 3, 6 mar. 1953.
[858] A DATA verdadeira do descobrimento do Brasil. **A Marcha**, n. 63, 7 maio 1954.
[859] *Ibid.*

> Oceanos, revelando o Mundo à Europa e revelando o Evangelho ao Mundo.[860]

Salgado também defende que não foi a "escória" portuguesa que colonizou o Brasil (pensamento bastante corrente, quiçá até aos nossos dias):

> A estirpe brasileira é boa, é das melhores, das mais gloriosas. E não se venha dizer que os nossos primeiros povoadores eram o pior de Portugal, na maior parte degradados. Numerosos foram os lusitanos da mais nobre linhagem que se passaram às terras do Brasil [...].[861]

Ao passar em revista a história brasileira, sempre vista a partir do espelho português, Salgado afirma que após a independência do Brasil, o país constituiria uma parte da comunidade lusíada, ideia que já vinha de tempos anteriores, a depreender das decisões administrativas descentralizadoras da monarquia portuguesa:

> Na evolução do pensamento político, que vinha desde o Regimento de D. João III para os Governadores Gerais, o desenvolvimento do Brasil ia coincidindo com a ideia da formação da grande Comunidade Lusíada, à maneira do "Commonwealth" britânico, cuja sede desde 1808 se transferira para o Rio de Janeiro.[862]

No fim do texto, ao exaltar a colonização portuguesa, Salgado se aproxima muito das ideias lusotropicais de Gilberto Freyre, destacando a capacidade do colonizador português de criar civilizações sem diferenciações raciais. Destaca os casos de Goa, Timor, Angola e Moçambique como provas da aptidão ímpar dos portugueses na criação de uma civilização que, embora de procedências diversas, tem um sentido comum na sua lusitanidade. Tal observação se aproxima sensivelmente da noção de uma comunidade lusotropical defendida por Freyre, embora não cite o sociólogo pernambucano:

> Outros povos, outras raças vieram, a partir do século XIX, colaborar conosco na construção e no engrandecimento da nossa Nação; mas encontraram aqui o espírito de uma Pátria e esse foi criado pelos que povoaram a nossa terra. *É o espírito universalista que distingue o grupo lusíada; é o espírito de larga compreensão humana que tornou o povo português um dos mais eficientes colonizadores de todos os tempos, sem*

---

[860] SALGADO, Plínio. Às armas e aos barões assinalados. **A Marcha**, n. 63, 7 maio 1954.
[861] *Ibid.*
[862] *Ibid.*

> *preconceitos raciais*, sem exclusivismos nacionalistas exagerados, mas com forte sentido nacional.[863]

O Brasil aparece como herdeiro dessa suposta aptidão portuguesa, que estaria sendo atualizada por meio da capacidade de atrair imigrantes europeus e asiáticos de diversas procedências, mas incutindo-lhes um sentido nacional, assim como Portugal afirmava realizar em suas colônias:

> O Brasil herdou esse espírito e, por isso, abriu suas portas a todos os povos do planeta. E, do mesmo modo como, em Macau, Portugal criou um tipo humano em que se consorciam a alma oriental e a alma lusíada; e em Goa criou uma comunidade luso-indiana com diferenciações específicas dentro de uma unidade que o identifica à família lusitana; e em Timor realizou prodígio, como o está realizando em Angola e Moçambique – também o Brasil, na amplitude do seu território está forjando a grande unidade nacional com a utilização de europeus e asiáticos de todas as procedências geográficas.[864]

Por fim, Salgado vaticina o destino do Brasil como o de uma grande nação, ancorando essa expectativa no suposto espírito universalista herdado dos portugueses, que são exaltados em termos algo grandiloquentes. Percebe-se que não apenas o passado do Brasil é tributário de Portugal, mas também o futuro do país tem garantido seu sucesso pela ação do seu antigo colonizador:

> O gênio lusíada deu-nos, pois, a base da nossa formação social e histórica. Somos grandes, seremos maiores, porque esse gênio há de continuar a predominar em nossa mentalidade de povo oriundo de uma raça de idealistas, de guerreiros, de monges, de estadistas, de heróis e de santos, cuja característica é o sentido da mais ampla universalidade.[865]

As questões coloniais passaram a figurar de maneira constante no periódico integralista pela primeira vez a partir das tensões entre Portugal e a Índia em torno de Goa, Damão e Diu, territórios que seriam anexados definitivamente pelo país asiático em dezembro de 1961. Os integralistas defenderam de forma contundente as posições

---

[863] SALGADO, Plínio. Às armas e aos barões assinalados. **A Marcha**, n. 63, 7 maio 1954. [Grifo nosso.]
[864] *Ibid.*
[865] *Ibid.*

portuguesas, e a imprensa portuguesa também repercutiu o apoio de Plínio Salgado à causa.[866]

Em manifestação realizada em frente ao Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, Salgado foi um dos oradores. O evento reuniu quarenta mil pessoas e foi transmitido por rádios brasileiras e retransmitido pela Emissora Nacional de Portugal, com alto-falantes nas grandes cidades das colônias portuguesas. O nome de Salgado foi citado pelo jornal católico *Novidades* como um dos principais defensores de Portugal no Brasil. Sua imagem como luso-brasileiro passava a se consolidar cada vez mais:

> Enxergava Portugal, notadamente o seu líder, como exemplo de honradez cristã e moralidade e, com isso, uma força contra o mal comunista que assombrava o mundo no pós-guerra. Dessa forma, o político brasileiro foi-se consolidando ainda mais como defensor das causas portuguesas e na criação de uma unidade lusófona e a favor da lusofilia. Esta é uma questão político-cultural que, posteriormente, foi levada por Plínio Salgado para a discussão na política nacional no sentido de defender os interesses portugueses, passando a consolidar-se ainda mais como um luso brasileiro.[867]

No contexto da questão de Goa, realizou-se, em 1º de abril de 1960, no Real Gabinete Português de Leitura, o Protesto Luso-Brasileiro contra as invasões ultramarinas promovidas pela Índia ao governo de Lisboa, com a participação de Plínio Salgado. O evento, de grandes proporções, foi transmitido pela Rádio Globo e retransmitido pela Emissora Nacional de Portugal, contando com a presença de personalidades como o presidente Juscelino Kubitschek e o reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon. Em sua oração, Salgado defendeu a soberania portuguesa sobre o território e criticou veementemente a ONU:

> [...] o que temos visto tem sido o desrespeito absoluto a soberania dos povos, já não se respeita de forma alguma as nacionalidades, a ONU é um órgão que se encontra agora na seguinte encruzilhada, ou restitui Goa a Portugal ou tranca as portas para balanço. [...] desmoraliza-se a ONU já na plenitude e vigência atual com o caso escandaloso da Hungria quando um povo se ergue sedento de liberdade e os 200 mil homens que se encontram na fronteira desde o fim da guerra invadem o território

---

[866] CALIL, Gilberto Grassi. A imprensa integralista no pós-guerra: os jornais *Reação Brasileira, Idade Nova* e *A Marcha*. *In:* GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes:** memórias da imprensa integralista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

[867] *Ibid*., p. 318.

> magiar esmagam o povo húngaro e deixam estendidos 60 mil cadáveres de estudantes e operários [...].[868]

A Marcha repercutiu o acontecimento, trazendo em sua capa uma fotografia da manifestação e a manchete "O mundo lusíada protesta contra a agressão comunista de Nehru", na edição 75, datada de 6 de agosto de 1954.[869] Há uma longa descrição do evento, com referências aos oradores e excertos dos seus discursos. Salgado, na sua oração, primeiramente fez uma digressão histórica ligando os acontecimentos na colônia à ação dos comunistas e encerrou seu discurso com uma exaltação ao povo português:

> Agora eles tocaram no ponto nevrálgico de uma Raça. De uma Raça capaz de fazer Cruzadas! O povo que se bateu contra os árabes que dominavam a mesma Índia que hoje o agride pode bater-se contra o mundo inteiro, se as Nações Unidas capitularem diante de Nehru. E se as Nações Unidas capitularem diante da agressão mais esta vez, então estará destruída a Civilização Cristã na Ásia. Porque Goa não é um problema somente de Portugal e do Brasil, como do mundo inteiro. Portugal está de pé, e como um povo de cruzadas não cederá nunca![870]

Na matéria não assinada intitulada "Goa é província ultramarina portuguesa", observa-se a repercussão das tensões entre os dois países, com excertos de discursos de Sócrates da Costa, goês e deputado pela Índia portuguesa. Em sua intervenção, o parlamentar invoca o argumento da pluricontinentalidade da nação portuguesa, concluindo com a afirmação enfática: "porque eu amo Goa, amo a Pátria e a Pátria não se discute".[871]

Em seguida, o texto apresenta trecho do discurso do engenheiro Sebastião Ramires, no qual se destaca a menção a Gilberto Freyre, referido pelo jornal como "eminente sociólogo", embora suas palavras não tenham sido reproduzidas na matéria. É notável que Freyre tenha passado por Goa em sua viagem dois anos antes das tensões em questão, causando-lhe a então colônia portuguesa forte impressão. Por fim, o texto questiona as pretensões indianas recorrendo ao argumento da não violência:

> As pessoas responsáveis da União Indiana, sobretudo aquelas que conviveram mais de perto com o espírito de Gandhi, aumentarão as intrigas, as ameaças e as insídias ou respeitarão, finalmente a doutrina

---

[868] MANIFESTAÇÃO organizada pelos portugueses residentes no Brasil contra a invasão da Índia portuguesa, Rio de Janeiro, Rádio Globo, 1º abril 1960. (RTP, AHD1622).

[869] SALGADO, Plínio. O mundo lusíada protesta contra a agressão comunista de Nehru. **A Marcha**, n. 75, 6 ago. 1954.

[870] *Ibid*.

[871] GOA é província ultramarina portuguesa. **A Marcha**, n. 75, 6 ago. 1954.

> do Mahatma, que construiu a independência da grande Índia pregando fervorosamente a não violência?[872]

O apoio do jornal não se limitava a apenas repercutir acontecimentos políticos, mas incluía artigos e matérias que ressaltavam pontos de vista históricos e culturais sobre o caso. Em "Salve Goa portuguesa", após uma longa digressão histórica em que recapitula os momentos decisivos da história da colônia portuguesa, Marques da Silva[873] defende que não há distinções entre os portugueses metropolitanos e os goeses, mas que estes não teriam semelhanças com os demais indianos:

> Os portugueses de Goa, de Damão e de Diu jamais deixaram de ter as mesmas regalias dos portugueses do Continente; goeses ocupam os mais elevados cargos, tanto em Goa, quanto no Continente; na magistratura, no magistério, nas ciências, nas letras, no jornalismo e na administração pública! Em nada, absolutamente em nada, os portugueses da Índia – gente civilizada, cristã e culta – tem pontos de semelhança com os hindus e apesar disso, o Pandita Nehru [...] pretende apossar-se daquele torrão português – tão português como o próprio Portugal europeu – inventando para isso, direitos que jamais possuiu.

Tal afirmação é pouco precisa, visto que no *Relatório confidencial sobre as Províncias do Oriente*, de 1952, Barradas de Oliveira[874] afirma, de forma bastante franca, que a efetiva presença portuguesa naquele território é diminuta, visto que a língua e os costumes da região são muito mais ligados à Índia do que a Portugal. Marques da Silva[875] ainda ficou encarregado de uma seção intitulada "Portugal em Marcha", com objetivo de apresentar os acontecimentos mais relevantes ocorridos ali: "um noticiário de Portugal e da vida portuguesa no Brasil, com o que, de acordo com o Acordo Cultural Luso-Brasileiro, procuraremos apertar, ainda mais, os laços que nos unem à Velha Nação Portuguesa".

Em 30 de julho de 1954, a edição 74 de *A Marcha* publicou o artigo "Pioneiros lusos da tropicopatologia", assinado por Antônio Caldas Coni[876], médico conhecido por batizar certas práticas médicas desenvolvidas na Bahia como "Escola Tropicalista

---

[872] GOA é província ultramarina portuguesa. **A Marcha**, n. 75, 6 ago. 1954.
[873] SILVA, A. A. Marques. Salve Goa portuguesa. **A Marcha**, n. 64, 14 maio 1954.
[874] OLIVEIRA, Barradas de. **Relatório confidencial sobre as Províncias do Oriente.** Lisboa, 1952.
[875] SILVA, A. A. Marques. Portugal em marcha. **A Marcha**, n. 64, 14 maio 1954.
[876] CONI, Antônio Caldas. Pioneiros lusos da tropicopatologia. **A Marcha**, n. 74, 30 jul. 1954.

Bahiana".[877] Nesse artigo, ele detalha como as expedições portuguesas no século XVI favoreceram o desenvolvimento de uma medicina especializada em questões tropicais:

> Os portugueses com suas viagens e expedições arrojadas criaram na centúria de quinhentos, não somente uma literatura opulenta senão também uma medicina de características especiais: a medicina tropical. [...] No Hospital de Todos os Santos de Lisboa, que era naquela éppoca o mais importante do mundo – uma espécie de Instituto Tropical – internavam-se marinheiros das gloriosas caravelas a exibirem moléstias inteiramente desconhecidas dos médicos europeus.[878]

Por fim, o médico faz alusão à "possível ciência" sugerida por Gilberto Freyre, a tropicologia. Entretanto, faz a ressalva que tal ciência não seria exclusivamente "lusa", podendo ter contribuições de outras nacionalidades, conforme os períodos da sua evolução:

> A medicina intertropical seria, por conseguinte, um dos grandes capítulos dessa "possível ciência" que nos fala o grande sociólogo Gilberto Freyre: a TROPICOLOGIA, que, do ponto de vista médico – como nos deixa entrever o mestre recifense – tanto pode ser lusa como flamenga, brasileira ou inglesa, desde que se considera os períodos vários de sua evolução.[879]

Na mesma edição do jornal, a capa traz em destaque a manchete "Agressão de Moscou à soberania portuguesa", em que vincula as motivações indianas ao comunismo.[880] Esse procedimento é bastante comum no caso em questão e nas tensões posteriores, principalmente a partir de 1961: os comunistas estão por trás das agressões a Portugal, porque este país defende o cristianismo. Aliás, é notável o anticomunismo presente no jornal *A Marcha* em quase todos os aspectos. Como salienta Calil[881], o anticomunismo virulento do PRP foi uma espécie de fiador de sua existência política. Fora da matéria de capa, mas num espaço destacado, há um quadro em que se encontra sintetizada a posição integralista sobre o caso Goa:

---

[877] BARROS, Pedro Motta de. Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 4, n. 3, p. 411-459, 1997-1998. Doi: https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000300002.

[878] CONI, Antônio Caldas. Pioneiros lusos da tropicopatologia. **A Marcha**, n. 74, 30 jul. 1954.

[879] *Ibid*.

[880] AGRESSÃO de Moscou à soberania portuguesa. **A Marcha**, n. 74, 30 jul. 1954.

[881] CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

> Goa é economicamente deficitária.
> Em Goa não há indianos.
> Por que, então, tomar Goa aos portugueses?
> Porque é preciso destruir a Igreja de Jesus Cristo que em Goa tem assento.
> Logo, a agressão a Goa é comunista.[882]

Estão aí presentes os dois elementos basilares da doutrina perrepista: o espiritualismo exacerbado e um anticomunismo feroz. Esses elementos serão sempre mobilizados na defesa dos interesses portugueses nas questões coloniais.

A matéria intitulada "Exaltada a formação comum de Portugal e Brasil", publicada na edição 323 de *A Marcha*, em 15 de janeiro de 1960, apresenta a repercussão de uma carta do presidente Juscelino Kubitschek ao almirante Américo Thomaz, então chefe de Estado português.[883] No documento, o presidente brasileiro aceita o convite português para que ele participasse das Comemorações Henriquinas, realizadas naquele ano em alusão ao quinto centenário da morte do Infante Dom Henrique. Transcrita com destaque na segunda página do periódico, possui um conteúdo bastante nacionalista, ligando a história brasileira à lusa:

> Em nome da Nação, o chefe do Estado comparecerá, pois, às brilhantes cerimônias programadas pelo governo português a fim de testemunhar a fidelidade da Pátria às suas origens, a ufania do passado comum, a vontade inabalável de permanecer o Brasil coerente com a sua formação íntegra na sua unidade, estruturado e animado pelos valores incorruptíveis da Raça e da Língua, na comunidade sagrada do seu destino.[884]

Como destaca Williams da Silva Gonçalves[885], o apoio brasileiro às causas portuguesas durante a presidência de Kubitschek foi significativo, inclusive nos órgãos internacionais. O autor observa que a participação do presidente eleito democraticamente como coanfitrião do evento, ao lado de Salazar e de Francisco Franco, foi motivo de muita controvérsia e críticas à política externa brasileira. Ao criticar em duros termos a presença

---

[882] AGRESSÃO de Moscou à soberania portuguesa. **A Marcha**, n. 74, 30 jul. 1954.
[883] EXALTADA a Formação Comum de Portugal e Brasil. **A Marcha**, n. 323, 15 jan. 1960.
[884] *Ibid.*
[885] GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

de Kubitschek nas Comemorações Henriquinas, o ensaísta português Eduardo Lourenço[886] interpreta a posição do Brasil como fiador do colonialismo português – postura que lhe parecia particularmente contraditória no caso de um país que, há menos de dois séculos, havia conquistado sua independência:

> Com lucidez e decisão políticas dignas de todo o elogio, *Portugal Livre* sublinha o inegável triunfo político que constituiu para o salazarismo a viagem delirante de Kubitschek. É um fato. Deste fato se servem com razão os vários comentadores, tal como o fizeram grandes nomes do jornalismo brasileiro, para verberar com justa violência a traição efetiva ao ideário e à prática democrática que o concurso do falso-inconsciente chefe do democrático Brasil significou.

A edição 208 de *A Marcha*, datada de 7 de junho de 1957, trata com toda a pompa e circunstância a visita do presidente português Craveiro Lopes ao Brasil.[887] Na capa, há uma imagem em destaque do general, acompanhada de um texto em que a história brasileira funde-se com a história portuguesa:

> Não se homenageia apenas o Presidente visitante ou o Portugal de hoje; homenageia-se todo o Passado Comum das duas Pátrias, todas as glórias das "armas e dos barões assinalado" que escreveram as epopeias da Reconquista Peninsular e da Conquista dos Oceanos. Homenageia-se o Poema Épico das Bandeiras, a dilatação do nosso território, o recuo do Meridiano das Tordesilhas, a formação da Pátria Brasileira, o alvorecer da nossa consciência de Nação, pois tudo está ligado ao mesmo Espírito que iluminou oito séculos de história em que Portugal e Brasil são condôminos.[888]

Gilberto Freyre, em coluna que mantinha no *Diário de Pernambuco*, também repercutiu a visita do presidente português ao Brasil, por ocasião de sua escala no Recife. Na edição de 29 e 30 de junho de 1957, Freyre[889] escreveu "O general Craveiro Lopes no Brasil", louvando o general e o bom correr da sua visita:

> Da viagem que acaba de fazer ao Brasil o presidente da República Portuguesa, pode-se já dizer sem exagero algum nem a menor precipitação, que foi um pleno triunfo. Triunfo para o general Craveiro Lopes e triunfo para o povo brasileiro que, do Sul ao Norte, do litoral ao

---

[886] LOURENÇO, Eduardo. **Do colonialismo como nosso impensado.** Lisboa: Gradiva, 2016. p. 23.
[887] A Marcha, n. 208, 7 jun. 1957.
[888] *Ibid.*
[889] FREYRE, Gilberto. O general Craveiro Lopes no Brasil. **Diário de Pernambuco**, 29-30 jun. 1957.

> centro do país, soube recebê-lo com o mais festivo, e, ao mesmo tempo, o mais sincero dos afetos.

Freyre[890] reconheceu o temperamento algo taciturno do político português, pouco habituado a sorrisos, mas afirmou que, apesar do jeito sóbrio, soube entender muito bem o povo brasileiro e vice-versa: "Inteligente como é, o brasileiro, homem do povo, descobriu desde o seu primeiro contato com o presidente de Portugal, que estava diante de um homem discreto mas sincero, sóbrio mas cordial". Em seguida, destaca os objetivos políticos da visita, em especial ao defender o apoio brasileiro em meio às pressões internacionais, tendo por objetivo a construção de uma grande sociedade lusotropical:

> [...] o vibrante apoio brasileiro – a começar pela solidariedade de um presidente da República que não descende apenas de portugueses – a uma política do Brasil com Portugal e com as províncias portuguesas – a uma política do Brasil com Portugal e com as províncias portuguesas do Oriente e da África que se torne cada vez mais a afirmação de um modo sinceramente só de ser, de sentir e de agir; e esse modo, baseado na consciência da mesma integração de portugal nos trópicos – americanos, asiáticos ou africanos – sem preconceito algum, nem de clima nem de raça europeias, em face dos climas e das raças tropicais.[891]

Por fim, Freyre explicita de maneira direta sua posição ao defender a civilização lusotropical. Ao enfatizar que Craveiro Lopes, durante sua visita, percorreu regiões muito distintas do Brasil, sustenta que, apesar dessas diferenças, todas compartilhariam uma base lusitana comum, concebida como o fermento de uma civilização mais ampla, de caráter lusotropical, no devir:

> Este, sem dúvida, o sentido mais profundo do contato que Portugal [...] acaba de ter não apenas com o Rio de Janeiro mas com todo o vasto Brasil: com quase um continente marcado de um extremo a outro pela presença lusitana. Com toda uma vista civilização moderna que de Norte a Sul – mesmo no Rio Grande do Sul enriquecido pela energia alemã e pelo vigor italiano – nas suas bases e nas suas constantes, uma triunfante civilização lusotropical.[892]

Percebe-se que, apesar do tom cerimonioso e de exaltação que Freyre aporta ao seu texto sobre a visita do general, a preocupação maior era estreitar os laços com Portugal,

---

[890] FREYRE, Gilberto. O general Craveiro Lopes no Brasil. **Diário de Pernambuco**, 29-30 jun. 1957.
[891] *Ibid.*
[892] *Ibid.*

para atingir o seu objetivo de alcançar uma civilização lusotropical. Já em relação à abordagem integralista, o tom é glorificador do passado comum e o papel da antiga metrópole na formação da nação brasileira.

Na mesma edição de *A Marcha* que repercute a visita do presidente português ao Brasil, encontra-se um texto de Salgado intitulado "Meditações luso-brasileiras".[893] O periódico informa que o artigo também seria publicado no *Diário da Manhã* de Lisboa. No texto, Salgado desenvolve sua concepção de nacionalismo que não difere substancialmente daquela identificada por Trindade[894] ao analisar a AIB na década de 1930, caracterizada por um viés sentimental e literário.

> A Nação, incontestavelmente, possui uma personalidade. Tendo sido, inicialmente, apenas um país, isto é, um cenário geográfico e um patrimônio de riquezas de Flora, da Fauna e do Subsolo, transformou-se – pelo comércio sentimental entre o Homem e a Terra – em uma Pátria. A Pátria vai-se diferenciando da Metrópole de que se originou e adquirindo consciência política do papel histórico que lhe compete. Esse papel, que exclusivamente lhe pertence, decorre de seu próprio temperamento e vocação, condicionados a circunstâncias do meio físico e à posição em que se encontra geograficamente. Procede, ao mesmo tempo, de uma mentalidade grupal, resultante de um processo de educação e cultura. Numa palavra: temperamento e vocação, mais mentalidade grupal, somam-se formando o Espírito Nacional.[895]

Apesar de longa, a citação é necessária porque apresenta a ideia nacionalista de Salgado como espiritual, conforme assinalado por Vasconcellos.[896] Segundo ele, o nacionalismo integralista conteria um marcante traço irracional, lidando com categorias subjetivas, como o "Espírito Nacional" supracitado:

> Pontificante, esse discurso evoca, sempre às voltas com a ideologia bonapartista, a "nação", a "alma brasileira" e "espírito brasileiro", evitando, assim, a ulterioridade, a história. A carga afetivo-emocional que dele se depreende, uma axiologia que se funda no primado do sentimento sobre a razão e afasta a crítica e impede a reflexão por parte do leitor.[897]

---

[893] SALGADO, Plínio. Meditações luso-brasileiras. **A Marcha**, n. 208, 7 jun. 1957.
[894] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.
[895] SALGADO, Plínio. Meditações luso-brasileiras. **A Marcha**, n. 208, 7 jun. 1957.
[896] VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
[897] *Ibid*., p. 57.

O texto, ao delinear as etapas de construção de uma nação, inicialmente como país e, depois, como pátria, mantém-se em consonância com o discurso de Salgado[898] na Câmara dos Deputados, no qual expôs suas concepções sobre o colonialismo. Em seguida, o líder integralista apregoa que, embora o Brasil constitua uma nação distinta da portuguesa, jamais se deveria esconder a lusitanidade como construtora da nação brasileira. Para tanto, mobiliza também a ideia de miscigenação como um elemento positivo:

> Desde a escola primária até a secundária e a superior, precisamos repetir mil vezes que somos uma Nação Lusíada; que pertencemos a uma comunidade humana de tão forte caráter que [...] *sabendo interpretar e se harmonizar com as mais variadas raças* [...] que em razão de tantos feitos daqueles que fundaram nossa Pátria, devemos sustentar este Brasil uno, indivisível, soberano, altivo e decidido a não se deixar escravizar nem pelas forças econômicas de outros povos, nem pela conquista ideológica dos que pretendem destruir nossa personalidade nacional.[899]

O ano de 1961 marca, de fato, o momento em que Portugal passa a ocupar constantemente as páginas de *A Marcha*. Trata-se de um período decisivo, tanto pela eclosão da Guerra Colonial em Angola, em fevereiro, quanto pela anexação de Goa pela Índia, em dezembro. Foi também um ano de intensas pressões internacionais contra Portugal e, paralelamente, de maior empenho dos integralistas na defesa da manutenção do colonialismo português. Esse movimento torna-se particularmente visível a partir de fevereiro, quando Portugal passou a ocupar as manchetes do jornal. Curiosamente, não há registro do ataque que levou à eclosão da guerra, no dia 4 de fevereiro; a presença mais sistemática de Portugal no jornal consolida-se apenas a partir de março.

Nesse contexto, uma das primeiras manchetes em que Portugal aparece com destaque data de 13 de março de 1961, na edição 391, com o título "Portugal repele insultos na ONU".[900] A matéria apresenta a repercussão de alguns jornais portugueses acerca da queixa prestada pela Libéria às Nações Unidas, denunciando o abuso dos direitos humanos em Angola. Por considerar injusta a forma como a queixa foi apresentada, afirma o jornal que "Lisboa admite mesmo que em face disso, Portugal seja compelido a abandonar a Organização Mundial".[901]

---

[898] PLÍNIO Salgado traça rumos à nossa política exterior. **A Marcha**, n. 387, 10 fev. 1961.
[899] SALGADO, Plínio. Meditações luso-brasileiras. **A Marcha**, n. 208, 7 jun. 1957. [Grifo nosso.]
[900] *Id.* Portugal repele insultos na ONU. **A Marcha**, n. 391, 13 mar. 1961.
[901] *Ibid.*

Entre os periódicos citados, o *Diário de Notícias* critica a ONU em termos mais gerais, acusando a violação da soberania portuguesa na região. *O Século*, por sua vez, critica a organização, mas frisa o caráter civilizatório da colonização portuguesa, em um estilo que dialoga com a visão lusotropical:

> No mesmo editorial, aquele jornal prossegue lembrando, que Portugal em ultramar realizou um trabalho contínuo em prol de uma civilização melhor, mais produtiva e honrada, dentro de uma senda de progresso econômico e coesão dos nativos com os elementos procedentes da Europa.[902]

Já o jornal *A Voz*, católico e monarquista, denunciou uma possível intervenção soviética nessa queixa apresentada pela Libéria.

Ao longo de 1961 e 1962, a ONU foi alvo de diversas críticas por parte de *A Marcha*, que denunciava a suposta preponderância dos países socialistas nas decisões da organização. Ao final da mesma edição em que apresenta a repercussão dos jornais portugueses, a seção intitulada "Dicionário Político" trata os verbetes "ONU" e "OTAN" de forma bastante irônica:

> ONU (s.f.) – Organização política das nações desunidas. Quando não se quer resolver um galho nas desinteligências internacionais, que se faz? Recorre-se à ONU. Ali, tudo é possível, inclusive o direito de veto aos países bolchevos. Repete-se a comédia da antiga Liga das Nações. No que me apraz, admiro mais O… NU artístico.
> OTAN (s.f.) – Organização do Tratado do Atlântico Norte. Isso, trocado em miúdos, quer dizer: é pau puro, se os vermelhos se meterem a besta numa guerra com o Ocidente. [...][903]

Na edição 392, do dia 23 de março de 1961, mais uma manchete envolvendo Portugal aparece na capa do periódico: "Doutrina marxista visa extermínio do Ocidente". A matéria reproduz declarações do ministro da Marinha portuguesa, o almirante Quintanilha Mendonça Dias, proferidas durante um jantar oferecido aos adidos navais acreditados em Lisboa.[904] Em sua intervenção, o almirante sustenta que o ataque a Angola deveria ser compreendido, em última instância, como um ataque à Europa e à cristandade. As tintas lusotropicais das suas declarações estão calcadas num suposto desenvolvimento

---

[902] SALGADO, Plínio. Portugal repele insultos na ONU. **A Marcha**, n. 391, 13 mar. 1961.
[903] DICIONÁRIO Político. **A Marcha**, n. 391, 13 mar. 1961.
[904] DOUTRINA marxista visa extermínio do Ocidente. **A Marcha**, n. 392, 23 mar. 1961.

benéfico para as populações de Angola em face das desordens e dos massacres promovidos pelos movimentos de libertação:

> Aqui, certamente, não encontraram campos de concentração, não toparam com discriminações de qualquer natureza, não viram massacres nem extermínios de grupos humanos. Antes verificaram como procuramos atrair e civilizar povos diferentes, integrando-os na nossa civilização e de forma a constituirmos uma só família com os mesmos direitos e sem distinção de qualquer espécie.[905]

A posição portuguesa, compartilhada pelo jornal, é baseada na visão salvacionista e algo abstrata de defesa do Ocidente: "Pelo que nos diz respeito mais diretamente – continua o ministro – a posição de Portugal está há muito tempo definida e já correu sangue generoso e heroico de seus filhos, brancos e de cor, em defesa da Pátria e da civilização ocidental".[906]

Figura 1 – Charge "Vai, que é mole..."[907]



Na mesma edição do jornal, encontra-se uma caricatura com estereótipos racistas: nela, dois homens representando Angola e o Congo aparecem guerreando com lanças, enquanto uma criatura branca, fumando um charuto – representando o comunismo – aparece sorrindo e instigando as hostilidades. A charge é assinada por Ala-Mir, colaborador regular do jornal. Ao longo desse ano, algumas caricaturas racistas apareceram no periódico.

---

[905] DOUTRINA marxista visa extermínio do Ocidente. **A Marcha**, n. 392, 23 mar. 1961.
[906] *Ibid.*
[907] ALA-MIR. Vai, que é mole… [Charge]. **A Marcha.** 23 mar. 1961, n. 392.

As manchetes relativas a Portugal prosseguem no periódico, como na edição 393, de 6 de abril, sob o título: "Portugal descrente dos ideais da ONU", que repercute uma entrevista de Adriano Moreira, então subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, que assumiria, na semana seguinte, o cargo de ministro do Ultramar, função que exerceria até dezembro de 1962.[908]

Lucena[909] afirma que Moreira foi indicado como ministro para estancar os ataques naquela que era considerada a joia da coroa portuguesa – Angola – e preparar a defesa dos demais territórios, tendo-lhe sido conferidos poderes excepcionais para o exercício da sua gestão. Além disso, é importante destacar que Moreira foi um dos grandes entusiastas da obra de Gilberto Freyre, sendo que, durante sua gestão como ministro, o lusotropicalismo foi amplamente incentivado como chave explicativa para a manutenção da soberania portuguesa.

Em coluna publicada na revista *O Cruzeiro*, em 15 de julho de 1961, Freyre classifica Moreira como "jurista ilustre que vem realizando em Portugal obra lucidamente pioneira de desenvolvimento da sugestão luso-tropicalista em norma de ação política".[910] No jornal integralista, o ministro afirma, em tom lusotropicalista:

> Temos proclamado, com persistência em que não abrandaremos que entre o Norte de África que discrimina contra o branco e o Sul que discrimina contra o preto a maneira portuguesa de estar no mundo assegura uma zona de vigência dos valores universais de que todos beneficiam e a que muitos terão de recorrer para remediar os erros que vão se acumulando.[911]

Já a edição 395 de *A Marcha*, datada de 20 de abril de 1961, apresenta duas manchetes envolvendo Portugal em sua capa.[912] Em "Portugal incompreendido pelos membros da OTAN", destaca-se a comemoração de 12 anos do Tratado do Atlântico Norte, realizado em Lisboa, com a reprodução de um discurso do ministro da Saúde português, Henrique Martins de Carvalho. Em sua fala, o ministro lamenta o pouco apoio recebido por Portugal por parte dos demais membros da aliança, principalmente no que concerne às colônias portuguesas na África. A segunda manchete, "Estudantes de Luanda

---

[908] PORTUGAL descrente dos ideais da ONU. **A Marcha**, n. 393, 6 abr. 1961.
[909] LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenentes de Salazar.** Lisboa: Aletheia, 2015.
[910] FREYRE, Gilberto. Uma responsabilidade brasileira. **O Cruzeiro**, 15 jul. 1961.
[911] PORTUGAL descrente dos ideais da ONU, *op. cit.*
[912] PORTUGAL incompreendido pelos membros da OTAN. **A Marcha**, n. 395, 20 abr. 1961; ESTUDANTES de Luanda defenderão a integridade portuguesa. **A Marcha**, n. 395, 20 abr. 1961.

defenderão a integridade portuguesa", aborda a visita do presidente português a Luanda e exalta o colonialismo português:

> O dignificante exemplo da mocidade portuguesa serve para ilustrar o devotamento da raça lusitana à sua metrópole, cuja história tem sido escrita à custa dos gestos mais nobres de prodigalidade cristã e progresso edificante. As hordas vermelhas não poderão vencer a determinação heroica de uma nação que está coesa pela integração de todos os seus filhos, na defesa dos mais sagrados interesses da Pátria.[913]

Percebe-se como a ação portuguesa na África é exaltada a partir de um ponto de vista predominantemente religioso, civilizador e anticomunista. Ainda que não haja menção explícita ao lusotropicalismo ou a Freyre, observa-se clara consonância com esse repertório de ideias, sobretudo no que se refere ao aspecto fraternal e cristocêntrico da colonização portuguesa. Destaca-se, nesse sentido, a noção de coesão fundada na "integração de todos os seus filhos", em alusão à suposta predisposição à miscigenação que caracterizaria tanto os portugueses como os brasileiros.

Nessa mesma edição, na seção "Dicionário Político", localizada na contracapa, aparece um verbete sobre Salazar, com tintas irônicas e informais, mas ainda assim elogioso:

> Salazar (s.m.) – O célebre professor de Coimbra, que tirou Portugal de onde se acha o Brasil. O fã-clube de Delgado e Galvão chama de "ditador" ao primeiro-ministro Dr. Antônio de Oliveira Salazar, num país onde até mesmo jornais comunistas circulam livremente [...].[914]

Em paralelo, em coluna publicada no *Diário de Pernambuco*, datada de 30 de abril de 1961, Freyre comenta sobre os problemas atravessados por Angola, defendendo a união dos cristãos em torno da preservação de uma sociedade multirracial. Em "A propósito das agitações na Angola", Freyre evita fazer comentários abertamente políticos, como no caso do periódico integralista:

> É claro que com o que, nessas agitações, for política interna de portugueses – salazarismo e antissalazarismo – nada temos que ver os brasileiros. A própria questão das relações puramente políticas entre lusoangolanos e o Portugal europeu é assunto a ser decidido pelos

[913] ESTUDANTES de Luanda defenderão a integridade portuguesa. n. 395, 20 abr. 1961.
[914] DICIONÁRIO Político. **A Marcha**, n. 395, 20 abr. 1961.

> portugueses. O que não é justo é fazer-se a esse propósito, no Brasil, um jogo antiportuguês.[915]

Para Gilberto Freyre, Angola constituiria, *mais do que o próprio Brasil*, a perfeita democracia étnica. As manifestações de discriminação racial observadas – como no caso da Companhia de Diamantes de Angola ou nos episódios presenciados em Lourenço Marques (atual Maputo) – são atribuídas, em sua interpretação, a influências exógenas. Critica também parte do clero, por compactuar com tais práticas discriminatórias, embora louve iniciativas como a dos Leigos Apóstolos da Integração Nacional, cujo objetivo seria: "[...] reagir contra as teses dos 'colonatos brancos' e dos 'colonatos pretos' na África, 'avançando para uma síntese morena'".[916]

Freyre esclarece que os leigos se apoiaram nas teses de um notável antropólogo brasileiro, cujas ideias a respeito da predisposição do português à interpenetração de raças recebeu completa aprovação de professores de prestigiosas universidades internacionais em congresso de 1957, fato que lamentou ter sido pouco noticiado no Brasil. Percebe-se que, ao eleger um grupo de inspiração cristã como agente legitimador da miscigenação, Freyre reafirma o cristocentrismo como elemento fundamental do lusotropicalismo:

> Esta é, na África Portuguesa, a atitude de um bom número de cristãos portugueses. O que não significa – repita-se – que venham sendo perfeitos, nessa África, as relações entre europeus e não europeus, entre metropolitanos e lusoangolanos. Mas quem terá autoridade plena para julgar e condenar os portugueses nesse particular? Os ingleses? Os americanos dos Estados Unidos? Os russos soviéticos?[917]

Já na edição 396 de *A Marcha*, de 27 de abril de 1961, a manchete "Plínio Salgado denuncia os comunistas na África" apresenta um excerto de discurso proferido por Salgado, no qual o líder do regime português, Salazar, é exaltado, sendo suas atividades comparadas, de forma crítica, às de Fidel Castro:

> Observou o sr. Plínio Salgado que vivemos realmente numa época notabilíssima, de completa confusão, pois enquanto Fidel Castro, que mata milhares de compatriotas seus sem qualquer formação de culpa, recebe na Câmara Federal elogios, Salazar é considerado execrável por muitos, pelo crime de nunca ter mandado fuzilar ninguém, e ser o restaurador de uma economia que serve de exemplo para todos nós, que

---

[915] FREYRE, Gilberto. A propósito das Agitações na Angola. **Diário de Pernambuco**, p. 4, 30 abr. 1961.
[916] *Ibid.*
[917] *Ibid.*

> tem uma vida de homem pobre, de asceta que representa sem dúvida uma das maiores expressões da cultura e não da ignorância e da demagogia de certos tiranetes da América.[918]

A seguir, em seu discurso, Salgado, um pouco à maneira de Gilberto Freyre, especialmente no que se refere ao aspecto Brasil-centrista de sua teoria lusotropical, faz uma distinção entre o colonialismo português, estabelecido há séculos, e as colônias recentes. Salgado chega a utilizar a primeira pessoa do plural ("estamos") para apontar a permanência portuguesa na África, acentuando a sua imagem como luso-brasileiro:

> Confundem os problemas ultramarinos de Portugal com o colonialismo dos que conquistaram as colônias apenas no século passado. *Esquecem-se de que estamos lá há quase cinco séculos* e que o problema ultramarino português tem vinculações com o Brasil, e, num caso de invasão da Europa e domínio da Rússia Soviética sobre todo o Continente europeu, inclusive Portugal e Espanha, *cabe ao Brasil velar por aqueles povos, como herdeiro legítimo de Portugal*. Tem como vinculações com a nossa situação porque nos estudos estratégicos dos militares soviéticos, a costa da África é ponto fundamental para a invasão do nosso Continente e a destruição da liberdade.[919]

O trecho acima revela-se particularmente relevante porque conjuga pontos fundamentais da atuação de Salgado no pós-guerra: o anticomunismo feroz e seu luso-brasileirismo. Contudo, acrescenta um componente adicional: na condição de herdeiro legítimo de Portugal, seria responsabilidade do Brasil assumir as colônias portuguesas na África, que por si mesmas constituem ponto estratégico de uma possível invasão soviética em direção à América do Sul.

A ideia de uma convergência entre Brasil e Portugal, formando um bloco unificado em um mundo dividido entre as superpotências da Guerra Fria, aparece também em Gilberto Freyre. Em sua formulação, contudo, tal articulação ultrapassa o universo estritamente lusófono, apontando para uma possível liderança brasileira para as regiões tropicais do mundo. Ainda assim, na edição 398 de *A Marcha*, de 11 de maio de 1961, essa concepção aparece associada a um nome de peso: António de Oliveira Salazar.

A capa do jornal, que traz uma fotografia do ditador, tem como manchete principal "Brasileiros e portugueses poderão somar 90 milhões".[920] Trata-se da repercussão de um pronunciamento de Salazar, embora a fonte não seja esclarecida. Nesse discurso, o líder

---

[918] PLÍNIO Salgado denuncia os comunistas na África. **A Marcha**, n. 396, 27 abr. 1961.
[919] *Ibid*., [Grifos nossos.]
[920] BRASILEIROS e portugueses poderão somar 90 milhões. **A Marcha**, n. 398, 11 maio 1961.

português defende uma divisão da África em três grandes regiões: o Norte, árabe, constituído de países que receberam influência econômica e política dos europeus; a África negra, em que os brancos não se fixaram de fato, exercendo apenas tarefas profissionais por um período limitado de tempo e onde a discriminação racial impera; e uma terceira África, onde o branco de fato foi colonizador e fincou raízes. Naturalmente, Portugal, com suas colônias de Angola e Moçambique, faria parte dessa terceira região.

Salazar critica a visão de "África para os africanos", justificando que isso significa África somente para o negro. Em Angola, segundo o ditador, brancos e negros convivem com os mesmos direitos e, há séculos, os primeiros contribuíram decisivamente para assegurar o desenvolvimento e a ordem da região. Para ele, a solução é aquilo que Portugal já pratica, a saber: uma colonização lusotropical:

> O único caminho a seguir – segundo acredita – é seguir no caminho das sociedades plurirraciais, em que as raças se misturem ou convivam, vindo a pertencer a direção e o mundo aos mais hábeis e aos melhores, porém afirma que nem sempre esse processo é espontâneo e não pode guardar em cada caso um titular e guia de soberania nacional.[921]

No mesmo pronunciamento, António de Oliveira Salazar afirma que muitos dos envolvidos na luta anticolonial teriam sido formados nas universidades de orientação socialista, sugerindo, assim, a existência de uma influência ideológica externa nesses movimentos. Ao mesmo tempo, sustenta que as chamadas Províncias Ultramarinas estariam abertas a uma necessária inserção internacional, desde que preservada a soberania portuguesa sobre esses territórios:

> Falam que o Brasil necessita de "janelas para o Mundo". Nada melhor do que aproveitar as nossas. Podem usá-las. Temos janelas na África e na Ásia ao vosso dispor." Lançou depois o Prof. Salazar a pergunta: "Por que não formamos uma só comunidade? Juntos seríamos bastante fortes. Temos a mesma língua, os mesmos costumes, somos praticamente um só povo. Juntemos, portanto, vinte milhões de portugueses com os setenta milhões de brasileiros e formemos um só bloco, de grande importância internacional.[922]

Esse "convite" de Salazar ao Brasil mostra-se convergente com a proposta de Gilberto Freyre de uma federação de países tropicais sob liderança do Brasil. Além disso, dialoga com o luso-brasileirismo de Salgado, que não apenas vincula o passado brasileiro

---

[921] BRASILEIROS e portugueses poderão somar 90 milhões. **A Marcha**, n. 398, 11 maio 1961.
[922] *Ibid.*

à experiência portuguesa, mas também projeta essa herança como elemento estruturante do presente da nação.

Na edição 403 de *A Marcha*, de 15 de junho de 1961, destaca-se a manchete "Londres com Portugal na defesa de Angola", que repercute a declaração do secretário de Estado britânico Alec Douglas-Home, que durante visita a Lisboa afirmou que a Grã-Bretanha não compactuaria com o avanço do comunismo na África.[923] Na matéria percebe-se como o anticomunismo foi um dos elementos centrais para a defesa do colonialismo por parte dos integralistas:

> [...] área do continente africano, convulsionada pela eclosão de movimentos subversivos, de inspiração tipicamente comunista. Os métodos, as táticas, a violência e a crueldade que caracterizam a ação criminosa dos bandos assassinos industriados para a desagregação em Angola se tem desferido sob um comando de cúpula controlado por Moscou.[924]

O virulento anticomunismo contrasta com a graciosa visão que os integralistas possuíam da colonização portuguesa, em que o argumento lusotropical aparece discretamente, sem ser nomeado:

> Ali, naquela região portuguesa, predominam os hábitos de cultura e educação transplantados pelos velhos colonizadores lusitanos, que os impuseram ao elemento nativo. Gerações se formaram sob a égide dos mais avançados princípios de civilização, equidistante-se, cada vez mais, dos primitivos conceitos de vida interpretados pelos locais.[925]

Nota-se que, apesar do esforço – presente neste e em muitos outros textos – de sustentar a ideia de uma colonização portuguesa singular, marcada pela suposta ausência de discriminação racial, o excerto acima apresenta uma visão preconceituosa contra o modo de vida das populações locais. Ao colonizador branco é reservada a tarefa de transplantar a civilização para aquelas terras "bárbaras", o que evidencia tensões internas no próprio discurso lusotropicalista.

O jornal também repercutiu as comemorações do Dia de Portugal, ocorrido no dia 10 de junho, data da morte do poeta Luís de Camões. Nesse contexto, destaca-se o artigo do escritor Herculano Rebordão, intitulado "Camões e o Dia de Portugal", em que o autor

---

[923] LONDRES com Portugal na defesa de Angola. **A Marcha**, n. 403, 15 jun. 1961.
[924] *Ibid.*
[925] *Ibid.*

relaciona a capacidade de colonização em moldes lusotropicalistas ao autor de *Os lusíadas*:

> A voz de Camões ficou vibrando em sermões de Evangelho e discursos de Comando. E o seu eco vai até o fim dos oceanos, num timbre ecumênico, escutado e aplaudido por todas as raças que formam o mundo português, em sua confraternização cristã e humaníssima.[926]

A contracapa do jornal traz em destaque a matéria "'Dia de Portugal', festa luso-brasileira", em que repercute a comemoração ocorrida no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro. Durante o evento, foi defendida, com vigor, a concepção de um Portugal pluricontinental, "da província do Minho à província ultramarina do Timor", e foram reproduzidos alguns excertos de discursos e poemas que elogiam a predisposição do portuguesa à miscigenação com populações extraeuropeias:

> A poetisa Margarida Lopes de Almeida, declamando um poema de sua autoria, sintetizou a capacidade dos portugueses de integrarem-se de tal forma ao povo dos países por ele colonizados a ponto de, em Angola ou Moçambique, quando se pergunta: "O que você é?" a resposta é sempre a mesma: "Eu sou português". No Brasil, apesar da independência, a estreita afinidade ainda não cessou. Por isso, Margarida Lopes de Almeida afirmou "Eu também sou portuguesa!"[927]

Ao destacar tal trecho, evidencia-se a preocupação do periódico, advinda da posição pessoal de Plínio Salgado, em reafirmar constantemente a ligação especial entre Brasil e Portugal, concebida como base para a formação de uma ampla comunidade luso-brasileira.

Na edição 404 de *A Marcha*, de 22 de junho de 1961, Portugal permanece nas manchetes, como se observa em "Sul de Angola esmaga intentona vermelha", descrição profundamente anticomunista de ataques repelidos no contexto do conflito colonial.[928] Na mesma edição, figura também o artigo "O Brasil e os problemas africanos", em que o articulista defende a posição do jornal, sob a direção de Salgado, fundamentando o apoio aos interesses portugueses, sobretudo no aspecto anticomunista:

> Este jornal, sob a esclarecida orientação de Plínio Salgado, tem sido e continua sendo um baluarte na defesa desta união luso-brasileira que,

---

[926] REBORDÃO, Herculano. Camões e o dia de Portugal. **A Marcha**, 10 jun. 1961.
[927] *Ibid.*
[928] SUL de Angola esmaga intentona vermelha. **A Marcha**, n. 404, 22 jun. 1961.

> além de corresponder a razões históricas, psicológicas e culturais, constitui-se, na presente conjuntura internacional, numa barreira importantíssima do mundo ocidental contra o progressivo expansionismo soviético no mundo.[929]

O colunista sustenta que, devido à juventude das novas nações africanas, estas necessitariam de um "amparo moral", papel que era prestado, naquela conjuntura, pela União Soviética. Diante disso, argumenta que o Brasil deveria abrir os olhos para essa questão e tornar-se um líder natural para as novas nações africanas. Tal posição converge – ainda que por meios distintos – com a concepção de Gilberto Freyre sobre a liderança do Brasil em um mundo então em rápida transformação:

> No entanto o Brasil agiganta-se, dia a dia, no panorama internacional. Líder inconteste da América Latina, sua posição é hoje de uma significação incalculável, observada com atenção e mesmo preocupação pelos povos de todo o mundo. [...] Uma esplêndida oportunidade se oferece ao Brasil no plano internacional. Ele pode vir a se tornar um líder natural das novas nações africanas.[930]

Em uma argumentação que possui ecos freyreanos, cita que o Brasil, muito mais do que os Estados Unidos ou a União Soviética, é o país mais propício para servir de farol às nações africanas, em virtude de questões históricas e psicológicas:

> Nem a Rússia nem os Estados Unidos possuem credenciais psicológicas, históricas e morais como o Brasil para exercer uma liderança daquelas jovens nações da África. Até mesmo laços sentimentais unem àqueles povos africanos ao Brasil. Um fato digno de nota, neste particular, é que alguns líderes africanos são descendentes de escravos brasileiros, que regressaram à África após a abolição da escravatura no Brasil.[931]

Finalizando o seu texto, destaca a visita do embaixador Negrão de Lima a Angola, enfatizando a recepção calorosa que teria recebido dos habitantes locais. Nesse comentário, o articulista deixa transparecer, por entrelinhas, que o destino daqueles territórios submetidos por metrópoles europeias seria, de fato, uma futura independência. Isso é um aspecto presente no lusotropicalismo de Freyre, que não fecha a porta para a possibilidade de independência dos territórios africanos, pois a comunidade lusotropical

---

[929] I.C. O Brasil e os problemas africanos. **A Marcha**, n. 404, 22 jun. 1961.
[930] *Ibid.*
[931] *Ibid.*

não é calcada em aspectos puramente políticos.[932] Por fim, o colunista indaga: "Por que iremos submeter o Brasil à liderança soviética se podemos fazer de nosso país um grande líder da humanidade do futuro?"[933]

Em paralelo, na coluna "Pessoas, coisas e animais", publicada na revista *O Cruzeiro* em 19 de agosto de 1961, no texto "Uma carta de Angola", Gilberto Freyre[934] comenta o recebimento de uma correspondência acompanhada de um artigo que havia sido parcialmente censurado. Um dos trechos censurados diz respeito à caracterização de Freyre como português: "'O brasileiro Gilberto Freyre é o português que mais admiro'. Português, um brasileiro? Heresia para o severo censor que a riscou com todo o vigor do seu lápis autoritariamente policial".[935] Freyre critica a censura no sentido de ele se perceber como membro de uma comunidade supranacional de lusodescendentes, baseada no lusotropicalismo.

Ao final do texto, Freyre chega a uma conclusão similar à do articulista integralista I. C., destacando que, para ele, os imperialismos soviético e norte-americano distanciam a possibilidade de o Brasil assumir um papel de destaque entre os países africanos, liderando uma federação de países de língua portuguesa, que seria:

> [...] a maior resistência aos dois imperialismos mais perigosos para a África Portuguesa nos nossos dias. Os quais, a meu ver, estão de olhos sofregamente voltados para Angola, para Moçambique, para a Guiné Portuguesa; e tudo fazendo para separar o Brasil dos portugueses da Europa e da África. São esses dois imperialismos: o dos comunistas apoiados talvez pela potente Rússia Soviética; e o de certos interesses privados dos Estados Unidos, por isto mesmo associados – associação paradoxal – aos comunistas daquela espécie na grita, em jornais e revistas, contra o "imperialismo português" em terras africanas.[936]

Na edição 405 de *A Marcha*, de 29 de junho de 1961, a manchete repercute uma entrevista de Salazar a jornalistas norte-americanos, sob o título "Salazar: Angola não é problema de lucros e perdas", em que o argumento da pluricontinentalidade da nação portuguesa é novamente evocado.[937] No comentário do jornal, é papel do Brasil apoiar

---

[932] PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, v. XI, n. 6, jun. 2009.
[933] I.C. O Brasil e os problemas africanos. **A Marcha**, n. 404, 22 jun. 1961.
[934] FREYRE, Gilberto. Uma carta de Angola. **O Cruzeiro**, 19 ago. 1961.
[935] *Ibid.*
[936] *Ibid.*
[937] SALAZAR: Angola não é problema de lucros e perdas. **O Cruzeiro**, n. 405, 29 jun. 1961.

Portugal de forma contundente, porque tal defesa constitui uma barreira contra o comunismo:

> O mundo ocidental e especialmente o Brasil, não podem de forma alguma ficar indiferentes à batalha que Portugal trava em Angola contra o comunismo internacional. O neutralismo no caso representa sob todos os aspectos, uma cumplicidade com os vermelhos, uma omissão culposa que denigre e avilta as nações livres, inermes frente ao ataque dirigido de Moscou, visando, pela convulsão da Paz através guerras civis, intervenção e domínio do comunismo.[938]

Julho de 1961 foi um mês especialmente turbulento para Portugal. Em meio às contestações de sua política colonial nas Nações Unidas, Gilberto Freyre, em suas colunas da revista *O Cruzeiro*, publicou uma série de textos nos quais evita comentar sobre a situação política portuguesa propriamente dita. Entretanto, utiliza seu espaço para destacar o aspecto Brasil-centrista[939] da sua teoria lusotropical. Nesses artigos, embora se perceba a defesa da manutenção do colonialismo português, que é colocada de forma sutil, o sociólogo se esforça para demonstrar as possibilidades e as peculiaridades de uma liderança brasileira numa conjuntura internacional bastante turbulenta.

Os textos em questão são: "O Brasil, líder da civilização tropical", de 1º de julho; "O Brasil, nação hispânica do trópico", de 8 de julho; "Uma responsabilidade brasileira", de 15 de julho; "O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico", de 22 de julho; e "Outra responsabilidade do Brasil", de 29 de julho. Considerados em conjunto, esses escritos podem ser interpretados como um ensaio de Freyre sobre a questão, em que o sociólogo parece perceber que a manutenção do colonialismo português – em que pese o seu apoio – seria insustentável, ao mesmo tempo em que procura uma forma de chamar a atenção para uma liderança brasileira.

É igualmente notável que o sociólogo evite os temas abertamente políticos, visto que suas vinculações ao Estado Novo eram conhecidas e, por isso, era frequentemente alvo fácil para críticas, como no caso analisado anteriormente em relação à querela envolvendo Freyre e Rachel de Queiroz em *O Cruzeiro*, já no ano de 1952. Para esta seção, é oportuno comparar os textos de Freyre com aquilo que *A Marcha* noticiava, não para proclamar que suas visões eram completamente convergentes, mas, sim, para poder apontar pontos de

---

[938] SALAZAR: Angola não é problema de lucros e perdas. **O Cruzeiro**, n. 405, 29 jun. 1961.

[939] SCHNEIDER, Alberto Luiz. A centralidade do Brasil no discurso luso-tropical de Gilberto Freyre na revista *O Cruzeiro* (1952-1961). **Varia Historia**, v. 41, p. 1-39, 2025.

contato que existiam entre as interpretações do sociólogo pernambucano e aquelas defendidas pelos liderados por Plínio Salgado.

Em "O Brasil, líder da civilização tropical", de 1º de julho de 1961, Freyre defende que, se o Brasil não assumir essa liderança entre as nações tropicais, tal posição será inevitavelmente ocupada por outros povos:

> Ao Brasil de hoje, abrem-se oportunidades de povo condutor dos povos tropicais, acompanhadas de responsabilidades que se não forem assumidas pelos brasileiros terão de ser assumidas – e assumidas exclusivamente - pelos indianos ou pelos árabes unificados, pela Venezuela ou pelo México [...].[940]

Freyre critica a política externa brasileira por falta de imposição nesse campo. Embora elogie os posicionamentos gerais da política exterior, vê falta de ímpeto para se firmar como uma liderança do mundo lusotropical, e hispanotropical, ao defender que o país deveria se inspirar nos tempos do Barão do Rio Branco, que, mesmo com certa dose de romantismo, foi capaz de assegurar posições firmes na política externa:

> As circunstâncias atuais, porém, parecem a alguns de nós exigir do Brasil que, na sua política exterior, junte à tradição apolínea que a prestigia e a enobrece, há mais de um século, um pouco daquele ânimo dionisíaco que não faltou, aliás, ao Barão do Rio Branco, nos grandes dias em que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros. Não será sem esse ânimo um tanto romântico que o Brasil assumirá no seu comportamento político o papel de líder de uma articulação de forças que comece a reunir as populações de formação lusitana, em particular, e as de formação hispânica [...].[941]

Freyre destaca que o Brasil, por sua formação portuguesa no conjunto latino-americano, reúne condições especiais de liderança, visto as rivalidades "interespanholas" entre as demais nações do continente:

> Ao Brasil não faltam condições para nação conciliadora de antagonismos entre repúblicas vizinhas – as de formação espanhola – prejudicada, por vezes, na sua amizade internacional, pelo excesso de diferenças de que falava Ganivet. [...] o que lhe assegura isenção a respeito de rivalidades interespanholas sem que essa isenção se extreme em indiferença.[942]

---

[940] FREYRE, Gilberto. O Brasil, líder da civilização tropical. **O Cruzeiro**, 1º jul. 1961.
[941] *Ibid.*
[942] *Ibid.*

No texto seguinte, "Brasil, nação hispânica do trópico", de 8 de julho de 1961, Freyre prossegue na sua argumentação.[943] O sociólogo defende, inicialmente, que os progressos tecnológicos europeus e norte-americanos, muitas vezes, acabam por subjugar a sabedoria tradicional dos povos hispanotropicais, em geral, e lusotropicais, em particular. Tal processo não acarreta, necessariamente, desenvolvimento, sendo fundamental valorizar as práticas próprias dessas sociedades, especialmente no que se refere à relação com a terra e com a vegetação. Freyre contrapõe a crítica que se baseia na afirmação de que o influxo de europeus não ibéricos e asiáticos descaracterizaria o aspecto lusotropical da sociedade brasileira. Ao contrário, destaca que, sem a contribuição desses povos, São Paulo não seria a potência econômica que, desde aquela época, representa no contexto brasileiro.

De acordo com Freyre, o aspecto *cristocêntrico*, sobretudo sociologicamente, constituiria o elemento capaz de acomodar povos de diferentes religiões numa bem-vinda tolerância, que permite o florescimento de civilizações baseadas no lusotropicalismo, mesmo em contextos nos quais o cristianismo não se apresenta como religião preponderante. Nessa perspectiva, o Brasil foi o laboratório de criação desse estilo de colonização, que começou a despontar em territórios tão díspares como Macau, na China, Goa, na Índia, e nas áreas de influência portuguesa na África:

> Essas formas flexíveis e básicas, criou-as no Brasil e para o brasileiro a simbiose luso-trópico que já começara a criar Goa, à parte de uma civilização indiana ainda desinteressada do que fosse nacional em seu sistema de vida, e Macau, à parte de outra civilização igualmente desinteressada de sentido nacional de existência; e dessas criações repita-se que foram antes sociologicamente cristocêntricas do que etnocêntricas nos seus inícios. O mesmo pode dizer-se de Cabo Verde, da Guiné, da Angola, de Moçambique que formam hoje a parte africana do complexo luso-tropical de civilização.[944]

Para Freyre, é dever do Brasil, com suas pretensões à potência média no cenário global, prestar atenção a esses aspectos e assumir a liderança desse bloco de territórios que conformam o "complexo lusotropical de civilização".[945]

Em "Uma responsabilidade brasileira", de 15 de julho de 1961, Freyre comenta a crítica do ministro do ultramar português, Adriano Moreira, à teoria do conflito defendida

---

[943] FREYRE, Gilberto. Brasil, nação hispânica do trópico. **O Cruzeiro**, 8 jul. 1961.
[944] *Ibid.*
[945] *Ibid.*

pelo inglês Arnold Toynbee, segundo a qual as posições defendidas entre povos nativos de regiões colonizadas e europeus são irreconciliáveis.[946] Em contraposição, Freyre sustenta que a ação portuguesa, baseada no lusotropicalismo, é um exemplo eloquente de como tais posições podem ser conciliadas.

Nesse sentido, o Brasil deve oferecer resistência não armada, mas de tipo moral e cultural aos imperialismos que ameaçam as regiões de colonização portuguesa no mundo. Tal postura configuraria uma "terceira solução", caracterizada pelo tipo particular de civilização tropical surgida da ação portuguesa. Para além do imperialismo soviético e norte-americano, Freyre cita o indiano, no caso de Goa, e o sul-africano, no caso de Moçambique.

O aspecto brasil-centrista do lusotropicalismo de Freyre pode ser ilustrado e reforçado na coluna intitulada "O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico", na qual o sociólogo destaca o papel do Brasil no âmbito mais amplo do mundo lusotropical:

> A um brasileiro apercebido dos seus deveres de solidariedade para com os povos que pertencem ao seu mesmo tipo de civilização específica, não podem deixar de interessar aquelas populações como a de Goa, a de Moçambique, a de Angola, a da Guiné, que olham para o Brasil, em geral, e para São Paulo, em particular, como para uma evidência irrecusável de que talvez esteja em nosso tipo de civilização a solução mais adequada aos problemas de encontro de europeus com não-europeus em regiões tropicais e quase tropicais. *Donde a necessidade de cada vez mais passarmos, os brasileiros, a pensar, a sentir e a agir como um povo em grande parte responsável pelo destino de outros povos, separados de nós por grandes distâncias físicas porém próximos de nós pelas formas de cultura; e cujo futuro, como cultura em desenvolvimento, talvez seja inseparável do futuro brasileiro*.[947]

A depreender do seu escrito, em que cita as então colônias portuguesas de Goa, Moçambique, Angola e Guiné, sem citar uma vez sequer o nome de Portugal, e atribuindo ao Brasil um papel de liderança nesse contexto, o argumento lusotropical de Freyre direciona-se não para a questão conjuntural da soberania portuguesa naqueles territórios, mas para uma influência posterior que caberia ao Brasil exercer. Nesse sentido, Freyre observa que a posição do Brasil extrapola as questões políticas mais imediatas, ao afirmar-se – e há uma explícita dose de iberismo em seu argumento – como líder de uma civilização entre o mundo anglo-saxônico e o mundo eslavo, defendendo uma federação hispano-

---

[946] FREYRE, Gilberto. Uma responsabilidade brasileira. **O Cruzeiro**, 15 jul. 1961.
[947] *Id.* O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico. **O Cruzeiro**, 22 jul. 1961. [Grifo nosso.]

tropical de nações. Na conclusão de sua coluna, ele é ainda mais explícito em relação ao papel da liderança brasileira nesse contexto:

> Dessas experiências, a experiência brasileira talvez seja a mais arrojada: a vanguarda. Mas não a única. Melhor é para o homem moderno receber os benefícios do conjunto de tais experiências que, mais do que uma mediação entre a Europa, a América e a África, podem representar uma mediação mais vasta e mais plástica: entre a Europa e o Trópico. E o grande mediador entre a Europa e o Trópico tem sido, não um vago latino, mas o hispano. Principalmente o português, a ser continuado num futuro já presente, pelo brasileiro.[948]

Nessa conclusão, observa-se também a reticência em aceitar a designação de povos latinos em detrimento de uma visão hispanista. Essa orientação já marcava sua obra desde momentos anteriores, como em *Casa-grande & senzala*, de 1933, na qual se coloca ao lado daqueles que defendem um caráter "latino" mais abstrato para os povos ibero-americanos.

Com "Outra responsabilidade do Brasil", de 29 de julho de 1961, Freyre[949] encerra sua sequência de cinco artigos em que defende esse novo papel do Brasil no cenário internacional, dessa vez frisando o cristianismo, especialmente o catolicismo, como fator indispensável a essa afirmação internacional. Freyre começa o texto mencionando o comentário de um religioso beneditino norte-americano, com quem havia se encontrado, de que havia presenciado preconceitos raciais no Brasil. O sociólogo não os nega, mas responde que, mesmo que se encontrem "preconceitos maurrasianos" contra o sistema político suíço, ninguém poderia negar que o montanhoso país europeu era um exemplo de democracia política.

Para Freyre, as revoluções de ordem econômica e social são sub-revoluções quando comparadas à principal transformação de seu tempo: o combate aos preconceitos raciais, no qual o caso brasileiro seria vanguardista. Assim, defende que os cristãos devem desempenhar um papel ativo para assegurar a vitória de tal revolução, imprescindível para o século XX:

> É tempo de se aperceberem os cristãos e, sobretudo os cristãos do mundo luso-tropical, que a maior revolução da nossa época é a que se opera no sentido das fronteiras entre as raças se reduzirem a uma quase insignificância [...] Ao lado dessa revolução imensa – de que o Brasil é hoje o centro – a social ou econômica, pretendida pelos comunistas por

[948] FREYRE, Gilberto. O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico. **O Cruzeiro**, 22 jul. 1961.
[949] *Id.* Outra responsabilidade do Brasil. **O Cruzeiro**, 29 jul. 1961.

> meios principalmente políticos, é apenas uma sub-revolução, embora uma sub-revolução, em certas áreas, essencial à outra: à grande, à imensa, à decisiva para a democratização do Mundo nas suas bases, que é a étnica. A que vem sendo realizada pelo Brasil.[950]

Embora nos textos de Freyre o elemento anticomunista esteja presente, ele não é tão virulento como no caso dos textos noticiados em *A Marcha*. Além disso, percebe-se que o sociólogo pernambucano opta por não confrontar diretamente os acontecimentos imediatos envolvendo as disputas portuguesas no cenário internacional, preferindo fazer referências sutis que demonstrem que não é um defensor intransigente de Portugal, acusação que lhe era comum, mas alguém preocupado com o futuro do Brasil. Nesse sentido, observa-se como a sua defesa do lusotropicalismo estava para além dos acontecimentos estritamente conjunturais, enquanto *A Marcha*, órgão partidário, defendia abertamente, semana a semana, os interesses de Portugal.

As posições de liderança do Brasil são partilhadas por ambos, embora, no jornal *A Marcha*, a preocupação com a formação de um bloco novo num mundo bipolar tenha tido menos peso, por mais que tenha sido aventada em algumas ocasiões. Além disso, em seus textos, Freyre utiliza de uma visão mais panorâmica do mundo tropical, evitando tocar na questão que estava na ordem do dia, ou seja, as colônias portuguesas, e defendendo a liderança do Brasil no mundo latino-americano e no mundo lusotropical. Tal posicionamento não ocorria em *A Marcha*, pois o jornal estava mais preocupado em defender Portugal e, por tabela, o Brasil de uma iminente ameaça comunista.

Na edição 406 de *A Marcha*, de 6 de julho de 1961, a manchete "Portugal inabalável na defesa do Ultramar" apresenta excertos de um discurso de Salazar proferido perante a Assembleia Nacional portuguesa.[951] Nesse pronunciamento, se anteveem as preocupações do líder português em relação a Goa, que vinha sofrendo pressões por parte da Índia e viria a ser anexada em dezembro desse mesmo ano. No comentário que faz a respeito da situação, o jornal destaca a defesa da manutenção da soberania portuguesa baseada no lusotropicalismo e denuncia, com preconceitos latentes, a sociedade indiana, em função do sistema de castas:

> [em Goa] Aí se operou uma fusão de raças e cultural e sobretudo se criou um gênero de vida tal que, por toda a parte, o goês, como comprovam as notações estatísticas internacionais, se distingue e não pode ser considerado como indiano.

---

[950] FREYRE, Gilberto. Outra responsabilidade do Brasil. **O Cruzeiro**, 29 jul. 1961.
[951] PORTUGAL inabalável na defesa do Ultramar. **A Marcha**, n. 406, 6 jul. 1961.

> DIVISÃO DAS CASTAS
> Este (o indiano) continuará a arrastar consigo a divisão e irredutibilidade das castas, a confusão das línguas, o lastro de sua cultura oriental, enquanto o goês, recebeu do ocidente uma luz nova que em harmoniosa síntese com os valores de origem, iluminou toda a vida individual e coletiva e caldeou, através de cinco séculos, a sua ancestralidade de sangue, com novo sangue, costumes e tradições [...].[952]

Nesse excerto, percebe-se que, devido à miscigenação, o nativo de Goa se distinguiria do restante dos indianos, em uma nova forma de vida *positivamente* influenciada pelos valores ocidentais.

Na contracapa dessa mesma edição, há o destaque "Vibração popular na chegada de Plínio Salgado a Manaus".[953] Salgado esteve presente no V Festival Folclórico e concedeu uma entrevista coletiva em que a questão colonial portuguesa não passou despercebida. Antes da declaração do deputado Salgado, o periódico salienta que os vínculos que o ligavam a Portugal eram estreitos e profundos, em função do seu exílio e das afinidades eletivas que o líder integralista nutre pelo país. Defendeu veementemente a soberania portuguesa e denunciou aquilo que viu como mentiras da imprensa que relatava os abusos por parte dos portugueses, frisando que teriam sido maquinados por elementos comunistas. Ressalta, assim, a convivência pacífica entre as etnias no território africano:

> De Angola todas as informações vindas para o Brasil não correspondem à realidade. Angola é uma província ultramarina onde pretos e brancos se confraternizam com iguais direitos. O que se está dando ali é a invasão da fronteira norte de Angola por comunistas do Congo, partidários de Lumumba. Esta invasão é estimulada pela Rússia Soviética que quer conquistar a costa ocidental da África a fim de facilitar uma invasão militar contra o Brasil.[954]

Nesse excerto, percebe-se algo que já havia sido aventado por Salgado, a saber, a hipótese de uma possível invasão soviética no Brasil, como demonstrado anteriormente, na edição de 27 de abril do jornal. Essa invasão, como sabemos, nunca ocorreu, mas é característica do conteúdo do periódico *A Marcha*, pautado por um anticomunismo figadal, em que teorias conspiratórias estavam presentes com frequência.

Na edição de *A Marcha*, de 22 de julho de 1961, há uma manchete inusitada em relação a Portugal, mas relevante para compreender os esforços do governo português em

---

[952] PORTUGAL inabalável na defesa do Ultramar. **A Marcha**, n. 406, 6 jul. 1961.
[953] VIBRAÇÃO popular na chegada de Plínio Salgado a Manaus. **A Marcha**, n. 406, 6 jul. 1961.
[954] *Ibid.*

angariar apoio da opinião pública brasileira. Sob o título "De Luanda para o Rio a 'Rainha da Simpatia'", o periódico noticia a *tournée* da professora primária Maria de Fátima Marcelino, de 20 anos, no Brasil, com duração de cinco semanas.[955] A visita da Rainha da Simpatia de Angola foi noticiada como um bom funcionamento da sociedade angolana, em que brancos e negros viveriam em paz. O jornal entrevista Odyr Odilon, brasileiro residente em Portugal e responsável pelo concurso, que explicita a intenção da visita:

> A ideia do artista, segundo esclareceu, foi prestar homenagem à boa gente lusitana, promovendo um concurso que permitisse mostrar ao Brasil uma autêntica beleza da província ultramarina que é Angola. Setenta jovens de todos os tipos, de cor, brancas e mestiças, num congraçamento de raças que bem demonstra a ausência de quaisquer preconceitos, tomaram parte no concurso.[956]

A documentação preservada no Arquivo Histórico-Diplomático[957] português indica que essa viagem não foi um simples capricho no decurso das relações luso-brasileiras, tendo alcançado grande repercussão na imprensa brasileira. Um ofício do serviço de imprensa da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, datado de 24 de julho de 1961, atesta a notoriedade do acontecido e, embora lamente a "falta de organização nesta iniciativa", declara que Marcelino esteve na Embaixada para apresentar cumprimentos ao embaixador Manuel Rocheta. Anexos ao ofício estão artigos dos jornais *A Notícia*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *A Noite*, *O Jornal*, *Última Hora* e *O Globo*, todos com cobertura elogiosa da visita.

Já em 27 de julho de 1961, *A Marcha* traz como manchete "África do Sul está solidária com os problemas de Portugal", repercutindo a visita do ministro da Defesa da África do Sul, Jacobus Johannes Fouché, a Lisboa, onde se encontrou com o presidente Américo Tomáz e garantiu o apoio sul-africano às posições portuguesas:

> Somos vizinhos em África e são boas as nossas relações. Os nossos problemas são os mesmos e temos também as mesmas perspectivas, como temos, igualmente, grandes possibilidades. Creio que nossos dois países irão longe num futuro muito próximo.[958]

---

[955] DE LUANDA para o Rio a "Rainha da Simpatia". **A Marcha**, n. 408, 22 jul. 1961.
[956] *Ibid.*
[957] ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO. MNE-MD/LEM-BRA-ERIO/S011/DC00032.
[958] ÁFRICA do Sul está solidária com os problemas de Portugal. **A Marcha**, 27 jul. 1961.

Em outra declaração, o dignitário afirmou: "E ao sair daqui quero reforçar essa ideia e a certeza de que não há maiores amigos no mundo do que portugueses e sul-africanos. Faço votos por que o vosso país continue a prosperar".[959] A aproximação entre Portugal e a África do Sul, entretanto, era uma questão incômoda, dado que o regime do *apartheid* contrastava fortemente com o multirracialismo influenciado por Gilberto Freyre e então defendido pelo Estado português. Ainda assim, em meio às vicissitudes das pressões internacionais que Portugal vinha sofrendo, era um apoio imprescindível. Como observa Duarte Silva[960]:

> As relações entre Portugal e a África do Sul são, a todos os níveis, da "mais íntima colaboração". Na ONU, a África do Sul considera a discussão da questão dos territórios ultramarinos portugueses, tal como a do apartheid, ilegal por invadir a esfera do domínio reservado dos Estados, e, quando vota, vota sempre com Portugal.

Na edição 411 de *A Marcha*, de 11 de agosto de 1961, uma das manchetes atribui aos líderes das lutas anticoloniais, Holden Roberto, da União das Populações de Angola, e Amílcar Cabral, do Partido Africano para a Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde, o recebimento de financiamento soviético.

Ao longo de 1961 e 1962, o periódico *A Marcha* priorizou as questões portuguesas, frequentemente dando destaque em suas capas e contracapas, além de incorporar conteúdos culturais relacionados ao país. Nas últimas páginas, observa-se a articulação de dois eixos centrais na defesa dos interesses portugueses: um anticomunismo feroz e uma defesa espiritual da missão civilizadora portuguesa, na qual o lusotropicalismo aparece com frequência, ainda que não nomeado.

Com a elevação das tensões internacionais envolvendo Portugal, o jornal passou a contar, a partir do dia 9 de fevereiro de 1962, com uma coluna intitulada "Filigranas Portuguesas", assinada pelo jornalista Annibal Contreiras[961], saudado como "veterano jornalista e escritor de renome internacional". A seção tinha como objetivo estreitar os laços com os portugueses, constituindo uma espécie de mistura de coluna social com almanaque, destacando eventos importantes ocorridos no país e apresentando curiosidades com um tom rebuscado, porém informal:

---

[959] ÁFRICA do Sul está solidária com os problemas de Portugal. **A Marcha**, 27 jul. 1961.
[960] SILVA, A. E. Duarte. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Análise Social**, v. 30, n. 130, p. 5-50, 1995. p. 27. Doi: https://doi.org/10.31447/AS00032573.1995130.01.
[961] CONTREIRAS, Annibal. Filigranas portuguesas. **A Marcha**, 9 fev. 1962.

> O novo colaborador do jornal de Plínio Salgado, aqui manterá uma seção de informações e notícias sobre a vida social e política de Portugal, nação irmã que, através do heroísmo de sua estirpe e a capacidade de sua ciência, espalha pelo mundo a celebração do batismo de São João e o símbolo cruciforme de Jesus Cristo, erguendo padrões de civilização.

No entanto, há que se desconfiar do certo espírito cândido do articulista, principalmente considerando o forte viés ideológico de *A Marcha*. Contreiras[962] publicou um longo artigo em duas partes, publicadas, respectivamente, em 3 de maio de 1962 (edição 443) e 10 de maio de 1962 (edição 444), intitulado "Portugal é uma ditadura?" Nele, o colunista elabora um amplo painel destacando os aspectos históricos e jurídicos do Estado Novo português, visando concluir que o regime não se tratava de uma ditadura:

> O Doutor Salazar nunca pretendeu exercer uma "ditadura" que não fosse a da razão e, se há mais de trinta anos o povo português a acata, tendo embora meios constitucionais de lhe escapar, honra a Salazar e aos Portugueses! Honra a Salazar por ter podido sempre explicar os seus atos, por terem sempre compreendido a legitimidade das suas decisões! Este é o único mistério da vida portuguesa.[963]

Os temas portugueses mantiveram-se presentes no periódico até o final de 1962, quando, em função de dificuldades financeiras, *A Marcha* deixou de circular. O jornal voltaria a circular em 1964, com edições apenas a cada dois meses. Sua última edição data de setembro de 1965. Nesse último período de existência do periódico, os temas foram mais voltados a situações internas e políticas de âmbito doméstico, não havendo mais tanto espaço para os temas relacionados a Portugal.

5.3.3 O colonialismo segundo Salgado: um Plínio lusotropical?

Na edição 387, de 10 de fevereiro de 1961, *A Marcha* traz como manchete em destaque e grafada em vermelho e caixa-alta: "Plínio Salgado traça rumos à nossa política exterior".[964] Trata-se de um discurso proferido por Plínio Salgado na Câmara dos Deputados, no qual o líder integralista expõe de forma mais sistemática suas concepções acerca do colonialismo.

---

[962] CONTREIRAS, Annibal. Portugal é uma ditadura? **A Marcha**, n. 443, 3 maio 1962; *Id.* Portugal é uma ditadura? **A Marcha**, n. 444, 10 maio 1962.
[963] *Ibid.*; *Ibid.*
[964] PLÍNIO Salgado traça rumos à nossa política exterior. **A Marcha**, n. 387, 10 fev. 1961.

O discurso, reproduzido na íntegra pelo periódico, tem como mote a questão do navio Santa Maria. O transatlântico de bandeira portuguesa com destino à costa da África foi sequestrado na costa da Venezuela na madrugada de 22 de janeiro de 1961 por um grupo de opositores às ditaduras ibéricas. O sequestro foi liderado pelo ex-capitão do Exército português Henrique Galvão. Após dias de tensão e ampla repercussão internacional, o navio acabou por aportar no Recife no dia 2 de fevereiro de 1961, após negociação de asilo político por parte do Brasil. O episódio foi um grande baque para o governo português, em função da repercussão internacional e da demonstração da oposição ao salazarismo.[965] Além disso, o contexto do discurso envolve também a reação às resoluções 1.541 e 1.542 da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a definição dos "territórios não autônomos", entre os quais constavam todas as "Províncias Ultramarinas" portuguesas.[966]

Nesse discurso, Salgado saúda a decisão de Jânio Quadros a respeito do incidente, assim como pontua em termos muito positivos a política internacional de Juscelino Kubitschek. Como demonstrou Williams Gonçalves[967], enquanto Kubitschek foi presidente, o Brasil foi um aliado especialmente próximo de Portugal e um defensor de suas posições nos fóruns de discussão internacional. Além disso, os perrepistas apoiaram o governo de Juscelino, por isso, mesmo depois de seu mandato, seu nome costumava aparecer em *A Marcha* de forma positiva, na maior parte das vezes.

O discurso de Salgado é notável porque o líder integralista elabora sua concepção de "colonialismo", palavra que, segundo ele, encontrava-se muito em voga à época e cujo significado era demasiado brando. Nesse sentido, Salgado começa dissecando o conceito e elaborando três formas distintas de colonialismo: o *colonialismo evolutivo*, o *colonialismo involutivo* e o *colonialismo econômico*. O *evolutivo* era o que havia sido conduzido no Brasil pelos portugueses. Suas características fundamentais seriam a miscigenação com os povos locais "sem cultura" e que resultaria em uma nova sociedade com uma cultura distinta:

---

[965] BELO, José António Dias Mota. **Santa Maria:** o paquete rebelde. 2009. Dissertação (Mestrado História, Defesa e Relações Internacionais) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2009.

[966] SANTOS, Aurora Almada e. A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de dezembro de 1960. **Relações Internacionais**, v. 30, p. 61-69, 2011.

[967] GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

> Entendo como "colonialismo evolutivo" aquele que encontra um País em estado selvagem, opera no duplo sentido de trazer para aí correntes imigratórias civilizadas e de atrair o aborígene através da catequese e da instrução, para um novo tipo de vida tendente a novo tipo de cultura, ao qual confluem elementos recíprocos de caracterização.[968]

Seu conceito é muito próximo do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, ainda mais porque o caso específico do qual trata no discurso é o brasileiro. Em seguida, Salgado oferece um comentário breve sobre a história brasileira, no qual distingue três momentos de amadurecimento cultural. O primeiro momento é aquele em que o Brasil era um "país": da chegada dos portugueses até a guerra contra os holandeses. A partir daí, o Brasil seria elevado à categoria de "pátria", momento que se encerraria após a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750. A partir dessa data o Brasil constituiria uma "nação". A independência do Brasil teria ocorrido ante a possibilidade de retorno à condição de colônia.

Salgado afirma que as aspirações independentistas dos povos africanos não poderiam ser vistas senão com simpatia por um brasileiro, mas que não entraria em discussão sobre os casos de Angola e Moçambique, uma vez que essas "aspirações" pareciam ser forjadas por opositores de Salazar. Contestado pelo deputado Celso Brant, que apontou a ambiguidade de sua explanação, Salgado afirma que as "províncias portuguesas" ainda não adquiriram maturidade suficiente para obter a independência:

> Quando se chegar a esse ponto quando se verificar que a maturidade política adquiriu aquela consciência de diferenciação dos demais grupos humanos e que, portanto, Angola já tem capacidade para ser nação, com o maior entusiasmo aplaudiríamos a sua independência. Mas não podemos nós que temos responsabilidades, imiscuir-nos em lutas que, principalmente, eclodem da parte de elementos que estão aqui no Brasil e na metrópole portuguesa e não nas Províncias Ultramarinas de Portugal.[969]

Como aponta Pinto[970], o lusotropicalismo de Gilberto Freyre também admitia a possibilidade de independência das Províncias Ultramarinas, porém lançava mão de um argumento muito similar ao utilizado por Plínio Salgado para defender a manutenção da soberania portuguesa na África e na Ásia.

---

[968] PLÍNIO Salgado traça rumos à nossa política exterior. **A Marcha**, n. 387, 10 fev. 1961.
[969] *Ibid.*
[970] PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis:** Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Recife: Edupe; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

Em seguida, Salgado esclarece que o *colonialismo involutivo*, ao contrário do colonialismo evolutivo, encontra uma "terra inculta" e um "povo primitivo" e transforma essa terra e esse povo, num sentido "civilizatório". O *involutivo* ocorre quando uma nação coloniza outra que esteja na "plenitude da sua civilização", seja por meio das armas ou pelo fomento de insurgentes internos. A União Soviética seria o caso mais notável desse tipo de colonialismo, por suas intervenções nos países do Leste Europeu.

Por fim, Salgado elabora a sua concepção de *colonialismo econômico*, citando Lênin como o precursor do seu estudo. Esse colonialismo seria aquele que fora exercido pelo Império Britânico ao longo do século XIX e pelos Estados Unidos no século XX. Segundo o líder integralista, a colonização do Brasil não constituiu colonialismo econômico porque, até o século XVIII, a colonização foi onerosa para Portugal. Além disso, até mesmo quando passou a dar lucros, com a exploração de ouro e diamantes na região de Minas Gerais, o lucro não ficou com a Metrópole, apontando que a Inglaterra teria sido sua destinação final. Ademais, teria sido nesse período que a "Pátria" brasileira adquiriu consciência de "Nação".

O maior exemplo contemporâneo desse tipo de colonialismo seria o soviético, que, além de involutivo, também mantinha os países do Pacto de Varsóvia sob forte pressão econômica. Embora reconheça que os Estados Unidos exerçam colonialismo econômico sobre muitas nações subdesenvolvidas, Salgado defende a atuação estadunidense como algo a ser tolerado para se evitar o mal maior, que, segundo ele, seria o comunismo. De forma semelhante, defende os regimes ibéricos como barreira contra o comunismo. Nota-se que a defesa da formação católica e ibérica das Américas é um aspecto que o acompanha desde a juventude, influenciado não apenas pelo integralismo lusitano com também por autores como José Vasconcelos[971]:

> Nunca se muda de casa quando se tem doente grave. Espera-se que o doente se restabeleça para fazer a mudança. Seria quebrar a única muralha que temos na Europa para a defesa das liberdades nas Américas. Não entro na análise dos regimes que ali vigoram, mas aceitando, para argumentar, que eles não correspondem aos anseios do liberalismo, constituindo, nesse caso, um mal, repetirei a frase do Papa Leão XIII, na Encíclica "Libertas", a qual ensina: "É preciso, muitas vezes, tolerar algum mal, ou para que dele advenha algum bem, ou para evitar um mal maior".

[971] PLÍNIO Salgado traça rumos à nossa política exterior. **A Marcha**, n. 387, 10 fev. 1961.

Adiante em seu discurso, o deputado Mário Martins fez um aparte no qual esclarece que esteve como observador da Câmara dos Deputados nas Nações Unidas. Segundo ele, presenciou uma votação na Comissão de Territórios Não Autônomos em que todos os países se posicionaram favoravelmente ao envio de informações internas das colônias às Nações Unidas. Apenas Portugal e Espanha votaram contrariamente; esta última, contudo, mudou seu voto, sendo Portugal o único contrário. De acordo com o deputado, os demais países-membros das Nações Unidas não encaravam as *Províncias Ultramarinas* portuguesas como tais, e sim como colônias.

A leitura sistemática do jornal *A Marcha* permite observar como o PRP buscou, ao longo das décadas de 1950 e 1960, construir um discurso simultaneamente voltado à reafirmação do integralismo e à defesa do regime salazarista, especialmente no contexto de intensificação das pressões internacionais contra o colonialismo português. No centro dessa elaboração, encontra-se Plínio Salgado, cuja posição extrapola a condição de liderança partidária para assumir também uma função simbólica e doutrinária, em suma, de *chefe* do partido, assim como nos tempos da AIB. Sua atuação pública nesse período, tanto na imprensa integralista quanto na tribuna parlamentar, oferece um terreno particularmente fértil para examinar permanências e deslocamentos em seu pensamento, sobretudo no que concerne às relações entre colonialismo, identidade nacional, tradição e questão racial.

A hipótese de um "Plínio lusotropical" emerge precisamente da constatação de que, em determinados momentos, as ideias empregadas por Salgado parecem tangenciar formulações associadas ao lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Entre esses pontos de contato, destacam-se a valorização da miscigenação como elemento historicamente distintivo da experiência luso-brasileira, a defesa de uma alegada plasticidade cultural do colonizador português e a centralidade atribuída ao cristianismo como princípio ordenador da vida social e da expansão civilizatória. Também se fazem presentes argumentos que enfatizam a especificidade do império português em face a outras experiências coloniais europeias, frequentemente descritas como marcadas pelo exclusivismo racial ou pelo predomínio de interesses estritamente econômicos – contraste que ecoa, ainda que de forma indireta, certos pressupostos do discurso freyreano.

Apesar dessas aproximações, a incorporação de tais elementos não se apresenta de modo sistemático nem se ancora em referências explícitas à obra de Gilberto Freyre. Quando mobiliza categorias como raça, civilização ou missão histórica, Salgado o faz a partir de uma base intelectual própria, cujas raízes antecedem a formulação do conceito de

lusotropicalismo – embora se perceba, ainda que de forma inconfessada, influência do pensamento de Freyre em alguns aspectos mais específicos da sua reflexão.

Nesse sentido, mais do que uma adesão doutrinária, observa-se um movimento de convergência parcial e historicamente situado, no qual determinadas ideias que circulavam no espaço luso-brasileiro são rearticuladas segundo as necessidades ideológicas do integralismo. Trata-se, portanto, menos de uma inflexão conceitual e mais de um esforço de atualização de discurso perante a nova conjuntura do pós-guerra e as condições por ela impostas, como o avanço do anticolonialismo.

A defesa do colonialismo português, por sua vez, organiza-se, prioritariamente, em torno de uma retórica anticomunista e espiritualista. É nesse enquadramento que Salgado propõe uma classificação própria das experiências coloniais, distinguindo entre formas econômicas, involutivas e evolutivas de colonização. Tal tipologia constitui talvez o ponto de maior elaboração teórica de sua reflexão sobre o tema, ao deslocar o debate do plano estritamente político ou diplomático para uma chave civilizatória e moral. Ainda que se possam encontrar ecos do vocabulário lusotropical, sobretudo na ideia de um colonialismo dotado de função integradora, as ênfases e os pressupostos permanecem distintos, uma vez que a interpretação de Salgado se baseia menos num esforço de análise sociológica das relações raciais e mais na afirmação de uma missão espiritual de matriz cristã, em especial católica.

Dessa forma, o que se observa não é propriamente uma transição linear de um "Plínio Salazar" para um "Plínio lusotropical", mas a coexistência de formas de pensar que respondem a questões distintas. Se por um lado mantém-se a fidelidade ao modelo salazarista enquanto paradigma de ordem, autoridade e hierarquia; de outro, impõe-se a necessidade de responder às críticas internacionais e de reformular o discurso em um contexto político conturbado e distinto. Ao mobilizar seletivamente ideias que dialogam com o universo lusotropical, sem jamais se vincular diretamente a Freyre ou à sua obra, Salgado constrói uma interpretação própria da presença portuguesa no mundo, bem como da posição do Brasil perante o processo de descolonização.

Nesse quadro, a aproximação entre integralismo e lusotropicalismo revela-se menos como uma filiação intelectual direta e mais como efeito de um ambiente compartilhado de circulação de ideias, vinculações políticas intelectuais e projetos de futuro. A análise aqui desenvolvida sugere, portanto, que o eventual "lusotropicalismo" de Plínio Salgado deve ser compreendido não como adesão teórica, mas como resultado

de um contexto mais amplo de circulação de ideias e de aproximações conceituais, moldadas pelas circunstâncias históricas e pelas disputas ideológicas do período.

6 CONCLUSÃO

Ao comparar a trajetória, o pensamento e a circulação Brasil-Portugal de Plínio Salgado e Gilberto Freyre, esta tese procurou contribuir para uma lacuna existente na historiografia, em que trabalhos comparativos entre os dois intelectuais são inexistentes. A comparação se deu a partir de uma hipótese de influências freyreanas sobre o integralismo do pós-guerra, visto a defesa do colonialismo português por parte dos integralistas e a apropriação do lusotropicalismo de Gilberto Freyre como argumento diplomático por parte do Estado Novo perante as pressões internacionais que sofreu.

No entanto, ao analisar com mais detalhamento a trajetória dos dois intelectuais, verificou-se que havia elementos suficientes para proceder com a comparação, uma vez que ambos possuíam uma influência portuguesa muito significativa em seus trabalhos e visões de mundo. A figura de António Sardinha, líder do integralismo lusitano e defensor de ideais iberistas foi outro ponto de contato que se buscou demonstrar entre Plínio Salgado e Gilberto Freyre, pois os dois intelectuais, em maior ou menor medida, foram influenciados pelo português.

A crítica à modernidade empreendida por esses autores foi outro ponto de contato que permitiu a comparação entre as duas figuras, embora se tenha havido a cautela em mostrar que seus projetos e ideias possuíam também uma vasta diferença. Isso não impediu, entretanto, de percebê-los no seio de uma cultura política conservadora de sensibilidades tradicionalistas: eram críticos à modernidade, ao liberalismo e ao individualismo, ao mesmo tempo em que buscavam, por vias distintas, um horizonte de harmonia social para o Brasil.

A valorização da miscigenação como contributo positivo na formação nacional brasileira constitui outro ponto em que Salgado e Freyre convergem. Apesar das diferenças de enfoque e de objetivos, ambos atribuem centralidade a esse processo. Em Freyre, destaca-se a ênfase na contribuição africana como componente estruturante da formação nacional; já em Salgado, observa-se maior valorização da herança indígena, especialmente de matriz tupi. O colonizador português aí aparece com destaque, por ter tido a capacidade de promover uma sociedade harmoniosa, seja por meio da idealização romântica por parte de Salgado, em que é valorizado o matrimônio cristão entre o colonizador e os indígenas; seja pela adaptabilidade defendida por Freyre, que não exclui de sua análise um alto grau de violência para a formação dessa sociedade harmoniosa.

Nesse sentido, Portugal e a experiência portuguesa aparecem como instâncias de legitimação dos projetos de Salgado e Freyre, seja como reconfiguração doutrinária com vistas à sobrevivência política baseada no autoritarismo de Salazar, no caso de Salgado; seja como legitimação de um ideário lusotropical que tinha por objetivos alavancar o Brasil como potência média líder de um bloco de nações tropicais em um mundo dividido pela Guerra Fria.

Assim, na segunda seção da pesquisa, buscou-se evidenciar, além das trajetórias desses autores, a influência da tradição ibérica em suas obras, por meio da figura de António Sardinha. A valorização dessa tradição – não exclusivamente tributária do pensamento do intelectual português – foi fundamental para que tanto Salgado quanto Freyre pudessem desenvolver seus trabalhos de fundo histórico em que analisam a formação da sociedade brasileira: Freyre, alicerçado no seu vasto conhecimento acadêmico e dedicação à pesquisa; e Salgado, autodidata, que analisou a história nacional de forma romântica, porém influente no meio conservador brasileiro.

Na terceira seção, observou-se a gênese dessa ideia de miscigenação que se tornou fundamental para esses intelectuais, seja ao quebrar um paradigma estabelecido de inferioridade, no caso de Freyre; ou na consolidação de um projeto político fascista, mas integrador, no caso de Salgado. A concepção da miscigenação é resultado de um envolvimento prévio intelectual, seja na academia norte-americana, em que distinção entre raça e cultura, por intermédio de Franz Boas, passou a ganhar terreno; seja no Modernismo paulista conservador, com sua valorização do elemento indígena na formação da sociedade brasileira. Ademais, o envolvimento de Freyre no regionalismo do Nordeste também é ilustrativo de como as posições intelectuais acabam em disputa, visto ser o movimento regionalista uma tomada de posição valorativa das tradições do passado num contexto moderno, que contrapunha o Modernismo paulista e sua ascensão intelectual na década de 1920.

Com a publicação de *Casa-grande & senzala*, em 1933, e o lançamento da AIB, em 1932, percebe-se a maturidade desses autores em relação aos seus projetos: majoritariamente intelectuais, mas com implicações políticas, no caso de Freyre; e sobretudo políticos, mas com uma base intelectual, no caso de Salgado. É na década de 1930 que a ideia de contributo positivo da miscigenação passou a ser aceita por boa parte da intelectualidade brasileira, e, como afirma Freyre, foram os portugueses o povo que reuniu as condições especiais para que esse fenômeno ocorresse no país. De certa forma,

a tão criticada colonização portuguesa foi "absolvida" pelo trabalho de Freyre, cuja relação com Portugal se mostrava intensa.

Na quarta seção, analisaram-se os "momentos portugueses" dos intelectuais, nos quais Portugal e a ação portuguesa passaram a ser instâncias de legitimação de seus projetos intelectuais e políticos, políticos e intelectuais. Em Plínio Salgado, as desventuras políticas e a ambição desmedida lhe indicaram o caminho do exílio em Portugal. Nesse período, observa-se que Salgado, que já possuía uma visão positiva da colonização, se tornou um defensor ferrenho do país e de seu regime autoritário, liderado por Oliveira Salazar. O político Salgado, em Portugal, sofreu uma curiosa metamorfose, passando a se apresentar, sobretudo, como um escritor católico. A reconfiguração doutrinária de Salgado foi fundamental para a inserção do integralismo no pós-guerra e pautou os temas a serem defendidos pelo PRP.

Para Freyre, o "momento português" veio depois, na famosa viagem que empreendeu pelas colônias portuguesas a convite do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, entre 1951 e 1952. O intelectual estava há pelo menos uma década refletindo sobre a aplicação dos pressupostos utilizados em *Casa-grande & senzala* para o restante das áreas colonizadas por Portugal. Nesse contexto, a viagem configurou-se menos como um momento de descoberta e mais como um processo de confirmação orientada, no qual o controle exercido pelo Estado português condicionou a experiência do intelectual brasileiro, permitindo-lhe ver, em grande medida, aquilo que já estava predisposto a encontrar. Ainda assim, é oportuno afirmar que Freyre lê a África e a Ásia a partir do Brasil. A conceitualização do lusotropicalismo, após sua viagem, constitui um aspecto fundamental da atuação do intelectual, que publicou, posteriormente, várias obras sobre o tema na ocasião.

Na quinta seção, procedeu-se à investigação de um momento-chave para o Estado Novo português: as pressões internacionais relativas à descolonização nos fóruns internacionais e a eclosão das guerras coloniais, que acabariam por desgastar o regime ao ponto de sua extinção em 1974, com a Revolução dos Cravos. Nesse sentido, buscou-se analisar como essas pressões internacionais afetaram o regime diplomaticamente e a posição de Freyre e do integralismo perante tais pressões.

Com a hipótese de que o integralismo, ferrenho defensor do Estado Novo, teria incorporado elementos lusotropicais na sua defesa de Portugal, foi analisada a trajetória do PRP, encarnação do integralismo no pós-guerra, para compreender como o movimento integralista, com a reputação execrada após o retorno à democracia no Brasil, pôde

sobreviver no novo sistema político, alicerçado nas mudanças doutrinárias operadas por Plínio Salgado durante seu exílio em Portugal. Com um anticomunismo reforçado, uma carga espiritualista acentuada, a valorização do modelo salazarista como referência e a adoção de um sistema de alianças pragmático – um aspecto que foi, durante a década de 1930, extremamente criticado pelo movimento –, o PRP permaneceu ativo por duas décadas até a sua extinção, em 1965, por meio da promulgação do Ato Institucional n. 2, já no contexto da ditadura militar.

A análise do jornal *A Marcha*, principal órgão de imprensa do movimento, possibilitou perceber que a herança portuguesa foi extremamente valorizada ao longo da existência do partido. Além disso, as questões portuguesas figuraram com proeminência nas páginas do jornal, principalmente nos anos de 1961 e 1962, quando da eclosão da Guerra Colonial em Angola e de uma intensificação das pressões internacionais sobre o país. Nesse sentido, verificou-se que o integralismo aderiu parcialmente ao argumento lusotropical na sua defesa do colonialismo português, repercutindo com frequência a especial capacidade do português de se miscigenar e levar a mensagem cristã adiante.

Entretanto, percebeu-se que a citação nominal a Gilberto Freyre, ou ao conceito de lusotropicalismo, não apareceu nas páginas do periódico, mesmo com a adoção formal dessa tese por parte das autoridades portuguesas. A defesa do colonialismo português no integralismo do pós-guerra se deu, sobretudo, em bases anticomunistas, que foram muito exploradas pelo periódico. Chegou-se ao ponto de defender a colonização portuguesa para evitar o alastramento do comunismo na África, que seria o estágio prévio para uma hipotética invasão do Brasil, o que nunca aconteceu.

Gilberto Freyre, que teve sua trajetória ligada, sobretudo após a sua viagem às colônias, ao Estado Novo, procedeu de forma diferente. Não abriu mão de suas ideias lusotropicais, e sim as ampliou, com a ambição de criar uma ciência interdisciplinar especializada na análise dos modos de vida e saberes surgido nas regiões tropicais. Entretanto, quando as tensões sobre o regime português escalaram, buscou preservar a sua independência e afirmar que ao Brasil cabia a liderança de um bloco de nações tropicais em um mundo dividido pela Guerra Fria. Defendeu a manutenção do colonialismo, embora tivesse como objetivo um eventual lugar de destaque brasileiro naquela conjuntura, que não incluía apenas o mundo lusotropical, mas também hispanotropical.

Além de proceder com um estudo comparativo original em relação aos intelectuais aqui estudados, a pesquisa buscou contribuir para um aprofundamento das relações Brasil-Portugal em termos de história dos intelectuais, baseada na circularidade de ideias

políticas, estudo de redes de sociabilidade comuns e influências transnacionais que marcaram a trajetória dos dois intelectuais. Ao elegerem Portugal como uma instância de legitimação de seus projetos, a pesquisa buscou evidenciar o papel preponderante que o país europeu exerceu sobre a intelectualidade brasileira, com vistas ao desenvolvimento de ideias e projetos que tinham por foco o Brasil, e não necessariamente Portugal.

Espera-se que a tese possa contribuir para a historiografia com a análise de dois intelectuais que, embora fundamentalmente diferentes, compartilham de sensibilidades e interesses afins, numa cultura política conservadora e de circulação transnacional.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

A DATA verdadeira do descobrimento do Brasil. **A Marcha**, n. 63, 7 maio 1954.

A Marcha, 27 jan. 1961.

A Marcha, n. 208, 7 jun. 1957.

A RAIZ mais remota do Brasil. **A Marcha**, n. 3, 6 mar. 1953.

A Razão, 22 jan. 1937.

ÁFRICA do Sul está solidária com os problemas de Portugal. **A Marcha**, 27 jul. 1961.

AGRESSÃO de Moscou à soberania portuguesa. **A Marcha**, n. 74, 30 jul. 1954.

BRASILEIROS e portugueses poderão somar 90 milhões. **A Marcha**, n. 398, 11 maio 1961.

BRUNO, Ernani Silva. Meditações brasileiras (africomania). **A Offensiva**, 1º maio 1936.

BRUNO, Ernani Silva. O indígena e o negro na formação brasileira. **Panorama**, jan. 1936.

CHIARADIA, José B. Jackson de Figueiredo. O João Batista do integralismo. **A Marcha**, 8 jan. 1954.

CHINA vermelha promove campanha racial. **A Marcha**, n. 387, 10 fev. 1961.

CONI, Antônio Caldas. Pioneiros lusos da tropicopatologia. **A Marcha**, n. 74, 30 jul. 1954.

CONTREIRAS, Annibal. Filigranas portuguesas. **A Marcha**, 9 fev. 1962.

CONTREIRAS, Annibal. Portugal é uma ditadura? **A Marcha**, n. 443, 3 maio 1962.

CONTREIRAS, Annibal. Portugal é uma ditadura? **A Marcha**, n. 444, 10 maio 1962.

CORRÊA NETO, Francisco. O integralismo e o judeu. **A Marcha,** n. 299, 10 abr. 1959.

DE LUANDA para o Rio a "Rainha da Simpatia". **A Marcha**, n. 408, 22 jul. 1961.

DICIONÁRIO Político. **A Marcha**, n. 391, 13 mar. 1961.

DICIONÁRIO Político. **A Marcha**, n. 395, 20 abr. 1961.

DOUTRINA marxista visa extermínio do Ocidente. **A Marcha**, n. 392, 23 mar. 1961.

ESTUDANTES de Luanda defenderão a integridade portuguesa. **A Marcha**, n. 395, 20 abr. 1961.

EUCLIDES da Cunha: os três elementos da nossa raça. **Panorama**, n. 4-5, abr.-maio 1936.

EXALTADA a Formação Comum de Portugal e Brasil. **A Marcha**, n. 323, 15 jan. 1960.

GOA é província ultramarina portuguesa. **A Marcha**, n. 75, 6 ago. 1954.

I. C. O Brasil e os problemas africanos. **A Marcha**, n. 404, 22 jun. 1961.

LONDRES com Portugal na defesa de Angola. **A Marcha**, n. 403, 15 jun. 1961.

NEGROS e brancos sul-africanos só encontrarão um denominador comum no espírito cristão. **A Marcha**, n. 349, 15 abr. 1960.

Novidades, 8 mar. 1944.

O CARDEAL Cerejeira e Plínio Salgado. **A Marcha**, n. 124, 22 jul. 1955.

OLIVEIRA, José Osório de. O que nós, portugueses, devemos a Gilberto Freyre. **Atlântico**, v. 7, out. 1948.

OS AMERICANOS do norte são tão racistas quanto era o nazismo. **A Marcha**, n. 224, 27 set. 1957.

PADRE Hélder Câmara repele acusações de Gilberto Freyre. **Jornal do Brasil**, 24 ago. 1966.

PLÍNIO Salgado denuncia os comunistas na África. **A Marcha**, n. 396, 27 abr. 1961.

PLÍNIO Salgado traça rumos à nossa política exterior. **A Marcha**, n. 387, 10 fev. 1961.

PORTUGAL descrente dos ideais da ONU. **A Marcha**, n. 393, 6 abr. 1961.

PORTUGAL inabalável na defesa do Ultramar. **A Marcha**, n. 406, 6 jul. 1961.

PORTUGAL incompreendido pelos membros da OTAN. **A Marcha**, n. 395, 20 abr. 1961.

RAPOSO, Hipólito. Natureza da representação. **Nação Portuguesa**, Lisboa, n. 5, p. 133-137, nov. 1914.

REBORDÃO, Herculano. Camões e o dia de Portugal. **A Marcha**, 10 jun. 1961.

RODRIGUES, Ironides. Carta de apelo a Vinicius de Moraes. **A Marcha**, n. 142, 2 dez. 1955.

SALAZAR: Angola não é problema de lucros e perdas. **O Cruzeiro**, n. 405, 29 jun. 1961.

SILVA, A. A. Marques. Portugal em marcha. **A Marcha**, n. 64, 14 maio 1954.

SILVA, A. A. Marques. Salve Goa portuguesa. **A Marcha**, n. 64, 14 maio 1954.

SUL de Angola esmaga intentona vermelha. **A Marcha**, n. 404, 22 jun. 1961.

VIANNA, Oliveira. Os regionalismos e a unidade nacional. **Panorama**, n. 8, 1936, p. 15.

VIBRAÇÃO popular na chegada de Plínio Salgado a Manaus. **A Marcha**, n. 406, 6 jul. 1961.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Arquivo Histórico-Diplomático

Arquivo Oliveira Salazar

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP):

Coleção José Osório de Oliveira, 1900-1964

Universidade Católica Portuguesa (UCP):

Espólio António Sardinha

DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural. PUCRS:

Fundo Ação Integralista Brasileira

Fundo Partido de Representação Popular – Brasil

Fundo Partido de Representação Popular – Rio Grande do Sul

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro:

Fundo Plínio Salgado

Biblioteca Nacional do Brasil:

Periódicos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Arquivo Oliveira Salazar

Arquivo RTP (Rádio e Televisão de Portugal)

Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa:

Espólio António Sardinha

Biblioteca Nacional de Portugal:

Coleção José Osório de Oliveira, 1900-1964:

Periódicos

Hemeroteca Municipal de Lisboa:

Periódicos

GILBERTO FREYRE

Periódicos

FREYRE, Gilberto. A Guiné começa a ser amada pelo português. **Jornal do Brasil**, fev. 1953.

FREYRE, Gilberto. A propósito das Agitações na Angola. **Diário de Pernambuco**, p. 4, 30 abr. 1961.

FREYRE, Gilberto. A propósito do "Manifesto dos bispos". **Diário de Pernambuco**, 21 ago. 1966.

FREYRE, Gilberto. Brasil, nação hispânica do trópico. **O Cruzeiro**, 8 jul. 1961.

FREYRE, Gilberto. Colonização sistemática da Guiné. **Jornal do Brasil**, 14 jan. 1953.

FREYRE, Gilberto. Contra o policiamento português. **Diário de Pernambuco**, 7 dez. 1958.

FREYRE, Gilberto. O Brasil, líder da civilização tropical. **O Cruzeiro**, 1º jul. 1961.

FREYRE, Gilberto. O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico. **O Cruzeiro**, 22 jul. 1961.

FREYRE, Gilberto. O general Craveiro Lopes no Brasil. **Diário de Pernambuco**, 29-30 jun. 1957.

FREYRE, Gilberto. Outra responsabilidade do Brasil. **O Cruzeiro**, 29 jul. 1961.

FREYRE, Gilberto. Outros Pontos nos ii. **O Cruzeiro**, ano XXIV, n. 39, 12 jul. 1952.

FREYRE, Gilberto. Perfil de Euclides da Cunha. **Revista Brasileira**, ano VIII, n. 30, p. 29-36, jan.-fev.-mar. 2002.

FREYRE, Gilberto. Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century. **The Hispanic American Historical Review**, v. 5, n. 4, p. 597-630, 1922. Doi: https://doi.org/10.2307/2506062.

FREYRE, Gilberto. Um brasileiro na Guiné portuguesa. **Jornal do Comércio**, fev. 1953.

FREYRE, Gilberto. Uma carta de Angola. **O Cruzeiro**, 19 ago. 1961.

FREYRE, Gilberto. Uma responsabilidade brasileira. **O Cruzeiro**, 15 jul. 1961.

Obras diversas

FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina.** Lisboa: Livros do Brasil, 1953.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Elimination de conflits et tensions entre les races.** 1954. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/3895942. Acesso em: 20 mar. 2026.

FREYRE, Gilberto. **Integração portuguesa nos trópicos.** Lisboa: Junta de. Investigações do Ultramar, 1958.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil:** aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1947.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** São Paulo: Global, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos.** São Paulo: Edusp, 1971.

FREYRE, Gilberto. **O luso e o trópico.** Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

FREYRE, Gilberto. **Oliveira Lima, Don Quixote Gordo.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1968.

FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis.** Rio de Janeiro: Record, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Problemas brasileiros de antropologia.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.

FREYRE, Gilberto. **Quase política.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** São Paulo: Global, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos.** São Paulo: Global, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas.** São Paulo: É Realizações, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil em meados do século XIX.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1985.

PLÍNIO SALGADO

Periódicos

SALGADO, Plínio. Às armas e aos barões assinalados. **A Marcha**, n. 63, 7 maio 1954.

SALGADO, Plínio. Em defesa do livro e da cultura. **A Marcha**, n. 325, 8 out. 1959.

SALGADO, Plínio. Equívocos de Dom Hélder. **Diários Associados**, 1966.

SALGADO, Plínio. Meditações luso-brasileiras. **A Marcha**, n. 208, 7 jun. 1957.

SALGADO, Plínio. O mundo lusíada protesta contra a agressão comunista de Nehru. **A Marcha**, n. 75, 6 ago. 1954.

SALGADO, Plínio. Portugal de 1910 a 1957. **A Marcha**, n. 209, 14 jun. 1957.

SALGADO, Plínio. Portugal repele insultos na ONU. **A Marcha**, n. 391, 13 mar. 1961.

Obras diversas

SALGADO, Plínio *et al*. Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo. *In:* TELES, Gilberto Mendonça (org.). **Vanguarda europeia & Modernismo brasileiro:** apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 21. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2022. p. 301-307.

SALGADO, Plínio. **A aliança do sim e do não.** Lisboa: Editorial Presença, 1945.

SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934.

SALGADO, Plínio. **A voz do Oeste:** romance-poema da época das Bandeiras. São Paulo: Panorama, 1948.

SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1978.

SALGADO, Plínio. Despertemos a nação. *In:* SALGADO, Plínio. **Obras completas.** São Paulo: Editora das Américas, 1955. v. X.

SALGADO, Plínio. **Geografia sentimental.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1937.

SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro.** 1932. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1932_-_pl%C3%ADnio_salgado_-_manifesto_de_7_de_outubro_de_1932.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

SALGADO, Plínio. **Nosso Brasil.** São Paulo: Voz do Oeste, 1981.

SALGADO, Plínio. **O conceito cristão da democracia.** Coimbra: Edições Estudos, 1945.

SALGADO, Plínio. **O estrangeiro.** São Paulo: Helios, 1926.

SALGADO, Plínio. **Psicologia da revolução.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953.

SALGADO, Plínio. **Vida de Jesus.** São Paulo: Ática, 1951.

SALGADO, Plínio; SILVEIRA, Tasso da. **Euclides da Cunha.** São Paulo: Livraria Clássica Brasileira, 1954.

BIBLIOGRAFIA

A QUESTÃO Ibérica. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1915.

ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão:** intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas SP: Editora Unicamp, 2017.

ALTAMIRANO, Carlos. **A invenção de nossa América:** obsessões, narrativas e debates sobre a identidade da América Latina. São Paulo: Edusp, 2023.

ANDRADE, Manoel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste. *In:* FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** São Paulo: Global, 2013.

AQUINO, Zilda Gaspar de Oliveira; LOTTI, Ana Luiza Feiteiro Cavalari. A argumentação nos manifestos: "Nhengaçu Verde-Amarelo" e "Poesia Pau-Brasil". **Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura**, v. 18, p. 128-140, 2016.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra e paz:** *Casa-grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e revolução:** o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo:** os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BARREIRA, Cecília. Sindicalismo e integralismo, o jornal "A Revolução" (1922-1923). **Análise Social**, n. 67-68, p. 827-838, 1981.

BARREIRA, Cecília. Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas de "Nação Portuguesa", 1914-1926). **Análise Social**, n. 72-74, p. 1.421-1.429, 1982.

BARRETO, Ivana. As realidades do jornalismo cultural no Brasil. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 65-73, 2006.

BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. **Análise Social**, v. 29, n. 125-126, p. 287-317, 1994.
Doi: https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994125.11.

BARROS, Pedro Motta de. Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 4, n. 3, p. 411-459, 1997-1998.
Doi: https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000300002.

BARROSO, Gustavo. **Brasil, colônia de banqueiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BASTOS, Élide Rugai. O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre. **Pró-Posições**, v. 17, n. 3 (51), p. 37-55, 2006.

BATISTA, Alexandre Blankl. **"Mentores da nacionalidade":** a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BELO, José António Dias Mota. **Santa Maria:** o paquete rebelde. 2009. Dissertação (Mestrado História, Defesa e Relações Internacionais) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2009.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In:* RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-364.

BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. Vingtième Siècle. **Revue d'Histoire Année**, p. 66-77, 1992.

BERTONHA, João Fábio. **Integralismo:** problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá, PR: Eduem, 2014.

BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado:** biografia política (1895-1975). 2013. Tese (Livre-Docência em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BOSCO, João; BLANC, Aldir. **Corsário.** 1981. Disponível em: https://www.letras.com.br/joao-bosco/corsario#google_vignette. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. **Projeto n. 2.140, de 1970.** Institui o Dia da Comunidade Afro-Brasileira e dá outras providências.

BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Repensando os trópicos:** um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Integralismo, neointegralismo e antissemitismo:** entre a relativização e o esquecimento. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2011.

CALIL, Gilberto Grassi. A imprensa integralista no pós-guerra: os jornais *Reação Brasileira, Idade Nova* e *A Marcha*. *In:* GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes:** memórias da imprensa integralista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro:** o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

CARDOSO, Claudira. **Processos eleitorais no Rio Grande do Sul:** o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

CARDOSO, Lucileide Costa. Vida vigiada: Jaime Cortesão sob as lentes da PIDE/DGS. **Anos 90**, v. 29, p. 1-26, 2022. Doi: https://doi.org/10.22456/1983-201X.111636.

CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano. **Análise Social**, n. 72-74, p. 1.399-1.408, 1982.

CASTELO, Cláudia. No encalço de Gilberto Freyre pelo último império português (1951-1952). *In:* POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar Martins *et al.* (ed.). **Não nos deixemos petrificar:** reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá. Porto: CITCEM, 2021. p. 25-48.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo:** o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 2011.

CAVALARI, Rosa Maria Feitero. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: Edusc, 1999.

CAZETTA, Felipe. Diálogos de Gilberto Freyre para o lusotropicalismo. **Tempo**, v. 29, n. 3, 2023.

CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. *In:* CEFAÏ, Daniel (dir.). **Cultures politiques.** Paris: PUF, 2001.

CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: Massangana; São Paulo: Editora Nacional, 1993.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado:** forma de regressividade no capitalismo hipertardio. Belo Horizonte: Una, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. *In:* CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. *In:* MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (org.). **Inteligência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A *Enciclopédia do integralismo*:** lugar de memória e reinvenção do passado (1957-1961). 2010. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, Manuel Braga da. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. **Análise Social**, v. 18, n. 70, p. 137-182, 1982.

CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial:** a intolerância como princípio. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.

CUNHA, Euclides. **Obra completa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930.** 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DARD, Olivier. *L'Action Française:* une matrice européenne et transatlantique des droites radicales? **Studia Historica**, n. 30, p. 27-46, 2012.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico:** Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980. Durham: Duke University Press, 2010.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **António Sardinha:** um intelectual no século (1887-1925). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, p. 75-104, 2016. Doi: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.21821.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

DIAS, Jorge; GUERREIRO, Manuel Viegas; DIAS, Margot. **Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul-Africana). Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português.** Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, 1960.

DOMINGUES, Petrônio. O "messias" negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): "Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro II!". **Varia História**, v. 22, p. 517-536, 2006.

FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Maria Barboza de (org.). **O imperador das ideias:** Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues. **Iberismo, hispanismo e os seus contrários:** Portugal e Espanha (1908-1931). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. *In:* GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores:** práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

GOMES, George. **António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Paris sciences et lettres, 2019.

GOMES, Milene do Carmo. Juventude integralista à luz da imprensa partidária: considerações sobre a seção "Ergue-te mocidade!" **Temporalidades**, v. 17, n. 1, p. 1-23, 2025.

GOMES, Renato Pereira. **Gilberto Freyre antes de *Casa-grande & senzala*:** a formação político-intelectual do escritor (1918-1930). 2016. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Brazilian Integralist Action and Latin America: Fascist Projects and Transnational Circularitie. *In:* ARIÑO Toni Moranti; SANZ, Julián; SAZ, Ismael (org.). **The Right and the Nation:** Transnational Perspectives. New York: Routledge, 2024. p. 37-53.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal:** trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O exílio de Plínio Salgado em Portugal: a vida de Jesus e a composição do apostolado político. **Projeto História**, n. 52, p. 140-177, 2015.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes:** do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES, William. **Realismo da fraternidade:** Brasil-Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

GONZÁLEZ-VELASCO, Pablo. **Gilberto Freyre y España:** la constante iberista en su vida y obra. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2021.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre:** uma biografia cultural. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Mário Hélio Gomes de. **A história íntima de Gilberto Freyre.** Recife: CEPE, 2022.

LIMA, Mário Hélio Gomes de. **Gilberto Freyre.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010.

LIMA, Oliveira. **Nos Estados Unidos:** impressões políticas e sociais. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Plínio Salgado:** meu pai. São Paulo: GRD, 2001.

LOURENÇO, Eduardo. **Do colonialismo como nosso impensado.** Lisboa: Gradiva, 2016.

LUCENA, Manuel de. **Os lugar-tenentes de Salazar.** Lisboa: Aletheia, 2015.

MAEZTU, Ramiro de. Prólogo. *In:* SARDINHA, António. **La alianza peninsular.** Madrid: S. Hermanos, 1930.

MAIA, Tatyana do Amaral. **Os cardeais da cultura nacional:** o Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar. São Paulo: Iluminuras, 2012.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky:** o pensamento antissemita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MARCOS, Daniel. **Entre o Império e a NATO:** Portugal e os Estados Unidos da América (1949-1961). Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2022.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Marcello Caetano e o sentido do antiliberalismo no pensamento político português. *In:* MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; LIMONCIC, Flávio (org.). **Os intelectuais do antiliberalismo:** projetos e políticas para outras modernidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MESQUITA, Gustavo Rodrigues. **O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo:** da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

MIRANDA, Guilherme Nercolini. **Afinidades interestatais em cena:** as relações luso-brasileiras e a Segunda Guerra Mundial através da revista Atlântico. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2018.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista:** sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NICOLAZZI, Fernando. À sombra de um mestre: Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha. **História**, v. 29, p. 254-277, 2010.

OLIVEIRA, Barradas de. **Relatório confidencial sobre as Províncias do Oriente.** Lisboa, 1952.

OLIVEIRA, José Osório de. Prefácio. *In:* FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil:** aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Lisboa: Livros do Brasil, 1951.

OLIVEIRA, Laiana Lannes. **Entre a miscigenação e a multirracialização:** brasileiros negros ou negros brasileiros? 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

OLIVEIRA, Pedro Aires. Harold Macmillan, os "ventos de mudança" e a crise colonial portuguesa (1960-1961). **Relações Internacionais**, n. 30, Lisboa, jun. 2011.

OLIVEIRA, Pedro Aires. **Os despojos da aliança:** a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-75. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A produção literária modernista de Plínio Salgado e suas influências no integralismo. **Historiæ**, v. 6, n. 1, p. 323-346, 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937).** 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais.** 1960. Disponível em: v https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-granting-independence-colonial-countries-and-peoples. Acesso em: 20 mar. 2026.

PACHECO, Gabriela Santi Ramos. **Panorama e o projeto integralista:** uma análise da revista intelectual. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2021.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre:** um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PESSOA, Fernando. **Mensagem.** Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

PINTO, António Costa. A formação do integralismo lusitano (1907-1917). **Análise Social**, Lisboa, n. 70, p. 1.409-1.419, 1983.

PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis:** Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Recife: Edupe; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, v. XI, n. 6, jun. 2009.

PREDEBON, Gabriel Soares. **A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para *A Marcha* (1954-1962).** 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PREDEBON, Gabriel Soares. **As colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para o jornal *A Marcha* (1956-1957).** 2015. Monografia (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

QUINTAS, José Manuel. **Filhos de Ramires:** no advento do integralismo lusitano (1913-1916). Edição própria, 2001.

REIS, Bruno Cardoso. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974). **Portuguese Studies**, v. 29, n. 2, p. 251-276, 2013.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1:** de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **Decreto-lei n. 22.465. Acto Colonial.** 1930. Disponível em: https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/acto_colonial.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

RIBEIRO, Darcy. **Gentidades.** Porto Alegre: L&PM, 2011.

RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê, o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heroes.** São Paulo: Helios, 1928.

ROMERO, Sílvio. **O elemento portuguez no Brasil:** conferência. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902.

SANTOS, Aurora Almada e. A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de dezembro de 1960. **Relações Internacionais**, v. 30, p. 61-69, 2011.

SARAIVA, Arnaldo. Uma carta inédita de Cecília Meireles sobre o suicídio do marido (Correia Dias). **Terceira Margem: Revista do Centro de Estudos Brasileiros**, Porto, p. 55-59, 1998.

SARDICA, José Miguel. Prefácio. *In:* DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **Tempo de exílio:** correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

SARDINHA, António. **A aliança peninsular:** antecedentes e possibilidades. Porto: Livraria Civilização, 1930.

SARDINHA, António. **A teoria do município.** 1924. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/1924antsardmunicipio.html. Acesso em: 20 mar. 2026.

SARDINHA, António. **La alianza peninsular.** Madrid: S. Hermanos, 1930.

SARDINHA, António. **O valor da raça.** Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa, 1915.

SCHNEIDER, Alberto Luís. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. **História da Historiografia**, n. 10, dez. 2012.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. A centralidade do Brasil no discurso luso-tropical de Gilberto Freyre na revista *O Cruzeiro* (1952-1961). **Varia Historia**, v. 41, p. 1-39, 2025.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Gilberto Freyre na Imprensa: a coluna “Pessoas, coisas e animais” na revista *O Cruzeiro* (1948-1967). **Revista de História**, v. 1, p. 1-30, 2023.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Herança ibérica, preservacionismo e regionalidade como crítica à modernidade burguesa em Nordeste (1937), de Gilberto Freyre. **Anos 90**, v. 29, 2022. Doi: https://doi.org/10.22456/1983-201X.112035.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo, tradição e mestiçagem: a defesa do Nordeste brasileiro antigo no primeiro Gilberto Freyre (1920-1940). **Revista de Estudios Brasileños**, v. 7, p. 169-185, 2020.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX. **Projeto História**, v. 42, p. 163-183, 2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo da miscigenação. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**, v. 17, p. 15-23, 1994.

SÉRGIO, António. Prefácio. *In:* FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

SILVA, A. E. Duarte. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Análise Social**, v. 30, n. 130, p. 5-50, 1995. p. 27. Doi: https://doi.org/10.31447/AS00032573.1995130.01.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In:* RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Raquel Madanêlo de. José Osório de Oliveira e suas reflexões sobre a “moderna” literatura brasileira. **Desassossego**, v. 7, n. 13, p. 100-108, jun. 2015. Doi: https://doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v7i13p100-108.

STUMPF, André Gustavo. Freyre, menos doutrina e mais análise no país. **Folha de S. Paulo**, 19 out. 1980.

TORRES, Alberto. **A organização nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro:** introdução a um programa de organização nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

TRINDADE, Hélgio. **A tentação fascista no Brasil:** imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

VALÉRIO, Nuno. O império colonial nas constituições portuguesas. **DT/WP n. 70**, 2021. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstreams/5b27d57d-1096-48f6-811b-2513f96a7308/download. Acesso em: 20 mar. 2026.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

VASCONCELOS, José. **Raza cósmica.** Madrid: Agencia Mundial de Librería, 1925.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos**, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista:** o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. Enganos e controvérsias a propósito de um conceito: regionalismo. *In:* MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionilda (org.). **Memória do saber:** Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.